

Raízes
Revista de Ciências Sociais e Econômicas

CDD-330 – CDU-338-43(05) – ISSN 0102-552X – Raízes, 2005

Revista de Ciências Sociais e Econômicas
Vol. 24, N^{os} 1 e 2, jan. – dez./2005

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
Av. Aprígio Veloso, 882
58109-970 – Campina Grande – PB
Fone: (83) 3310-1066 – Fax: (83) 3310-1051 – e-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br



COMITÊ EDITORIAL

EDITOR

Edgard Afonso Malagodi – emalagodi@uol.com.br

EDITORES ASSISTENTES

Jean-Philippe Tonneau – tonneau@cirad.fr
Lemuel Dourado Guerra – lenksguerra@yahoo.com
Luís Henrique Cunha – luishcunha@uol.com.br
Marilda Aparecida de Menezes – marildamenezes@uol.com.br
Paulo Ortiz Rocha de Aragão – poaragao@uol.com.br
Ramonildes A. Gomes – rnildes@hotmail.com

SECRETARIA

Maria Sonia Pereira de Azevedo – sonia@agriambi.com.br

CONSELHO CIENTÍFICO

Adrián Sotelo Valencia (UNAM/México) • Afrânio Garcia (EHESS-CRBC) • Andrea Ciacchi (UFPB) • Antonio Gomes da Silva (UFCG) • Bernard Roux (INRA/França) • Bernd R. Rabehl (FU/Berlim) • César Barreira (UFCE) • Delma Pessanha Neves (UFF) • Elide Rugai Bastos (UNICAMP) • Eric Sabourin (CIRAD/França) • Ghislaine Duque (UFCG/PATAC) • Gian Mario Giuliani (UFRJ) • Hughes Lamarche (Université Paris X – Nanterre) • Jacob Carlos Lima (UFPB) • Jorge Romano (UFRJ) • José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS) • Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (UFPE) • Lucio Oliver Costilla (UNAM/México) • Manoel Correia de Andrade (Fundação Joaquim Nabuco) • Manuel Luiz Malaguti (UFES) • Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCAR) • Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UNICAMP/UFPE) • Maria Dione Carvalho de Moraes (UFPI) • Moacyr Palmeira (PPGAS/Museu Nacional) • Olívio Alberto Teixeira (UFSE) • Paola Capellin (UFRJ) • Paulo R. Beskow (UFSCAR) • Regina Reyes Novaes (UFRJ) • Reinaldo Antonio Carcanholo (UFES) • Robério Ferreira dos Santos (EMBRAPA-Alegodão) • Terence Mulhall (UFPB) • Theotônio dos Santos (UFF).

PROJ. GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO:

Lamarck B. de Melo

(Ilustração da capa: foto do acervo do Prof. Luís Henrique Cunha.)

REITOR:

Thompsom Fernandes Mariz

VICE-REITOR:

José Edílson Amorim

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Michel François Fossy

CENTRO DE HUMANIDADES

DIRETOR:

Lemuel Dourado Guerra Sobrinho

VICE-DIRETORA:

Rosilene Dias Montenegro

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COORDENADOR:

Luís Henrique Cunha

ENDEREÇO DA REDAÇÃO:

Revista Raízes
UFCG-CH
Av. Aprígio Veloso, 882
58109-970 - Campina Grande - PB
Fone: (83) 3310-1066 – Fax: (83) 3310-1051
e-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br

PCT MDA/IICA – Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável

Raízes: revista de ciências sociais e econômicas/ Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Vol. 01, nº 01 (jul.-dez. 1982) – . – Campina Grande: UFCG/PPGS, 1982 – .
v.
Semestral
Resumos em português, *abstracts in English*
ISSN 0102-552X

1. Sociologia – Periódico. 2. Sociologia rural – Periódico. 3. Economia – Periódico. I. Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

CDD 330
CDU 338-43 (05)



Ministério do
Desenvolvimento Agrário



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
DOSSIÊ DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	9
<u>Bernard Pecqueur</u> <i>O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul</i>	10
<u>Bernard Pecqueur</u> <i>Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento local: Reflexões a partir de experiências no Nordeste brasileiro</i>	23
<u>Arilson Favareto</u> <i>Empreendedorismo e dinamização dos territórios de baixa densidade empresarial – uma abordagem sociológica e econômica</i>	32
<u>Jean Philippe Tonneau & Luis Henrique Cunha</u> <i>Pesquisas em desenvolvimento territorial no semi-árido</i>	45
<u>Maria do Socorro Silva & Maria das Graças Correia de Almeida</u> <i>A educação do campo: uma política estratégica para o desenvolvimento territorial</i>	54
<u>Sergio Guilherme de Azevedo, Cândido Roberto de Araújo & Marc Piraux</u> <i>O papel e os desafios do fórum no enfoque do desenvolvimento territorial</i>	60
<u>Rodrigo Constante Martins</u> <i>Política e sociedade na governança territorial: o caso das áreas rurais paulistas</i>	70
<u>Sônia de Souza Mendonça Menezes & Maria Geralda de Almeida</u> <i>As redes de sociabilidade e a construção do território das fabriquetas de queijo no sertão sergipano</i>	83
<u>Anelise Graciele Rambo & Mário José Puhl</u> <i>Dinâmicas de desenvolvimento territorial: a densidade institucional e a inovação territorial cooperativa</i>	92
DOCUMENTOS HISTÓRICOS	103
<u>Edgard Malagodi</u> <i>Marx e os camponeses russos</i>	104
<u>Karl Marx</u> <i>Rascunhos da carta à Vera Sassulitch de 1881</i>	110

NOTÍCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
COLABORADORES	129

Raízes

Vol. 24, Nºs 1 e 2, jan.-dez./2005

APRESENTAÇÃO

O volume 24 de *Raízes*, uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, dando seqüência à série de **Dossiês Temáticos**, inaugurada no volume 23, apresenta um dossiê dedicado à temática do **Desenvolvimento Territorial**, complementado pela seção **Documentos Históricos**, com a publicação da segunda e última parte da tradução da correspondência entre Vera Sassulitch e Karl Marx, feita pelo Professor Edgard Afonso Malagodi, um pesquisador que há muito vem se dedicando ao estudo dos escritos marxistas.

O **Dossiê Desenvolvimento Territorial** traz nove artigos, produzidos a partir de reflexões teóricas, conceituais e empíricas – baseadas em pesquisas acadêmicas, incluindo avaliações sobre a implantação das políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento territorial, atualmente em curso no Brasil. Este volume de *Raízes* representa um esforço intelectual e político, no sentido de atualizar e fazer um balanço da utilização da noção de desenvolvimento territorial.

O dossiê é aberto com a publicação da tradução de um artigo inédito do pesquisador francês **Bernard Pecqueur**, um dos principais fomentadores do conceito de desenvolvimento territorial. Neste artigo, ele defende o enfoque do desenvolvimento territorial como base para uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul.

O artigo de **Éric Sabourin, Patrick Caron e Jean-Philippe Tonneau** retoma o estudo das trajetórias de desenvolvimento local de comunidades rurais no Nordeste brasileiro, sublinhando a dimensão temporal dos processos de transformação social, a partir da integração de diversos níveis de organização. O trabalho, já publicado na França, também foi traduzido para publicação em *Raízes*.

Dois trabalhos buscam refletir sobre os desafios colocados pelo conceito de desenvolvimento territorial. O sociólogo **Arilson Favareto** propõe uma reflexão sobre os determinantes dos territórios rurais. Os pesquisadores **Jean-Philippe Tonneau e Luis Henrique Cunha** problematizam o significado da noção de desenvolvimento territorial e sua aplicação em programas de pesquisa no semi-árido nordestino.

As diretrizes governamentais da política de desenvolvimento territorial, com ênfase no papel da educação rural na redução das desigualdades sociais nas regiões brasileiras que apresentam os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano, são apresentadas e analisadas no artigo de **Maria do Socorro Silva e Maria das Graças Correia de Almeida**.

O trabalho de **Sergio Guilherme de Azevedo, Cândido Roberto de Araújo e Marc Piraux** discute as possibilidades de mudança social a partir da instituição de um novo modelo de governança – o Fórum Territorial, modelo idealizado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Três artigos baseados em relatos e análises de experiências de desenvolvimento territorial no Brasil fecham o dossiê. O trabalho de **Rodrigo Constante Martins** busca compreender o debate sobre a composição de distintos interesses sociais em instâncias de *gestão territorial*, conflitos territoriais, partindo da temática das novas ruralidades e focalizando, especialmente, o desenvolvimento rural no estado de São Paulo (Brasil). O artigo de **Sônia de Souza Mendonça Menezes e Maria Geralda de Almeida** analisa o território como estratégia para a formação e o fortalecimento de redes sociais, a partir do estudo de caso sobre a atividade agroalimentar exercida por agricultores no sertão sergipano. **Anelise Graciele e Mário José Puhl** discutem a inovação territorial coletiva, a cooperação e sua contribuição no desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial a partir da experiência da COOPERCANA de Porto Xavier/RS.

Na seção **Documentos Históricos**, *Raízes* traz nesta edição o texto completo dos rascunhos de Karl Marx de sua carta-resposta enviada à militante russa Vera Sassulitch, em março de 1881, dois anos antes de sua morte. Várias razões motivaram a decisão de trazer ao público leitor brasileiro esse texto tão importante de Marx. A maior delas: o fato de ainda permanecer desconhecido, e até inacessível, da maioria das pessoas que trabalham a questão agrária, ou estudam e discutem os diversos temas ligados ao campesinato, à agricultura familiar e aos movimentos sociais no campo. Outra razão: porque o texto ainda se mantém incrivelmente atual.

A publicação de mais um número de *Raízes* não seria possível sem o apoio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD).

A todos, uma boa leitura!

Edgar Afonso Malagodi
Ramonildes Alves Gomes



Raízes

Vol. 24, Nºs 1 e 2, jan.-dez./2005

DOSSIÊ
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Bernard Pecqueur

*Professor do Institut de Géographie Alpine, Université Joseph Fourier,
Grenoble, France. E-mail: bernard.pecqueur@ujf-grenoble.fr*

O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA NOVA ABORDAGEM DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO PARA AS ECONOMIAS DO SUL¹

RESUMO

O autor, Bernard Pecqueur, um teórico francês do desenvolvimento local, opõe duas concepções do território: de um lado o território “dado”, sem valor acrescentado, ou mesmo com fatores de constrangimento e de limitações e, de outro lado, o território construído, produto de um processo de melhoria, fruto do jogo dos atores. Conseqüentemente, o desafio das estratégias de desenvolvimento dos territórios é essencialmente identificar e valorizar o potencial de um território. Trata-se de transformar recursos em ativos, através de um processo de mobilização e arranjos dos atores, freqüentemente em torno de um problema inédito. A própria formulação do problema e a procura da sua solução são marcadas por ensaios e iterações sucessivas, entre erros e sucessos. Permitem fazer emergir e mobilizar novas capacidades, de fato, revelar “recursos escondidos”. Estes processos concretizam-se por “clusters” (agrupamentos geográficos de entidades interconectadas) onde a multiplicidade das instâncias e dos atores traduz uma “policentralidade” das formas de regulação. O autor sublinha que as formas de desenvolvimento territorial são diversas e específicas às situações, mas que exigem uma ação pública adequada. O desenvolvimento territorial não pode ser objeto de um decreto; é uma construção de atores, mesmo se políticas públicas adequadas podem estimular e mobilizar estes atores.

Palavras-Chave: desenvolvimento territorial, atores, formas de regulação

THE TERRITORIAL DEVELOPMENT: A NEW APPROACH OF DEVELOPMENT PROCESSES OF SOUTH ECONOMIES

ABSTRACT

The author, Bernard Pecqueur, a theoretician of local development, develops two different approaches to the notion of territory: the given territory, with no value added, even constraining factors; and the constructed territory, product of a process of improvement, a consequence of the play of the actors. The stakes in the development strategies of territories is thus primarily to identify and develop the potential of a territory. It is a question of transforming resources into assets, through a process of mobilization and combinations of actors' strategies, often around a new problem. Both the problem' formulation as well as its solution are marked by trial-and-error searching and successive iterations. But these make the emergence and mobilization of new capacities possible, thus revealing “hidden resources”. These externalities are materialized by “clusters” where the multiplicity of forums and actors defines truly polycentric forms of regulation. The author stresses that territorial development takes diverse forms that are specific to different situations, but they require adequate public action. Territorial development cannot happen by decree: it remains a construction of actors even if suitable public policies can stimulate and mobilize these actors.

Key words: territorial development, actors, forms of regulation

¹ Traduzido do francês por Ghislaine Duque.

INTRODUÇÃO

Frente às evoluções recentes da economia internacional, o *desenvolvimento territorial* emerge como uma questão a aprofundar não apenas para as economias industrializadas, mas também para as economias dos países em via de desenvolvimento.

No contexto da globalização, as soluções liberais, situadas apenas no quadro macro-econômico, não parecem suficientes para produzir soluções inovadoras, que respondam às necessidades do desenvolvimento. Stiglitz (2002) mostrou claramente a obstinação das grandes organizações internacionais (FMI e BIRD) a não enxergar a pertinência da escala local como lugar efetivo de elaboração dos processos de desenvolvimento. O discurso sobre sua dimensão exclusivamente macroeconômica continua dominando as reflexões tanto da academia quanto das agências internacionais.

No entanto, os Estados da África de língua francesa começaram a caminhar, grosso modo, em direção a uma descentralização administrativa e política, o que não deixa de indicar um interesse novo para a problemática local.

Desde a crise dos anos setenta, apareceram, na França, iniciativas em reação aos danos causados pela globalização, em particular o deslocamento das atividades econômicas e o êxodo rural. Essas iniciativas partiram dos territórios locais (“*Pays*”) manifestando a existência e o dinamismo de espaços criados pelos atores. No mesmo período, os economistas italianos redescobriram formas territorializadas de produção – os *distritos industriais*² – mobilizando relações de coordenação entre atores. Esse fenômeno não se dá apenas no campo do mercado, mas também no da *reciprocidade*. Esta última resgata as relações de “dádiva” e “contra-dádiva” evidenciadas pelos antropólogos discípulos de Mauss, em particular nas sociedades africanas, cujo papel está sempre mais valorizado, inclusive nas sociedades industriais.

Estas novas perspectivas de desenvolvimento territorializado se baseiam em algumas hipóteses defendidas pelos pensadores conterrâneos do desenvolvimento.

Para Sen (1999), o desenvolvimento não pode resultar de um mecanismo comportamental; segundo esse autor, o utilitarismo benthamiano é redutor. A economia é uma ciência moral, o que significa dizer que a ética é constitutiva das coordenações entre atores. Para Sen, a especifici-

dade dos atores é uma constante necessária e a busca de equidade um imperativo.

De seu lado, Krugman (1995) homenageou os economistas “desenvolvimentistas” como F. Perroux e A. Hirschman, mas procurou ir além, embora afirmando a necessidade de redescobrir o papel da geografia na problemática do desenvolvimento. Para nossa reflexão, podemos notar que ele se situa na continuidade de Marshall, que criou o conceito de externalidades, falando das externalidades locais:

The idea that clustering of producers in a particular location yields advantages, and that these advantages in turn explain such clustering, is an old one...

Finalmente, Hirschman (1986) já tinha formulado, há 25 anos, um dos princípios fundamentais do desenvolvimento territorial: *a revelação dos recursos escondidos*. Nessa obra (*op. cit.* p. 112), ele lembra seus próprios escritos de 1958, em que já sublinhava que

para promover o desenvolvimento econômico, importa menos encontrar as melhores combinações de recursos ou fatores de produção dados do que *fazer aparecer e mobilizar a seu serviço recursos e capacidades escondidas dispersas ou mal utilizadas* (grifo nosso).

Portanto, neste texto, procuraremos mostrar como, nas economias em desenvolvimento, podem se concretizar os elementos de um modelo (flexível e adaptável) de desenvolvimento territorial cujas raízes se encontram nas coordenações entre atores pré-capitalistas. Pois, de um lado, a relação de “dádiva/contra-dádiva” já existia antes da troca mercantil e permanece claramente presente nos países do Sul; e, por outro lado, a noção de especificidade se apóia numa concepção cultural da produção (que é ligada às características culturais e aos modos de organizações de seus atores) que corresponde a uma relação de coordenação anterior à troca capitalista de bens e serviços padronizados.

A hipótese implícita deste texto considera que o “desenvolvimento territorial” após ter sido implantado em vários casos nas economias industrializadas, também pode ser aplicado com pertinência às economias do Sul. **O modelo funcionaria como um ressurgimento das relações de produção pré-capitalistas revalidadas pelas práticas e renovadas por dinâmicas territoriais.**

² Para uma reflexão sobre esse fenômeno dos distritos e seus impactos sobre o desenvolvimento, ver Courlet 2001.

Será que tal “volta ao Sul” é possível e realista? Em quais condições e com quais obstáculos? Essas são algumas das questões destacadas neste trabalho.

Numa primeira parte, evocaremos os princípios fundamentais de um modelo de desenvolvimento territorial apoiado num sistema local de atores, o que supõe um território construído (1.1.) e se baseia no princípio de especificação (1.2.). Numa segunda parte, tentaremos avaliar a aplicabilidade do modelo nas economias do Sul, lembrando que o ponto de partida são práticas já antigas (2.1.), que comportam riscos (2.2.) e supõem condições de realização (2.3.).

1. O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES

O desenvolvimento territorial se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico. Mostraremos aqui os elementos da gênese do território em torno de um sistema local de atores, antes de abordar a dinâmica da especificação dos produtos.

1.1. EMERGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O SISTEMA LOCAL DE ATORES³

Em nossa obra “Le développement local” (Pecqueur 2000), lembramos que o desafio do desenvolvimento local consiste em:

evidenciar uma dinâmica que valorize a eficácia das relações não exclusivamente mercantis entre os homens para valorizar as riquezas das quais dispõem (...). Nesta volta ao território, o desenvolvimento local indicaria concretamente que iniciamos um novo ciclo longo de industrialização (...). Vistos como uma dinâmica de adaptação às perspectivas da economia mundial, o local e o mundial são as duas faces de um mesmo movimento de ajuste.

Falava-se, há quinze anos atrás, de desenvolvimento local. Parece preferível falar hoje de *desenvolvimento territorial*, uma vez que esse desenvolvimento não deve ser resumido à dimensão do “pequeno”. O local, como o entendemos, não é “localista”, portanto utilizaremos o termo de territorial.

Em primeira análise, poderíamos definir o desenvolvimento territorial da seguinte forma: **o desenvolvimento**

territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território.

Tal definição comporta, portanto, três afirmações que poderiam, cada uma, ser o objeto de longos desenvolvimentos. Em resumo, o desenvolvimento territorial não pode ser implantado por decreto; permanece uma construção dos atores, mesmo que políticas públicas apropriadas possam estimular e mobilizar esses atores. Essa construção só pode ser concebida como uma dinâmica e, portanto, inserida no tempo.

Trata-se de uma estratégia de adaptação na medida em que esse processo é reativo em relação à globalização. Em outros termos, essa estratégia visa permitir aos atores dos territórios reorganizarem a economia local face ao crescimento das concorrências na escala mundial.

Finalmente, o mecanismo de territorialização tem, como base, o princípio de especificação dos ativos, isto é, a busca pelos recursos próprios ao território que permitirão a este de se diferenciar em relação a seu vizinho antes de correr atrás da concorrência por produtos padronizados.

O sistema territorial de atores pode, portanto, adotar formas muito diversas (distritos industriais, *cluster*, ou qualquer outro modo de organização produtiva). Sua característica principal é a instalação de um processo inscrito na história longa, de construção pelos atores, e não, apenas, uma forma de otimizar dotações em fatores supostamente pré-existentes. Em outros termos, a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar recursos inéditos, e é *nisto que constitui uma inovação*.

O TERRITÓRIO CONSTRUÍDO E O TERRITÓRIO DADO

Ao definirmos acima a dinâmica particular do tipo “territorial” como um processo original de desenvolvimento, esbarramos numa dificuldade relativa ao estatuto do território que serve de suporte a essa dinâmica. Em realidade, o discurso sobre o território recobre, de forma muitas vezes indistinta, duas definições diferentes:

O **território dado** é a porção de espaço que é objeto da observação. Neste caso, *postula-se o território* como pré-existente e analisa-se o que aí acontece. É, de qualquer forma, o território *a priori*; não se procura analisar sua gênese e as condições de sua constituição; é apenas um

³ Ainda falta fazer, em grande parte, a análise dos atores (quem são eles? Como se coordenam?). Para aprofundar a questão, ler a obra recente de Gumuchian, Grasset, Lajarte et Roux (2003).

suporte. Trata-se, geralmente, do território institucional: a região, o distrito, a província, etc.

O território construído: nessa perspectiva, o território é o resultado de um processo de construção pelos atores. O território não é postulado, é constatado *a posteriori*. Isto significa dizer que o território construído não existe em todo lugar; podemos encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios.

No discurso, os dois conceitos de território são muitas vezes confundidos e não se pode excluir um em favor do outro. É necessário, portanto, entender que o território é, ao mesmo tempo, um “envolvente” (“*contenant*”, o que contém) e o resultado de um processo de elaboração de um conteúdo.

1.2. O PROCESSO DE ESPECIFICAÇÃO⁴:

Na competição entre territórios, a oferta de serviços às empresas é crucial. No caso mais comum, um espaço localizado vai atrair a atividade oferecendo serviços na base de suas dotações em fatores os mais numerosos: uma mão de obra não qualificada e disponível com baixo nível de salários, ou ainda, uma disponibilidade em recursos naturais, etc.

Muitas vezes, a situação desses recursos ou sua raridade vão condicionar o tipo de desenvolvimento desse local, como mostram as zonas cujo desenvolvimento permaneceu muito tributário da disponibilidade em carvão ou aço, ou ainda da proximidade do mar ou da presença de terras férteis.

No entanto, a oferta pode ter, como base, dotações que não são dadas *a priori*, mas que resultam de um longo processo de acumulo de saber-fazer, ou ainda, de uma produção de bens coletivos financiados pela coletividade e apropriados unicamente pelos utilizadores. Por exemplo, a oferta de mão de obra qualificada e especializada apresenta essa característica de oferta pública do espaço local, da qual vão poder se beneficiar as empresas levadas a se implantar aí (Bazin-Benoît, 1996). A cada um desses tipos de oferta corresponde uma estratégia.

Os recursos são, portanto, de naturezas diferentes, segundo que são dados ou construídos. Uma tipologia desses recursos fará aparecer os desafios estratégicos dos oferecedores de serviços, como as cidades, por exemplo. Estas últimas se tornam produtoras de valores e não mais ape-

nas espaços de consumo; tornam-se saídas, lá onde apenas as empresas seriam criadoras de valor.

A tipologia que utilizamos aqui⁵ consiste em distinguir, de um lado, ativos e recursos; e, do outro, a qualificar os ativos ou os recursos, segundo sua natureza, genérica ou específica.

Por ativos, entendemos fatores “em atividade”, enquanto que os recursos são fatores a explorar, organizar, ou ainda, revelar. Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem uma reserva, um potencial latente ou virtual que pode se transformar em ativo se as condições de produção ou de criação de tecnologia o permitirem.

Ativos ou recursos *genéricos* se definem pelo fato que seu valor ou seu potencial independem de sua participação em qualquer processo de produção. Os ativos ou recursos são assim totalmente transferíveis, seu valor é um valor de troca. O local dessa troca é o mercado. O preço é o critério de apreciação do valor de troca, o qual é determinado por uma oferta e uma demanda de caráter quantitativo. Em outros termos, um fator genérico é independente do “gênio do local” onde é produzido.

Em oposição, os ativos *específicos* existem como tais, mas seu valor é função das condições de seu uso. Enquanto um ativo genérico é totalmente transferível, um ativo específico implica um custo de transferência mais ou menos alto e irrecuperável.

Os recursos específicos só existem no estado virtual e não podem, em caso nenhum, ser transferidos. Esses recursos nascem de processos interativos e, então, são gerados na sua configuração. Eles constituem a expressão do processo cognitivo que se inicia quando atores dotados de competências diferentes põem essas competências em comum e, dessa forma, produzem conhecimentos novos. Quando conhecimentos e saberes heterogêneos são combinados, novos conhecimentos são produzidos que podem, por sua vez, participar de novas configurações. A criação de tecnologia resulta, assim, de um processo caracterizado pela emergência de recursos específicos que provêm de uma dinâmica cognitiva sinônima de uma aprendizagem interativa.

Ativos genéricos não permitem a um território de se diferenciar de forma durável, uma vez que, por definição, os mesmos existem em outro lugar e são suscetíveis de ser transferidos. *Uma diferenciação durável, isto é, não suscetível de ser ameaçada pela mobilidade dos fatores, só pode*

⁴ O argumento desse parágrafo retoma uma comunicação apresentada com G. Colletis no Colóquio “Economie de proximités”, Marseille, junho de 2004.

⁵ Para uma primeira formulação, ver COLLETIS e PECQUEUR, 1993.

nascer verdadeiramente dos únicos recursos específicos, que não podem existir sem as condições nas quais foram gerados. O desafio das estratégias de desenvolvimento dos territórios consiste, portanto, essencialmente em se apropriar dessas condições e buscar o que constituiria o potencial identificável de um território. Essas condições não poderiam ser definidas no abstrato. Elas dependem do contexto no qual se inscreve o processo heurístico de onde nascem os recursos específicos.

RECURSOS E ATIVOS GENÉRICOS

O qualificativo *genérico* recobre o conjunto dos fatores tradicionais de definição espacial (ou de localização das atividades econômicas) discriminados pelos preços (inclusive custos de transporte) e que são objetos, por parte dos agentes, de um cálculo de otimização.

Ilustraremos as situações de recursos ou de ativos genéricos com quatro exemplos: a mão de obra, o capital, a matéria prima e a informação. Esses quatro fatores permanecerão no estado de recursos genéricos nos casos seguintes: a mão de obra é não qualificada e não utilizada. O capital existe na forma de poupança, mas esta é totalmente líquida ou não utilizada (entesourada). As jazidas de matéria prima existem, porém não são exploradas. A informação é disponível sob forma padronizada, mas não é utilizada (interpretada) num contexto particular; é o caso de informações contidas num banco de dados, numa enciclopédia ou num catálogo, embora essas “informações” sejam, em realidade, conhecimentos na medida em que veiculam representações.

Esses recursos, ao se tornarem ativos, não deixam, por isso de serem genéricos. Não mudam de natureza, contudo, são “realizados” e, assim, adquirem um valor econômico, valor que pode, em certas condições, ser medido por um preço. A mão de obra permanece sem qualificação, porém é empregada. O desempregado não qualificado representa um ativo e não apenas um recurso, pois, mesmo se seu trabalho não é realmente utilizado, é presente e influi sobre o mercado de trabalho e, portanto, eventualmente sobre as taxas de salário. O capital presto a ser investido se revela e se torna poupança ativa. Essa poupança permanece muito líquida e, conseqüentemente, só pode ser destinada a investimentos de curto prazo. A matéria prima é explorada. A informação, na forma padronizada, é efetivamente utilizada antes de participar, eventualmente, como recurso, de um processo de construção de conhecimento. Do ponto de vista metafórico, a enciclopédia é um recurso (ela se consulta), o livro é um ativo (ele se lê).

Os recursos como os ativos genéricos estão totalmente no mercado. Isso significa dizer que para adquiri-los, existe um preço de mercado. Eles são totalmente transformáveis, imediatamente disponíveis, a condição que se pague seu preço. Para esses ativos, não existem limites geográficos (a não ser para a matéria prima, mas esta última pode ser substituída). Finalmente, vale acrescentar que sua aquisição não exige a existência nem a ativação de formas de coordenação parcialmente fora do mercado, como, por exemplo, *as redes*.

RECURSOS E ATIVOS ESPECÍFICOS

A relação entre ativos e recursos, neste caso, é mais complexa do que no caso anterior. Mostraremos que tem, aqui, uma diferença de natureza entre o ativo e o recurso. O qualificativo de “específico” recobre o conjunto dos fatores, comparáveis ou não, cujo valor, ou cuja produção, é ligado(a) a um uso particular.

Os ativos específicos têm um custo de irreversibilidade que poderíamos também chamar de “custo de redirecionamento”. Isso significa dizer que o ativo perde uma parte de seu valor produtivo, caso estiver redirecionado para um uso alternativo. Retomando os exemplos utilizados acima, diremos que a matéria prima não pode ter caráter específico na medida em que seu valor de mercadoria não é ligado a seu uso futuro, nem ao contexto sócio-econômico imediato. Ao contrário, a mão de obra tornar-se-á um ativo específico logo que estiver qualificada. Sua formação numa técnica constitui um custo assumido parcialmente fora da empresa. Um deslocamento teria, em parte, um custo de redirecionamento para a empresa que utilizasse essa mão de obra. Da mesma forma, o capital se torna ativo específico quando passa da forma de poupança líquida à forma de capital investido em equipamentos. Finalmente, a informação torna-se também um ativo específico quando é elaborada e organizada *em vista a um uso particular*. Concretamente, podemos citar a elaboração de softwares muito técnicos, concentrando a informação para servir a uma produção muito especializada ligada a usos particulares.

Os recursos específicos têm uma natureza particular em relação às três outras categorias de recursos ou ativos. Em primeiro lugar, esses recursos só aparecem no momento das combinações das estratégias de atores *para resolver um problema inédito*. Mais exatamente, a própria formulação do problema ao mesmo tempo que sua solução, são objetos de um processo heurístico, feito de ensaios sucessivos, tateando e repetindo. Em segundo lugar, esses recursos

não são mensuráveis, o que significa dizer que não podem ser expressos em preço; portanto não podem ser transferidos de forma alguma. Em terceiro lugar, a natureza parcialmente não mercantil desses recursos não é incompatível com o mercado mas lhe é complementar. *Esses recursos resultam de uma longa história, de um acúmulo de memória, de uma aprendizagem cognitiva coletiva.*

Por fim, esses recursos são, em certos casos, *produzidos num território, que se torna então “revelado”*. A produção desses recursos resulta, pois, de normas, de costumes, de uma cultura que são elaborados num espaço de *proximidade geográfica e institucional*, a partir de uma forma de troca que não é mercantil: a reciprocidade. As características dessa reciprocidade, em comparação com o mercado, são que, se a troca é “obrigada” (obrigação social), ela pode ser adiada no tempo (o prazo de devolução esperado pode ser muito flexível), e mesmo, essa devolução não é necessariamente monetária, pode ser expressa em confiança, consideração, gratidão ou saber. A reciprocidade fertiliza os recursos específicos e está assim, muitas vezes, na base de relações informais que compõem um “ambiente industrial”, no sentido entendido por Marshall ao descrever certas concentrações de pequenas unidades industriais na Inglaterra ou Alemanha do início do século XIX. Mais sistematicamente, o sentimento de pertencimento a um lugar ou a um ofício, a cultura de empresa ou ainda o “espírito da casa” fazem parte dos recursos específicos. (Veblen, 1899/1971). O recurso específico produzido num processo de construção territorial, tomado globalmente, aparece, então, como o resultado de longos processos de aprendizagem coletiva que levam ao estabelecimento de normas, na maioria das vezes tácitas. Tais normas têm a função de organizar, selecionar e hierarquizar a informação, como também de orientar ou guiar os comportamentos, oferecendo assim a cada ator do território um espaço de inteligibilidade e de ação.

A ATIVAÇÃO E A ESPECIFICAÇÃO: UM PROCESSO DE METAMORFOSE

A passagem do recurso genérico ao ativo específico corresponde a uma estratégia de desenvolvimento que pode se decompor em dois tempos: a passagem do recurso ao ativo (genérico) e do ativo genérico ao ativo específico. Essas passagens devem ser, cada uma, analisadas como processos particulares que modificam, em profundidade, a própria natureza dos objetos considerados. É nesse sentido que se fala de *metamorfose* como mudança estrutural com uma irreversibilidade incompleta; isto é, nem sempre se pode voltar do ativo para o re-

curso e do específico para o genérico, a não ser reencontrando o estado inicial exato.

Para explicitar, em primeiro lugar, a noção de recurso, podemos nos referir a Hirschman (1986). Segundo este,

para promover o desenvolvimento econômico, importa menos encontrar combinações perfeitas de recursos e de fatores de produção que fazer aparecer e mobilizar a seu serviço recursos e capacidades escondidas, dispersas ou mal utilizadas.

Nesse sentido, o recurso se diferencia claramente do fator de produção. Esta última noção, básica na economia estandardizada para designar recursos que entram como *input* no processo de produção, em nossa perspectiva, revela-se muito restrita e limitada ao caso do ativo genérico.

Dois casos de “ativação” podem ser pensados: o caso de um recurso (genérico) potencial e pré-existente, ou o caso de um recurso (específico) virtual. No primeiro caso, o mercado é o lugar, ou o meio, pelo qual se produz a ativação do recurso. No segundo caso, o recurso virtual pode ser ativado na seqüência de um processo particular de engajamento. Assim, numa perspectiva próxima da nossa, para Lévy et Lussault (2003),

uma realidade que provém do mundo físico ou biológico só pode ser recurso se existir um processo de produção identificado no qual pode ser inserido e que, por definição, provém da sociedade (...). Os recursos são portanto sempre *inventados* (grifo nosso), às vezes muito tempo depois de terem sido descobertos, como o petróleo enquanto fonte de energia ou a montanha como “jazida turística”.

Kébir (2004) define em termos parecidos a noção de recurso como um “meta-sistema colocando em relação um objeto (saber-fazer, matéria prima, artefato, etc.) e um sistema de produção produzindo um bem ou um serviço”.

Trata-se de um “meta-sistema” na medida em que resulta de uma combinação de dois sistemas pré-existentes: o do objeto e o do sistema de produção, ou melhor, a nosso ver, de normas que o realizam.

O objeto/recurso que vai servir de suporte à produção de um ativo não pode ser reduzido a sua dimensão de *input*, mas está ligado a um sistema que lhe é próprio: “Antes de fornecer uma taboa, uma árvore é uma árvore. Isso, mesmo quando é plantada para esse fim” (Kébir, 2004). A mesma perspectiva também pode ser invocada quando se trata dos recursos imateriais que constituem as paisagens, as tradições patrimoniais, os saber-fazer, e mesmo o capital social. Assim, o objeto vai

sofrer sua metamorfose mediante o sistema de normas que o transformam em recurso ativo.

O sistema de produção (*de normas, segundo nosso ponto de vista*) é o lugar da *identificação* (grifado pelo autor) e da mobilização dos recursos (...). É lá que eles são atualizados, transformados e utilizados (ibid.).

Em outros termos, o recurso, ao se tornar ativo, é transformado pelo sistema de produção (para nós, sistema de normas) e muda de natureza, e *no estágio da virtualidade, tudo pode potencialmente ser recurso, mas tudo não pode se tornar automaticamente um ativo, uma vez que as condições da metamorfose não estão no objeto/recurso, mas nas estratégias dos atores no bojo do processo de produção.*

Assim, os recursos se expandem e se transformam, mas também regridem ou voltam ao estado de potencial, segundo que evoluem em ativos ou, de ativos, voltam ao estatuto de recursos. No entanto, como o sugerimos, o processo de metamorfose que faz passar o recurso ao estatuto de ativo não tem o mesmo sentido quando se trata de recursos genéricos ou específicos. No caso do recurso genérico, reproduzível em qualquer lugar, o que pode fazer regredir o ativo novamente para o recurso depende unicamente dos custos. Acabam de fechar a última jazida de carvão na Lorraine, mas não se tirou o carvão. Este volta ao estatuto de recurso *no estado* onde estava antes da abertura da mina; no caso de uma hipotética redução dos custos de exploração, esse recurso poderia voltar a ser um ativo (explorado).

Tentamos, nesta primeira parte, definir a dinâmica da especificidade como um modelo novo de “desenvolvimento territorial”. Será que esse modelo, baseado na especificidade dos produtos provenientes das práticas do Sul nos seus fundamentos, pode voltar ao Sul como preconização pertinente? É esta questão, o objeto de discussão da segunda parte.

2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIALIZADO NO SUL: QUE APLICABILIDADE?

Podemos, portanto, admitir que esse processo de especificação – que consiste em qualificar e diferenciar recursos revelados pelos atores ao tentarem resolver os problemas produtivos encontrados – constitui um movimento profun-

do de reestruturação das economias industriais e uma fórmula de adaptação às novas características da globalização. Esse princípio de construção do território pelos atores não convoca apenas os produtores, mas também os consumidores. Pois, nesse quadro, não se pode separar as condições da produção dos bens e serviços do território por seus atores, da saída mercantil desses produtos. Não que o mercado seja limitado ao local, o que nos devolveria às antigas diferenciações (culturas de subsistência versus culturas de exportação), mas a formação da oferta, quando é *específica*, devolve ao papel da demanda. Assim, esse princípio da especificação é, de nosso ponto de vista, essencial à compreensão do desenvolvimento territorial. Examinaremos a aplicabilidade do processo nas sociedades do Sul em três tempos. Mostraremos, inicialmente, que as práticas de desenvolvimento territorial não são novas, mas pré-existem sob diversas formas (2.1.), e depois evocaremos os limites e riscos inerentes a essas práticas (2.2.), antes de nos interrogarmos sobre a possibilidade/necessidade de uma ação pública que implique uma mutação do lugar e das modalidades da ação do Estado (2.3.).

2.1. PRÁTICAS JÁ ANTIGAS

As experiências de desenvolvimento fundadas em produções específicas enraizadas no espaço já existem há muito tempo. Na literatura de língua francesa, os pesquisadores do IREPD de Grenoble já mostraram, desde 1994⁶, que, para explicar a emergência dos “Novos Países Industriais”, existem “novos desenvolvimentos”, entre outros, na Ásia. Essas dinâmicas, segundo Courlet (1994)⁷

foram num primeiro tempo construídas pela modernização da agricultura; se apóiam não nos recursos materiais, mas antes de tudo na educação generalizada e na massa cinzenta (...); nesse movimento, o território se torna ambiente, isto é, não é apenas a base geográfica das atividades econômicas, mas ganha uma dimensão sócio-cultural que desempenha um papel central no processo de desenvolvimento.

São, portanto, características gerais de uma economia post-fordista ainda mal definida que aparecem, tanto nas economias desenvolvidas quanto nas economias emergentes. O fenômeno mais aparente que pode ser observado é um movimento espacial paradoxal que dá novamente importância ao local num mundo que se globaliza. Como

⁶ Ver Courlet (1994).

⁷ Introdução das Atas do colóquio

diz Courlet (*op. cit.*), “o global se impõe e o local nos pula à cara (...); é nessa perspectiva que precisa entender a noção de desenvolvimento endógeno”. A nova dimensão espacial promove novamente o papel da proximidade dos atores na construção do território e de seus recursos. Requier-Desjardins (1996) já tinha chamada atenção para o desafio da proximidade nos processos de desenvolvimento a partir de práticas concretas diversas (trocas entre áreas de fronteira na África sub-sahariana, entre outros ao redor da Nigéria e dinâmicas das “maquiladoras” na fronteira México-americana).

A literatura anglo-saxona⁸ desenvolve igualmente essa junção entre espaço local e desenvolvimento. Krugman (1995) desenvolve a idéia de externalidade local («local external economies») evocada na primeira parte deste texto. Essas externalidades se concretizam por *clusters*. A idéia de *cluster*, vinda dos distritos industriais italianos, vai ser definida de maneira mais precisa por M. Porter (2000):

A cluster is a geographically proximate group of interconnected companies and associated institutions in a particular field, linked by commonalities and complementarities. (... The geographic) scope of a cluster can range from a single city or state to a country or even a group of neighboring countries.

O cluster é assim considerado como um modo de organização pertinente da indústria para os países do Sul, como o mostram as reflexões de Mac Cormick (2003) se perguntando se é oportuno favorecer os *clusters* industriais na África.

A noção de *cluster* permanece, no entanto, como se pode notar, relativamente vaporosa, e aplicando-se a escalas de espaços muito variáveis.

Mais precisamente, a noção de SIAL (Sistema Agro-alimentar Localizado) amplia a de cluster, pois não se limita a uma modalidade de organização concentrada geograficamente com uma multiplicidade de atores de tamanho reduzido. O SIAL aproxima-se, no campo do agro-alimentar, dos DI (distritos industriais) na sua dimensão cultural. Muchnik⁹ (2002), criador do conceito e que continua desenvolvendo uma ação temática progra-

mada sobre o mesmo tema, definiu os SIAL por três características:

- A criação de *economias externas* ligadas à densidade das empresas situadas num local, e a proximidade entre os atores.
- A valorização de *conhecimentos não transferíveis*. As competências, a relação de trabalho, os saber-fazer dos indivíduos e das empresas são fundados numa história comum, produzindo conhecimentos, práticas, normas e representações coletivas.
- Os modos de regulação combinam de maneira mais ou menos imbricada, de um lado, o mecanismo do mercado, do outro, elementos de reciprocidade e de redistribuição que se enraízam na identidade social. A organização coletiva constitui um recurso específico do sistema produtivo localizado, fonte de estabilização e de reprodução.

Estamos realmente numa problemática de criação de *recursos específicos* no sentido que definimos (COLLETIS e PECQUEUR, 1993).

Assim, constatamos que aplicações dos princípios de desenvolvimento territorial já são praticadas há muito tempo nas economias do Sul. A nova questão é que a pertinência dessas práticas se fortalece pela globalização, pois esta torna indispensável para as economias dominadas de desenvolver uma diferenciação de seus produtos, para não ficarem submetidas, para a totalidade de suas atividades, aos riscos da concorrência. Um desenvolvimento importante dessas práticas supõe um certo número de dificuldades que não devem, no entanto, impedir de imaginar meios para vencer esse desafio.

2.2. OS RISCOS INERENTES AO CRESCIMENTO DAS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIALIZADO

A economia informal representa a figura mais evidente do desenvolvimento territorial que implica os atores numa relação de proximidade. Esta noção, aparecida no início dos anos 1970, é definida assim pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹⁰:

a facilidade de entrada no mercado, a dependência de recursos locais nos processos de produção, a propriedade familiar das empresas, a es-

⁸ Stöhr (2003), um dos pioneiros do desenvolvimento «from below» («a partir de baixo») propôs recentemente uma retrospectiva e uma atualização dos trabalhos, notadamente em relação às experiências do Sul.

⁹ Assinalamos também o colóquio: «Organisation spatiale et gestion des ressources et des territoires ruraux», CIRAD, CNEARC, ENGREF, organisé par l'UMR SAGERT, Montpellier, 25-27 de fevereiro de 2003.

¹⁰ Ver a esse respeito Asidon (2000) ou ainda o artigo «informal» do Dictionnaire de la Géographie de Levy & Lussault (2003).

cala reduzida de produção, a intensidade em trabalho das tecnologias utilizadas (que podem ser “adaptadas”), dos saber-fazer adquiridos fora do sistema escolar, e mercados não regulamentados e concorrentes.

Esse circuito de desenvolvimento foi durante muito tempo oposto ao “setor moderno” nisso que escamoteava as etapas aparentes de formação do valor e de formação dos preços antes de chegar como última etapa à troca mercantil. O setor informal constitui uma base do desenvolvimento local na medida em que retoma as características evocadas acima a respeito dos SIAL: criação de economias externas, utilização de conhecimentos não transferíveis e modos de regulação comunitário específicos.

Para tanto, o mundo da informalidade no seus princípios mostra numerosos limites ao desenvolvimento. Para Vernières (2003):

A natureza mesma da maior parte dessas atividades [informais] se presta mal a uma forte acumulação de capital tanto físico quanto humano (...). Além do mais, as incitações ao progresso técnico, ligadas à concorrência, são limitadas pois esta última se dá essencialmente entre empresas informais e relativamente pouco com as firmas modernas.

Fórmulas mais civilizadas, chamadas de “desenvolvimento participativa” tentaram há vários anos de contornar essas desvantagens e de organizar, inclusive pelo viés de ONGs, a implantação de pequenos projetos de desenvolvimento. Estes últimos (no modelo de “*Small is beautiful*”) visam responder à ineficiência muitas vezes comprovada dos grandes projetos apoiados pelos órgãos financiadores. Nesse caso novamente podem ser identificadas numerosas limitações. Vernières (*op. cit.*) também lembra que muitas vezes

o tamanho das comunidades existentes não lhes permite se beneficiar de economias de escalas que seriam tecnicamente possíveis. Da mesma forma, os costumes relativos à distribuição das riquezas podem entrar em contradição com objetivos de acumulação.

Mais elaborada que a informalidade, a fórmula dos SIAL aparece hoje como a forma moderna de organiza-

ção territorial da produção, notadamente no Sul. Essa modalidade de organização é geradora das principais inovações¹¹ no campo da produção agro-alimentar. O SIAL permite, em particular, não mais de opor, mas, pelo contrário, de articular as tradições e os saber-fazer antigos com a inovação de processo e a qualidade da produção. Portanto pode se dizer que o SIAL responde, pelo menos parcialmente, aos limites levantados para a economia informal.

No entanto, outras limitações resultam dessa dinâmica. Estas aparecem quando o SIAL está crescendo. Com efeito, o sucesso de um sistema desse tipo chama por imitação sua ampliação permanente por parte dos produtores observadores externos que desejam se beneficiar desse sucesso sem ter que pagar os custos da implantação e dos ensaios.

O primeiro limite ao crescimento do SIAL é portanto exatamente a existência de *barreiras à entrada*. O ponto crucial do sistema reside na sua capacidade em discriminar entre o sistema e seu exterior. Se o sistema pode facilmente ser “invadido” pelos postulantes externos, o efeito de discriminação diminui e a vantagem relativa desaparece para os membros do sistema, apagando, no mesmo movimento, o próprio sistema. Ora, na maioria dos SIAL no Sul, as proteções que vamos encontrar nos países industrializados, tais como as rotulações (selos de origem controlada, por exemplo...) não existem e a incitação a investir é tanto menos forte que o risco de invasão é importante.

O segundo limite decorre da fraqueza do mercado potencial, saída para os produtos do SIAL. Quando os produtores diferenciam sua produção, é com o objetivo de aumentar o preço graças a uma qualidade, entre outras organoléptica, mas também de imagem ou de atributo¹² que justifica a criação de uma “quase renda” de qualidade sobre o produto. Para gerar essa “quase renda”, precisa encontrar uma demanda solvável, o que, em mercados de proximidade, nem sempre é possível. Assim, o arroz cultivado nas áreas de baixios da Costa de Marfim (Vale do Bandama), segundo um modelo de SIAL, tem sua expansão freada por uma fraca solvabilidade da demanda

¹¹ Para os agrupamentos camponeses em SIAL na África do Sahel, Fournier e Requier-Desjardins (2002) mostraram com o caso da produção de « gari » (sêmola de mandioca) e de óleo de palma, no Bênin, que os SIAL se constroem em torno de relações horizontais complexas com existência de “tontines” (fundos rotativos), de associações rotativas de trabalho e de formas originais de acordos para a comercialização. Ver também o trabalho de Boucher (tese a ser publicada na universidade de Versailles-Saint Quentin, laboratório C3ED) sobre o sistema de queijarias rurais de Cajamarca no Peru, constituídas em SIAL com problemas específicos, mas comparáveis com o sistema do Benin.

¹² Ver Lacroix, Mollard e Pecqueur (2000).

local e a concorrência de um arroz de qualidade inferior, porém mais barato, do Vietnam.

Finalmente, pode se levantar um terceiro limite relacionado com uma *fraca capacidade de aprendizagem institucional*. A rede de atores criada num contexto de SIAL está inserida num conjunto de relações sócio-culturais ligadas à tradição. Em muitos casos, o sucesso econômico entra em confronto com o ciclo longo das tradições e evidencia conflitos de distribuição das riquezas¹³ ligados à proximidade geográfica e às formas de mobilidade social. O conflito é o avesso sempre presente da dinâmica comunitária. O capitalismo, muitas vezes, permitiu a inovação por ruptura com o quadro cultural e social da comunidade. A criação de novos produtos e de novos processos sem ruptura com o quadro tradicional não é coisa fácil.

2.3. CONDIÇÕES DE APLICABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Assim, será que práticas antigas, mesmo revitalizadas por fórmulas novas (os SIAL) se chocariam a limites inerentes a seu sucesso que as condenam a permanecer marginais?

Não é nossa opinião. Trata-se, a nosso, ver de tomar em conta esses novos processos de criação de recursos buscando ultrapassar os limites evocados acima.

Isso significa uma integração mais real das relações não mercantis na análise das dinâmicas de construção industrial e territorial. A criação de recursos e a construção do território levam à questão das concorrências não mais unicamente entre empresas, mas também entre locais inscritos em espaços determinados.

Tudo ocorre como se, na concorrência entre si, as firmas arrastassem os espaços na sua competição. Longe de se limitarem a oferecer passivamente os fatores de produção cuja combinação particular derivaria de uma dotação dada, os espaços tendem a construir ou a fortalecer vantagens comparativas (...); essa análise se funda na redefinição da natureza da empresa, a qual, inicialmente, local de uma ótima combinação de fatores de produção genéricos, tornar-se-ia um local de combinação de competências e de aprendizagem de novos conhecimentos a partir de fatores específicos (COLLETIS e PECQUEUR, 1993).

Os recursos não são necessariamente identificados e valorizados, isto é, “ativados”, apenas pelo processo de mercado, em termos de custos de transação e de custo de implantação. Os processos de ativação dos recursos, que geram uma especificidade da produção mais ou menos importante, supõem, pelo contrário, uma mobilização de atores em processos de cooperação que valorizam o papel de relações não mercantis e os aspectos de coordenação a elas ligadas. Entre esses atores, os poderes públicos interferem de forma determinante.

A redefinição das políticas públicas exige, portanto, uma mudança de escala e uma mudança de natureza.

Só podemos esboçar, aqui, o que poderia ser o objeto de pesquisas mais aprofundadas, mas podemos situar os desafios.

MUDANÇA DE ESCALA

A instância estatal nem sempre é a mais apropriada na medida em que a ação não se situa ao nível de um sistema produtivo nacional. Uma simples descentralização tampouco seria conforme às evoluções observadas hoje. Se a gestão da produção evolui na diversidade e tomando em conta funções secundárias, vimos que ela se cristaliza em formas de reagrupamento “*ad hoc*” de atores que se chamam territórios. A ação pública deve poder intervir nessa escala territorial, numa perspectiva de projeto.

Para tanto, a existência de um Estado presente e ativo é uma necessidade para permitir a ação descentralizada. É o paradoxo de muitos países (entre outros na África do Sahel) que entraram num processo de descentralização com um Estado fraco (em vários desses países, os orçamentos adicionados das ONGs ultrapassam amplamente o orçamento do Estado). Precisa, portanto designar, paralelamente ao desenvolvimento das instâncias locais, uma missão do Estado que permita assegurar pelo menos três funções: a redistribuição, a mediação e a coordenação. A **redistribuição** se justifica, entre outros, porque todos os territórios não estão igualmente dotados; a **mediação** aplicar-se-á ao mesmo tempo às instâncias internacionais, às coletividades locais e aos atores locais; finalmente, a **coordenação** deve ser vertical – proveniente das coletividades territoriais – e horizontal, entre projetos e entre atores do território.

¹³ A. Torre, depois de ter teorizado a proximidade, notadamente na obra coletiva de Gilly & Torre (2000), desenvolveu as noções de conflitos como constitutivos das coordenações de atores na proximidade. Ver Torre (2000).

MUDANÇA DE NATUREZA

Nesta perspectiva, o papel do público não é apenas de negociar com os atores para compensar monetariamente uma produção de valor não sancionado pelo mercado ou para estimular uma função que o mercado não incite em empreender (criação de empregos...). Trata-se mais exatamente de permitir a convergência das funções secundárias e dos produtos não estritamente mercantis para o mercado, a fim de estimular a produção de oferta diversificada pelos territórios. O desafio das políticas deveria ser, igualmente e conseqüentemente, o de gerir a redistribuição da renda eventual criada por essa oferta diversificada em que existem riscos de “hold up” por certos produtores aproveitando-se das prestações não remuneradas dos outros. Trata-se, de fato, para as autoridades públicas (Estado como coletividades locais), de regular os fluxos de valores criados fora do mercado na base dos recursos produtivos novos.

A intensificação das dinâmicas territoriais está coordenada com a globalização, criando, assim, um espaço aberto de ação pública entre o Estado e os atores individuais. Como o observa Faure (2001, p. 27-46),

incontestavelmente, o sistema político local atravessa uma tempestade territorial de grande amplitude, tempestade paradoxalmente fortalecida pelo processo de mundialização que também se apóia em dinâmicas dos territórios locais (“terroirs”¹⁴), das redes de territórios e da modernidade urbana.

A conseqüência dessa irrupção da coordenação de atores na escala territorial é uma mutação do princípio de política econômica concebida como uma ação exógena visando modificar os fluxos macro-econômicos para um deslocamento dos equilíbrios. Esta concepção de essência keynesiana visa otimizar a oferta de empregos a nível do mercado global do emprego na nação. Em outros termos, “Como conceber uma ação pública que não se confunda com uma política do Estado? Existem ações públicas que não se apóiem num princípio de generalidade categorial?” (Salais 1998).

Os processos de decisão decorrem menos da intervenção de uma instância central, de uma imposição heterônoma, e têm mais a ver com uma autonomia regulada. Nos arranjos institucionais, a configuração dos atores sociais parece ter mais importância do que a intervenção do

político. A multiplicidade das instâncias, dos atores estabelecidos numa autonomia relativa crescente, com margens novas de intervenção, permite evocar uma verdadeira “policentralidade” das formas de regulação do social e do político (Commaille & Jobert, 1998).

Assim, passa-se das políticas públicas à ação pública. Esta última implica os atores locais e não uma instância coercitiva exterior. Pode se referir aos atores privados uma vez que se coordenam para produzir serviço coletivo?

A ação pública territorial pode revestir formas muito diversas. Podemos identificá-las com o que os cientistas políticos chamaram de “governança”. Na sua forma de regulação local, poderíamos defini-la como um modelo de coordenação entre atores que visa integrar os mecanismos produtivos e institucionais nas dimensões locais (proximidade geográfica e proximidade organizacional) e na relação ao global. A governança territorial aparece como “a expressão de arbitragens entre diferentes interesses ao nível local” (Chia & Torre, 1999).

CONCLUSÃO

Tentamos mostrar neste texto que o desenvolvimento territorial constitui um modelo de desenvolvimento dotado de características bem precisas que lhe são próprias e que se apóiam, essencialmente, na dinâmica de “especificação” dos recursos por um conjunto de atores constituído em “território”.

Um modelo desse tipo nos parece renovar as noções pioneiras elaboradas desde os anos sessenta de “desenvolvimento a partir de baixo” e de “desenvolvimento endógeno”. Com efeito, a contribuição do modelo territorial reside, notadamente, na utilização da noção de proximidade (geográfica e institucional) para explicar as coordenações de atores.

A ação pública se encontra assim questionada, na medida em que não é mais redutível à única ação do Estado. No entanto, o Estado constituído e capaz de agir (mais do que um Estado ausente e/ou impotente) permanece uma condição necessária embora não suficiente para a expressão da ação pública territorializada.

Finalmente, obstáculos e limites importantes demonstram que esse modelo não se desenvolve espontaneamente; exige uma ação pública adequada. Se a eficácia do de-

¹⁴ A palavra francesa « terroir » tem o sentido de território rural que, por suas características físicas e culturais, influencia seus habitantes.

envolvimento territorial não pode ser demonstrada nos casos evocados acima, permanece um vasto campo de reflexões sobre sua articulação com a globalização do mundo e sua capacidade problemática em se aplicar em lugares dominados pela produção genérica sem que apareça uma possibilidade de especificar os recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASIDON E. Les théories économiques du développement. Paris: La Découverte, 2000.

BAZIN-BENOÎT S. Les politiques locales d'attraction d'entreprises, d'une logique concurrentielle à une logique organisationnelle. Thèse de doctorat d'économie, Université de Lille, 1996.

CHIA, C.; TORRE, A Règles et confiance dans un système localisé. Le cas de la production de Comté AOC, Sciences de la Société, n.48, p.49-68. 1999.

COLLETIS, G. Révélation de ressources spécifiques et coordination située. In: Colloque Economie de Proximités, Marseille, 2004.

COLLETIS G.; PECQUEUR, B. Intégration des espaces et quasi intégration des firmes: vers de nouvelles rencontres productives? Revue d'Economie Régionale et Urbaine, n.3, 1993, p.489-508.

COMMAILLE, J.; JOBERT, B. Les métamorphoses de la régulation politique. Paris: LGDJ, 1998.

COURLET, C. Territoires et régions: les grands oubliés du développement économique. Paris: l'Harmattan, 2001.

FAURE, A. L'action publique locale entre territorialisation, territorialités et territoires. Cahiers Lillois d'Economie et de Sociologie. 2^o semestre, 2001.

FONTAN, J. M.; KLEIN, J. L.; LEVESQUE, C. Reconversion économique et développement territorial. Québec: Presses Universitaires du Québec, 2003.

FOURNIER, S.; REQUIER-DESJARDINS, D. Les relations horizontales au sein des systèmes agroalimentai-

res localisés: un état de la question. Etudes de cas au Bénin. Colóquio CIRAD, 2002.

GILLY, J. P.; TORRE, A. (ed.). Dynamiques de proximité. Paris: LHarmattan, 2000.

GUMUCHIAN, H.; GRASSET E.; LAJARGE R.; ROUX E. Lacteur, cet oublié du territoire. Paris: Anthropos, 2003.

HIRSCHMAN, A. O. Vers une économie politique élargie. Paris: Éditions de Minuit, 1986.

KEBIR, L. Ressource et développement: une approche institutionnelle et territoriale, Thèse de sciences économiques, Université de Neuchâtel, 2004.

KRUGMAN, P. Development, Geography and Economic Theory. Cambridge: MIT Press, 1995.

LACROIX, A; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. Origine et produits de qualité territoriale: du signal à l'attribut. Revue d'Economie Régionale et Urbaine. n.4, 2000, p.683-706.

LÉVY, J.; LUSSAULT, M. Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés. Belin, 2003

MAC CORMICK, D. Faut il favoriser les clusters industriels en Afrique? Le Courrier ACP-UE, n. 196, 2003.

MUCHNIK, J. Conférence introductive in Systèmes agroalimentaires localisés et construction des territoires. Colloque organisé par le CIRAD (équipe TERA). Montpellier, 2002.

PECQUEUR, B. Le développement local: mode ou modèle. 2.ed. Paris: Syros-la Découverte, 2000.

PORTER, M. Location clusters company strategy. In: CLARK. G. L.; FELDMAN, M. P.; GERTLER (Ed.). The Oxford Handbook of Economic Geography, 2000, p.253-274.

REQUIER-DESJARDINS, D. L'économie du développement et l'économie des territoires: vers une démarche intégrée ? In ABDELMALKI, L.; COURLET, C. Les nouvelles logiques du développement. Paris: LHarmattan, 1996, p.41-45.

- SALAI, R. Action publique et conventions: états des lieux. In: COMMAILLE & JOBERT, 1998, p.55-82.
- SEN, A. L'économie est une science morale. Paris: La Découverte, 1999.
- STIGLITZ, E. J. La grande illusion. Paris: Éditions Fayard, 2002.
- STÖHR, W. Le développement *from below* vingt ans plus tard. In: FONTAN, J. M.; KLEIN, J.L.; LÉVESQUE, C. Reconversion économique et développement territorial. Québec: Presses Universitaires du Québec, 2003, p.119-143.
- TORRE, A. Faut il avoir confiance dans les techniques de production de la confiance? In: LAUFER, R.; ORILLARD, M. (Dir.). La confiance en question. Paris: LHarmattan, 2000.
- VEBLEN, T. La théorie de la classe des loisirs. Paris: Gallimard, 1989/1971.
- VERNIÈRES, M. Développement humain: économie et politique. Paris: Economica, 2003.

Éric Sabourin, Patrick Caron & Jean-Philippe Tonneau
*Pesquisadores do Centre de coopération internationale en recherche
agronomique pour le développement (Cirad) Cirad-Tera, Montpellier.
E-mails: sabourin@cirad.fr; patrick.caron@cirad.fr; tonneau@cirad.fr*

Raízes
Vol. 24, Nºs 1 e 2, jan.-dez./2005

DINÂMICAS TERRITORIAIS E TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS NO NORDESTE BRASILEIRO¹

RESUMO

Os territórios locais na sua diversidade são o produto de uma história e de mudanças socialmente construídas. O estudo das trajetórias de desenvolvimento local a nível das comunidades rurais ou de uma municipalidade sublinha a dimensão temporal dos processos de transformação. Recorrer a uma representação gráfica com ajuda de figuras² permite integrar diversos níveis de organização. O método utilizado no Nordeste permitiu a elaboração de um modelo regional de evolução dos espaços locais a partir da análise comparativa dos estudos locais e de exercícios de planeamento local. Baseado nesses trabalhos, este artigo propõe uma análise crítica das interações entre as dimensões temporais e espaciais de um enfoque desse tipo.

Palavras chave: trajetória de desenvolvimento, representação, dinâmica territorial, Nordeste.

TERRITORIAL DYNAMICS AND TRAJECTORIES IN LOCAL DEVELOPMENT: REFLECTING ON BRAZILIAN NORTHEAST EXPERIENCES

ABSTRACT

The local diverse territories are the result of changes and history which are socially constructed. The study of local development trajectories at the level of rural communities or municipalities underline the time dimension of the transformation processes. To use a graphical representation – “chorèmes” graphics (which means a framed representation of a spatial phenomenon) allow to integrate diverse organization’s levels. The method used in the Northeast allows the development of a regional model of evolution for the local spaces based on the comparative analysis of local studies and exercises of local planning. Based on these works, this article aims a critical analysis of the interactions between the timing and spatial dimensions.

Key words: development trajectory, graphic modelling, territorial dynamic, Brazil Nordeste

¹ Uma versão anterior deste texto foi apresentada em francês no Colóquio da Unidade Mista de Pesquisa Sagert «Organização espacial e gestão dos recursos e territórios rurais», Montpellier (França), 25-27 de fevereiro de 2003, e publicada nos *Cahiers Agricultures*, 2004, n. 13, p. 1-7. Traduzido por Ghislaine Duque.

² Em francês “chorèmes”, representação esquemática de um fenômeno espacial.

INTRODUÇÃO

O estudo das trajetórias de desenvolvimento local se vale de um método de análise e representação das transformações das sociedades rurais, elaborado no Nordeste por uma equipe de pesquisadores do Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD) e da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) no quadro de trabalhos de diagnóstico e apoio ao planejamento rural (Tonneau et al., 1997; Caron & Sabourin, 2001). A trajetória de desenvolvimento é definida como “a evolução dos recursos produtivos e de sua reorganização, no tempo e no espaço, por um grupo de atores sociais, num dado território, visando à reprodução ou melhoria de suas condições de vida, determinada, em parte, pela influência de fatores e de atores externos” (Sabourin et al., 1996).

Inspirando-se no conceito de *itinerário de desenvolvimento* proposto por Vallerand et al. (1990) para a unidade de produção ou a cadeia produtiva, a trajetória de desenvolvimento busca caracterizar as transformações técnicas e sociais das sociedades rurais a nível local. Ela pretende dar conta da história das situações territoriais graças a uma análise dos eventos que marcaram o sistema agrário local no decorrer das últimas décadas (Mazoyer, 1987). Portanto, esta abordagem integra, ao mesmo tempo, as dimensões espaciais e temporais, em particular na fase de representação gráfica das dinâmicas territoriais (Brunet, 1980; Tonneau et al., 1997).

Este artigo propõe uma reflexão sobre as interações entre dimensões temporais e espaciais a partir dos estudos realizados no Nordeste. Uma primeira parte lembra a gênese, a metodologia e as modalidades de aplicação do estudo das trajetórias de desenvolvimento. A segunda parte sublinha certos limites e os principais ensinamentos desse instrumento.

EXPERIMENTAÇÃO DO MÉTODO

O estudo das trajetórias de desenvolvimento foi inicialmente concebido como instrumento de ajuda à decisão, pela produção de informações seletivas e operacionais (Caron et al., 1998). Também permite, pela análise comparativa, de elaborar modelos de evolução dos espaços lo-

cais, que pode ser utilizados em outros lugares e a outras escalas (SILVA *et al.*, 1994). As etapas do processo são apresentadas no Boxe 1. No Nordeste, vários estudos foram realizados em escala local. O conjunto dá conta de uma certa diversidade das situações agrícolas e das dinâmicas camponesas e territoriais (Caron & Sabourin, 2001).

Boxe 1. Etapas metodológicas da análise das trajetórias de desenvolvimento local

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo de uma trajetória de desenvolvimento local <ul style="list-style-type: none"> • Definição do espaço social e geográfico em relação às questões que se pretende estudar; • Identificação das mudanças que podem ser observadas a respeito das práticas individuais e coletivas de produção. Esta etapa inclui uma crônica dos acontecimentos e fatores que levaram às mudanças mais significativas. Ela se baseia em inquéritos junto a agricultores e técnicos; • Estudo das reorganizações dos recursos produtivos operados pelos produtores e que motivaram as mudanças identificadas anteriormente, prestando uma atenção particular ao acesso às informações e às inovações técnicas e organizacionais; • Análise das perspectivas de evolução. 2. Análise comparativa de várias trajetórias de desenvolvimento <ul style="list-style-type: none"> • Análise comparativa das situações estudadas; • Hipóteses relativas aos mecanismos de transformação, após identificação dos fatores de mudança comuns e daqueles ligados às características específicas de uma situação; • Elaboração de modelos, a partir de normas gerais ou específicas de evolução, explicando a organização do espaço local e sua articulação com os espaços nos quais se insere. |
|--|

Uma vez escolhido o espaço de referência, os acontecimentos marcantes e as “datas” foram identificadas a partir das falas dos atores³. Essas informações permitem identificar as principais etapas da trajetória. A título de exemplo, as principais fases da trajetória da micro-região de Massaroca (município de Juazeiro/Ba) são apresentadas no Boxe 2 e uma representação gráfica é proposta na figura 1.

As dinâmicas fundiárias observadas, ou seja a diminuição das terras de pastagem e o crescimento da ocupação agrícola, explicam-se parcialmente pelas práticas dos agricultores (Caron, 1998). A expansão das cercas de arame e a difusão de plantas forrageiras perenes, ligadas ao aporte financeiro exógeno, transformam o manejo dos rebanhos, cada vez mais intensivo (Caron & Hubert, 2000).

³ Técnica de investigação aberta mobilizando as representações cognitivas de atores reconhecidos como pessoas-recursos, ou ainda peritos, no sentido de que dispõem de conhecimentos.

Boxe 2. Etapas da trajetória de desenvolvimento das comunidades de Massaroca (Juazeiro, Bahia)

Etapas	Resumo
1807-1950 Colonização, ocupação e apropriação fundiária	Os primeiros ocupantes, vaqueiros, instalam-se perto dos pontos de água, criados ou não por eles. A Lei das Terras legitima essa ocupação desde a segunda metade do século XIX. A densidade demográfica aumenta progressivamente, mas permanece fraca. As <i>fazendas</i> são parcialmente divididas entre os herdeiros, sem que essas transmissões sejam registradas junto à Administração. O resto permanece propriedade indivisa da parentela ou comunidade. As famílias vivem essencialmente dos produtos de uma criação extensiva nos pastos abertos e de culturas de subsistência produzidas em pequenas parcelas cercadas. As terras não cercadas, <i>fundos de pasto</i> , são exploráveis por todos, sejam eles membros ou não da comunidade.
1950-1982 Empresa agrícola e integração regional	A construção de uma estrada entre Salvador e Juazeiro (ligando o Sertão ao sul do Brasil) e de caminhos entre as comunidades constitui um eixo permitindo o escoamento dos produtos agrícolas. Aos poucos, as culturas se desenvolvem nos solos apropriados para isso, inclusive em locais afastados (<i>Serra da Boa Vista</i> , "colonizada" a partir de 1970). Além de satisfazerem as necessidades alimentares, elas se destinam à indústria (algodão, sisal, mamona) ou ao abastecimento alimentar dos mercados regionais (mandioca, melancia). Mas as superfícies agrícolas são reduzidas, em razão da fraca disponibilidade em força de trabalho, de construção de cercas e de culturas exigentes em mão de obra. Os movimentos migratórios, definitivos ou temporários, aumentam na época da industrialização no sul do Brasil e nos episódios de seca.
Depois de 1982 Apoios exógenos <i>Enclosure</i> e diferenciações	Para se opor à expropriação para a instalação de um perímetro público de irrigação nas suas terras de pastagem, os produtores, apoiados pela Igreja, organizam-se de forma associativa a partir de 1983. Uma dinâmica federativa emerge em 1989, porém fica limitada a 9 comunidades. As associações obtêm títulos de propriedade coletiva dos <i>fundos de pasto</i> . Esses estatutos também abrem o acesso aos financiamentos e subvenções dos projetos públicos de desenvolvimento. Num contexto de abertura democrática, os agentes de desenvolvimento asseguram a formação técnica e desempenham o papel de mediadores de proximidade entre as associações e as entidades públicas financiadoras. Os projetos se multiplicam e constata-se resultados diversos. A maioria das mudanças técnicas (manejo alimentar dos rebanhos, produções forrageiras, etc.) e econômicas se apóia no crescimento rápido das terras cercadas. Esse fenômeno de <i>enclosure</i> se acompanha de processos de diferenciação entre os estabelecimentos agrícolas. O contexto econômico do Brasil muda. A migração para o sul, antes da instalação, não apresenta mais o mesmo interesse de antes. Ela não permite mais acumulação, mas permanece, no entanto, o último recurso em caso de seca.

A representação gráfica das informações (figura 1) confere-lhes um estatuto de modelo permitindo a análise comparativa, histórica e geográfica (Brunet, 1980).

MODELOS E ANÁLISE, TEMPO E ESPAÇOS

A representação gráfica constitui em primeiro lugar um recurso visual e pedagógico para animar as reflexões e os debates com os atores locais. Os resultados obtidos no quadro de diagnósticos permitiram a análise de dinâmicas territoriais bem como abordagens prospectivas (Godar & Legay, 1992). A nível estritamente local, a análise das evoluções passadas (abordagem histórica) ajuda a pensar o futuro. Trata-se de mobilizar a história de Massaroca para elaborar um projeto local. A seguir, as evoluções de

Massaroca também podem servir para discutir futuros das frentes pioneiras e da gestão das terras de pastagem, lá onde as cercas ainda não apareceram (Caron, 2001).

A interpretação da trajetória do espaço local frente às evoluções observáveis em outras escalas permite caracterizar melhor os processos complexos de transformação. No boxe 2, a trajetória de desenvolvimento de Massaroca é assim reinterpretada graças a uma caracterização da estrutura e do funcionamento dos estabelecimentos agrícolas da micro-região (zoom antes, coluna à esquerda).

Pode-se entender melhor dessa forma como as dinâmicas de apropriação individual dos espaços coletivos podem se explicar por uma reorganização dos territórios de exploração. Da mesma forma, a maneira como a micro-região se integra no espaço regional do Nordeste (zoom atrás, coluna à direita) permite captar melhor a influência

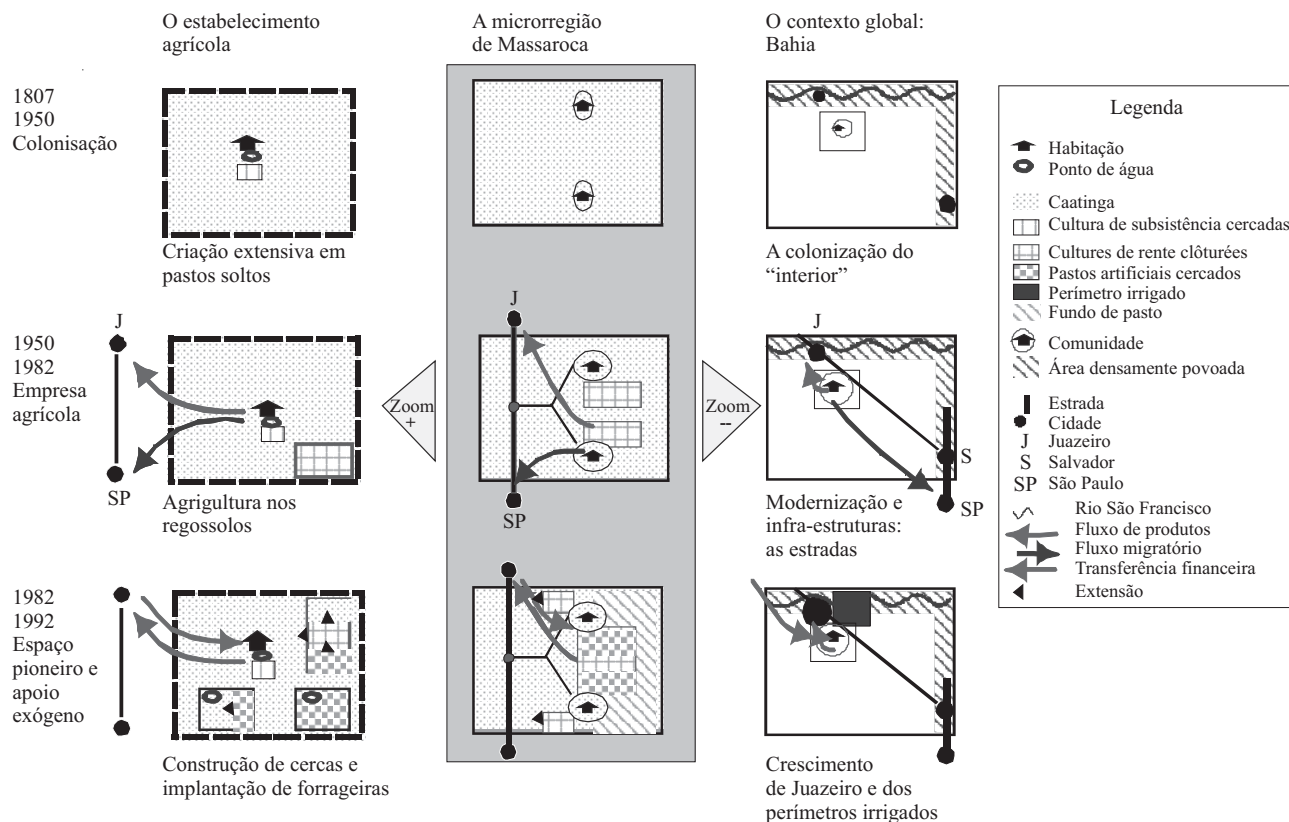


Figura 1. Principais etapas da trajetória de desenvolvimento local em Massaroca: um espaço marcado pelo cercamento e pela integração regional.

de fatores de mudança exógenos. É o caso da estrada construída nos anos 50-60 de Salvador a Juazeiro, fator essencial para a abertura da área ou desenvolvimento das áreas irrigadas a 30 km de Massaroca.

Esse tipo de representação fazendo intervir processos que se desenvolvem a diversas escalas espaciais coloca a questão da escolha da escala temporal pertinente para analisar ou modelizar uma evolução a um dado nível espacial. Qual é essa escala? Ou melhor, quais são? Será que os passos de tempo pertinentes para dar conta das principais etapas da trajetória de desenvolvimento de Massaroca têm um sentido na escala da unidade agrícola? Ou na escala do Nordeste? Em caso positivo, que sentido? Quais são os passos de tempo que permitem compreender os processos de transformação dos estabelecimentos ou do Nordeste e como interferem naqueles utilizados para construir a figura 2?

Uma reflexão à escala do Nordeste também foi feita a partir da análise comparativa de várias trajetórias de de-

envolvimento local (boxe 3) (Caron et al., 1998). Ela permitiu caracterizar a evolução diferenciada das agriculturas familiares em função de características territoriais e de dinâmicas provocadas ou observadas em diversos níveis de organização (Caron, 1998; Caron & Sabourin, 2001).

O modelo regional de evolução dos espaços locais assim elaborado integra a identificação e a caracterização, de um lado, de tipos de espaços locais, de outro lado, dos mecanismos de transição entre esses tipos.

Nas trajetórias de desenvolvimento de Massaroca, Pintadas, Nossa Sra. da Glória e Tauá, (Caron et al., 1998), quatro tipos de espaços foram identificados: espaços pioneiros, espaços marginalizados, espaços consolidados e diversificados, bacias de produção (Figura 2).

O modelo baseia-se na análise comparativa das trajetórias estudadas, interpretando a diversidade e a semelhança das evoluções. A análise é diacrônica (em locais e momentos diferentes) e sincrônica (em locais distintos numa mesma época). O primeiro tempo foi realizado com o

conhece um êxito durável, a região entra em crise e se marginaliza. Essa crise pode ser definitiva. Novas ações ou novas oportunidades podem induzir evoluções positivas.

Em Massaroca, o apoio exógeno e a organização dos produtores permitem consolidar o espaço pioneiro, diversificando as atividades. Os investimentos realizados impediram a criação de um espaço marginalizado, porque sobre explorado. Em Glória e Pintadas, a estruturação de uma bacia leiteira permitiu uma consolidação pela integração ao mercado. Em Tauá, a crise do sistema econômico e ambiental da combinação gado-algodão marginalizou a área.

A transição entre dois estados de espaço local é um processo complexo (Jouve, 2000) cujo desenrolar é ligado a uma combinação de ações e acontecimentos, reagrupados sob a denominação de fatores. Três tipos de fatores foram identificados (Caron et al., 1998):

- fatores indutores, como a instalação de uma indústria; seus efeitos se traduzem imediatamente por uma mudança de estatuto; representam-se muitas vezes, uma condição necessária, não são, geralmente, os únicos a induzir a transição;
- fatores aceleradores, como as ajudas financeiras públicas; preparam o terreno para as mudanças, permitem negociá-las ou acelerar seu desenvolvimento;
- fatores reguladores, como a definição de normas de gestão dos recursos comuns em Massaroca; facilitam o controle das evoluções pelo grupo social e garantem a reprodução das condições de produção e a estabilidade de um estado.

Esses fatores são endógenos e exógenos. Os primeiros são ligados à apropriação e à gestão dos recursos locais, à implantação de serviços, de equipamentos e de infra-estruturas, ao investimento em capital e mão de obra e à estruturação de redes de aprendizagem. Os segundos dizem respeito à influência do mercado, das legislações e das políticas agrícolas, da gestão do território, de problemas epidêmicos fito ou zoo-sanitários. Os fatores exógenos são, muitas vezes, a consequência de decisões tomadas a nível nacional e regional, em espaços de concentração do poder político e econômico. Eles condicionam fortemente a organização do espaço.

Um exame desses três tipos de fatores em relação à noção de endógeno e exógeno permite reformular esses diversos elementos num quadro mais amplo, sempre segundo três categorias:

- fatores ligados a transformações biológicas, bioclimáticas e biofísicas (secas, erosão dos solos, etc.),

econômicas (organização dos mercados) ou demográficas;

- a influência de políticas públicas implantadas na maioria das vezes à escala nacional ou regional (política agrícola, preços, crédito, intervenção dos serviços técnicos, etc.) (Tonneau et al., 1997).
- Os projetos e estratégias dos atores locais a nível individual (indústrias, agricultores, comerciantes) ou coletivo (organizações de produtores, sindicatos, etc.). A análise evidencia as capacidades de reação diferenciadas desses atores locais (resistência sindical, resiliência dos sistemas camponeses, gestão de bens comuns, etc.).

As análises das transições reforçam a pertinência da noção de estado, entendido como uma forma momentânea de equilíbrio e de coerência. “*Existem patamares a partir dos quais aparecem, num dado meio ambiente, fenômenos novos: serviços e equipamentos raros, transportes coletivos, etc.; possibilidades de agir, talvez, comportamentos.*” (Brunet, 1990). Tais patamares foram evidenciados no caso das transformações da agricultura familiar nordestina.

REFLEXÕES METODOLÓGICAS: LIMITES, DIFICULDADES E LIÇÕES

CONTRIBUIÇÕES E ORIGINALIDADE

O estudo das trajetórias de desenvolvimento foi concebido para melhorar ou completar métodos de diagnóstico de dinâmicas territoriais ou de sistemas agrários (Mazoyer, 1987; Godard & Legay, 1992) em situações e escalas onde não existem dados estatísticos, bibliográficos ou cartográficos. Recorrer às falas dos atores confere ao mesmo tempo um caráter dinâmico e participativo ao instrumento, uma vez que se trata de co-construir uma representação das transformações regionais entre agentes externos e atores locais. O desenho constitui, em primeiro lugar, um suporte mediático e pedagógico para animar as reflexões e os debates com os atores locais. Os resultados obtidos nesse enfoque no quadro de diagnósticos permitiram analisar as dinâmicas territoriais e as abordagens prospectivas (Jouve, 2000). No plano estritamente local, a análise das evoluções passadas (enfoque histórico) ajuda a pensar o futuro. Trata-se de mobilizar a história de Massaroca para elaborar um projeto local. Depois, as evoluções de Massaroca também podem servir para discutir os futuros das frentes pioneiras e da gestão dos pastos abertos lá, onde, em outros lugares, as cercas ainda não apareceram (Caron, 2001).

A interpretação da trajetória do espaço local, em referência a evoluções observáveis em outras escalas, torna a questão da escolha da escala temporal pertinente para analisar ou modelizar uma evolução a um dado nível espacial. Assim, pode-se perguntar se os passos de tempo pertinentes para dar conta das principais etapas da trajetória de desenvolvimento de Massaroca têm sentido na escala do estabelecimento agrícola, ou na escala do Nordeste. E, em caso positivo, que sentido?

A análise comparativa de vários estudos de trajetórias locais na escala de uma região ou de um território permite ultrapassar o caráter linear da história agrária (Godard & Legay, 1992). A construção da grade matricial confrontando acontecimentos, fatores e efeitos (Boxe 3) contribui para tomar em conta os passos de tempos e escalas diferenciados.

O método é complementar de outros modos de representação do espaço (mapa, zoneamento) ou de modelização da realidade (tipologias de atores ou de sistemas produtivos) e é enriquecido por esses instrumentos. A nível de abordagem prospectiva, a profundidade histórica associada à identificação de fatores de mudança esclarece a formulação de diversos cenários de evolução.

Essa complementaridade depende também das dificuldades de uso e dos limites do método.

ACONTECIMENTOS E PROCESSOS

Uma primeira constatação se deve à natureza da percepção e da representação da dimensão temporal da trajetória de desenvolvimento. A coleta de informações bem como sua representação evidenciam as datas e as descrições dos estados. Os atores memorizam os eventos e, nem sempre, percebem os longos processos que os produzem ou acompanham.

Existe o risco de deformar a representação dos processos estudados, em particular os de correntes de passos de tempo longos e de dinâmicas progressivas, pouco perceptíveis à escala de uma geração ou de uma carreira profissional (ciclos de referência da fala dos atores). O evento (a chegada da estrada de ferro) tende a cristalizar uma situação. Se os eventos são importantes, podendo determinar situações irreversíveis, o desafio também é de fazer a distinção entre processos, eventos e suas inter-relações.

Essa constatação salienta dois tipos de questões instrumentais: a da coleta e do tratamento dos dados e a da representação gráfica. A interpretação das transições de forma a identificar os processos além dos eventos e rupturas

leva à consideração de passos de tempo diferentes. Para isso, pode-se mobilizar referências observadas em outros contextos. Trata-se, então, de confrontar os dados colhidos localmente com informações históricas de origem bibliográfica ou as falas de atores relativas a esses outros passos de tempo. Encontramos aí, novamente, uma das técnicas utilizadas na elaboração do zoneamento a partir da fala dos atores (Caron & Sabourin, 2001; Lhopitallier & Caron, 1999).

A questão da representação diz respeito, em particular, ao número e tipo de etapas e à sucessão de estados da trajetória que se escolheu por evidência pelo desenho. O número dessas fases pode acentuar ou apagar os efeitos de patamares ou de ruptura. O desenho também pode dar conta ou não dos processos ou de sua expressão local.

Para isso, o alfabeto de representações gráficas dos geógrafos (Brunet, 1990) dispõe de símbolos que permitem representar processos, movimentos ou tendências, *via* a simbolização de frentes, de fluxos (de produtos, de população, de capitais) (figuras 1 e 2). Os processos de mudança descritos na linguagem discursiva permanecem submetidos à distorção, uma vez traduzidos e retranscritos pelo desenho. Isto depende também do contexto de uso do grafismo, dos objetivos pedagógicos ou midiáticos buscados e das opções de representação a eles ligados. Pode-se optar por representar uma trajetória linear ou, pelo contrário, fases bem marcadas. Pode-se apoiar na representação exclusiva das falas de atores ou, pelo contrário, confrontá-las a informações complementares.

Finalmente, que o interesse seja para os processos ou os estados, sua representação local coloca a questão das escalas consideradas, tanto do ponto de vista espacial quanto temporal.

A DIFÍCIL ARTICULAÇÃO DAS ESCALAS TEMPORAIS E ESPACIAIS

A referência ao local integra apenas parcialmente os processos dependentes de escalas mais largas, sejam elas espaciais ou temporais. A investigação a partir de falas de atores e da memória seletiva dos atores privilegia os fatos circunstanciais e localizados. O grafismo privilegia a representação dos estados, destacando as rupturas e as transições temporais (por exemplo, o financiamento das cercas). Os tempos longos dos processos são pouco considerados. Os processos, induzidos em outros níveis territoriais que aquele onde a análise está sendo conduzida, são exclusivamente representados no grafismo como estados. De fato, esses processos são ligados a cinéticas diferentes (eventualmente cíclicas) que interagem, entre

si, de forma diferenciada e segundo os níveis espaciais onde se desenvolvem (Muxart et al., 1992).

A contextualização do local (boxe 2) se baseia nas referências e nos passos de tempo identificados para explicitar a evolução da micro-região, não importa que se aplique aos fenômenos e processos relativos ao estabelecimento agrícola ou ao Nordeste. Trata-se, aí, de um viés importante. O impacto da estrada ou dos perímetros irrigados é progressivo e não atinge todos os lugares ou todos os atores ao mesmo tempo ou da mesma maneira. A diversidade é apagada. Passos de tempo essenciais, como os das trajetórias das unidades de produção ou dos ciclos de vida, não são considerados.

Finalmente, no caso do modelo regional (boxe 3 e figura 2), o grafismo atribui aos espaços escolhidos a diversas escalas os mesmos contornos segundo as épocas, enquanto estes podem variar e recobrir realidades diferentes (modificações dos limites dos municípios, por exemplo). Da mesma forma, as escalas espaciais, que têm sentido para explicar processos e comportamentos dos atores, não são os mesmos segundo as épocas, e não são dados *a priori*. O mundo do século XXI não tem os mesmos contornos que aquele conhecido antes da descoberta das Américas.

INTERESSE E PRECAUÇÕES DE USO

O uso dos resultados do estudo de uma trajetória de desenvolvimento local ou da análise comparativa de várias trajetórias supõe escolhas metodológicas que é preciso definir, desde o início, em função de objetivos, como: o planejamento para um financiador; e a aprendizagem dos atores pelo exercício ou emergência de um projeto coletivo. Trata-se de definir claramente os termos do recurso à modelização. O que importa é o valor que se projeta no modelo (reflexivo *versus* preditivo) e o uso que se pretende fazer dele (suscitar a reflexão *versus* ajudar a tomada de decisão). O modelo fornecido pela análise comparativa, por exemplo, oferece uma representação “situada” do local destinada a uma utilização (análise ou decisão) na escala regional.

CONCLUSÃO

O interesse do estudo das trajetórias de desenvolvimento local e de sua mobilização pelos atores locais depende da capacidade desse enfoque em representar as dinâmicas territoriais, integrando, ao mesmo tempo, as dimensões temporais e espaciais. Esse interesse também se acom-

panha de limites e de complexidades que é preciso conhecer e ultrapassar, seja no momento do uso das representações, ou por uma futura melhoria do método.

A aproximação entre as duas dimensões, temporal e espacial, sublinha a complexidade da confrontação e da articulação de diversos passos de tempo, de um lado, e de escalas espaciais, do outro. Para evitar descaminhos ou atalhos deformadores, importa caracterizar para cada uma das principais variáveis identificadas, para cada fator de mudança considerado, a escala espacial e o período.

É necessário especificar o nível de abstração para dar conta das dinâmicas territoriais pela representação das transformações e dos processos. Estes variam segundo o tipo de objetivo que foi fixado. As utilizações realizadas no Nordeste brasileiro se situam no campo da ajuda à reflexão, isto é, visam um uso reflexivo e pedagógico, e não fazer previsões ou ter um uso exclusivamente cognitivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. de. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 136 p., 1995
- BRAUDEL, F., L'identité de la France. Arthaud-Flammation. Tome 1: Espace et Histoire, 1986, 367p.
- BRUNET R. Mondes nouveaux: géographie universelle. Paris: Hachette/Reclus, 1990, 551 p.
- BRUNET R. La composition des modèles dans l'analyse spatiale. L'espace géographique (1). 1980
- CARON P. Modélisation graphique et chorèmes: la gestion des parcours collectifs à Massaroca (Brésil du Nordeste). Mappemonde, v.62, n.2, p.17-21, 2001
- CARON P. Espace, élevage et dynamique du changement. Analyse, niveaux d'organisation et action. Le cas du Nordeste semi-aride du Brésil. Université Paris X. 1998. 396p. Thèse Doctorat en Géographie
- CARON P, HUBERT B. Changement technique et dynamiques locales: le cas de l'élevage dans le Nordeste du Brésil. In: Symposium Recherches-Système en Agriculture et Développement Rural, Pretoria, 1998
- CARON, P.; SABOURIN, E. (Ed) Paysans du Sertao.

- Les mutations des agricultures familiales au Nordeste du Brésil. Montpellier: CIRAD, Collection Repères, 2001, 225p.
- CARON, P.; SABOURIN, E.; SILVA, PCG da; HUBERT, B.; CLOUET, Y. Development Trajectories and local spaces evolution model in the Northeast Region of Brazil. In: ASSOCIATION FOR FARMING SYSTEMS RESEARCH INTERNATIONAL SYMPOSIUM, 15, Pretoria, Afrique du Sud, AFSR-E, Proceedings, v.1, p.49-67, 1998
- GODARD O., LEGAY J. M., Modélisation et simulation: une approche de la prédictivité. In: JOLLIVET, M. (Ed). Les passeurs de frontières, Paris: CNRS, p.491-508, 1992
- JOUBE P. Dynamiques agraires et développement rural. Pour une analyse en termes de transition agraire In: SÉMINAIRE DYNAMIQUES AGRAIRES ET CONSTRUCTION SOCIALE DU TERRITOIRE, Toulouse, Actes, 2000, p.23-28.
- LHOPITALIER L., CARON P. Diversité et recomposition de l'espace rural dans le district d'Amatola, province du Cap de l'Est. Espace Géographique, n.2, p.170-183, 1999.
- MAZOYER, M. Dynamique des systèmes agraires, rapport de synthèse du colloque sur la dynamique des systèmes agraires, Paris: Ministère de la Recherche et de la Technologie, nov. 1987
- MERMET L, POUX X. Pour une recherche prospective en environnement. Nanterre: Nature, Sciences et Sociétés, n.10, v.3, p.7-15, 2002
- MUXART T., BLANDIN P, FRIEDBERG C. Hétérogénéité du temps et de l'espace: niveaux d'organisation et échelles spatio-temporelles. In: Sciences de la nature, Sciences de la société. Les passeurs de frontières. Paris: CNRS Editions, 587 p, 1992
- SABOURIN, E.; SILVA P. C. G.; CARON, P. Estudo das trajetórias de desenvolvimento: contribuição metodológica para a análise das dinâmicas agrárias. In: Ateliers de Caravelle, n.7, p.53-72, 1996.
- SILVA, P. C. G.; CARON, P, SABOURIN, E., HUBERT, B., CLOUET, Y. Contribution à la planification du développement sans objectif final: proposition pour la région Nordeste-Brésil. In: Symposium Recherches-Système en Agriculture et Développement Rural. Actes, Montpellier: AFSR/E, 1994, p.199-205.
- TONNEAU, J. P, CLOUET, Y, CARON, P. L'agriculture familiale au Nordeste (Brésil). Une recherche par analyses spatiales. In Nature, Sciences et Sociétés, v.5, n.3, p.39-49, 1997.
- VALLERAND, F, CASABIANCA, F, SANTUCCI, P. M., PROST, J. A., BOUCHE, R., CASALTA, E., VERCHE-RAND, J. Dynamisation d'un système agraire régional par l'organisation. In: BROSSIER, J. VISSAC, B.; LE MOIGNE, J.L. (Ed.), Modélisation systémique et système agraire. Décision et organisation. Paris: INRA, p. 293-296, 1990

Arilson Favareto
Sociólogo, Doutorando em Ciência Ambiental, USP.
E-mail: arilson@uol.com.br

EMPREENDEDORISMO E DINAMIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE EMPRESARIAL – UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA E ECONÔMICA

RESUMO

Um dos principais problemas para a dinamização de boa parte dos territórios rurais reside na idéia de que nestas regiões inexistem empresas ou atividades econômicas que possam servir de base a tal intento. O que não é evidente é o fato de, nestas áreas, existir uma economia informal e uma densa rede de relações sociais que não passam pelos canais institucionalizados. O artigo aborda a possibilidade de que estas atividades possam ser tomadas como um trunfo, e não como um empecilho ao desenvolvimento. Elaborado nos marcos de um estudo mais amplo, voltado para subsidiar a definição das linhas operativas de atuação do Sebrae nos chamados territórios de baixa densidade empresarial, o estudo, cujos resultados são aqui expressos, explora a hipótese de que as bases teóricas capazes de sustentar tal opção podem ser encontradas num diálogo profícuo entre as abordagens sociológica e econômica do problema. Para tanto, o artigo retoma parte da literatura mais habitualmente veiculada na ciência econômica sobre empreendedorismo, introduzindo, junto a isso, os principais resultados de uma série de pesquisas produzidas no âmbito da sociologia econômica sobre os determinantes da dinamização dos territórios rurais. Ao final, são apresentadas pistas para um novo enfoque da questão e sua possível instrumentalização através de iniciativas públicas e privadas.

Palavras-chave: empreendedorismo, territórios, sociologia econômica, desenvolvimento rural

ENTREPRENEURSHIP AND FOSTERING THE DYNAMICS OF LOW ENTREPRENEURIAL DENSITY TERRITORIES – A SOCIOLOGIC AND ECONOMIC APPROACH

ABSTRACT

One of the main problems toward advancing the dynamics of a significant number of rural territories lies in the idea that in these regions there are no businesses or economic activities to support such an end. What is not evident, however, is that, in these areas there exists an informal economy and a dense network of social relations which do not go through institutionalized channels. This article considers the possibility that these activities might be used as a trump card and not as an impediment to development. Set in the framework of a broader study aiming at subsidizing the definition of the Sebrae's operational guidelines in the so-called low entrepreneurial density territories, the study whose results are herein expressed explores the hypothesis that the theoretical foundations capable of sustaining such an option can be found in the fruitful dialogue between the sociological and economic approaches to the problem. To this end the article resorts to the literature more habitually conveyed by economic science on entrepreneurship, introducing together with that the main findings of a series of research papers produced within the ambit of economic sociology on the determinants of the development of rural territories. In the end, we present clues to a new approach that may prove instrumental to public and private initiatives.

Key words: entrepreneurship, territories, economic sociology, rural development

INTRODUÇÃO¹

O principal objetivo deste artigo consiste em retomar e discutir criticamente as bases teóricas e os principais achados de programas de pesquisas recentes capazes de explicar as possibilidades de dinamização das economias daqueles espaços que vêm sendo chamados de “territórios de baixa densidade empresarial”. Territórios onde a base da economia é formada predominantemente por iniciativas não formais, e onde há um peso relativo de atividades de subsistência e de transferências de recursos públicos via fundos e políticas sociais. Os resultados, aqui expostos, são parte de um estudo mais amplo, elaborado para subsidiar a definição das linhas operacionais de um organismo de apoio com atuação neste tipo de território².

Existe, certamente, mais de um caminho possível para tal intuito. O mais desejável e ambicioso seria, sem dúvida, poder combinar uma análise dos fatores responsáveis pelo empreendedorismo em municípios com características similares às destes territórios com um estudo das condições reais de funcionamento da economia formal e informal dos municípios em que o projeto está sendo desenvolvido. Infelizmente, o tempo disponível para a realização desta tarefa e a falta de estudos que cubram o mesmo tipo de preocupação, tendo por base realidades similares, impedem que a questão seja abordada por esse viés.

O objetivo deste artigo é bem mais modesto, porém igualmente importante. Pretende-se apresentar inicialmente algumas considerações de caráter teórico sobre as duas idéias expressas no título – empreendedorismo e baixa densidade empresarial – para, a partir disto, tecer indicações relativas às implicações de tais considerações teóricas para os aspectos práticos e operacionais dos referidos programas. Pretende-se, junto à retomada da produção teórica mais habitualmente veiculada sobre o tema, introduzir alguns trabalhos ainda pouco disseminados, em especial aqueles produzidos no âmbito da sociologia econômica. O diálogo destas duas tradições disciplinares – a sociologia e a economia – permite contornar alguns dos vazios explicativos sobre este tema, sobretudo no que diz respeito à relação entre o empreendedorismo e as caracte-

rísticas morfológicas dos territórios. A principal questão a que o artigo procurará dar resposta é justamente saber se as características sociais e econômicas específicas destes territórios comportam as bases para a promoção do empreendedorismo e, caso positivo, explicitar quais são estas bases e os caminhos para atingir esse intento.

Para isso, o artigo está organizado em três partes, além desta introdução. Na 2ª seção, são retomadas as principais vertentes explicativas do empreendedorismo e da dinamização dos territórios rurais, dos clássicos da teoria econômica à literatura contemporânea tanto da economia como da sociologia econômica. Na 3ª seção, por sua vez, discutem-se as características dos territórios em questão e as possibilidades de dinamização de acordo com a literatura corrente sobre o tema. Na 4ª seção, por fim, à luz dos pressupostos teóricos e do esboço de caracterização dos territórios, são apresentadas as principais características dos arranjos necessários para operar com tais possibilidades. As conclusões apontam, sucintamente, as principais lições apreendidas e as lacunas ainda em aberto.

EMPREENDEDORISMO

Um dos principais problemas quando se trata de empreendedorismo é justamente o caráter abrangente da noção. Daí, a importância de se procurar, na sua gênese e evolução, as diferentes definições e as variações de contexto e objetos a partir dos quais elas foram formuladas. Somente, assim, pode-se distinguir as definições aplicáveis à situação dos territórios em questão.

O LADO CONHECIDO: PEQUENA GÊNESE E EVOLUÇÃO DA IDÉIA

Embora o teórico que mais tenha contribuído para o entendimento do lugar do empreendedorismo na dinâmica econômica seja, inegavelmente, Joseph Schumpeter, as raízes do debate sobre este tema remontam aos primórdios da teoria econômica, com a obra de Richard Cantillon, *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*, publicado em 1755. Nesta obra, o empreendedor aparece como aquele

¹ Uma versão inicial deste artigo foi apresentada no XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, em 2004. O autor agradece as sugestões dos colegas Reginaldo Magalhães e Maria Célia Souza, e os comentários do Prof. Ricardo Abramovay. O agradecimento se estende também ao Prof. José Eli da Veiga pelas discussões em torno do tema e, finalmente, à equipe do Sebrae Nacional pela viabilização das condições que originaram o estudo, e pelos comentários enviados.

² Cf. Magalhães et al. (2003). Para mais informações sobre o programa a que se destinou o estudo, consultar SEBRAE (2003).

que, na atividade comercial, entre a compra de uma mercadoria e sua venda a um preço incerto auferir um lucro inesperado. Como este lucro excedia o que seria previsível, este empreendedor havia em certa medida introduzido alguma inovação. Anos mais tarde, em 1803, Jean Baptiste Say, em seu *Tratado de Economia Política* introduz uma distinção entre os lucros da atividade empreendedora e os lucros advindos da atividade tradicional capitalista³.

Foi somente no início do século XX que a idéia de empreendedorismo passa para o rol dos temas privilegiados para a interpretação da dinâmica econômica, cujo marco é a obra *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*, de Schumpeter, publicada em 1912. Nessa obra o empreendedorismo é visto como a construção de uma nova combinação de recursos (*putting together of a novel combination of resources*). Em tal idéia, o empreendedor não é aquele que necessariamente cria uma empresa, mas, sim, aquele que institui algum tipo de inovação. O mesmo Schumpeter, anos mais tarde, em 1942, em sua obra clássica *Capitalism, socialism, and democracy*, retoma e aprofunda esta idéia na análise da dinâmica econômica, destacando como ela é afetada pelas ações do empreendedor.

À mesma época houve outros desdobramentos nos estudos sobre esse mesmo tema. Um deles é representado pela obra de Knight (1985), que similarmente a Cantillon e diferentemente de Schumpeter, volta a enfatizar a importância da aceitação do risco e a vinculá-lo ao controle da firma. Outro, similar, está na obra dos neo-austriacos, como Kirzner (1973), para quem o empreendedor é alguém que está constantemente à procura de oportunidades para comprar a baixo preço e vender a preço maior; uma idéia compatível com o quadro teórico da escola austriaca, e em que o empreendedorismo aparece, portanto, como uma forma de arbitragem. Um terceiro desdobramento, ainda, pode ser encontrado nos trabalhos apoiados nas ciências do comportamento (McClelland, 1976), no quais a questão privilegiada consiste em buscar traços de personalidade capazes de explicar o comportamento empreendedor.

Nos anos mais recentes tem havido uma explosão de adjetivações ao tema – empreendedorismo público, empreendedorismo solidário, empreendedorismo comunitário. Sobre estas novas tentativas de categorização, Veiga (2003) conclui que não se trata exatamente de novas definições, uma vez que elas não avançam muito em relação às noções originais de empreendedorismo. O mesmo autor en-

fatiza que, baseando-se nessas formulações disponíveis, não seria exagero considerar que existe, hoje, uma espécie de pântano intelectual em torno desta idéia tão importante.

Mas seria possível fazer um balanço mínimo destas diferentes tentativas de conceituação? A rápida retomada da trajetória da idéia feita nos parágrafos anteriores não é, obviamente, suficiente para permitir um balanço conclusivo. Para os efeitos deste artigo, o importante a destacar o fato de haver uma clara distinção entre, de um lado, concepções que irão explicar o fenômeno do empreendedorismo pelo viés da aceitação do risco – como em Cantillon & Knight (1921/1985) -, e de outro, concepções que, mesmo deixando transparecer uma idéia de empreendedor fortemente marcada pelo heroísmo e pelos atributos pessoais, irão também dar relevo para a capacidade (e, mais do que isso, para a necessidade) de combinação de diferentes recursos – como em Schumpeter (1912). Embora as duas vertentes possam ser vistas em termos complementares, é nítido que a segunda delas abre uma porta de diálogo com aquilo que se poderia chamar de componentes sociais da atividade econômica: o papel das forças sociais, das estruturas sociais e das instituições. Com isso, torna-se necessário ir além dos estudos especificamente dirigidos a entender o fenômeno do empreendedorismo e adentrar-nos outros domínios científicos que abordam a maneira pela qual esses componentes sociais afetam a atividade econômica.

O LADO DESCONHECIDO: QUAIS AS ESTRUTURAS SOCIAIS DO EMPREENDEDORISMO?

O entendimento das estruturas sociais é o objeto próprio da sociologia. Contudo, quando se trata de procurar por uma definição sociológica de empreendedorismo, a tarefa se mostra inglória. Pouca ou nenhuma atenção tem sido dedicada a este tema, embora, nos tempos mais recentes, ele tenha se tornado um campo de estudos interdisciplinar promissor, como mostram os trabalhos de Thorton (1999) e de Swedberg (2000).

Um caminho apontado, por Swedberg (*op. cit.*), para o desenvolvimento de uma abordagem propriamente sociológica do empreendedorismo é analisá-lo não em termos individuais, a-sociais, e, sim, como uma atividade de grupo, tal como em Kanter(1983; 1988), em que o empreendedor é visto primeiramente como uma pessoa que pode motivar outra, coordenar seus esforços e colocá-los

³ Cf. Veiga (2003). Ver também Cortopassi (2004).

a serviço da realização do objetivo perseguido pelo grupo. Esta perspectiva de tratamento do problema evidencia importantes bases a serem trabalhadas em programas de fortalecimento da capacidade empreendedora, sobretudo daquelas que dizem respeito à mobilização das pessoas e à coordenação de seus esforços. O problema desta vertente está no forte interacionismo que a fundamenta, pois, em situações em que tais iniciativas operam sob condições de forte restrição, não basta fortalecer a motivação e a capacidade de mobilização dos indivíduos, é preciso dar atenção justamente aos elementos por assim dizer, estruturais, que estão fora da interação, condicionando-os mesmo. Este é o caso da distribuição desigual de ativos, por exemplo; ou do lugar simbólico ocupado por parcelas da população destes territórios, o que lhes delimita as condições de acesso a determinados espaços e relações importantes, que precisariam ser postos a serviço do território. O problema da dinamização das economias com baixa densidade empresarial traz, em si, justamente, o desafio de superar os limites dos recursos humanos, materiais e cognitivos dos agentes locais, aspectos para os quais os estudos de Kanter trazem pouca contribuição.

Outro caminho apontado, por Swedberg (2003), é a análise do empreendedorismo com o auxílio da teoria das redes (Saxenian, 1994; Granovetter, 1995 e Burt, 1992). Nos estudos destes pesquisadores, o empreendedorismo é visto como a tentativa de associar recursos disponíveis através da conexão de diferentes redes que operam de maneira isolada ou interdependente. Tomando por base realidades como o Silicon Valley, nos Estados Unidos, estes estudos têm insistido que, mais do que o empreendedorismo individual, é a estrutura da economia regional que tem a chave do sucesso. Estudos, como Castilla et al (2000), evidenciam esta estrutura através de uma constelação de redes operadas pelos atores de diferentes setores, e que envolvem, além das firmas, empresas advocatícias, instituições educacionais e autoridades políticas. Embora alguns autores, como Bourdieu (2001) também apontem os limites do interacionismo nesta segunda vertente, é inegável que ela auxilia muito no entendimento da dinâmica dos casos de sucesso. Justamente, por isso, estes estudos têm influenciado decisivamente o desenho de programas e projetos de grande envergadura.

Um terceiro caminho, também com decisiva influência sobre o desenho de programas e projetos, é representado

pelos estudos sociológicos e econômicos que têm enfatizado o papel dos sistemas produtivos locais na geração de um certo tipo de empreendedorismo. O marco é o estudo do sociólogo italiano Arnaldo Bagnasco, *Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano*, de 1977. A ele se seguiram vários outros sociólogos, economistas e geógrafos analisando as formações dos chamados distritos industriais⁴. A principal contribuição dos estudos originários desta terceira vertente está em chamar a atenção para as características morfológicas de determinados territórios e sua importância no estabelecimento da dinâmica econômica local. O centro do argumento está em que, no caso italiano, constatou-se uma forte relação entre a distribuição espacial da chamada “economia difusa”, marcadamente um grande número de pequenas e médias empresas, associadas com a existência de uma forte base familiar entre as unidades de produção agrícola e com determinado padrão de urbanização que evitava uma fratura cidade-campo. Brusco (1996) mostra como estas condições estruturais se transformam num ambiente que associa competição com colaboração, conflito com participação, e conhecimento local e prático com conhecimento científico.

Para se ter uma idéia do caráter ainda recente e, se tomado em longo prazo, ainda embrionário das pesquisas sobre o tema, vale lembrar que estas mesmas características enaltecidas, como trunfos nos estudos acima citados, tornaram-se advertência quando os estudos sobre a realidade italiana começaram a servir de inspiração para tentativas de dinamização de regiões estagnadas. Com razão, Garofoli (1996) destacava que as condições existentes no caso da Terceira Itália não se encontravam em qualquer lugar. E, paralelamente, outros programas de pesquisa (Maillat, 1995), estimulados pelo mesmo tipo de questão, mostraram que ambientes inovadores podiam ser encontrados nas mais distintas configurações territoriais e produtivas.

Qual é a chave do sucesso, então? Infelizmente os estudos de Maillat e outros que o seguiram (Becattini & Rullani, 1995; Sforzi, 1996; Ocde, 1998) chegam a descrever bem as mudanças em curso e o tipo de arranjo por detrás delas, mas pouco se sabe sobre o que é capaz de gerar um novo modo de produção e de organização das forças locais. O que é comum a todos estes estudos é a importância conferida ao enraizamento da atividade eco-

⁴ Uma boa retomada da trajetória destes estudos pode ser encontrada em Veiga (1999). Duas importantes coletâneas reúnem boa parte dos mais importantes teóricos que têm produzido sobre o tema dos distritos industriais e dos sistemas produtivos locais nas três vertentes disciplinares apontadas: Benko & Lipietz (1992; 2000).

nômica no conjunto de relações que conformam os territórios⁵. Uma associação que encontrou sua melhor expressão na conjugação capital social e territórios (Abramovay, 2001). Tendo, como maior expressão, os estudos de Putnam (1998), a idéia de capital social logo se vulgarizou e passou a freqüentar o repertório de cientistas e instituições voltadas para a promoção do desenvolvimento.

Esta, contudo, não é a única apreensão possível da idéia de capital social, e cada uma delas traz diferentes implicações quando transformadas em diretrizes de programas e projetos. Se, por um lado, a abordagem do capital social em Putnam (1998) tem um grande mérito ao chamar a atenção para o fato de serem as características do tecido social um elemento importante para a análise do sucesso das iniciativas políticas ou empreendimentos econômicos, os marcos de sua interpretação não permitem explicar como se dinamizaram regiões em que este elemento não está presente, onde não existem os “séculos de cultura cívica sedimentada”, para usar seus termos. E é forçoso reconhecer também que muitas regiões são marcadas por um tecido social favorável a dinamização, mas ela, no entanto, não acontece.

Uma outra vertente teórica que também trabalha com a idéia do capital social é representada pelos estudos da sociologia e economia americanas (Woolcock, 1998; Ostrom, 2002). A diferença desta perspectiva para a anterior está no fato de que ela incorpora as organizações formais e informais como parte determinante das interações sociais. Ela abre uma vertente importante ao afirmar que as instituições são mais do que expressões da cultura de uma sociedade. Aqui, a ênfase repousa sobre o aprendizado coletivo dos agentes. Novamente confiança e reciprocidade são palavras-chave. A questão não é saber quais as características historicamente sedimentadas em termos culturais e que favorecem a confiança, como em Putnam, mas sim saber como promover arranjos capazes de levar a essa confiança e ao aprendizado forjado nas lides com problemas coletivos. Do acúmulo dessa vivência, emergem padrões de sociabilidade cuja reciprocidade forma o capital social necessário ao suporte das ações de desenvolvimento.

Através deste campo de análises é possível descortinar todo um leque de ações capazes de favorecer a dinamização dos territórios. Isso passa pela criação de arranjos

institucionais que propiciem o estabelecimento destas relações de confiança e colaboração entre os agentes, fortalecendo as sinergias internas a um território. Também aqui, o limite dessa vertente está em não conseguir responder como e por que mecanismos pesam os elementos que estão fora da interação, condicionando-a mesmo, como é o caso das visões disponíveis sobre o futuro destas populações e seu território e a legitimidade socialmente reconhecida ou não de seus portadores.

Estudos inspirados na sociologia francesa, que tentam entender as estruturas sociais dos mercados, por exemplo, partem justamente desse dilema. Estes trabalhos se distinguem das vertentes originárias da sociologia e da economia americanas por tomar em conta não somente a rede de relações, caracterizada em sua extensão e forma de funcionamento, mas abrange também o volume de capitais de diferentes espécies que ela permite mobilizar (Bourdieu, 2001). Ao invés de partir das influências diretamente relativas aos agentes entre si, como nas vertentes anteriores, esta concepção parte da distribuição desigual destas diferentes formas de capital, e, ao lado do capital social, pesam igualmente o capital econômico, o capital político, o capital cultural, o capital simbólico. Não se trata de afirmar que o desenvolvimento é decorrência de um coquetel de capitais, mas, sim, de reconhecer que estas várias dimensões pesam e que essa distribuição desigual entre os agentes conforme o espaço de possibilidades em que eles atuam, pensam, propõem, e impõem. Aqui, a pergunta-chave é saber quem são os agentes reais, ao lado dos formalmente envolvidos, por meio de que ações eles conduzem suas estratégias, e que recursos são mobilizados para esse fim (Garcia, 1989; Garcia-Parpet, 2000; Champagne, 2003).

UMA SÍNTESE

Como foi dito anteriormente, seria temerário arriscar qualquer síntese conclusiva sobre o tema quando amplos e importantes programas de pesquisa ainda tateiam os determinantes sociais do empreendedorismo e da dinâmica econômica. Entretanto, a rápida retomada dos estudos relacionados a este tema permite indicar quais são os campos por sobre os quais tal compreensão pode se erigir. Com isso, emergem as instâncias empíricas fundamentais a serem operadas por programas e projetos que pretendam

⁵ Bryden et al (2001) chama estes fatores de *soft factors*, ou, em outra passagem, *less tangible factors*, em contraste com os *tangible factors*, estes últimos geralmente enfatizados nas análises econômicas. Em vez de uma oposição entre as duas ordens de fatores, os coordenadores deste importante programa de pesquisa chamam a atenção para a necessidade da análise combinada de ambos.

atingir o objetivo de promover o empreendedorismo e, através disto, contribuir para a dinamização de um determinado território.

Antes de mais nada, viu-se que, mais do que assumir riscos, é a capacidade de combinar diferentes tipos de recursos que pode favorecer decisivamente o empreendedorismo. Esta é uma constatação que poderia ser comum aos estudos de autores tão diferentes como Schumpeter, Granovetter e Bourdieu. Em seguida, viu-se também que os tipos de recursos que podem ser mobilizados e combinados dependem fundamentalmente das características sociais e econômicas dos territórios em questão. A sociologia e a economia dos sistemas produtivos locais vai buscar estas características no tipo de estrutura produtiva e nas formas de sociabilidade. A sociologia das redes irá buscar estas características nas redes de relações existentes ou potenciais. A sociologia e a economia das instituições irá buscar estas características nas formas de cooperação entre os agentes, a partir das quais podem se estabelecer arranjos que as potencializem e favoreça a dinamização econômica. E a sociologia da economia, como estrutura social, irá, por fim, buscar estas características nas formas de distribuição desigual das diferentes formas de capital e nas estratégias de reprodução social dos diferentes grupos locais.

As páginas anteriores mostraram um pouco das proximidades e distanciamentos entre estas diferentes vertentes. O próximo passo consiste em tentar delinear minimamente algumas características básicas deste tipo de território para, em seguida, discutir as implicações destes dois movimentos em relação às características operacionais de programas de apoio a eles direcionados.

TERRITÓRIOS E “BAIXA DENSIDADE EMPRESARIAL”

Se é verdade que a chave do sucesso para um empreendimento está nas características do ambiente local, então uma pergunta inevitável é: de que tipo de territórios estamos falando?

A DINÂMICA TERRITORIAL

Os projetos regionais apoiados pelo programa do Sebrae e voltados aos territórios de baixa densidade empresarial – ao qual se destinou este estudo – envolvem dezenas de municípios agrupados em alguns conjuntos que se espalham pelos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Nor-

te. Embora fuja ao escopo deste artigo trabalhar com dados secundários ou primários sobre este conjunto de municípios, é possível avançar alguns comentários sobre as características destes territórios tendo por base o conhecimento anterior da realidade local e algumas pesquisas anteriormente realizadas.

Entre estas pesquisas, destaca-se um estudo (CUT/Contag, 1998) que procurou caracterizar dinâmicas meso-territoriais de desenvolvimento a partir das características da agricultura (se, mais ou menos, tecnificada; se, mais ou menos, diversificada, se mais patronal ou mais familiar) e do chamado “entorno sócio-econômico” (maior ou menor disponibilidade de infra-estrutura e maior ou menor potencial de absorção de trabalho). Foram seis as diferentes dinâmicas identificadas:

- a) Situações que tendem a combinar um bom desempenho da agricultura familiar com um entorno sócio econômico flexível e diversificado;
- b) Situações que tendem a combinar a presença de uma agricultura patronal com um entorno sócio econômico gerador de oportunidades de trabalho agrícola e não-agrícola;
- c) Situações onde a crise ou fragilidade da agricultura tanto familiar como patronal com um entorno sócio-econômico rígido e incapaz de absorver mão-de-obra;
- d) Situações que tendem a combinar sistemas produtivos extensivos com um entorno sócio-econômico rígido;
- e) Situações em que a ocupação territorial é tão recente, e a precariedade do entorno sócio-econômico é tão grande que ainda não estão dadas as condições para a definição por um dos quatro padrões anteriores;
- f) Situações em que a fragilidade dos ecossistemas e do entorno sócio-econômico impedem a intensificação de práticas agrícolas, bloqueando, ao mesmo tempo, a geração de oportunidades de trabalho não-agrícola.

Claro está que os agrupamentos de municípios elencados no projeto do Sebrae se dividem entre a dinâmica “c” (sobretudo aqueles que estão situados na área de incidência da cana-de-açúcar, na faixa litorânea ou paralelo a ela), e a dinâmica “f” (principalmente aqueles que estão nas regiões de incidência do semi-árido). No primeiro caso, são municípios em que a monocultura da cana não contribui para gerar dinamismo. As situações de crise e reestruturação do setor penalizam as populações que vivem do trabalho e, ao mesmo tempo, têm bloqueado a emergência de novas atividades capazes de diversificar a economia local e dinamizar o território. No segundo caso, são municípios em que as formas precárias de acesso à

terra, a coexistência, no mesmo espaço social, de grandes proprietários e produtores familiares precarizados, além da forte restrição ambiental, associados à fragilidade da malha de municípios são os maiores empecilhos. Em virtude disso, em ambas as situações, pode-se dizer que há uma baixa dinâmica econômica, sobretudo nas atividades formalizadas. Pode-se dizer também que estes municípios vivem em situação de dependência de transferências de recursos via fundos e políticas sociais.

Várias iniciativas já foram desenvolvidas nestes territórios, ou em territórios com características similares, por uma multiplicidade de agentes – órgãos públicos federais, governos locais, organizações não-governamentais e de assistência. Como saldo, há um pequeno número de referências de boas práticas e um histórico razoável de tentativas frustradas. Estudos já realizados sugerem que uma primeira explicação para isto deve ser buscada na pouca importância conferida ao ambiente institucional. Em geral, iniciativas econômicas são pensadas de maneira isolada do ambiente o qual teria que lhes dar suporte. Analisando situações relativas ao Agreste, ao Semi-árido e à Zona da Mata, pesquisadores (Magalhães et al., 2002) apontaram vários problemas: o ambiente institucional ainda é caracterizado pelo tradicional domínio político das elites tradicionais locais; as ações governamentais, implementadas através de programas de desenvolvimento para a região, são desarticuladas entre si e há forte descrédito em várias instituições públicas que atuam nos estados; as instâncias públicas locais não possuem capacidade de integrar os diferentes programas e gerar resultados positivos; e, por fim, a precariedade das instituições de ensino superior de produção de ciência e tecnologia dificulta a realização de diagnósticos mais precisos e a formulação de estratégias mais consistentes, finalizando a inovação na tecnologia dos produtos e dos processos de produção.

Tentativas de superação destes problemas vêm sendo introduzidas, mas ainda não se consolidou nenhum processo contínuo de política regionalmente articulada. Em grande parte, as iniciativas que partilham deste diagnóstico têm encontrado dificuldade em enfrentá-lo por conta do tempo relativamente curto de sua maturação, em contraste com a longa duração e sedimentação das práticas e processos que se pretende subverter.

Outra contribuição importante para o entendimento das dificuldades que impedem a dinamização local está na indicação trazida pelos estudos mais recentes de Abra-

movay (2002) e Abramovay et al (2003). Neles, o autor chama a atenção para toda a teia de relações econômicas e sociais que passam simplesmente despercebidas por noções que vêem esses territórios como lugares de uma “economia sem produção” (Gomes, 2002)⁶. Tal idéia encontra ressonância em estudos clássicos sobre o espaço rural (Wanderley, 1996), que destacam justamente que o bloqueio à agricultura familiar e às formas descentralizadas de produção conforma um traço marcante da história agrária do Brasil. No caso da maioria dos espaços rurais, o caráter quase pára-institucional das atividades econômicas, somado ao privilégio que se costuma atribuir à grande agricultura e seus agentes, dificulta que haja uma integração entre as instituições e o capital social lá expresso ou latente. Esse caráter, aliás, não é mero acaso. Muitas vezes é a impermeabilidade das instituições ao capital social dos territórios quem restringe o alcance e o significado do dinamismo. Tal disjunção resulta, inevitavelmente, em perdas de sinergias e em desencontros que afetam diretamente o resultado e a eficácia de políticas e projetos, como também de processos sociais não formalizados: em síntese, uma permanente e reiterada separação entre a economia real e a economia imaginada nas políticas públicas e projetos (Favareto & Demarco, 2004).

Estas duas indicações parecem ser corroboradas quando se observa determinadas situações que têm conseguido furar esse bloqueio, como mostra um pequeno apanhado de casos significativos em Abramovay et al (2003). Não parece haver, portanto, incompatibilidade entre a transferência de rendas e a dinamização dos territórios locais. Não há evidências de conflituosidades insanáveis entre a promoção de políticas sociais e o fortalecimento do potencial produtivo dos territórios. Ao contrário, aquela mesma tríade – atividades de subsistência, transferências de recursos, políticas sociais – que poderia ser considerada por alguns como uma barreira intransponível, pode muito bem ser transformada em bases objetivas por onde buscar os recursos disponíveis a serem articulados e combinados em novos arranjos capazes de superar a pobreza e levar ao desenvolvimento. Nessa mesma perspectiva Amartya Sen (1998) invocando a economia dos custos relativos, aborda os caminhos pelos quais políticas sociais podem se constituir em dinamizadores de economias pobres, como mostram alguns casos citados por ele na China e na Índia.

Mas é igualmente fundamental ressaltar que esta descoberta e potencialização dos laços e relações que confor-

⁶ Este tema é retomado no artigo de Magalhães (2003).

mam a economia real, para além de seus elementos formais, não é a única condição para a dinamização destes territórios. Considerando a fragilidade dos mercados locais, será necessário pensar em estratégias de inserção baseadas na captação de demandas externas a esses territórios. Os artigos de Magalhães (2003) e Souza (2003), que se somam a este, abordam justamente os temas das microfinanças e das possibilidades de acesso a mercados diferenciados. Por isso, a próxima parte deste artigo é destinada à apresentação e discussão das características básicas dos arranjos institucionais capazes de dar suporte a essa descoberta e ao alavancar das potencialidades locais.

PROMOVENDO O EMPREENDEDORISMO E A DINAMIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE EMPRESARIAL

A questão que se coloca nesta terceira parte do artigo é saber por que caminhos, então, se pode contribuir para a dinamização dos territórios tendo por base aquelas ponderações teóricas levantadas na primeira parte e, também, as observações empíricas pontuadas na segunda.

AS SAÍDAS POSSÍVEIS PARA A SUPERAÇÃO DA POBREZA E A DINAMIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Segundo Shcejtmán & Berdegué (2003), o instrumental que permite a superação da pobreza não vai muito além de combinações de um conjunto limitado de estratégias-mestras: a via do fortalecimento das atividades primárias – destacadamente a atividade agrícola, a via do fortalecimento de atividades rurais não-agrícolas – onde se inclui tanto o auto emprego como o emprego assalariado, a via das redes de proteção social – onde se incluem desde a previdência social até os auxílios do tipo Bolsa Família, a via da migração – seja com seus reflexos em termos de remessa de recursos, seja em termos de estratégias de reconversão que ela propicia ao ampliar as redes de relações destas pessoas, e por fim, a via dos fundos públicos e transferências de recursos federais⁷.

Os mesmos autores destacam que, entre estas cinco vias, as redes de proteção social e as transferências de fundos obedecem a desenhos e as lógicas de gerenciamento que, de algum modo, escapam às possibilidades da concentração local no âmbito dos territórios; mas destacam também

que elas podem se constituir numa base importante, a partir da qual podem se estabelecer certas sinergias. Já as vias relativas ao fortalecimento das atividades primárias e das não-agrícolas, se não se conseguir superar seu caráter isolado e restrito ao âmbito micro, também não teriam melhor destino. Daí, a importância de questões como competitividade sistêmica, os vínculos com demandas externas e as relações rural-urbano, dimensões que materializam a idéia de conectar estas populações pobres a mercados dinâmicos tendo por base seu potencial endógeno.

A pertinência e o peso de cada uma das cinco vias, através de diferentes possibilidades de arranjos, não deve, pelas características destes territórios, avaliarem-se à luz do potencial produtivo em abstrato desses locais, mas, sim, em termos do potencial concreto auferido por meio da análise fina do funcionamento da economia real desses territórios, associada à captação da demanda externa ao local por bens e serviços que se podem produzir a partir destas potencialidades locais.

No que diz respeito à via agrícola, Shcejtmán & Berdegué (2003) assinalam que ela tem maior potencial de reduzir a pobreza e dinamizar um território quando se apóia na produção mais ou menos intensiva de bens diferenciados e de maior valor, e que não apresentam grandes economias de escala em sua produção e são intensivos em mão-de-obra, como é o caso para o Nordeste brasileiro da fruticultura irrigada. A produção de bens primários tradicionais, por sua vez, dependerá sempre dos frágeis mercados locais, ficando suas possibilidades de um maior alavancamento restritas a situações particulares, como compras públicas ou através do acesso a mercados segmentados. Um bom exemplo de produtos agropecuários tradicionais que podem ser a base de um dinamismo inédito, se associados a estes mercados promissores, é a produção de caprinos e seus derivados.

No que diz respeito à via da expansão das ocupações rurais não-agrícolas, Shcejtmán & Berdegué (2003) enfatizam que seu peso tem sido crescente, embora também aqui haja uma estreita co-relação entre a existência destas atividades e os vínculos rural-urbano. Nesse contexto, vale ressaltar as possibilidades de emprego em obras públicas que gerem renda a essas pessoas e, ao mesmo tempo, contribuam para reduzir as restrições ambientais (caso do Projeto “Um milhão de cisternas”), ou melhorar a infra-

⁷ De Janvry & Sadoulet (2003) dão mais ênfase aos efeitos gerados pela proximidade com *clusters* e aglomerações, sobretudo num raio de 100 km. Porém, face às características dos territórios em questão, sobretudo, a ausência ou distância de grandes centros ou aglomerações dinâmicas, considera-se que tal abordagem perde em poder explicativo. Os próprios autores fazem advertência similar no artigo citado.

estrutura local. Outro destaque diz respeito ao impacto de atividades deste tipo entre as mulheres (caso das atividades de trabalho a domicílio, por exemplo, para confecções).

Como se tem insistido, estas atividades, agrícolas ou não-agrícolas, apresentam sempre maior possibilidade de êxito quando se combinam incentivos locais com a abertura a fontes dinâmicas de demanda. Em geral, isso tem passado pelo estabelecimento de novos arranjos institucionais (sistemas e contratos, normas e padrões de qualidade, códigos de conduta que premiam a responsabilidade e o cumprimento de compromissos, organizações políticas e econômicas fortes) que, por uma parte, organizam as novas relações sociais e econômicas e, de outro, tornaram factível a participação das populações pobres nestes novos mercados. Quando estas condições não estão presentes, repita-se, o que acontece é um conhecido histórico de criação de iniciativas que apresentam um ciclo de vida curto e contribuem para um, ainda maior, arrefecimento da auto-estima destas populações⁸.

A ARQUITETURA INSTITUCIONAL

Qualquer arranjo que se pretenda eficaz precisará romper com, pelo menos, três limites que marcam profundamente boa parte dos diversos programas e projetos já destinados a territórios com as características aqui assinaladas. O primeiro limite diz respeito ao recorte temático e territorial das iniciativas contidas nos projetos: a título de valorização das potencialidades locais, muitos projetos têm subvalorizado a importância das vinculações com o espaço extra-local, reduzindo o campo de possibilidade das iniciativas neles contidas. O segundo limite diz respeito ao recorte temporal das iniciativas: sob o justo intuito de não tutelar os grupos envolvidos em projetos e programas, têm-se apelado para estratégias que retiram os mecanismos de apoio num horizonte de tempo muito curto, não permitindo que as iniciativas amadureçam e se consolidem. O terceiro limite diz respeito a um certo “capacitacionismo” ou “interacionismo” dos programas: com a intenção de transferir aos agentes, as capacidades para que comandem seu próprio destino, os programas se esquecem que há disposições, competências e habilidades que não se transferem, que são resultado de dinâmicas sociais complexas e não raro de longa duração (Favareto & Demarco, 2003).

Um exemplo deste tipo de limites: há uma justa preocupação em dotar os agentes de habilidades para formular projetos e fazer negociações. Ocorre, antes de mais nada, que a formulação de projetos envolve não só a capacidade técnica de fazê-lo, mas a disposição socialmente adquirida de enxergar campos de possibilidades que não são transparentes, e cujo entendimento depende de todo o histórico anterior de sucessos e fracassos, de relações que se pode mobilizar, enfim, que dependem do lugar social dos sujeitos em questão. Da mesma forma, no momento de negociar, estão em jogo não somente as habilidades para negociar, mas a legitimidade social de quem negocia.

Logo, vê-se que se é fácil indicar o que se deve evitar, mas o mesmo não ocorre quando se tenta identificar as estruturas por sobre as quais erigi estes novos arranjos. Não é nenhum exagero afirmar que inexistem organismos ou instituições adequados a estimular ou gerir o tipo de iniciativas aqui desenhadas. O que há são habilidades e competências dispersas entre agentes e organizações, disposições socialmente adquiridas pelos agentes. Pô-las em contato, articulá-las a partir de uma base comum gerando compromissos de médio prazo é a única alternativa. Mas qual o melhor caminho para isso?

Partindo da análise de várias proposições em diferentes países, Shcejtman & Berdegúé (2003) indicam que uma adequada arquitetura institucional para os DTR está muito associada à presença de cinco elementos:

- As atribuições e capacidades dos agentes públicos e privados locais em suas dimensões técnicas, administrativas e políticas;
- A coordenação, mas também a existência de controles e equilíbrios entre agentes de diferentes níveis;
- As redes e outras formas de cooperação entre os agentes e os governos locais para gerar ações de alcance regional capazes de empreender as tarefas de transformação produtiva que, por regra geral, excedem as possibilidades de governos municipais isolados, sobretudo nos territórios mais pobres;
- As organizações econômicas e de representação da sociedade civil;
- Os espaços e mecanismos para a concertação público-privada nas escalas e âmbitos que sejam pertinentes ao desenvolvimento do território.

⁸ Este tipo de questão tem atraído cada vez mais a atenção de pesquisadores. Trabalhos recentes em curso, em alguns casos tendo por base estudos comparativos envolvendo áreas do nordeste brasileiro – como, por exemplo, a pesquisa de Locke e a crítica de Wilkinson, ou a pesquisa conduzida por Storper, Lavinias e Mercado – ainda não haviam sido publicados até o momento de conclusão deste artigo, mas prometem trazer mais elementos para iluminar a questão em foco.

Shcejtman e Berdegué avaliam, ainda, que a experiência recente de elaboração de Planos de Desenvolvimento Local tem tido a virtude de incorporar responsabilidades no âmbito da provisão de serviços públicos como educação e saúde combinadamente com preocupações crescentes de desenvolvimento de projetos produtivos. Contudo, apontam também que esses planos não podem ser um mero exercício de cumprimento de formalidades. É preciso que eles sejam elaborados envolvendo processos de consulta ao conjunto da população local, constituindo-se em instrumentos que permitam tanto a mobilização dos recursos locais como a transparência no uso dos fundos dos recursos financeiros envolvidos. A análise dos casos de insucesso mostra que os planos que não lograram êxito foram justamente aqueles que tiveram um tempo curto para o estabelecimento de relações de aprendizado coletivo, um escopo restrito de ações ou de instituições envolvidas.

Esta avaliação é corroborada por estudos que tentaram levantar os impactos e também as dificuldades que cerca a elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (IBASE, 2002) e mesmo a atuação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (Abramovay, 2003; Plural, 2002): constatou-se que estas iniciativas têm criado importantes espaços, mas que elas ainda estão muito longe de conseguir efetivamente impulsionar o desenvolvimento dos territórios, o que se deve, em grande parte, pelos problemas destacados acima.

É justamente a partir deste tipo de avaliação, e apoiando-se na experiência internacional (sobretudo francesa) que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável vinha propondo a adoção dos Contratos Territoriais de Desenvolvimento (CTD). A idéia básica dos CTD é a criação de mecanismos de transferência de recursos condicionados a compromissos assumidos pelos agentes locais, tendo por base planos municipais de desenvolvimento. Além do caráter contratual que passa a reger a relação entre os agentes, o interessante nesta proposta é o fato de, ao indicar o caráter dos planos, ela sinaliza quais os vetores de intervenção capazes de desenhar as iniciativas e o arranjo institucional capaz de sustentá-las (Veiga et al., 2001; CNDRS, 2002)⁹.

Ali, eram três os tipos de ação sugeridas, aqui reproduzidas apenas topicamente:

- a) Ações para aquisição de competência – Diagnóstico do território, sensibilização da população, apoio técnico à articulação entre municípios, apoio técnico à elaboração do plano; apoio técnico à captação de recursos; investimentos em informática e telemática; formação de gestores e animadores.
- b) Ações para a inovação: de três tipos
 - b.1) Ações voltadas para a valorização do setor primário – melhoria da qualidade de ensino; estudos de mercados locais e regionais; assistência técnica e investimentos na valorização de especificidades locais; transferência de tecnologia com ênfase em biotecnologias; aproveitamento da biomassa; promoção de produtos locais e regionais de qualidade e valorização de sua vinculação com território de procedência; participação em feiras, contatos com redes de venda por correspondência, com centrais de compra e com redes de comércio eletrônico; diversificação dos sistemas produtivos; produção de energias alternativas; formação profissional orientada para a promoção dessas inovações;
 - b.2) Ações voltadas para o uso sustentável dos recursos naturais – renovação do patrimônio natural e cultural; difusão cultural do desenvolvimento sustentável; proteção, recuperação e promoção da paisagem; investimentos em turismo relacionado à valorização da biodiversidade; infraestrutura que favoreça investimentos voltados para o aproveitamento das amenidades; restauração e valorização de construções históricas, sítios arqueológicos, símbolos religiosos; promoção do ecoturismo; formação profissional voltada ao aproveitamento das amenidades.
 - b.3) Ações voltadas para os setores secundário e terciário. – apoio a embriões de clusters; apoio técnico e financeiro a responsáveis por projetos de novas empresas; apoio técnico e financeiro para a cooperação entre empresas já existentes; articulação com o sistema de ciência e tecnologia; apoio à criação de institutos ou associações voltadas para a promoção de inovações tecnológicas; criação de novas janelas de oportunidades para jovens que pretendam assumir iniciativas empresariais; acesso das pequenas e médias empresas a serviços de

⁹ Quando este artigo já havia sido elaborado iniciou-se, no âmbito do Governo Federal, uma política de promoção do desenvolvimento em territórios rurais, cujos contornos e resultados não puderam ainda ser analisados. Ver a respeito FAVARETO (2005).

assessoria, estudos de mercado e transferência tecnológica; investimentos em meios de transporte; apoio a formas de artesanato que valorizem os recursos locais.

- c) *Criação de redes intermunicipais* – Organização de atividades de cooperação entre municípios, investimentos conjuntos e marketing local.

A ênfase neste ou naquele tipo de iniciativa vai depender, obviamente, do histórico das populações em questão e das possibilidades que estarão sendo perseguidas. O importante é o processo que envolve estas escolhas ser fortemente amparado num nível de conhecimento da realidade local que supere o impressionismo e uma variação sua, que consiste na ilusória análise da economia local tendo, por base, somente sua dimensão formal. Isto é, trata-se de buscar a vida nos territórios tido como mortos. Trata-se, como foi dito na primeira parte, de entender quem são os agentes reais destes territórios, por meio de que práticas eles constroem sua existência, e quais os recursos que eles mobilizam para isso. A análise das possibilidades e dos constrangimentos que condicionam a existência e a ação social destes agentes é a análise da dinâmica do território. A operacionalização dos elementos que, daí surgem, permitirá sair de uma situação de estagnação para uma situação de dinamismo tão desejada por estas populações e por organismos de apoio.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Através das três partes principais que compõem este artigo, procurou-se evidenciar: i) a necessidade de situar as iniciativas de promoção do empreendedorismo e de dinamização dos territórios nas características do tecido social local como sua mais importante base e, ao mesmo tempo, seu mais importante constrangimento; ii) o fato de que estes territórios, mesmo com baixo dinamismo, são os espaços de uma trama densa de relações sociais e econômicas por onde se mobilizam diferentes tipos de recursos; iii) a idéia de que a capacidade de alavancar estes recursos e dinamizar estes territórios passam pelo estabelecimento de arranjos institucionais inovadores que permitam conectar estas populações a mercados dinâmicos e a empreender novas atividades.

Traduzir estas indicações e sugestões operacionais em termos de passos concretos a serem trilhados em territórios de baixa densidade empresarial não é algo simples. Primeiro, porque, para que isso fosse feito de maneira con-

sistente, seria preciso conhecer, mais de perto, o atual estágio das iniciativas em cada um destes territórios. Segundo, porque, nos diferentes territórios, muito provavelmente, os passos não poderiam ser os mesmos ou obedecer à mesma ordem.

O fundamental é, portanto, reter três lições derivadas do que foi exposto: i) a base de conhecimento que permite a definição de boas e consistentes estratégias tem que ser construída para além do que permitem os diagnósticos rápidos tradicionalmente produzidos – é preciso ir aos subterrâneos da vida econômica e social local entendendo os mecanismos de reprodução social das populações pobres e seus vínculos com a dinâmica do território; ii) a introdução de inovações terá que começar já pelo tipo de ações que os projetos dirigidos a esses territórios irão propor – é preciso ir além das atividades tradicionais de diagnóstico/capacitação/assessoria para se avançar na efetiva direção de construir arranjos institucionais inovadores; iii) as características desses arranjos institucionais inovadores precisarão, pelo menos, ir além dos atores tradicionais e mesmo dos atores locais, e ir além dos horizontes de tempo restritos que não permitam a maturação das iniciativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agriculture familiale et développement territorial au Brésil. *Ruralia*, n.3, p.91-111, 1998.

_____. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p.57-82.

ABRAMOVAY, R.; SAES, S.; SOUZA, M. C.; MAGALÃES, R. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. In: CEPAL/DFID. *Pobreza e mercados no Brasil: Uma análise de iniciativas de políticas públicas*. Brasília: CEPAL/DFID, 2003. 75p.

BAGNASCO, A. Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano. Bologna, 1977. 255p.

BECATTINI, G.; RULLANI, E. Système local et marché global: Le district industriel. In: RALLET, A.; TORRE, A (coord). *Économie industrielle et économie spatiale*. Paris: Economica, 1995, p.171-190.

- BENKO, G.; LIPIETZ, A. Les régions qui gagnent – districts et réseaux: Les nouveaux paradigmes de la géographie économique. Paris: PUF, 1992
- _____. La richesse des régions – la nouvelle géographie socio-économique. Paris: PUF, 2000
- BOURDIEU, P. Les structures sociales de l'économie. Paris: PUF, 2001
- BRUSCO, S. The idea of industrial district: its genesis. In: PIE, Frank et al – eds. Industrial districts and inter-firm cooperation in Italy. Geneva International Labour Organization, 1990, p.10-19.
- _____. Trust, social capital and local development: some lessons from the experience of the italian districts. In: OCDE (1996) Networks of enterprises and local development.. Paris, p. 115-119, 1996
- BURT, R. Structural holes: The social structure of competition. Cambridge: Harvard University Press, 1992
- CASTILLA, et al. Social networks in Silicon Valley. In: CHONG-MOON LEE Ed. (2000) The Sillicon Valley Edge: A habitat for innovation and entrepreneurship. Stanford: Stanford University Press, 2000
- CHAMPAGNE, P. L'héritage refusé – la crise de la reproduction sociale de la paysannerie française (1950-2000). Paris: Seuil, 2002
- CUT/Contag. Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil. São Paulo/Brasília, 1998
- DATAR. Réseaux d'entreprises et territoires – regards sur les systèmes productifs locaux. Paris: La documentarion française, 2001.
- FAVARETO, A. Do Pronaf ao desenvolvimento territorial – elementos para uma crítica das instituições e políticas para o Brasil rural. Paper apresentado no Congresso Brasileiro de Sociologia, 12, 2005, Belo Horizonte/MG. 2005
- FAVARETO, A.; DEMARCO, D. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – entre o capital social e o bloqueio institucional. In: SCHNEIDER, et al. (Orgs.) Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: UFRGS, 2004
- GARCIA, A. R. O sul: Caminho do rogado. São Paulo/Brasília: Marco Zero/ UnB/CNPq/MCT, 1989
- GARCIA-PARPET, Marie-France. Dispositions économiques et stratégies de reconversion – l'exemple de la nouvelle viticulture. In: Ruralia, n.7, Paris, 2000
- GAROFOLI, G. Industrialisation diffuse et systèmes productifs locaux: un modele difficilement transférable aux payx en voie de développement. In: ABDELMALKI, L.; COURLET, C. (eds). Dynamiques territoriales et mutations économiques. Paris: L'Harmattan, 1996, p.137-156.
- GRANOVETTER, M. The sociology of firms and entrepreneurs. In: PORTES, A. The economic sociology of immigration . New York: Russel Sage Foudation, 1995
- IBASE. Avaliação dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural. Convênio IBASE/IICA/SAF-MDA. Rio de Janeiro, Brasília:IBASE, 2002, CD-Rom.
- KANTER, R. M. The change master: innovation and entrepreneurship in America. New York: Simon and Schuster, 1983
- _____. When a thousand flowers bloom: structural, collective and social conditions for innovations in organizations. In: Research in organizational behavior, n. 10, p169-221, 1988
- KIRZNER, I. Competition and entrepreneurship. Chicago: University of Chicago Press, 1973
- KNIGHT, F. Risk, uncertainty and profit. Chicago: University of Chicago Press, 1921/1985
- MAGALHAES, R. Microfinanças em regiões de baixa densidade empresarial. São Paulo, 2003
- MAGALHAES, R., FAVARETO, A.; BITTENCOURT, G. Dinâmicas demográficas e desenvolvimento rural – apontamentos a partir de seis municípios do Nordeste brasileiro. In: Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia Rural. Porto Alegre, 2002

- MERLIN, P. *L'aménagement du territoire*. Paris: PUF, 2002
- OCDE. *Fostering entrepreneurship. The OECD job strategy*. Paris, 1998
- OSTROM, E.; AHN, T. K. *A social science perspective on social capital: social capital and collective action. Workshop in political theory and policy analysis*. Indiana University, 2001
- PLURAL COOPERATIVA. *Instituições e políticas públicas para o desenvolvimento rural – uma avaliação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural*. São Paulo/Brasília, Convênio Plural/IICA/SAF/MDA, 2002
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia – a experiência da Itália moderna*. São Paulo: FGV, 1998
- SAXENIAN, AnnaLee. *Regional advantages: Culture, competition in Silicon Valley and Route 128*. Cambridge: Harvard University Press, 1994
- SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. *Desarrollo Territorial Rural*. Santiago do Chile: FIDA/BID 2003. (fotocopiado).
- SCHUMPETER, J. *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*. Leipzig: Duncker und Humblot. (1942/1994). *Capitalism, socialism and democracy*. London: Routledge, 1912
- SEBRAE (Brasil) *Projeto Sebrae Zona da Mata*, 2003. <http://www.projetosebraezonaedamata.com.br>
- SEBRAE *Termo de referência para atuação do sistema. SEBRAE em territórios de baixa densidade empresarial. 2.versão 2003b.(fotocopiado).*
- SFORZI, F. *Local systems of small and medium-sized firms and industrial changes*. In: OCDE. *Networks of enterprises and local development*. Paris, 1996, p.99-103.
- SOUZA, M. C. *Possibilidades de acesso aos mercados solidários*. São Paulo, 2003
- SWEDBERG, R. *The social view of entrepreneurship*. In: Swedberg ed. *The social science view*. Oxford: Oxford University Press, 2000
- _____. *Principles of economic sociology*. New Jersey: Princeton University Press, 2003
- THORNTON, P. *The sociology of entrepreneurship*, *Annual Review of Sociology*, n. 25, p.19-46, 1999.
- VEIGA, J. E. *A face territorial do desenvolvimento 1999*. (fotocopiado).
- VEIGA, J. E. *Empreendedorismo rural – uma primeira aproximação*. 2003. Texto não publicado.
- VEIGA, J. E. et al. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Série Textos para Discussão, Brasília: NEAD, n.1, 2001.
- WOOLCOCK, M. *Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework – Theory and society: Renewal and Critique in Social Theory*, v.27, n. 2, p.151-208, 1998

Jean Philippe Tonneau
Doutor em Geografia, CIRAD. E-mail: tonneau@cirad.fr

Luis Henrique Cunha
*Doutor em Desenvolvimento Sócio-Ambiental, PPGCS/UFCG.
E-mail: luishcunha@uol.com.br*

PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO SEMI-ÁRIDO

RESUMO

O artigo tem como objetivo aprofundar a discussão sobre o conceito de território e suas relações com o desenvolvimento local sustentável no semi-árido nordestino. Nesta perspectiva, o artigo tenta responder a perguntas como: O que são territórios e por que devem ser privilegiados enquanto orientadores de programas de pesquisa e de políticas públicas? O que significa desenvolvimento territorial e em que este conceito se diferencia da noção de desenvolvimento local? Como a referência a este enfoque pode ajudar a resolver os graves problemas da sociedade brasileira, levando em conta inclusive a grande diversidade de nossos territórios? Na parte final, apresenta algumas sugestões para a construção de um programa de pesquisa que possa contribuir com a investigação dos territórios e das experiências de desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: território, sustentabilidade, políticas públicas

RESEARCH ON TERRITORIAL DEVELOPMENT IN SEMI-ARID

ABSTRACT

The article seeks to look further into the discussion on the concept of territory, concentrating on its relationships with local development and sustainable development in northeastern semi-arid. From this perspective, the authors try to answer questions like: What are territories and why must they be privileged as objects of research programmes and public policies? What is the meaning of territorial development and in what way does this concept differ from the concept of local development? How can the reference to a territorial development approach help solve the serious problems of Brazilian society, and also consider the diversity of our territories? In conclusion, some suggestions are presented for the construction of a research programme which could bring contributions for both the conceptual reflection on territories and, at the same time, the practical experiments of territorial development in progress at Brazil.

Key words: territory, sustainability, public policies,

INTRODUÇÃO

As questões territoriais têm recebido cada vez mais atenção dos meios acadêmicos e sociais, refletindo a crescente e competitiva integração global de lugares e regiões. O governo brasileiro, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), optou pelo enfoque territorial como elemento norteador de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para o desenvolvimento rural e para a agricultura familiar. Instituições governamentais e não governamentais como EMBRAPA e EBRAE têm também anunciado a adesão ao enfoque territorial para orientar suas ações. Em várias regiões do Brasil, as políticas de desenvolvimento territorial, ao lado das políticas sociais de educação e saúde, têm sido apresentadas como a forma privilegiada, para não dizer única, de intervenção do Estado.

Este texto, resultado de uma série de debates com pesquisadores vinculados à Embrapa Semi-árido e ao Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar (GPAF) da UFCG, tem como objetivo contribuir com as reflexões de pesquisadores, professores, estudantes e gestores de políticas públicas envolvidos com a temática do desenvolvimento territorial no semi-árido nordestino.

Estas reflexões são importantes por dois motivos. Em primeiro lugar, porque é preciso investigar o grande número de experiências em andamento – programas e projetos – inspiradas nos pressupostos do desenvolvimento territorial, apreendendo as dinâmicas que engendram e os impactos na melhoria da qualidade de vida das pessoas e no reordenamento dos territórios alvos destas ações. Em segundo lugar, porque é necessário aprofundar, no âmbito das ciências sociais, a própria discussão sobre o conceito de território, suas relações com o desenvolvimento local e a sustentabilidade, permitindo contribuir com o aperfeiçoamento das ações e políticas voltadas para os territórios brasileiros e para a agricultura familiar.

A primeira parte deste artigo focaliza justamente a segunda classe de problemas acima indicados. Tentamos responder a algumas perguntas que nos parecem fundamentais no processo de aprofundar o debate sobre a temática do desenvolvimento territorial entre os cientistas sociais: O que são territórios e por que devem ser privilegiados enquanto orientadores de programas de pesquisa e de políticas públicas? O que significa desenvolvimento territorial e em que este conceito se diferencia da noção de desenvolvimento local? Como a referência a este enfo-

que pode ajudar a resolver os graves problemas da sociedade brasileira, especialmente do semi-árido nordestino, considerando, inclusive, a grande diversidade de nossos territórios?

Em seguida, na parte final, apresentamos algumas sugestões para a construção de um programa de pesquisa que possa contribuir com a investigação dos territórios e das experiências de desenvolvimento territorial em andamento no Brasil. Este programa apresenta novas perguntas a serem respondidas e deve influenciar as respostas futuras que poderemos dar às questões acima indicadas.

O QUE É O TERRITÓRIO?

Milton Santos e Silveira (2001) resumem bem as dificuldades e ambigüidades associadas à noção de território:

A linguagem cotidiana freqüentemente confunde território e espaço. E a palavra extensão, tantas vezes utilizada por geógrafos franceses (*étendue*), não raro se instala nesse vocabulário, aumentando as ambigüidades. [...] Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer aquilo que nos pertence [...] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde a existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas, a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem.

O território hoje é entendido como “[...] um espaço construído histórica e socialmente, no qual a eficiência das atividades econômicas é intensamente condicionada pelos laços de proximidade e pelo fato de pertencer a esse espaço. O território é, então, um resultado e não um dado”. (CIRAD-SAR, apud SABOURIN, 2002). Todo território, portanto, “pertence” a um grupo social. E é, também, produto do entrelaçamento de projetos individuais e coletivos, em que se instituem processos de identificação e de negociação dos interesses comuns e conflitantes.

Dessa forma, o território é algo permeado pela lógica da dominação e dos interesses, muitas vezes conflitantes, inscritos tanto em um espaço físico quanto em sua forma de ocupação. Temos, portanto, uma concepção do território como espaço em que se confrontam diferentes poderes e estratégias de gestão – que poderíamos chamar “território-espaço de poder”.

Dito de outra maneira, os territórios não definem as formas das relações sociais. Falar em território não implica democracia, nem mesmo desenvolvimento. Temos territórios de não-desenvolvimento, territórios de fome e de miséria, com relações arcaicas de dominação marcadas pelo clientelismo. Em vários casos, como na situação específica do semi-árido brasileiro, o problema maior consiste em mudar as relações de poder, inserir os excluídos e fazer com que as populações gerenciem seu próprio destino.

Há, ainda, uma concepção mais operacional de território – que poderíamos chamar de “território-espaço de projeto”, desenvolvida em torno de uma identidade já consolidada ou em processo de consolidação. VITOR ATHAYDE et al. (2003), a partir de um trabalho de identificação, caracterização e classificação de projetos de desenvolvimento territorial na Bahia, parece partir desta concepção mais operacional do conceito ao definir território como o espaço onde se executa um projeto político de desenvolvimento territorial.

Um projeto territorial é essencialmente político, envolvendo atores e instituições locais que não necessariamente defendem os mesmos grupos, interesses e idéias, mas trabalham de forma articulada, buscando consensos em torno de um tipo de desenvolvimento. De modo geral, o projeto territorial é guiado por uma atividade/ação dominante, quase sempre econômica (mas não exclusivamente) e, em torno ou além dela, articula outras atividades que beneficiam mais pessoas e novos ambientes. O território-espaço de projeto não tem que estar restrito a limites municipais e não se restringe a uma única atividade/ação. Mas qualquer que seja a concepção dominante, território-espaço de poder ou território-espaço de projeto, não se pode perder de vista a diversidade dos territórios. Eles possuem realidades e potencialidades diferentes, com contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que suportam possibilidades de ação dos agentes sociais engajados nas iniciativas que objetivam o desenvolvimento.

COMO CARACTERIZAR OS TERRITÓRIOS DO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO?

Os territórios existem e há uma grande diversidade deles. Como identificá-los? Como caracterizá-los? Como categorizá-los? Outras perguntas de caráter operacional também surgem: Como escolher os territórios para engajar uma ação de desenvolvimento territorial? De fato, é

preciso definir critérios na identificação e classificação dos territórios.

Considerando o impacto da globalização, a melhor alternativa seria basear-se em critérios de integração diferenciados. Num trabalho de tese (TONNEAU, 1994), a partir de dados da década de 1980, identificamos três grandes grupos de territórios rurais no Nordeste:

- Espaços em recomposição onde o desaparecimento dos latifúndios permite a instalação de uma agricultura familiar precária, na qual a produção tende a subsistência com pouca penetração no mercado. A dinâmica dos assentamentos de reforma agrária no semi-árido em grande medida corresponde, hoje, a esta lógica;
- Espaços onde a agricultura familiar está consolidada, existindo uma diversificação da demanda agrícola induzida por atividades extrativistas ou por empregos públicos, bem como a produção de um mercado favorecido pela proximidade de uma demanda urbana;
- Os pólos agro-industriais – áreas integradas à economia nacional e internacional, nos quais a presença de infra-estruturas de comunicação e de comercialização é determinante para a competitividade dos produtos. Aqui, as formas de produção capitalistas são dominantes e permitem a competitividade.

Esta situação tem se transformado na última década, radicalizando-se as oposições entre agro-pólos e os territórios “marginalizados”. O Sub Médio do Vale do São Francisco (SMSF) tornou-se um dos maiores pólos de fruticultura irrigada do mundo. Por ano, na região, são produzidas aproximadamente 800 mil toneladas de frutas em uma área estimada em 125 mil hectares, conforme informação da Valexport (Associação dos Produtores e Exportadores do Vale do São Francisco) referente a 2003. As principais frutas responsáveis pelo crescimento da região são a uva e a manga, colocando-a em posição de destaque em relação à produção nacional e internacional, introduzindo o Brasil de forma competitiva no mercado mundial em relação a esse tipo de cultura (BLOCH, 1996; SIQUEIRA, 2003). O Brasil já é conhecido mundialmente como o maior produtor de variedades nobres de manga. O pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA atende, hoje, a boa parte da demanda do mercado internacional por este produto (MANN, 2002). Dados da Valexport indicam que a região respondeu, em 2003, por 95% da uva e por 90% da manga exportadas pelo Brasil.

Por outro lado, a produção agropecuária nordestina

encontra-se em crise. Atingiu o seu auge no fim da década de 1980 e, a partir de então, passa a apresentar índices decrescentes. Segundo o relatório base para a recriação da Sudene – *Por uma política de desenvolvimento sustentável para o Nordeste*, a crise das atividades do complexo gado-algodão-lavouras fez com que a contribuição do semi-árido para a economia regional caísse de 28% em 1970 para 21% em 2000, fazendo com que a produção per capita passasse de 74,7% para 53,2% no mesmo período (Ministério da Integração Nacional, 2003).

Paralelamente, sobretudo a partir da década de 1990, as políticas de infra-estrutura (distribuição de energia, acesso à água, organização dos transportes) e sociais (bolsa-alimentação, renda mínima, educação, saúde, entre outras) possibilitam a melhoria do nível de vida das populações rurais, em que pesem os grandes problemas que ainda precisam ser enfrentados. As políticas sociais, em particular a aposentadoria, limitaram o êxodo rural para os grandes centros, beneficiando, acima de tudo, os supermercados e a agroindústria, transformando os produtores rurais em consumidores. Esse processo tem sido qualificado por alguns autores (GOMES, 20001; VEIGA, 2001) como “economia sem produção”.

Percebe-se que, apesar do sucesso econômico, as regiões dos pólos agro-industriais permanecem vulneráveis aos riscos econômicos e climáticos e não conseguiram avançar na solução dos problemas ambientais (poluição, perda da biodiversidade.), de segurança alimentar (qualidade e dependência) e sociais (concentração da renda, reprodução social em grandes extensões de terra sem vida rural). Quadro que tem proporcionado uma série de questionamentos acerca da sustentabilidade desse modelo (JARA, 1998; MORIN, 2002; GORGESCU-ROEGEN, 1979; ALMEIDA et al. 2001).

Tanto nos pólos agroindustriais quanto em outras zonas, a insatisfação em termos do desenvolvimento alcançado é grande. O documento *Por uma política de desenvolvimento sustentável para o Nordeste* (Ministério da Integração Nacional, 2003) propõe uma estratégia de desenvolvimento regional alicerçada em torno de um compromisso com a inclusão social. O objetivo principal da ação não deve basear-se na busca de taxas de crescimento produtivo (que é um meio e não um fim), mas na geração de oportunidades de inserção social para milhões de nordestinos.

A insatisfação com as políticas e ações de desenvolvimento e com os resultados que geraram leva-nos a refletir sobre que novas políticas públicas são mais adequadas para o desenvolvimento do semi-árido nordestino. Refle-

xão que passa, necessariamente, pela busca de inspiração nas realizações da sociedade civil. É, nesta perspectiva, que gostaríamos de introduzir a discussão sobre a pesquisa do desenvolvimento territorial.

O DEBATE EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A principal justificativa para a utilização do conceito de desenvolvimento territorial, tanto para operacionalizar pesquisas sobre a realidade social quanto como instrumento de intervenção sobre essa realidade, é de que se trata de um processo específico de aproveitamento e produção de capital social, interpretado em termos das possibilidades de ação coletiva que se funda em laços de proximidade, reciprocidade e confiança mútua e que podem ser traduzidas “em crescimento e geração de riquezas” (DUNCAN, 2003). O desenvolvimento territorial aparece fortemente no contexto do debate sobre o desenvolvimento do semi-árido como uma das possibilidades de resposta articulada entre o poder público e a sociedade civil diante dos problemas apontados como causas do subdesenvolvimento.

O quadro da página seguinte aponta outras expectativas relacionadas à aplicação do conceito de desenvolvimento territorial como elemento norteador de políticas públicas.

O dinamismo das experiências de desenvolvimento local colocadas em marcha pela sociedade civil demonstrou, em parte, estas expectativas. Porém, essas iniciativas são ainda restritas, localizadas e, até hoje, não foram traduzidas em ações ao nível das coletividades territoriais. Um dos pontos cruciais na noção de desenvolvimento territorial e, até o momento, ausente nas experiências concretas já vivenciadas, é o entrecruzamento e a interligação entre as iniciativas locais e a ação dos poderes públicos em todas as esferas – nacional, estadual e municipal.

Como destacou Ducan (2003):

O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção. Busca a integração interna dos territórios rurais e destes com o restante da economia nacional, sua revitalização e reestruturação progressiva, assim como a adoção de novas funções e demandas. [...] Portanto, a meta fundamental do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais é estimular e favorecer a coesão social e territorial das regiões e dos países onde ela é empregada como elemento harmonizador dos processos de ordenamento (regulação descendente) e de desenvolvimento (reação ascendente) das sociedades nacionais.

Causas do subdesenvolvimento do semi-árido	Potencialidades do desenvolvimento territorial
O tradicionalismo e a pouca disposição para a mudança	Favorece a emergência de valores universalistas, baseados no regaste da identidade do território.
A dominação e a exploração	Busca reforçar a coesão social, os laços de proximidade e de solidariedade comunitária objetivando ressaltar a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento e inclusão.
A ausência de empresários e a falta de gosto pelo investimento	Favorece a ação dos empresários, no sentido de Shumpeter: portadores de iniciativa.
A ausência de dinamismo social	Aumenta a capacidade de ação da sociedade civil (historicidade) e dos movimentos de base.

Estes dois processos – de ordenamento e de desenvolvimento – fazem referência às ações complementares (o planejamento territorial e a experimentação social) e as articulações entre dois atores principais (representantes do poder público e da sociedade civil organizada). Nesta perspectiva, promover o desenvolvimento territorial é: a) orientar e integrar as ações; b) potencializar a dinâmica social; e c) criar ou aperfeiçoar os arranjos institucionais que facilitem o desenvolvimento.

A “definição do possível” é uma importante etapa de qualquer processo organizado de desenvolvimento e vai orientar e integrar as ações dos diversos atores envolvidos no processo, em relação às potencialidades e aos recursos (físicos e humanos); ao nível do desenvolvimento e da acumulação em capital; às oportunidades do mercado e, também, ao projeto de sociedade, aos rumos e aos objetivos da ação. Normalmente, estas grandes orientações são reunidas em um plano plurianual, que vai servir para orientar os investimentos e, em particular, a infra-estrutura.

Mobilizar os atores, adaptando-se e sendo adaptado por eles, consiste em importante ação para potencializar a dinâmica social, refletida em competências técnicas, administrativas e institucionais.

A construção de novos arranjos institucionais passa pela elaboração de normas e regras que regulem a ação do poder público e de empresários, agricultores familiares e técnicos, definindo um conjunto de deveres, responsabilidades e direitos, bem como pela costura de parcerias entre iniciativa privada, organizações populares (comunidades, sindicatos, associações), instituições de apoio (ONGs) e poderes públicos.

O grande desafio é fazer com que o planejamento seja a expressão das necessidades da população, vivenciadas no presente e projetadas para o “futuro”. Enfrentar este de-

safio implica em encontrar boas soluções para antigos problemas dos programas de desenvolvimento: aproximar os tomadores de decisão das realidades sociais; garantir a participação das organizações da sociedade civil; dinamizar as administrações municipais carentes de recursos humanos e financeiros; e viabilizar o funcionamento dos conselhos municipais. Em resumo, garantir as práticas da boa governança. O sucesso de um “território” depende da qualidade das inter-relações entre recursos, atividades econômicas, necessidades da população, distribuição de riqueza, ações dos grupos sociais, governança e apoio do Estado e das suas instituições.

Em uma palavra, o projeto de desenvolvimento territorial deve ser coerente. Esta coerência deve se expressar:

- Entre objetivos e recursos existentes (recursos físicos e humanos);
- Entre as oportunidades econômicas ofertadas pela inserção em territórios mais abrangentes;
- Entre infra-estrutura e as necessidades do projeto;
- Entre a ação da sociedade civil e do Estado, num processo de boa governança.

Ó DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO PROJETO PARA OS TERRITÓRIOS?

Mesmo onipresente nos discursos dos mais diferentes atores sociais, a noção de Desenvolvimento Sustentável ainda é objeto de intenso debate. Nos termos do Relatório Brundtland (1988), é o “desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem modificar a capacidade das gerações futuras de responder as suas próprias necessidades”. Geral em sua formulação, mas pouco prática em termos de suas implicações, esta definição famosa

do conceito omite o fato de que as necessidades humanas são socialmente criadas. Não estamos nos referindo a necessidades naturais, mas historicamente construídas e reflexo das formas das relações entre indivíduos e grupos.

Em termos mais específicos, a noção de desenvolvimento sustentável traduz uma tensão entre objetivos diversos e mesmo contraditórios:

- econômicos, sociais e de proteção ambiental;
- de curto e de longo prazo;
- individuais e coletivos; e
- locais e globais.

A força do conceito reside justamente, acreditamos, na relevância destas contradições, expressando a complexidade das sociedades contemporâneas. Longe da idéia original de equilíbrio, a noção de sustentabilidade convida a refletirmos sobre os meios com os quais poderemos tratar as tensões, os conflitos, as contradições que – da mesma forma que a cooperação, a solidariedade social, a reciprocidade – são elementos constituintes das sociedades humanas.

Se, em muitos momentos do debate, a noção de desenvolvimento sustentável está fortemente associada ao reforço de princípios, a construção de uma nova ética econômica e ambiental – podemos citar, para ficar num único exemplo desta abordagem, Sachs (1974; 1980) – ela deve ser percebida, principalmente, pelo caráter revelador de tensões e processos sociais. E é, nesta perspectiva, que pode ser importante elemento do desenvolvimento territorial, entendido como prática social de negociação, planejamento, coordenação e implantação de ações públicas.

A noção de sustentabilidade agrega, ao debate sobre o desenvolvimento dos territórios, a consciência dos diferentes interesses e clareza sobre a complexidade das relações entre seres humanos e natureza e dos elementos envolvidos nos processos de mudança social. Por outro lado, a referência aos territórios, em suas múltiplas interações e práticas sociais, permite um debate mais apropriado da sustentabilidade, em que os princípios são reformulados na ação dos agentes da mudança social.

ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Há, pelo menos, três grandes entraves à implementação de políticas e programas de desenvolvimento territorial sustentável no semi-árido:

I. No Nordeste e, particularmente, no semi-árido, a

agricultura familiar vem se mantendo, nos últimos trinta anos, ao custo de uma pressão crescente sobre os recursos naturais. Isso ocorre, principalmente, devido ao peso do subdesenvolvimento que obriga as populações locais a conviverem com importantes limitações, as quais contribuem diretamente para a degradação dos recursos naturais. Entre estas limitações, podemos citar a pressão fundiária e o pequeno tamanho de grande parte das propriedades; a pobreza e a falta de oportunidade de geração de renda, em mercados pouco dinâmicos; e a manutenção de práticas predatórias de uso do solo e de outros recursos. A transferência de grande parte da produção do algodão do Nordeste para o Mato Grosso foi motivada pelo “bicudo”, mas também pelo esgotamento das terras. Mesmo no interior do Nordeste, têm sido verificados novos fluxos migratórios em direção a fronteiras agrícolas, nos cerrados da Bahia e Piauí, provavelmente motivados pelo esgotamento dos solos em áreas de antigas propriedades. Os perímetros irrigados também não têm se demonstrado como alternativas viáveis a longo prazo de aumento da produção agrícola e de introdução de novas práticas agrícolas, a não ser em áreas ou setores muito localizados.

II. No Brasil, as políticas públicas são sempre pensadas em termos setoriais e têm grande dificuldade em beneficiar regiões marginalizadas como é o caso do semi-árido nordestino. Retomando o exemplo do sul do Piauí, de maneira caricatural e provocadora, podemos dizer que o Ministério da Agricultura favorece o desmatamento e a expulsão dos posseiros, o Ministério do Meio Ambiente financia o reflorestamento e o Fome Zero garante a alimentação dos posseiros expulsos. Articuladas a políticas públicas, as práticas de desenvolvimento territorial sustentável não estão isentas das burocracias e incapacidades do aparelho estatal brasileiro e, particularmente, dos estados e municípios nordestinos.

III. O gerenciamento e as tomadas de decisão nas várias instituições do Estado ainda são realizadas de forma vertical. Apesar dos discursos sobre a democracia e a participação, as práticas – como constatamos em vários trabalhos (TONNEAU e SIDERSKI, 2004; TONNEAU e BARROS, 2003) – dos técnicos, e mesmo de algumas ONGs, são marcadas ainda por autoritarismo e clientelismo ou, ao contrário, de “admiração irrestrita” para com os agricultores, impedindo uma parceria consistente. Na relação entre Estado e sociedade civil, entre os dois processos de ordenamento e de desenvolvimento, o peso das decisões do Estado ainda é determinante, sobretudo quan-

do os movimentos sociais não existem ou são incipientes.

Devido a fatores econômicos (falta de recursos, pobreza, desemprego); sociais (dependência, subordinação); geográficos (isolamento, comunicações, limitantes naturais); educacionais (educação formal deficiente, analfabetismo, baixa informação e capacitação) e práticas políticas (pouca participação, clientelismo), a complexidade das situações de não-desenvolvimento faz com que grande parte dos atores, sobretudo os segmentos sociais que constituem o que se poderia denominar de “sociedade civil não-organizada”, não é contemplada pelas ações formais das políticas públicas. Em algumas regiões, os fatores desagregadores são parcialmente compensados pela forte identidade cultural e pela solidariedade desenvolvidas em práticas religiosas, no trabalho conjunto, no compartilhamento de recursos naturais escassos e no uso comum da terra para criação de animais.

Para ter parceria é preciso parceiros! Ser parceiro, ter as condições de ser parceiro não se improvisa, não se decreta. Há, portanto, a necessidade de um processo de aprendizagem, avaliando como as dinâmicas de desenvolvimento hoje reconhecidas como forte, a exemplo do caso da Articulação para o Semi-Árido, nasceram há menos de 10 anos com atividades limitadas, mas que deram suporte a um processo consistente de aprendizagem. Este processo de aprendizagem foi popularizado pela FAO através da promoção das Escolas de Campo que, como qualquer outro tipo de organização que tenha um cunho técnico ou social, permitiu uma reflexão comum e tornou-se um instrumento de desenvolvimento, na medida em que vai ser o suporte de um processo gerador de conhecimento, de habilidades e de intercâmbio de saberes. Pouco importa a modéstia inicial do tema abordado, o importante é ele ser tratado de maneira sistêmica, tentando integrar os diferentes componentes de um processo de desenvolvimento.

TEMAS DE PESQUISA

As considerações que nós fizemos, até agora, contribuíram, talvez, para precisar alguns conceitos, mas não conseguiram, ainda, responder as perguntas iniciais: Por que o desenvolvimento territorial? O conceito é operacional? Ou deve ser arquivado no cemitério das idéias perdidas do desenvolvimento? Responder a estas perguntas é, de uma certa maneira, a ambição de vários projetos de pesquisa que estão sendo iniciados. Mas o que pesquisar? Qual objeto de pesquisa?

Um primeiro eixo de pesquisa aparece como ligado ao estudo dos territórios e da suas diversidades. Devemos pensar em zoneamentos baseados na dinâmica dos territórios. O exercício necessita da definição de critérios. Os trabalhos de Athayde (2003) identificam diversos tipos de território: o consolidado, o emergente, o prioritário, o potencial e o não-prioritário, sublinhando, enfim, a importância da qualidade de concepções e de execuções de projetos. Sabourin et al. (2004) usando as teorias das trajetórias de desenvolvimento, utilizam as categorias territórios de colonização, territórios marginalizados, territórios consolidados e diversificados e territórios-bacias de produção. Todos estes trabalhos, de fato, tentam posicionar os territórios em relação a um movimento histórico de integração econômica mais ou menos exitosa. Estas teorias são interessantes na medida que se aproximam daquelas que permitem caracterizar as diferentes formas de agricultura familiar.

O segundo eixo de pesquisa é a caracterização dos projetos dos diferentes atores. De maneira esquemática, dois projetos se afrontam: um projeto transformador e um projeto de convivência. Evidenciam-se, por um lado, uma estratégia que objetiva fortalecer os estabelecimentos familiares através de um processo endógeno de inovações técnicas e organizacionais baseado no conceito de agroecologia (respeito ao meio ambiente e aproveitamento otimizado dos recursos localmente disponíveis) e no de desenvolvimento solidário; e, por outro lado, uma estratégia que busca melhorar a situação econômica e social das famílias rurais mediante um apoio exterior eficiente (assistência técnica, financiamento, formação) com a finalidade de modernizar as técnicas de produção, promover o uso racional dos insumos agrícolas e melhorar o desempenho comercial dos estabelecimentos familiares. Considera-se que a primeira estratégia corresponde a um modelo de agricultura familiar sustentável e solidário enquanto a segunda encontra sua lógica num modelo de agricultura familiar comercial (TONNEAU e DINIZ, 2003).

O terceiro eixo é a caracterização das experiências que fazem sucesso, que tem uma dinâmica de desenvolvimento, pelo menos aparente. O “experimentalismo social” emergiu no Brasil na última década, tendo, como uma de suas grandes características, o processo inovador no campo da inclusão social e da redefinição de espaços, atores e papéis para a promoção do desenvolvimento. Passando por diversas formas e iniciativas da sociedade, chegamos atualmente numa experimentação inovadora

de um padrão produtivo que, por um lado, coloca a agricultura familiar como sujeito central do processo de desenvolvimento rural e, por outro, leva em consideração os valores culturais e os saberes locais dos agricultores. De maneira geral, foram as organizações não-governamentais (ONGs) que introduziram e difundiram no Brasil esta experimentação social, como uma espécie de “contra modernização” em oposição às formas emergenciais e compensatórias de se pensar o rural. Os resultados desta experimentação social merecem ser analisados e referenciados para além dos discursos redutores, nos quais os resultados desta experimentação podem contribuir na definição de políticas públicas.

O quarto eixo é a análise dos dispositivos de diálogo e de negociação entre os dois grandes atores, o Estado e a sociedade civil. Pois, uma das características do Estado brasileiro, no momento atual, é a busca do governo em criar um novo paradigma de desenvolvimento para o rural a partir desse experimentalismo social. A opção de diálogo e interação estabelece uma forma inovadora na relação entre Estado e sociedade civil, criando, assim, um processo de “experimentalismo institucional”. Em muitos dos documentos oficiais está dito que as “[...] análises fundamentadas apontam para um fato: as políticas públicas implementadas nas últimas décadas para promoção do desenvolvimento rural no Brasil ou foram insuficientes, ou não pretendiam mesmo proporcionar melhorias substanciais na qualidade de vida das populações que habitavam o interior brasileiro” (DUNCAN, 2003, p. 04). A decisão de construir uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável dos “territórios” rurais passa pelo reconhecimento da necessidade de uma articulação entre políticas nacionais e iniciativas locais inovadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É o avanço da pesquisa sistemática sobre as ações do desenvolvimento territorial que permitirá responder as questões que temos formulado neste trabalho. O impacto da decisão do governo federal de integrar suas políticas em torno deste conceito ainda está sendo gerado. E, em muitos sentidos, é ainda cedo para termos respostas fundadas em observação, análise e interpretação.

O conceito de desenvolvimento territorial não é uma panacéia, um remédio milagroso para todos os males do país e, particularmente, do semi-árido. Até o momento, informa práticas promissoras, inovadoras, desafiadoras

que, no entanto, confrontam-se com muitos entraves estruturais – sendo, o mais grave deles, a enorme desigualdade que caracteriza nossa sociedade, em seus mais diferentes aspectos.

Nosso fetiche pelo “desenvolvimento” pode, talvez pela primeira vez, no caso das políticas públicas para o semi-árido, ser aproveitada em iniciativas que se fundam em práticas sociais localizadas nos territórios. Mas, há o risco de o discurso não conseguir se concretizar em mudanças efetivas nas relações entre poder público e sociedade civil. A dificuldade dos poderes públicos municipais em atuarem como elementos efetivos da gestão dos territórios do semi-árido requer uma reflexão urgente e ações efetivas que garantam maior capacidade de governança no nível local. O projeto do desenvolvimento territorial sustentável, como dito anteriormente, depende de parcerias verdadeiras. Não poderá ser desencadeado unicamente pelo desejo do governo federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATHAYDE, V. Uma proposta de identificação, caracterização e classificação de projetos de desenvolvimento territorial. MDA In: TONNEAU, Jean Philippe et al. Desenvolvimento Territorial e Convivência com o Semi-Árido Brasileiro – Experiências de Aprendizagem (Relatório final). Petrolina: Embrapa Semi-Árido, 2003, 46 p.

ALMEIDA, S. G. de, PETERSEN, P; CORDEIRO, Â. Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro: ASPTA, 2001.

BLOCH, D. As frutas amargas do Velho Chico: irrigação e desenvolvimento no Vale do São Francisco. São Paulo: Livros da Terra: OXFAM, 1996.

COMMISSION MONDIALE SUR L'ENVIRONNEMENT ET LE DÉVELOPPEMENT, dite Commission Brundtland (1988), Notre avenir à tous. Montréal, Éd. du Fleuve.

DUNCAN, M. O desenvolvimento territorial: o projeto do MDA In: TONNEAU, Jean Philippe et al. Desenvolvimento Territorial e Convivência com o Semi-Árido Brasileiro –

- Experiências de Aprendizagem (Relatório final). Petrolina: Embrapa semi árido, 2003, 46 p.
- GOMES, M. G. A economia sem produção do Semi-Árido nordestino. In VELLOSO, João Paulo dos Reis (co-ord.) Brasil 500 anos: futuro, presente e passado. Rio de Janeiro: J.Olympio, 2000, 544 p
- GEORGESCU-ROEGEN, N. Demain la décroissance. Lausanne: Pierre-Marcel Favre, 1979
- JARA, C. J. A sustentabilidade do desenvolvimento rural. Sustentabilidade: uma encruzilhada civilizatória. Brasília: IICA, Recife: Seplan, 1999, p. 13-37
- MANN, F. A manga brasileira: organização das exportações e desenvolvimento no mercado europeu. São Paulo: ESALQ-CEPEA (Relatório final), 2002.
- MORIN, E; KERN, Anne-Brigitte. Terra-Patria. A agonia planetária. Porto Alegre: Sulina, 2002, 184 p.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Bases para a Recriação da SUDENE, por uma política de desenvolvimento sustentável para o Nordeste, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional/GTI-Grupo de Trabalho Intermunicipal para a Recriação da SUDENE, julho, Brasília, 2003.
- SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. Conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Ed.) Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa Informação tecnológica. p. 21-37, 2002.
- SABOURIN, E.; CARON, P; TONNEAU, J. P. Dynamiques territoriales et trajectoires de développement local: retour d'expériences dans le Nordeste brésilien., Français. In: Agricultures, v.13, n. 6, p. 539-545, 2004
- SACHS, I. "Environnement et styles de développement", Annales – Économies, Sociétés, Civilisations, n.3, mai-juin, p. 553-570, 1974.
- _____. Stratégies de l'écodéveloppement. Paris: Éd. ouvrières et Éd. Économie et Humanisme, 1980.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil – território e sociedade no início de século XXI. São Paulo e Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SIQUEIRA, T. V. A cultura da manga: desempenho no período 1961/2001. Rio de Janeiro: BNDS Setorial, n. 17. p. 3-68, mar/2003.
- TONNEAU J. P; SIDESKY P. Evento de capacitação: "metodologias participativas de geração de conhecimentos". Relatório final de execução do contrato. Projeto Dom Helder Camara MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. 13 p. mais anexos, 2004.
- TONNEAU J. P. Modernisation des espaces ruraux et paysannerie: le cas du Nordeste du Brésil. Thèse (Dr. Géographie), Nanterre: Université de Paris, 459 p., 1994
- TONNEAU, J. P; BARROS, E. da R. Evaluation du projet "Actions intégrées d'Agriculture, Santé et Education dans l'Etat du Ceara au Nord-est du Brésil", GAAC, ESSOR, Montpellier: Cirad Tera, n° 23/2003, 150 p.
- TONNEAU J. P; et. al. "Desenvolvimento Territorial e Convivência com o Semi-Árido Brasileiro" – Experiências de Aprendizagem. EMBRAPA, FAO, FAGRO, CIRAD, (Relatório final) e Anais do Seminário. Petrolina: Embrapa Semi-árido, 30 setembro de 2003, 42 p.
- TONNEAU J. P; DINIZ P. O. A multifuncionalidade da agricultura contra a "fome de trabalho"? Elementos do debate no Nordeste do Brasil. In: TEXTOS DO SEMINÁRIO FRANCO BRASILEIRO DE PESQUISA SOBRE MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA (Séminaire Franco-Brésilien de recherche sur la multifonctionnalité de l'Agriculture), Florianópolis, Brasil, 2003.
- VEIGA, J. E. et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

Maria do Socorro Silva
Doutoranda em Educação, UFPE, Professora da UFCG/UnB.
E-mail: silvasantos@terra.com.br

Maria das Graças Correia de Almeida
Doutoranda em Educação, UFPB e colaborada técnica da SDT.
E-mail: gracamcz@hotmail.com

A EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA POLÍTICA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

RESUMO

A implementação de políticas públicas de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais foi o resultado de processos de mobilização do setor público e de organizações da sociedade civil. Essa mobilização teve ressonância no governo brasileiro, fazendo-o propor uma política nacional capaz de guiar as estratégias e ações governamentais e não-governamentais para a construção de melhores níveis de qualidade de vida e para a diminuição de desigualdades sociais nas regiões brasileiras que apresentam os mais baixos índices de desenvolvimento humano. Esse artigo representa um esforço de reflexão teórica sobre as linhas governamentais referentes ao desenvolvimento territorial, especialmente nos espaços rurais que adotam a educação rural como agente mobilizador.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Rural; Planos Governamentais

THE RURAL EDUCATION: A STRATEGIC POLITICS TO TERRITORY DEVELOPMENT

ABSTRACT

The implementation of the public policy to sustainable development of the rural territories was the result of claiming process from public sectors and civil society organizations. Those affected the Brazilian government, making him to propose a national policy to guide strategies and governmental and non-governmental actions towards quality of life and the reduction of social inequalities in the Brazilian regions which present the lowest index of human development. This article represents an effort of theoretical reflection about the government guidelines on territorial development, specially in the rural spaces which takes the rural education as a mobilization agent.

Key words: Public Policy; Rural Education; Government Guidelines.

INTRODUÇÃO

A decisão do governo brasileiro em propor uma política nacional que apóie o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais foi resultado de um processo de acúmulo e de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil. As análises apontam para o fato de que as políticas públicas implementadas, nas últimas décadas, não conseguiram melhorias substanciais na qualidade de vida da população. A maior evidência dessa afirmação é o aumento da pobreza, da concentração fundiária e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas. (SDT/MDA, Documentos Institucionais, n.01, p. 09).

O Governo Federal definiu, pois, clara e explicitamente, como sua meta principal de governo, diminuir a pobreza e a exclusão social. A orientação estratégica do presidente da República para o Plano Plurianual (PPA) 2004 – 2007 direciona os esforços para a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Essa orientação presidencial está sendo consolidada nos programas sociais de vários ministérios tendo como prioridade a inclusão social, o apoio à micro e pequenos empreendimentos, a cooperativas e a agricultura familiar sustentável. Faz parte dessa prioridade a articulação das políticas públicas para o desenvolvimento territorial.

Essa decisão teve como resultado a proposta de criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT dentro da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA para definir, orientar e apoiar a implantação de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável a partir de uma abordagem territorial.

As ações de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais têm as seguintes diretrizes para a sua implementação:

- adotar a abordagem territorial como referência conceitual para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável;
- compreender o território como espaço socialmente construído, lugar de manifestação de diversidades culturais e ambientais que expressam limites e potenciais para a promoção do desenvolvimento rural sustentável;
- entender o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais como um processo que articula, de maneira integrada, as dimensões sociocultural, político-institucional, econômica e ambiental;

- valorizar ações que estimulem a participação da diversidade de atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração e raça;
- adotar metodologias participativas e mecanismos de planejamento ascendente como estratégias de fortalecimento dos processos de descentralização de políticas públicas, estimulando a autogestão dos territórios;
- estimular a construção de alianças buscando fortalecer o protagonismo dos agricultores familiares nos processos de gestão social das políticas públicas;
- atuar em sintonia e sinergia com os vários níveis de governo, com as entidades da sociedade civil e organizações dos movimentos sociais representativos dos diversos segmentos comprometidos com o desenvolvimento rural sustentável centrado na agricultura familiar e na reforma agrária;
- estimular a articulação entre as demandas sociais e as ofertas das políticas públicas, promovendo instâncias plurais e participativas, que viabilizem espaços para discussão, negociação, concentração e compartilhamento do poder decisório, no processo de gestão social;
- priorizar a redução das desigualdades econômicas e sociais, atuando, preferencialmente, em espaços de elevada concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados;
- incentivar processos de fortalecimento da participação dos diversos atores nas instâncias colegiadas consultivas e deliberativas dos territórios, qualificando os mecanismos de representação e participação direta para a gestão social de políticas públicas;
- incentivar o desenvolvimento sustentável considerando a importância da dinamização econômica nos territórios rurais, com ênfase na agricultura familiar e na reforma agrária.

No âmbito operacional o trabalho está organizado em eixos centrais de intervenção ou áreas de resultados, em torno das quais, um conjunto de ações se complementam por intermédio da elaboração, implementação e gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS e da implantação de um do conjunto de projetos a ele vinculados.

Esses eixos ou áreas de resultados são:¹

- Fortalecimento da Gestão Social
- Fortalecimento das Redes Sociais de Cooperação

¹ Série Documentos Institucionais n.2, maio 2005- SDT/MDA.

- Dinamização Econômica nos Territórios Rurais
- Articulação Institucional de Políticas Públicas

Em torno desta estratégia se organizam e se articulam várias ações, tais como: formação de agentes de desenvolvimento; inserção da educação do campo no processo de desenvolvimento; articulação de redes de cooperação; apoio ao comércio justo e solidário e as formas de associativismo e cooperativismo; infra estrutura social em apoio a agricultura familiar e suas formas organizativas; ampliação de espaços compartilhados de gestão social de políticas públicas e arranjos institucionais para a implementação de planos de desenvolvimento territorial. Com isto se busca investir nas áreas de resultado, acima mencionadas, visando garantir importantes transformações em cada uma das dimensões do desenvolvimento.

EDUCAÇÃO NO CAMPO: UM VETOR ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O processo de mobilização, sensibilização, envolvimento de atores sociais e institucionais nesta dinâmica e construção do plano territorial de desenvolvimento, apoiado por um referencial metodológico, organiza as discussões, proposições e decisões em torno dos desafios a serem enfrentados e resultados a serem alcançados.

“Seu processo transita pela reflexão crítica sobre os problemas e potencialidades, as fragilidades e oportunidades, procurando objetivar iniciativas na forma de projetos e ações que concretizem a visão de futuro concertada entre os diversos e diferentes segmentos do território” (SDT/MDA – Série Documentos Institucionais n.2, maio 2005).

Iniciativas exitosas em outros países e no Brasil, especialmente coordenadas por organizações da sociedade civil, vêm provando, historicamente, que uma das maneiras mais eficazes de romper o círculo da pobreza é apoiar estes processos de desenvolvimento local/territorial cujos eixos estruturadores são o fortalecimento do capital humano e social, dos sistemas produtivos locais e da governança local, gerando trabalho e renda, integrando políticas públicas e construindo a gestão participativa do território.²

Nesse processo a educação é um vetor estratégico para o desenvolvimento sustentável e uma força mobilizadora

capaz de articular as inovações que se pretendem para a transformação da realidade produtiva, ambiental, política e social dos sujeitos sociais das políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O termo “educação do campo” que estamos adotando tem um sentido amplo e complexo, portanto, não deve ser entendido apenas como sinônimo de ensino. Este conceito fundamenta-se na prática educativa que temos desenvolvido nos movimentos sociais, nas diferentes organizações que atuam com educação, e na LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação, n.º. 9.394/96, que determina em seu art. 1º:

“A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Ou seja, a LDB afirma que os indivíduos podem ser educados e se tornar cidadãos e cidadãs na vida em família, no trabalho, na escola, nas organizações sociais, por meio de sua cultura, etc. Reconhece, assim, que a escola e os espaços extra-escolares são um chão de aprendizagem para o exercício da cidadania.

A educação do campo pode ocorrer por meio de diferentes iniciativas, ou seja, pela:

- Educação Formal – são aquelas iniciativas dirigidas à escolarização da população nos diferentes níveis de ensino (infantil, fundamental, médio, profissional e superior), organizadas pelo sistema de ensino público, privado ou comunitário;
- Educação Não-Formal – são aquelas iniciativas dirigidas para organização comunitária, produtiva, sindical, política, cultural, religiosa, geralmente organizadas pelos movimentos sociais, sindicatos, ONG’s, pastorais e outras entidades da sociedade civil.

A Educação do Campo é toda ação educativa desenvolvida junto aos povos do campo, entendida como abrangendo os espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida³.

² Texto Referencial do GT de Educação do CONDRAF.

³ Art. 2º §único das diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo

Não se trata, portanto, de uma identidade circunscrita a um espaço geográfico, mas sim, vinculada aos sujeitos sociais a quem se destinam os povos do campo, sejam os que vivem nas comunidades e assentamentos rurais, seja os que vivem nas sedes dos 4.485 municípios rurais do nosso país.

Nas duas últimas décadas, essa denominação vem se expandindo para demarcar o campo, o papel dos sujeitos e a importância da educação na sua formação e no desenvolvimento sustentável. Ela traz um conjunto de conhecimentos e práticas que instiga as políticas a compreenderem o campo como um espaço emancipatório, como um território fecundo de construção da democracia e da solidariedade porque se transformou no lugar, não apenas das lutas pelo direito a terra, mas também pelo direito à educação, à saúde entre outros. Essas lutas acabaram por colocar na pauta novas políticas culturais, econômicas e ambientais para o campo.⁴

No trabalho que vem sendo desenvolvido pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento Humano, buscou-se atingir os seguintes objetivos⁵:

- Estimular a formação dos atores sociais para potencializar o desenvolvimento territorial e articular as políticas públicas de educação formal e não formal que valorizem o capital humano e social no meio rural.
- Estimular a formulação e integração das políticas de educação formal e não formal, nos âmbitos territorial, estadual, nacional por meio da articulação interministerial e intraministerial, e da parceria com as organizações governamentais e não governamentais e dos movimentos sociais nos estados e territórios.
- Mapear e estimular a construção de redes de educação e desenvolvimento sustentável para intercâmbios, sistematização e divulgação de experiências inovadoras de educação e cultura.
- Apoiar e acompanhar projetos inovadores de educação e de cultura inovadores com jovens, mulheres, lideranças, dirigentes e assessores dos movimentos sociais.
- Estimular e integrar as iniciativas de educação na elaboração dos planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável (PTDRS).

- Participar e apoiar a realização dos seminários estaduais de educação do campo promovidos pelo MEC e parceiros dos Estados.

Esses objetivos se expressaram por meio de várias ações, dentre as quais destacamos:

- **Coordenação colegiada no Grupo Temático de Educação do Campo do CONDRAF:** a) estudando, debatendo, elaborando propostas, oferecendo subsídios, recomendações e pareceres de forma crítica e analítica, em assuntos relacionados ao tema, encaminhando seus resultados ao Plenário do CONDRAF; b) ampliando a articulação de entidades que atuam com educação do campo e integrando os programas e projetos das unidades gestoras do MDA que são vinculados ao tema.
- **Participação no Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo do MEC,** que tem como objetivo discutir e subsidiar o Ministério na construção de uma política de educação do campo que respeite a diversidade cultural e as diferentes experiências de educação em andamento, nas cinco regiões do País.
- **Mapeamento das experiências inovadoras de educação do campo** que serão divulgadas no site do CONDRAF, e em publicação com o objetivo de divulgar e socializar as ações educativas que são desenvolvidas em nosso país.
- **Realização de oficinas com entidades parceiras** que trabalham com educação do campo nos Estados.
- **Realização de intercâmbios de experiências inovadoras em educação do campo com enfoque desenvolvimento territorial,** como espaço de formação, troca de conhecimentos e formulação de proposições para a educação do campo.
- **Participação nos seminários estaduais de educação do campo do MEC,** como um espaço privilegiado de formulação das políticas educacionais e diálogo entre sociedade civil e gestores públicos nas diferentes esferas de governo: municipal, estadual e nacional.
- **Apoio a projetos de educação e desenvolvimento territorial** coordenados nos territórios por entidades da sociedade civil, no sentido de fortalecer as diferentes iniciativas que estão em curso no nosso País.

⁴ Documento Final do GT de Educação do Campo do CONDRAF, Dezembro de 2005.

⁵ Fonte: Documento Institucional Proposta Técnica para a Inserção da Educação do Campo no Processo de Desenvolvimento Territorial)

- **Implementação do curso de especialização em desenvolvimento rural** com a seleção de 36 educandos(as) de territórios da Região Nordeste com primeiro módulo iniciado em janeiro de 2006 e finalização da monografia prevista para junho de 2007.
- **Realização de articulações institucionais para a promoção da educação do campo nos territórios rurais** por meio da parceria com a – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC; Secretaria de Educação Tecnológica – SETEC/MEC, Ministério do Meio Ambiente – MMA; Ministério da Saúde – MS; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, Secretaria do Reordenamento Agrário – SRA, INCRA/PRONERA), organizações não governamentais e secretarias estaduais de educação.
- **Realização de Oficina Nacional com a Rede Nacional de Colaboradores, consultores e parceiros para a discussão sobre a estratégia de educação no sentido de:** a) construir consensos e entendimentos básicos sobre educação do campo e sua interface com o desenvolvimento territorial sustentável, b) apresentar para apreciação e refinamento uma Proposta Técnica de trabalho nos territórios rurais; c) construir um Plano Nacional de Trabalho capaz de deslançar e/ou ampliar, por meio de Oficinas Regionais e outras diretamente executadas nos territórios, (o processo de) a inserção da Educação no processo de desenvolvimento definindo diretrizes de como isto possa ser efetivado.
- **Realização de seminários regionais com parceiros, consultores/as e articuladores(as) territoriais para:** a) discutir a Educação do Campo e o Desenvolvimento Territorial, seus objetivos e interfaces; b) definir diretrizes e estratégias de ação regional voltada para a questão em pauta; c) planejar as Oficinas Territoriais sobre a temática para a inserção e/ou ampliação do eixo aglutinador educação do campo nos planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável (PTDRS) e nos projetos territoriais;
- **Realização de 12 (doze) Oficinas territoriais de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, com o objetivo de:** a) definição das diretrizes e estratégia de ação que possibilitem a inserção da educação no processo de desenvolvimento; b) de-

marcação da educação como eixo aglutinador de esforços e políticas públicas favorecendo a formação dos atores locais para sua integração efetiva no processo de gestão social do desenvolvimento; c) definição de arranjos institucionais que viabilizem, intensifiquem, e ampliem os esforços neste sentido; inserção de ações/atividades voltadas para a educação do campo nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos projetos territoriais.

O desenvolvimento territorial requisita que essas ações possibilitem um fortalecimento da iniciativas e redes de educação do campo na articulação dessas práticas na contribuição de uma política pública de educação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma educação para o desenvolvimento sustentável deve contribuir para formar todos os seres humanos com valores éticos, sem os quais a meta da sustentabilidade seria impossível. Os valores éticos são aqueles que nos permitem respeitar e apreciar, em toda sua dimensão, as múltiplas diversidades e construir, por meio do diálogo horizontal e do respeito mútuo, uma relação de convivência mais harmoniosa entre as regiões, entre os diferentes setores e sujeitos sociais e o ambiente do qual fazem parte.

O esforço que está sendo feito em nível das secretarias de governo e das instâncias colegiadas nos territórios do Brasil permite inferir que a educação constitui-se, então, numa ferramenta estratégica de inclusão e organização e social. Em conclusão, podemos dizer que analisar os resultados de uma estratégia de desenvolvimento ancorada na educação, é demasiado complexo e seria no mínimo pretensioso fazer qualquer generalização acerca do tema, considera-se por fim que a experiência é um processo histórico e em permanente construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, F. M. C. BAPTISTA, N. de Q. Educação Rural: Sustentabilidade do campo. Feira de Santana, BA: MOC; UEFS; PE: SERTA, 2003.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: Novas identidades em construção. 1999. Mimeo.

CNE/MEC – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. Brasília, 2001.

CONDRAF/Grupo Temático de Educação do Campo – Proposição de Estratégias para uma Política de Educação do Campo – Documento Final – Brasília – junho/2005

CONDRAF/NEAD/MDA – Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural. Sustentável – Série Documentos SDT: número 01 – Brasília – 2005.

MOURA, A. Princípios e fundamentos da proposta educacional de apoio ao desenvolvimento sustentável – PE-ADS: um proposta que revoluciona o papel da escola diante das pessoas, da sociedade e do mundo. Glória de Goitá, PE: SERTA, 2003.

SDT/GDH. Documento Institucional Proposta Técnica para a Inserção da Educação do Campo no Processo de Desenvolvimento Territorial. 2006.

Sergio Guilherme de Azevedo
Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, EMBRAPA-CPATSA.
E-mail: sergio@cpatsa.EMBRAPA.br

Cândido Roberto de Araújo
Engenheiro Agrônomo, EMBRAPA-CPATSA.
E-mail: candero@bol.com.br

Marc Piraux
Doutor em Agro-economia, Pesquisador do CIRAD e Professor
Visitante PPGCS/UFCG.
E-mail: marc.piraux@cirad.fr

O PAPEL E OS DESAFIOS DO *FORUM* NO ENFOQUE DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

RESUMO

Neste artigo discutimos os objetivos, os resultados e o funcionamento do *forum* como espaço de nova governança nos territórios, o qual se constitui num dos eixos do projeto desenvolvido pela EMBRAPA, o CIRAD e a FAO em quatro municípios, no Piauí e em Pernambuco. São analisadas as razões da criação do *forum* e as implicações deste sobre os processos de desenvolvimento territorial. É enfatizada a importância da criação de competências pela formação, as estratégias de incentivo à participação, o fortalecimento das dinâmicas locais e a mobilização dos atores sociais.

Palavras-chave: *forum*, governança, políticas públicas

ROLES AND CHALLENGES OF THE *FORUM* IN THE APPROACH OF TERRITORIAL DEVELOPMENT

ABSTRACT

In this article we discuss the objectives, outputs and the working out of the *forum* as a space of a *new* governance in the territories, which is one of the main lines of a project developed by the EMBRAPA, the CIRAD and the FAO in cities of Piauí and Pernambuco. We specifically analyze the reasons for creating the *forum* and its implications on territorial development processes. Are emphasized the importance of capacitating individuals thru their formation, the strategies used to incentivate the participation, the strengthening of local dynamics and the mobilization of social actors.

Key words: *forum*, territory, public policies

INTRODUÇÃO

O governo brasileiro, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do MDA, optou pelo enfoque territorial como elemento norteador de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para o campo, especificamente para a agricultura familiar. Em várias regiões do Brasil, as políticas de desenvolvimento territorial, ao lado das políticas sociais de educação e saúde, têm sido apresentadas como uma forma privilegiada, para não dizer única, de intervenção do Estado.

Na implementação desta política houve grande dificuldade de encontrar vias e meios adequados para favorecer o desenvolvimento territorial, principalmente devido aos problemas referentes às competências e às metodologias necessárias. Um grande esforço tem sido organizado pelo Estado Brasileiro e pelas diferentes instituições parceiras para tentar responder a estas necessidades.

O nosso artigo tem como objetivo apresentar a experiência de um fórum social, especialmente o papel e o funcionamento, através de um projeto desenvolvido pela EMBRAPA, o CIRAD e a FAO (Tonneau, 2003) com quatro municípios nos estados de Piauí e Pernambuco. Este projeto visa o desenvolvimento de capacidades locais para convivência com o semi-árido e a melhoria das condições de segurança alimentar de famílias de agricultores pobres.

O projeto foi desenvolvido com instituições locais parceiras: Caatinga (ONG), Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco-NEPS (ONG) e E-mater-PI. Beneficiou-se de financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e da Embaixada da França no Brasil. Para apresentação desta experiência vamos discutir no primeiro momento os pressupostos do desenvolvimento territorial e as hipóteses do trabalho de animação para o desenvolvimento que foi realizado. No segundo momento, vamos apresentar a experiência concreta de implantação e funcionamento do fórum e, ao final, analisaremos os resultados do trabalho realizado.

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A principal justificativa para a utilização do conceito de desenvolvimento territorial no Brasil é que este surge como uma das possibilidades de resposta articulada entre o po-

der público e a sociedade civil diante dos problemas apontados como causas do subdesenvolvimento, a saber: o tradicionalismo, a dominação e a exploração, a ausência de empresários e de dinamismo social.

O desenvolvimento territorial favorece a emergência de valores universalistas, baseados no resgate da identidade do território, busca reforçar a coesão social, os laços de solidariedade comunitária, objetivando ressaltar a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento e inclusão. Aumenta a capacidade de ação da sociedade civil e dos movimentos de base, com forte ação dos empresários portadores de iniciativa.

Trata-se de um processo específico de aproveitamento e produção de capital social, num processo de ação coletiva que se funda em laços de proximidade, reciprocidade e confiança mútua e que podem ser traduzidas “em crescimento e geração de riquezas” (Duncan, 2003). Putnam (1996) explica o desenvolvimento dos territórios pelo desempenho institucional das administrações ligado à falta de capital social, definido como “o conjunto de características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Não se pode falar de desenvolvimento territorial, sem fazer referências ao *empowerment*. Para Laverack e Labonte (2000), o *empowerment* pode ser definido como o meio pelo qual as pessoas adquirem maior controle sobre as decisões que afetam suas vidas; ou como mudanças em direção a uma maior igualdade nas relações sociais de poder, por exemplo, nas relações com quem detém recursos, legitimidade, autoridade e/ou influência. Para Vasconcelos (2004), o *empowerment* significa o aumento do poder e da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social. Nesta perspectiva, uma ação de *empowerment* estimula e favorece a coesão social e territorial das regiões e dos países onde ela é empregada como elemento harmonizador dos processos de ordenamento (regulação descendente), e de desenvolvimento (reação ascendente), das sociedades nacionais. (Duncan, 2003).

Estes dois processos de ordenamento e de desenvolvimento fazem referências às ações complementares (planejamento territorial e experimentação social) e às articulações entre dois atores principais (o Estado e a sociedade civil organizada). Um dos pontos cruciais na noção de

desenvolvimento territorial, e até o momento ausente nas experiências concretas já vivenciadas, é o entrecruzamento e a interligação entre as iniciativas locais e a ação dos poderes públicos em todas as esferas – nacional, estadual e municipal. Nesta perspectiva, o desenvolvimento territorial aparece como uma das possibilidades de resposta articulada, entre o poder público e a sociedade civil, para ultrapassar a distinção entre bottom-up – de baixo para cima – e programas verticais, top-down – de cima para baixo –, que são propostos a partir de uma perspectiva institucional.

FÓRUM SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE GOVERNANÇA

O projeto de Cooperação Técnica firmado em 2003 tinha como objetivo delinear uma metodologia de implementação do desenvolvimento territorial. A sua abrangência inicial era 10 municípios de 2 estados da região Nordeste (Piauí e Pernambuco). De maneira clássica, no seu início 2004, um diagnóstico inicial foi realizado para identificar os problemas, as experiências e as iniciativas portadoras de desenvolvimento. A falta de infra-estrutura (água, saúde, comunicação, transportes e eletrificação) e de serviços de assistência técnica não permitem a consolidação dos sistemas produtivos. Outro ponto relevante a considerar é a falta de experimentação social e técnica na região, sobretudo no Piauí. Enfim, o diagnóstico revelou que um dos limites para o desenvolvimento da região é a ausência de uma administração pública transparente e participativa, aliado a falta de informação e comunicação. A falta de articulação e diálogo entre os diferentes atores da sociedade, a falta de contratualização, tanto para definir os objetivos e elaborar os projetos como para executá-los, é um ponto central. Por exemplo, ficou evidente que havia uma subutilização e/ou utilização inadequada dos recursos federal devido a falta de informação e desconhecimento dos atores territoriais.

Este último ponto justificava, no projeto, a necessidade de uma linha política (processo de intercâmbio político) que tratava de (1) formar e consolidar instituições locais e (2) articular as instituições locais e outras externas ao território, de maneira a consolidar um método comum de desenvolvimento, calcado na agricultura familiar e na convivência sustentável com o semi-árido. Também se espera que a articulação político-institucional identifique as competências de cada instituição envolvida e defina as responsabilidades de cada uma delas dentro do projeto.

A necessidade de criação de um espaço, o fórum social, capaz de convergir diferentes linhas de pensamento, ideologias e competências, sem perder o foco do desenvolvimento em discussões estéreis e de cunho político-partidário, pareceu-nos, de fato, o caminho mais indicado para a atingir os seguintes objetivos:

- Construir um lugar, um espaço de discussão, de diálogo, de intercâmbio entre os diferentes atores do desenvolvimento;
- Criar instrumentos e métodos de análise e de negociação próprios do território;
- Definir as grandes orientações de um projeto de desenvolvimento para ele;
- Traduzir estas orientações em ações concretas;
- Criar instrumentos de governança;
- Fornecer um espaço de representação aos atores da sociedade civil.

A construção do fórum num lugar que passamos a denominar “Território do Alto Sertão do Piauí e Pernambuco” aconteceu em 14 de setembro de 2004. A formalização do processo de criação ainda está em andamento. No decorrer das reuniões, duas grandes temáticas foram tratadas em paralelo.

A primeira delas tratava da “instituição-fórum”, como espaço de diálogo entre os diferentes atores do território. No primeiro momento, a falta de comprometimento das entidades e das pessoas fez, no entanto, com que as discussões pouco evoluíssem. A observação de que pessoas engajadas socialmente e comprometidas com suas entidades poderiam ser a base de sustentabilidade social dele, levou-nos a repensar a abordagem metodológica. Chegou-se a conclusão que havia necessidade de constituir-lo apoiando-se nos conselhos municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs). Este processo permitiria que o fórum pudesse coordenar as suas ações com os conselhos responsáveis pelas políticas rurais.

O fórum ficou constituído por representantes das prefeituras, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), das associações, das instituições de apoio (ONGs), dos bancos e do Estado – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), EMBRAPA, Programa de Combate à Pobreza Rural de Pernambuco – Renascer, Programa de Combate à Pobreza Rural do Piauí (PCPR), Secretaria de Produção Rural de Pernambuco (SPR), através do Instituto Pernambucano de Pesquisa Agropecuária (IPA). Deve-se observar que a atuação dos representantes dos conselhos do Fundo Municipal de Ação Comunitária (FUMAC) dos quatro municí-

pios, dos representantes das associações de produtores e dos sindicatos foi determinante.

Com esta nova dinâmica o poder público, que já fazia parte dos conselhos do FUMAC, passou a observar com interesse o desenrolar das atividades do fórum, pois a participação da base das entidades tornou-se evidente e primordial nas discussões e encaminhamentos. No decorrer dos trabalhos surgiram duas propostas para a institucionalização. A primeira apoiava a idéia de que o fórum deveria se tornar uma entidade de direito, capaz de elaborar, implantar e gerir recursos e projetos, com todas as prerrogativas necessárias para tal. A segunda proposta buscava a manutenção de um espaço neutro, aglutinador de ideologias diversas, propositivo e capaz de discutir políticas públicas, elaborar planos e programas de desenvolvimento para o território. Com a prospecção de experiências que estavam ocorrendo em outros territórios ou regiões, a consolidação da situação institucional do fórum passou a ser rediscutida em novas bases.

As discussões passam, então, a serem focadas na busca dos “eixos norteadores”. A necessidade de elaborar projetos orientados para a solução de problemas comuns e de impacto mensurável em diferentes níveis de intervenção, foi o objeto das reuniões. Estas reuniões tornaram-se itinerantes, cada município recebia o fórum, e mensais, seguindo um cronograma de atividades e visitas previamente definidos.

A realização de reuniões mensais permitiu a consolidação de grupos de trabalho para elaboração de propostas, tomando como referência as idéias discutidas anteriormente, fazendo um aprofundamento das mesmas em bases mais consistentes. Nestes grupos de trabalho duas questões emergiram: o problema da água e a falta de assistência técnica. Estes dois temas foram agrupados em uma única proposta, sob a forma de um projeto amplo, que posteriormente seria desmembrado em projetos de menor porte e mais direcionados. O tema da “água” foi abordado no âmbito da educação e da infra-estrutura, exigindo a elaboração e aplicação de um diagnóstico participativo bastante preciso, seguido de uma sistematização dos dados obtidos. Os atores perceberam as reais necessidades e possibilidades de ampliação do suporte hídrico, tanto para uso humano como para produção animal e vegetal. A severidade do período seco, no ano de 2005, pode ser amenizado com o uso dos resultados do diagnóstico no pedido de “situação de emergência”. O envio rápido dos dados solicitados pela Defesa Civil, graças ao diagnóstico realizado, abreviou o tempo de

tomada de decisão. Os sistemas produtivos e a falta de assistência técnica no território foram abordados de forma transversal na proposta de municipalização da agricultura, em moldes semelhantes ao que ocorre com a saúde, a educação e, como já se inicia, na assistência social e psicológica. Os desdobramentos que ocorreram após a apresentação do projeto tornam esta proposta, se não fundamental, mas complementar ao que o fórum discute e analisa na fase atual.

Uma reunião ampliada em julho de 2005 teve como pauta a apresentação, ao plenário, do projeto, seus possíveis desdobramentos e encaminhamentos necessários à busca de oportunidades de viabilização. Nesta reunião contou-se com a participação de todos os prefeitos do território, um deputado federal com base eleitoral na região, um assessor de outro deputado, superintendentes das superintendências regionais da CODEVASF com sede em Petrolina, em cuja jurisdição os municípios pernambucanos se encontram, gerentes das agências dos bancos que atuam no espaço, instituições federais, estaduais e privadas com ações e público de modo geral. O projeto foi solicitado pelo parlamentar presente e apresentado em sessão da Câmara dos Deputados em sessão ordinária em 05/08/2005, permitindo a realização das ações que caracterizarão a nova fase do processo.

AS AÇÕES DO FÓRUM, RESULTADOS LIMITES E POSSIBILIDADES

A sessão ordinária na Câmara dos Deputados foi um marco decisivo para legitimar a aceitação do projeto pela sociedade e definir os potenciais financiadores para implementar as ações no território. Além da análise e discussão de diversas experiências observadas em outras regiões ou territórios. Foi estabelecido um calendário de reuniões a cada 45 (quarenta e cinco) dias, aproximadamente, com reuniões intermediárias do Conselho Diretivo. Nestas seriam discutidos e analisados os encaminhamentos, ficando o fórum com maior capacidade de análise, pois os fatos e dados seriam apresentados e discutidos juntamente com as considerações do Conselho.

Os consórcios intermunicipais chamaram a atenção do fórum como uma ferramenta possível para alavancar o desenvolvimento, agregando assistência técnica, elaboração de projetos de desenvolvimento rural, permitindo parcerias e constituição de um grupo operativo flexível para as ações necessárias.

A experiência dos Consórcios Intermunicipais de Produção e Abastecimento de São Luis e região dos cocais no estado do Maranhão (CINPRA – São Luis e CINPRA – Cocais) foi discutida numa reunião, em que representantes dos dois consórcios apresentaram suas experiências, dificuldades e avanços. Contou-se com a presença de três dos quatro prefeitos do Território e demais parceiros e membros. Como resultado desta ação, tivemos a plena aceitação do consórcio. Outra conquista decorrente das ações do fórum foi a implantação do “Programa de fomento de oportunidades comerciais da agricultura familiar”, desenvolvido pela Fundação Lyndolpho Silva, em que beneficia agricultores familiares em um processo de transição agroecológica ou orgânica, apoiando e criando oportunidades de negócios para os agricultores do Território.

O fórum de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão do Piauí e Pernambuco apresenta resultados positivos, na medida em que revela a apropriação dos mecanismos do desenvolvimento pelos atores sociais e competências locais e leva a uma nova forma de governança. Este traduz uma dinâmica de desenvolvimento real. Ressalta-se ainda a mobilização e o interesse manifestados pelos diferentes parceiros. Percebeu-se muito claramente que localmente as pessoas, representando entidades, imprimem a dinâmica necessária. As reuniões tiveram públicos variáveis, com reuniões concorridas com mais de uma centena de pessoas e reuniões com pouco mais de vinte e cinco pessoas. Vinte reuniões foram realizadas, com a participação de um público fixo de aproximadamente $\frac{3}{4}$ do total presente a cada reunião. O poder público passou a designar seus representantes, permitindo a melhoria da base institucional em função da melhor interlocução observada.

O território ocupa uma área de 4.698 Km², nos 4 municípios já citados mas com as ações de articulação do “Programa de fomento das atividades comerciais da agricultura familiar”, os municípios de Jacobina do Piauí e Paulistana no Piauí e Petrolina em Pernambuco pouco a pouco passam a freqüentar as reuniões, e apresentar candidatos às capacitações. Este projeto acatou o fórum como seu “Conselho Territorial” contratou técnicos, articula com diferentes entidades a solução de problemas específicos dos setores produtivos, cria “bancos de conhecimento local” e de técnicos, apóia a EMBRAPA, o CIRAD e demais parceiros na discussão e solução das demandas territoriais. As discussões, extrapolando a capacidade de ação do fórum, exigiram a construção de uma nova institucionalidade que permitisse a gestão, implantação e elaboração de propostas de financiamento com respaldo jurídico – institucio-

nal que ele não possuía. A união dos municípios em torno de objetivos comuns passa a ser base institucional das discussões sobre desenvolvimento, necessitando somente apropriar a forma jurídica em que ele será consolidado. Hoje, A criação de uma entidade executora dos projetos, um Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, cria nova perspectiva para o desenvolvimento e criação de oportunidades. O poder público dos municípios de Acauã, Afrânio e Dormentes encaminhou para suas Câmaras Municipais o projeto-de-lei de criação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Rural do Semi-Árido – CINDER Semi-Árido (denominação provisória). Somente o município de Santa Filomena ainda não sensibilizou o poder público quanto às vantagens do consórcio. Sabemos que este processo é longo, que envolve receitas municipais e apropriação de ações que não são circunscritas aos limites municipais. Convênios com agentes financeiros (Banco do Brasil e Banco do Nordeste) estão sendo sinalizados, restando para sua efetivação a criação formal do Consórcio. O município de Petrolina em Pernambuco e os de Jacobina do Piauí e Paulistana no Piauí já iniciam os primeiros contatos.

POR QUE O FÓRUM FUNCIONA HOJE?

Gostaríamos de fazer uma análise das condições que julgamos ser importantes para que o fórum possa cumprir os seus objetivos. Iniciaremos fazendo uma reflexão sobre o espaço real e o território construído, a partir da experiência do fórum.

No início do processo, houve uma reflexão sobre a delimitação do território. A sua delimitação geográfica atingiria um número muito maior de municípios, principalmente do estado do Piauí. As limitações orçamentárias reduziram a atuação aos municípios de Acauã no Piauí e Afrânio, Dormentes e Santa Filomena em Pernambuco. As equipes dos parceiros do Piauí (EMATER, ONGs) foram convidadas a acompanhar os trabalhos na perspectiva de agregar os demais municípios ao fórum (Petrolina, Paulistana, Jacobina.). Julgamos que começar com um pequeno território permitiria a sua apropriação pelos atores locais, porque é um espaço que faz senso para eles. Um espaço grande demais encareceria e dificultaria o processo. Hoje, cada município arca com as despesas de seu pessoal e anfitrião com alimentação, espaço e demais necessidades locais. Este é uma prova da implicação do município e apropriação pelos atores locais.

Desde o início do processo, julgamos ser de fundamental importância a disposição e a vontade dos atores para realizar essa experiência. A equipe que organizava e animava o fórum não se desencorajou das primeiras reuniões, que foram muito difíceis nas condições encontradas. Também e a ele ligado, a equipe utiliza o tempo para explicitar o processo, os objetivos e implementar a metodologia de sua implantação. Esta estratégia procurou assegurar o (re)conhecimento dos diversos atores, suas competências e a dinâmica social a ser implementada. É importante respeitar o ritmo das pessoas em cada localidade e respeitar a regularidade do processo (a agenda, com duas reuniões mensais pode, também, ter influenciado o esvaziamento pelas entidades). O empenho dos atores no processo é condição necessária para a continuidade e o êxito do trabalho, de fato, temos hoje praticamente dois anos que ele funciona com uma real participação.

A CRENÇA NA PARTICIPAÇÃO E A LEGITIMIDADE DA REPRESENTAÇÃO

O fórum é um lugar de representação e de participação efetivas apesar da fragilidade e do fracasso das organizações da sociedade civil.

- Este fato, grave do ponto de vista do desprendimento e comprometimento exigido para esta forma de abordagem do desenvolvimento, levou-nos a buscar na base das instituições pessoas com liderança nata e preocupação com a realidade. Nesta perspectiva houve um trabalho de discussão sobre a representatividade dos membros e como o Fórum é visto como um espaço de intercâmbio entre os diferentes atores do território, esta explicitação levou a definir critérios de participação. Os critérios foram de dois tipos: critérios de representação (quais são as diferentes categorias sociais que deviam ser representadas) e critérios pessoais de compromisso. Os critérios escolhidos são os seguintes: ter capacidade de um bom diálogo, ter boas idéias, ter compromisso, gozar de credibilidade e responsabilidade perante as comunidades, ter conhecimento da realidade do município, ter experiência com trabalho social, residir no município, ter disponibilidade de tempo, ser indicado por entidades representativas – Prefeituras, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ONGs, Representantes das Associações
- A demanda, a percepção e as ações concretas surgi-

das desta demanda são importantes também para estimular a motivação e a participação, para começar o trabalho concretamente. Foi acordado que deveriam ser escolhidos temas suportes para um exercício de elaboração de projetos; primeiramente, só com os membros e depois apresentando e consolidando as idéias de projetos com parceiros tanto técnicos como financeiros. Este exercício resultou na expressão das necessidades da população, baseado nas experiências de desenvolvimento bem sucedidas e apropriado pelas populações. Com metodologia especial, conseguir que o planejamento rural não seja dominado pelos tomadores de decisão, distantes da realidade. Foi uma condição importante para a participação.

- O Fórum foi analisado como um lugar de democracia, onde todos têm o direito de falar, de expressar sua visão política do futuro, mas sem cair no ativismo político partidário.
- Teve também uma relação entre a participação e um processo de formação, sobre o qual retornaremos seguidamente.
- Enfim, o peso político do Fórum como espaço privilegiado de discussão e apropriação das ferramentas necessárias ao desenvolvimento surgiu a legitimidade e a dinâmica do processo que ele implementou, levando à participação dos prefeitos.

A análise dos critérios escolhidos mostra uma preocupação com o “capital social” (Abramovay, 1998). As pessoas, representando entidades, passaram a constituir o capital social desejado como ferramenta básica das discussões e apropriação da percepção de que eles são os atores principais do processo de desenvolvimento. Os parceiros iniciaram a construção do espaço de discussão e a abordagem de problemas e soluções apoiados nos poderes constituídos. Este fato, tomado *per se*, permitiria a evolução consistente do espaço para um fórum atuante e efetivo nos seus objetivos. Porém, as particularidades do território, com seu histórico de dominação político-fundiária – particularidades estas muito presentes no semi-árido nordestino – impediram a apropriação do espaço pelo público-alvo e o poder público pouco ou nada fez no início das discussões. A sociedade civil organizada foi esquecida. A leitura que fazíamos da realidade local nos levava a pensar que naquele espaço necessitaríamos de um *corpo* social engajado e responsável pelo próprio desenvolvimento. A transformação de simples e pobres agricultores no capital social ocorreu quando da apropriação do fórum

por eles, dinamizando as discussões, buscando oportunidades de interlocução e repensando sua realidade como ator principal do processo de desenvolvimento.

A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM: O APRENDIZADO DE NOVOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Uma metodologia de planejamento que permite criar um local de aprendizagem onde as pessoas vão buscar informações, analisar as experiências, experimentar e avaliar. A metodologia privilegiava a elaboração de projetos para promover experiências. O pressuposto é que não há soluções prontas, que se necessita de uma experimentação para encontrar pistas. A idéia é promover experimentações sociais, técnicas e institucionais que, acompanhadas, vão ser espaços de produção de referências. Compartilhar as informações disponíveis para os membros terem uma visão comum da situação ou pelos menos conhecer as opiniões e as visões dos parceiros. Serviu para dar aos técnicos um conhecimento mínimo da zona para engajar um diálogo com as populações. Os resultados permitiram ao fórum um conhecimento da realidade do território que não existia de modo oficial, permitindo novas avaliações por parte do poder público e sociedade civil. De fato, foi na discussão com as comunidades, nos diferentes encontros, que os grandes traços da situação da região foram definidos e apropriados. Identificar, acompanhar, registrar e analisar as experiências sociais na perspectiva de reverter este quadro, esta situação.

Para permitir o funcionamento do fórum e ativar a participação e a representação dos atores, uma organização foi pensada. Foram estabelecidas em contrato amplamente discutido, regras claras de envolvimento, responsabilidades e critérios de comportamento para facilitar a articulação entre a iniciativa privada, organização da população (comunidades, sindicatos, associações), instituições de apoio (governamentais e não-governamentais) e poderes públicos. Foram criados, baseados no estatuto proposto, Conselhos Diretivos Municipais, com representação do poder público, associações, sindicatos dos trabalhadores rurais e igrejas, além da figura do Coordenador Municipal e, de modo central, um Conselho Diretivo, composto pelos Coordenadores Municipais, Conselhos Diretivos Municipais e um Secretário Executivo. A plena ação destes conselhos somente ocorreria nos últimos meses. Estes arranjos institucionais que prevêem a institucionalização do fórum implicam em formas de consolidá-lo como *locus* da governança terri-

torial. Isso permitiria que o próprio fórum pudesse articular as suas ações com os Conselhos responsáveis das políticas rurais. Enfrentar este desafio implica em encontrar boas soluções para antigos problemas dos programas de desenvolvimento: aproximar os tomadores de decisão das realidades sociais; garantir a participação das organizações da sociedade civil; dinamizar as administrações municipais carentes de recursos humanos e financeiros; e viabilizar o funcionamento dos conselhos municipais. Em resumo, garantir as práticas da boa governança. Também buscando uma “entidade” com personalidade jurídica capaz de executar, elaborar projetos e implantá-los, gerindo os recursos, contratando técnicos.

Podemos considerar que o fórum, no seu estatuto, ao criar os Conselhos Municipais e o Conselho Diretivo com as representações bem fundamentadas, estabeleceu uma relação com o poder público. Este assumiu seu lugar após perceber a apropriação dos mecanismos e propostas pela sociedade.

A busca de competências engajadas foi primordial no avanço do processo no fórum. Foi nesta perspectiva que se definiu priorizar a implantação da Universidade Camponesa. Para além do impacto na montagem de projetos produtivos, deve-se notar que após a consolidação da base social nas associações, sindicatos e conselhos do FUMAC e CMDR, o público pouco a pouco se tornou mais efetivo em termos de participação. A participação dos jovens agricultores que estavam neste processo de capacitação possibilitou a participação das comunidades as quais eles estavam vinculados. O fórum viabilizou-se pela participação efetiva dos atores e pela efetividade das discussões.

FÓRUM, COMPETÊNCIA E DINÂMICAS LOCAIS

Na perspectiva de potencializar competências, percebeu-se que a formação deveria ir além de uma simples capacitação técnica. Ela deveria permitir aos beneficiários entender a relação entre a inovação e o sistema de produção, identificar as necessidades de adaptação, favorecer estas adaptações, mobilizando os meios das políticas públicas. A capacitação técnica (domínio das tecnologias) está incluída numa reflexão global sobre o sentido e os impactos esperados desta tecnologia no sistema. Isso implica em um itinerário pedagógico que respeita as seguintes etapas: análise da realidade, definição de estratégias de transformação dos sistemas de produção, apresentação e discussão das técnicas, capacitação (domínio das técnicas). De

fato, a formação é uma formação pela pesquisa/ação: observação, modelização/teorização, experimentação, avaliação... (método científico hipotético-dedutivo). Adota-se nesta formação a Pedagogia da Alternância, com a organização de sessões quinzenais (aulas presenciais) de dois dias de capacitação, com atividades de campo entre cada sessão, e acompanhamento das atividades do projeto. Esta pedagogia fortalecerá a ação dos mobilizadores sociais.

Estes jovens, denominados inicialmente “Agentes de Desenvolvimento Rural” – ADR e, hoje, “Agentes de Desenvolvimento Sustentável” – ADS, fazem parte de ação transversal nos projetos que apóiam o território e, cremos ser a ação de maior impacto de médio e longo prazo dos projetos. São agricultores da região, escolhidos pelas comunidades, interessados e com competências (alfabetizados, engajamento social, interesse para a “coisa técnica”, responsabilidade, credibilidade e etc) para assumir um papel de agentes de desenvolvimento rural. A primeira turma formou vinte e cinco jovens. A segunda turma, com trinta e dois jovens, terminará o ciclo de capacitação em junho de 2006. Mais uma turma de trinta e dois jovens está programada para término em novembro de 2006.

A figura do ADS vem para cobrir uma imensa lacuna em ações que formem agricultores familiares e lideranças, assim como dos próprios técnicos de suas organizações e das organizações de apoio, ou seja, pessoas com maior capacidade de atuar como atores protagonistas neste processo de geração/difusão. A Universidade Camponesa com o objetivo de oferecer aos jovens camponeses uma oportunidade de desenvolvimento social através de sua participação nas ações típicas da universidade: ensino, pesquisa e extensão. O desafio é fornecer uma formação inicial para facilitadores, a fim de que eles possam entender a filosofia de um projeto de desenvolvimento sustentável e de manejo dos recursos naturais, baseada na interação entre as perspectivas, interesses e projetos dos agricultores familiares e de suas organizações e no referencial teórico, analítico e prático das disciplinas científicas. Isso contribuiria muito para a implementação de um projeto de desenvolvimento sustentável almejado.

A inserção destes jovens no processo de desenvolvimento ocorre em um primeiro momento com articuladores locais em suas comunidades. Passam a ser referência técnica local ao atuarem mais diretamente como capilares na assistência técnica e elaboração de projetos do “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” – PRONAF. Hoje, oito jovens da primeira turma atuam no município de Acauã no Piauí junto a técnicos projetistas

credenciados pelo Banco do Nordeste, avaliando, diagnosticando, discutindo e auxiliando na elaboração de projetos em suas comunidades. O projetista remunera os ADS por produto (projeto elaborado e liberado). O Banco do Nordeste, parceiro de grande importância do fórum, ao perceber a qualidade das abordagens dos projetos apresentados, demandou à EMBRAPA um projeto específico de capacitação para o território.

DESAFIOS À CONTINUIDADE DA EXPERIÊNCIA

Uma das dificuldades ligadas à continuidade do processo e ao acompanhamento, são os meios humanos e financeiros, e a questão da institucionalização do consórcio e da agência de cooperação técnica.

A animação exige tempo e deslocamentos, portanto financiamento. A procura da autonomia paradoxalmente necessita de uma intervenção externa que deve ser do governo federal para garantir a independência do processo. Como é de costume, os financiamentos do governo não são os mais adequados para garantir a continuidade, as necessidades de financiamento de ações de prospecção, de oportunidades etc., demandam recursos nem sempre disponíveis ou utilizáveis. A constituição de fundo de reserva consolidado em entidade de direito capaz de viabilizar as respostas às demandas pode suprir as necessidades.

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Rural do Semi-Árido (CINDER Semi-Árido), caso seja implantado, caso não ocorram dificuldades de ordem política que possam retardar a constituição de direito da entidade, será a figura executora que se buscava nas discussões de institucionalização do fórum, deixando-o como o espaço de discussão e aconselhamento, traçando diretrizes e programas para o desenvolvimento territorial. A figura do CINDER Semi-Árido potencializará as ações do programa, viabilizando equipes técnicas, projetos e capacidade de gestão e implantação de ações. Dentro do consórcio, e com a ajuda financeira da Fundação Lyndolpho Silva (criada pela articulação EMBRAPA-Contag), um setor será criado para a gestão da assistência técnica, baseada na rede de agentes animadores, os ADS. Eles facilitarão a articulação entre as comunidades e as instituições, animarão a reflexão, identificarão as necessidades e proporão projetos para as comunidades e aos produtores. Reconhecemos que a assistência técnica ainda é necessária, mas como facilitadora do processo, em particular, produzindo material pedagógico e

referências. O pressuposto é a capacidade de resposta dos ADS aos questionamentos da comunidade, que se apoiaram na experimentação realizada na propriedade do agricultor. Essa agência de assistência técnica vai assumir a capacitação dos agentes e fornecer os meios mínimos (deslocamento, material didático, compensação financeira). A implantação das ações do “Programa de fomento de oportunidades comerciais da agricultura familiar”, com o fórum deliberando na forma de Conselho Territorial também cria expectativas muito promissoras. Tanto como apoio aos sistemas produtivos como fortalecimento dele. Os dois processos estão sendo implantados e deverão ser avaliados. No futuro, ele consolidaria seu papel de articulador, dinamizando processos sem cair na rotina institucional. Este é um grande desafio, que significa inovar sobre os arranjos institucionais.

CONCLUSÕES

A necessidade de elaboração de um plano de desenvolvimento, como forma de iniciar os entendimentos com a SDT/MDA, oficializando o Território é demanda do fórum e mais um grande desafio, pois a premissa de liberdade de atuação e discussão não pode ser descartada. Um outro desafio está ligado ao fato de fortalecer as reflexões sobre as políticas públicas em função da realidade do lugar. Enfim, isto pode ser consolidado a partir de uma elaboração de referências pedagógicas e didáticas do desenvolvimento do processo, levando à construção de objetivos e metas consistentes para a proposição de políticas públicas *bottom-up*.

A região sofre da falta de articulação e de comunicação entre os diferentes atores territoriais, de contratualização, tanto para definir os objetivos e elaborar os projetos como para executá-los, falta de experimentação social e técnica na região, a ausência de uma administração pública de qualidade e a raridade da informação e da comunicação reforçou a evidência da necessidade “de espaço”:

- de aprendizagem;
- de informação e de articulação.

Estes espaços foram respectivamente os ADS e o fórum. Na experiência que foi apresentada, o espaço foi apropriado e as condições para o desenvolvimento foram iniciadas. Acreditamos que o ponto central do seu sucesso foi a criação de competência pela formação para ativar a participação, para fortalecer as dinâmicas locais e mobilizar os atores sociais. Os agentes de desenvolvimento sustentável

são a ligação entre a base, as comunidades e o fórum. O território e o resultado de um processo específico de aproveitamento e produção de capital social. Assim, o seu sucesso depende da qualidade das inter-relações entre recursos, atividades econômicas, necessidades da população, distribuição de riqueza, ações dos grupos sociais, governança e apoio do Estado e das suas instituições num espaço que faz sentido pelos atores locais.

Gostaríamos de insistir sobre o caráter experimental de tal processo. Não tem receitas, tem uma metodologia, tem eixos aglutinadores mas, sobre tudo, tem uma vontade de uma equipe e um respeito do ritmo das comunidades locais. Este processo ilustra perfeitamente que o território é uma construção social, um “espaço de projeto”, produto do entrelaçamento de projetos individuais e coletivos, em que se instituem processos de identificação e de negociação dos interesses comuns e conflitantes. Envolvendo atores e instituições locais que, não necessariamente, defendem os mesmos grupos, interesses e idéias, mas trabalham de forma articulada, buscando consensos em torno de um tipo de desenvolvimento. Os desafios mais importantes hoje são conseguir projetos produtivos, melhorar as condições de vida da população para concretizar as ações do fórum. Para atingir tais objetivos, sugerimos algumas perguntas:

- Quais serão as conseqüências da construção de uma entidade executora sobre o funcionamento do dele, sobre as ações desenvolvidas no território e sobre o controle social? Como ele pode ficar no seu papel definido, um espaço de negociação?
- Quais serão as perspectivas de reconhecimento pela SDT?

A experiência de construção deste lugar foi sugerida como exitosa para ser replicada pela FAO na construção do Território do Sertão do São Francisco na Bahia. Apesar de também estar no semi-árido tem particularidades que diferem do Território do Alto Sertão do Piauí e Pernambuco, mas a metodologia de abordagem pode ser de grande valia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Seminário Sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Fortaleza, 23-25 de Novembro de 1998.

DUNCAN, M. O desenvolvimento territorial: o projeto do MDA in Jean Philippe Tonneau, Pedro Carlos Gama da Silva, Waltemilton Vieira Cartaxo, Eduardo Assis Menezes, Lydda Gaviria “Desenvolvimento Territorial e Convivência com o Semi-Árido Brasileiro” – Experiências de Aprendizagem. Relatório Final. EMBRAPA semi arido. Petrolina 2003. 46p.

LAVERACK, G.; Labonte R.,. A planning framework for community empowerment goals within health promotion. Health Policy Plan, v.15, n.3 p.255-262. 2000.

PUTMAN, R. D. “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna”. Rio de Janeiro: FGV. Tradução Luiz Alberto Monadim, 1996.

TONNEAU, J. P.; GAMA, da S. P. C, VIEIRA, W. C., ASSIS M. E, Gaviria L. “Desenvolvimento Territorial e Convivência com o Semi-Árido Brasileiro” – Experiências de Aprendizagem. EMBRAPA, FAO, FAGRO, CIRAD, Relatório final e Anais do Seminário, Petrolina, EMBRAPA Semi-árido, 30 setembro de 2003, 42p.

VASCONCELOS, E. M. (org.). A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da Rede Educação Popular e Saúde. São Paulo: Hucitec, 2001.

Rodrigo Constante Martins

Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/UFSCAR. E-mail: rodrigo@iris.ufscar.br

POLÍTICA E SOCIEDADE NA GOVERNANÇA TERRITORIAL: O CASO DAS ÁREAS RURAIS PAULISTAS*

RESUMO

Temas relativos à governança de interesses sociais e de recursos ambientais em territórios rurais têm recebido especial destaque na literatura recente das ciências sociais. Envolto na temática das *novas ruralidades*, o debate sobre a composição de distintos interesses sociais em instâncias de *gestão territorial* segue demandando reflexões junto às ciências sociais. Visando contribuir com novos subsídios para tal debate, este artigo apresenta uma pesquisa sociológica sobre conflitos territoriais na gestão das instâncias regionais de desenvolvimento rural no estado de São Paulo (Brasil). Através de dois estudos de caso, realizado com recursos de técnicas qualitativas de pesquisa social, o trabalho discute como distintos interesses agrícolas relacionam-se com instrumentos modernos de regulação territorial – notadamente, os Conselhos de Desenvolvimento Rural.

Palavras-chave: ruralidade, desenvolvimento rural, desenvolvimento territorial, conflitos sócio-ambientais

POLITICS AND SOCIETY IN TERRITORIAL GOVERNANCE: THE CASE OF RURAL AREAS IN SÃO PAULO

ABSTRACT

Themes related with the governance of social interests and of environmental resources in rural territories have received special interest in the recent sociological literature. Inside of the new rurality approaches, the debate on the composition of different social interests at the regional instances of territorial management follows requiring reflections of the social sciences. Hoping to contribute with new subsidies for this debate, the paper presents a sociological study about territorial conflicts on the construction of rural development policies at the São Paulo state, Brazil. Through of two case studies, made with qualitative techniques of social research, this work discusses as the different agricultural interests are related with the modern instruments of territorial regulation – specifically the Councils for Rural Development.

Key-works: rurality, rural development, territorial development, socio-environmental conflicts

* Este trabalho foi realizado com apoio da *Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo* (FAPESP-Brasil) e da *Fundation Maison des Sciences de l'Homme* (MSH-França).

INTRODUÇÃO

O debate sobre a regulação sócio-ambiental dos territórios rurais adquiriu abrangência nas últimas décadas. A partir de experiências regionais, vários estudos têm destacado a necessidade de se abordar tal tema por meio de dinâmicas territoriais, construindo ênfases analíticas nos processos sociais locais envolvidos na emergência do que comumente tem sido denominado como *novas ruralidades*. Seja apontando a pertinência de novos recortes espaciais para a apreensão da dinâmica das economias locais (Marsden, 1998), seja sugerindo análises sobre as possibilidades de governança da diversidade de interesses em maturação no mundo rural (Goodwin, 1998), estes esforços analíticos têm partido do pressuposto geral de que, embora não haja padrões ou modelos a serem apontados para o desenvolvimento rural, a referência à sustentabilidade sócio-ambiental destes territórios é a base sobre a qual os rumos da localidade necessitam ser construídos (Martins, 2005).

Esta perspectiva tem sido partilhada por vários estudiosos das ruralidades européias. Estruturadas sobre a expansão das atividades não-agrícolas, o que se denominam como novas ruralidades naquele continente, compreende estruturas complexas de composição das atividades de produção de valores excedentes e de concepções sobre as relações entre economia, cultura e natureza (Kayser, 1990). Inscrito neste debate, o tema da gestão territorial tem sido abordado a partir da proposta de construção de esferas públicas que visam à composição dos interesses agrícolas com os dos demais setores sociais interessados na dinamização das economias regionais e na preservação dos recursos ecossistêmicos e das culturas locais (Hervieu, 1993; Jollivet, 2001; Sachs, 2004). A propósito da questão ambiental, há trabalhos que destacam ainda a necessidade de se relativizar, em nível local, a ênfase sobre questões técnicas que, além de criarem ilusões de que estariam acima dos interesses de grupos sociais, também não contribuem para que a diversidade sócio-cultural dos territórios possa favorecer à gestão local tanto dos interesses sociais quanto dos recursos naturais (Yliskylä-Peuralahti, 2003).

A despeito das distintas realidades históricas, este debate europeu vem influenciando a discussão sobre alternativas de desenvolvimento para as áreas rurais no Brasil. Questões, como a *diversificação das regionalidades* (Veiga, 2001); a criação de *novas institucionalidades* para as áreas rurais (Campanhola & Silva, 2000), o desenvolvimento da localidade a partir do fenômeno da *proximidade social*

(Abramovay, 2003) e as relações da categoria território com a reestruturação do capitalismo contemporâneo (Shneider, 2004), têm estimulado as discussões em torno da orquestração territorial de alternativas de desenvolvimento para as áreas rurais do país.

Neste artigo, buscar-se-á contribuir para o debate sobre a regulação sócio-ambiental em áreas rurais a partir do contexto territorial. Partindo do pressuposto de que a criação de novos mecanismos de regulação das relações entre sociedade e natureza traz uma nova complexidade para o debate sobre o desenvolvimento rural, o trabalho pretende discutir o funcionamento de instâncias descentralizadas de gestão das áreas rurais no estado de São Paulo. Mais especificamente, propõe-se a interpretar como os interesses agrícolas relacionam-se com instrumentos modernos de regulação pública territorial e sócio-ambiental – notadamente, os Conselhos de Desenvolvimento Rural. Esta problemática será desenvolvida através da análise dos resultados de dois estudos de caso, realizados, com recursos de técnicas qualitativas de pesquisa social, junto aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural de Jaú e de Avaré, localizados no interior do estado de São Paulo.

Em nível conceitual, este trabalho partirá do referencial de Leff (2003) para a compreensão do território como o *locus* de construção dos modos de vida, das identidades culturais e da experiência social sobre as potencialidades ecológicas. Na perspectiva do referido autor, o território é o espaço onde se manifestam diferentes temporalidades, diferentes formas de conciliação entre o tradicional e o moderno, entre modos distintos de apropriação e uso dos recursos naturais. No caso das áreas rurais, estas relações tornam-se ainda mais complexas, posto que a proximidade das sociedades rurais com as variadas funções ecossistêmicas permite a construção social de realidades diversas, com conjuntos de relações culturais, econômicas e políticas de ordenamento do território também bastante difusos.

Abordaremos a temática da governança territorial a partir de dois vetores de análise, a saber: um, na direção das possibilidades de construção de espaços descentralizados e democráticos de governança dos distintos interesses envolvidos na *trama territorial* para o desenvolvimento; e; outro, orientado para o nível institucional das políticas públicas tematizadas através da noção de desenvolvimento rural. No curso do texto, os estudos de caso terão função mais ampla do que simples base empírica para a exemplificação da pertinência dos conceitos sociológicos; para além disso, os casos nos auxiliarão na orde-

nação analítica dos processos sociais, revelando determinações gerais e particulares da governança territorial, das noções de democracia nela envolvidas, da instrumentalização de políticas sócio-ambientais e dos exercícios das várias dimensões do poder social em circunstâncias de localidade.

Desta feita, convém, por fim, esclarecer que, ao abordar os estudos de caso, a história local será aqui problematizada sob o enfoque da relação entre o *particular* e a *totalidade*. Ou seja, a localidade será concebida não como dedução de processos históricos *universais*, mas como momento da totalidade, como particularização que se processa dialeticamente através de tensões com totalidades mais amplas¹.

INSTITUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Há, no estado de São Paulo, uma estrutura institucional incumbida de criar condições para o desenvolvimento de estratégias locais e regionais de desenvolvimento rural. Esta estrutura é centralizada na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão pertencente à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado e que tem atuação reconhecidamente vinculada ao extensionismo agrícola. Dentre suas atribuições, estão a adaptação, difusão e transferência de tecnologias de produção agropecuária; a capacitação e treinamento de profissionais, produtores e trabalhadores ligados aos *agronegócios*; e o asseguramento da conservação do solo e da água no estado. Em nível municipal, seus serviços são disponibilizados aos agricultores e pecuaristas através das Casas de Agricultura.

Entre a CATI e as Casas da Agricultura existem ainda 40 Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural (CRDR). Estes conselhos são formados por representantes de associações de produtores, cooperativas agrícolas, sindicatos rurais do setor agroindustrial, prefeituras e por integrantes de universidades e colégios técnicos agrícolas.

Cabe a estes conselhos: a) propor diretrizes e fornecer subsídios para a formulação da política agropecuária em nível regional; b) buscar o desenvolvimento regional, promovendo a integração dos vários agentes regionais ligados aos agronegócios; e c) auxiliar na implementação da política agropecuária estadual.

Embora tenha como objetivo elaborar e apoiar estratégias regionais de desenvolvimento rural, os CRDR's têm suas atribuições estritamente vinculadas às atividades agropecuárias, o que, desde já, indica-nos uma tendência, no arcabouço institucional paulista, de reiterar uma concepção restrita da ruralidade. Mesmo entre os técnicos da CATI é possível notar não só o despreparo para o apoio de atividades que não se relacionem estritamente com a agricultura – como é o caso das atividades de lazer e turismo rural –, mas também é possível delimitar uma concepção reducionista do próprio desenvolvimento agrícola.

A este respeito, Pinto & Bergamasco (2000), por exemplo, constataram, em estudo recente junto aos extensionistas da CATI, o predomínio de concepções produtivistas de assistência técnica à produção agrícola em detrimento da construção de alternativas condizentes com práticas de agricultura sustentável. A *agricultura familiar* foi avaliada pelos extensionistas da CATI como vocacionada exclusivamente para a produção de subsistência, estando – assim como a reforma agrária – desvinculada da noção sustentabilidade nos *espaços* rurais. Além disso, estes extensionistas reiteraram que o papel primordial da extensão rural é apoiar a agricultura e, em especial, aqueles produtores que pretendam dotar suas atividades de maior dinâmica empresarial. Evidentemente, tal atitude reifica, ainda que de maneira reservada, a mesma lógica do processo de modernização agrícola nacional, em que a não distinção de público promoveu o apoio a poucos produtores – que, no mais das vezes, eram os já capitalizados –, além de também desprezar o debate recente acerca das novas alternativas de geração de renda para as áreas rurais. Este perfil *unipautado* do corpo técnico da CATI também é passível de ser verificado nos CRDR's de Jaú e Avaré². Além disso, o que se pôde apreender, a partir de entrevistas

¹ A respeito da análise do *particular-universal* em circunstâncias de localidade, a abordagem aqui empregada segue as mesmas preocupações de Martins (2000: 132), para quem “a história local é a história da particularidade, embora ela se determine pelos componentes universais da História, pelos processos mais amplos e significativos. Isto é, embora na história local raramente sejam visíveis as formas e conteúdos dos grandes processos históricos, ela ganha sentido por meio deles, quase sempre *ocultos* e *invisíveis*. Cabe ao pesquisador descobrir esses nexos. A história local é certamente um momento da História, mas momento no sentido de expressão particular e localizada das contradições históricas.”

² Os estudos de caso foram realizados entre janeiro de 2004 e dezembro de 2005. Sua realização contou com o emprego de técnicas qualitativas de pesquisa social, tais como a realização de entrevistas semi-



Figura 1. Estrutura de Gestão Regional do Desenvolvimento Rural no Estado de São Paulo

tas realizadas com alguns de seus membros, foi, ora a fragilidade organizacional e política destes conselhos, ora sua instrumentalização como extensão do domínio de grupos hegemônicos no movimento regional de produção de valores excedentes na agricultura.

O CRDR de Jaú é formado por 15 municípios, quais sejam: Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Boraceia, Brotas, Dois Córregos, Igarapu do Tietê, Itajú, Itapuá, Jaú, Lençóis Paulista, Macatuba, Mineiros do Tietê e Torrinha. A área de abrangência do CRDR é de 5.419 km², sendo a população total de seus municípios estimada em 385.659 habitantes (Seade, 2006). Trata-se de uma região fortemente atrelada ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro do estado, sendo que 72% de sua área rural é ocupada por lavouras de cana-de-açúcar.

Desde 1999 a presidência do CRDR-Jaú está a cargo do Sindicato Rural de Jaú. Seu funcionamento é bastante precário, posto que carece tanto de estrutura física adequada quanto de recursos para a realização de reuniões periódicas. A rigor, o único auxílio prestado pela Secretaria Estadual de Agricultura ao conselho é a disponibilização de um diretor regional para ocupar a Secretaria Executiva do órgão. Os demais membros do Conselho, representantes de entidades de outros municípios, devem angariar

fundos locais para participar das reuniões e desenvolver os trabalhos administrativos que lhes cabem. A ausência de um amparo mais amplo por parte da Secretaria de Agricultura tem, de acordo com a presidência do CRDR-Jaú, dificultado sobremaneira o andamento da própria construção do conselho.

Infelizmente a regional não tem se reunido. A verdade é que este conselho somos eu e o representante da CATI. Não dá pra marcar reunião do conselho porque ninguém tem dinheiro pra vir. Quer dizer, dinheiro até tem, se arruma, mas ninguém quer investir nisso. Sabe que daqui não pode sair muita coisa. Pra você ter uma idéia, não temos recursos pra esta caneta que eu estou usando. Isso é do nosso sindicato. Nem máquina, pra gente fazer algum ofício, eles dão. A Secretaria mandou mesmo é criar o conselho e pronto! A coisa parou por aí. (Presidência do CRDR-Jaú)

Para a presidência, é justamente a baixa instrumentalidade do CRDR-Jaú que desestimula a participação dos membros. Mais precisamente, esta baixa instrumentalidade não produz iniciativas de “investimento”, em termos de gastos, por parte dos membros, para participação nas reuniões do conselho. Ainda que o CRDR tenha a possibilidade de envolver as comunidades rurais em discussões mais amplas acerca de seu futuro, é possível verificar, como também sugere a presidência do órgão, que a perspectiva de conquistas setoriais imediatas é termômetro da atuação dos grupos sociais junto ao conselho.

No caso do CRDR-Jaú, todos os membros do conselho são envolvidos com a agricultura. A despeito de o conselho referir-se formalmente ao *desenvolvimento rural*, ele constitui-se, na prática, em mais um campo de atuação política de lideranças agrícolas locais. Certamente, este fato contribui para que haja uma concepção instrumental hegemônica acerca das funcionalidades do conselho. Não há pluralidade de projetos e/ou opiniões acerca do uso do *espaço* rural dentro do CRDR-Jaú. A prevalência de uma compreensão setorial das atribuições do conselho possibilita que este ganhe significado político na medida em que sirva de *instrumento setorial*, ou seja, que possibilite conquistas setoriais efetivas. No caso

estruturadas e a coleta de relatos orais. Os entrevistados foram selecionados em cada região de estudo com base em uma amostragem de propósito (*purposeful sampling*), que nos possibilitou a composição de um universo amostral baseado na densidade informacional dos atores sociais locais. As balizas para a construção dos critérios de amostragem foram baseadas em Patton (2002). A interpretação dos relatos orais baseou-se na noção de *agir comunicativo* de Habermas (1990), de modo que as falas dos agentes sociais não foram tomadas como simples expressões de posições individuais, mas sim como produto histórico da dialética do local e do geral, ou seja, como representação, cultural e política, da dinâmica social de um espaço inserido em um contexto concreta e historicamente.

do setor agrícola, sua hegemonia na abrangência territorial do CRDR-Jaú parece induzir suas lideranças a participarem efetivamente somente daquelas instâncias institucionais que possibilitem *novos* ganhos políticos para o setor. O CRDR, ao contrário disso, é uma instância decisória de um território política e economicamente controlado. A ausência de representantes de segmentos não-agrícolas no conselho é uma expressão deste domínio territorial. Sob tais circunstâncias, mesmo o mau funcionamento do CRDR garante o *status quo* político e econômico da agricultura regional.

Já o CRDR de Avaré é formado pelos municípios de Águas de Santa Bárbara, Arandu, Avaré, Barão de Almeida, Cerqueira César, Coronel Macedo, Iaras, Itaí, Itaporanga, Manduri, Paranapanema e Taquarituba. Possui população de 211.632 habitantes distribuída em 6.538 km² (SEADE, 2006). Região predominantemente agrícola, onde se destaca o cultivo de grãos, os municípios da área de abrangência deste CRDR possuem juntos uma das mais elevadas demandas de águas superficiais para irrigação no estado (cerca de 81% da demanda total da região). Parte da produção agrícola regional é comercializada em mercados de fora do estado de São Paulo, incluindo aqui alguns poucos produtores integrados a uma seletiva cooperativa agroindustrial que viabiliza a exportação de algumas modalidades de cereais.

Assim como no caso do CRDR-Jaú, o conselho regional de Avaré também é presidido por um sindicato patronal, o Sindicato Rural de Avaré. As dificuldades enfrentadas pelos membros deste conselho também dizem respeito, principalmente, a ausência de estrutura operacional adequada. Contudo, a direção do conselho identifica em tal precariedade a uma opção de estratégia de atuação política da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado.

Nosso conselho tem algo em torno de 50 pessoas. Cada município tem indicado dois ou três membros para o conselho. Mas quem atua mesmo é só a direção. É a presidência com o apoio do pessoal da CATI. Isso porque o conselho tem sido muito esvaziado. [...] Tem sido esvaziado por uma opção da secretaria. Eles enaltecem muito o conselho municipal, e isso acabou esvaziando o interesse e a atuação dos conselhos regionais. Pra secretaria é mais fácil trabalhar com os municípios, pois é uma relação direta, sem ninguém para fazer o intermédio e ter ganho com isso. Não ganho em dinheiro, não se trata disso. É mesmo ganho político, do sujeito ir até lá e parecer que ele fez sozinho todo o serviço. A secretaria é que viabiliza as coisas e ela, naturalmente, quer aparecer por isso. (Presidência do CRDR-Avaré)

Também no CRDR-Avaré a questão da instrumentalização política faz-se presente. Todavia, os elementos apontados pela presidência deste conselho são de ordem distinta daqueles expostos pelo conselho regional de Jaú. Aqui o embate institucional reside na disputa pelo reconhecimento *particular* das ações *públicas*. Dito de outro modo, trata-se da disputa de quem incorporará a figura do *provedor-benfeitor*, daquele que responde pela conquista de recursos e/ou serviços para o município ou região. Esta disputa, neste caso, não é sequer entre instituições, posto que não são as instituições que aparecem na arena pública das comunidades rurais aqui analisadas. A rigor, tanto no CRDR de Jaú quanto no de Avaré, *pessoas e instituições* se confundem. Tal fato revelou-se nitidamente ainda no planejamento da pesquisa de campo deste estudo. Quando se procurava pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural – através das prefeituras, sindicatos e casas da agricultura –, as respostas eram sempre as mesmas: “procure fulano”; “se houver isso aqui, deve ser ele”. E, de fato, o “fulano” era mesmo o membro procurado. No entanto, o membro não nos era apontado como tal, mas sim como sendo a própria instituição.

Neste caso, trata-se de uma relação de personificação da instituição – ou, como nos diria Martins (1999), de manifestação da *cultura da apropriação do público pelo privado* – que se relaciona com o próprio modo como também têm sido criados, no estado de São Paulo, os conselhos municipais de desenvolvimento rural. Nos municípios de Paranapanema e Barra Bonita – respectivamente pertencentes às regionais de Avaré e Jaú –, por exemplo, os conselhos municipais são sido criados como espelho das casas municipais de agricultura. Por esta razão, a despeito de se referirem ao *desenvolvimento rural*, estes conselhos, também na esfera do município, seguem sendo administrados exclusivamente pelos setores ligados à agricultura. Nos casos dos municípios de Paranapanema e Barra Bonita, a sede dos conselhos não apenas localiza-se oficialmente na casa municipal de agricultura, mas o conselho é a própria casa da agricultura. São os dirigentes desta casa que, nos dois casos, personificam o conselho municipal de desenvolvimento rural.

RENDA, MEIO AMBIENTE E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

Tanto nos CRDR's de Avaré e Jaú quanto nos conselhos municipais os temas relativos às novas atividades não-agrícolas nas áreas rurais não são objetos de discussão.

Estas atividades são, no mais das vezes, identificadas como *atividades acessórias* para as regiões. A geração de renda nas áreas rurais, segundo os membros dos conselhos municipais e regionais em questão, está exclusivamente associada às atividades agropecuárias, posto que são para isso vocacionadas.

Isso aqui é agricultura, não tem jeito. É nossa vocação. Tem gente aí que toma financiamento, não consegue pagar, só leva prejuízo, deve pra Deus e o mundo, mas não sai da agricultura. Porque você acha que não sai? Porque não vive fora disso, não adianta. O país tem que reconhecer isso e apoiar essa gente! (Membro do CMDR-Paranapanema)

No conselho [regional], nós precisamos trabalhar em cima da cadeia, dentro do agronegócio. Temos que fazer estudos sobre cadeias de agronegócio pra saber o que é importante desenvolver. O turismo está crescendo na região. Tivemos até, dias atrás, uma palestra sobre isso. Parece que o governo quer montar cinco pólos de turismo rural e a região de Avaré será um desses pólos. Parece que terá dinheiro do PRONAF pra isso. Então, vamos também atrás disso. Mas, é claro, nossa tarefa primordial aqui é cuidar da agricultura. (Presidência do CRDR-Avaré)

Quando indagado sobre a possibilidade de crescimento de atividades não-agrícolas na região, a presidência do CRDR-Jaú chegou mesmo a não compreender o questionamento:

Eu não estou entendendo... mas no rural, fora da agricultura e da pecuária, o que poderia ter? Aí é difícil, não sei... [nova pergunta: "O turismo, por exemplo, não seria uma atividade econômica alternativa para região?"] Ah.. sim... Espaço é o que não falta aqui. Há espaço mesmo. Pra turismo, tem aí o rio, tem fazendas centenárias. Mas pra gerar emprego, não adianta. Nada se iguala a agricultura. Turismo é bom, mas não gera emprego. O que gera é muito pouco pra região. (Presidência do CRDR-Jaú)

Do mesmo modo que as atividades dos conselhos regionais de desenvolvimento rural versam fundamentalmente sobre os temas da agricultura, a avaliação dos membros destes conselhos acerca dos instrumentos de política

ambiental no estado de São Paulo também possui um forte viés agrícola. Na avaliação dos instrumentos de gestão de águas, em particular, há uma rigorosa defesa corporativa dos interesses do setor. No geral, os conselheiros afirmam haver na opinião pública geral – e isso se refletiria, por exemplo, dentro dos comitês de bacias hidrográficas do estado – uma má interpretação do papel da agricultura nas áreas rurais. O setor seria responsável não só pelo fornecimento de alimentos para as cidades³, mas também responderia pela qualidade de vida nas áreas rurais. Isto, na opinião da maior parte dos conselheiros entrevistados, revelaria que o chamado *passivo ambiental* gerado pela agricultura nas áreas rurais é, na verdade, resultado de suas funções sociais, quais sejam, as de alimentar as cidades e gerar empregos no campo.

Ainda guardando críticas acerca das discussões dos impactos das atividades agrícolas sobre o meio ambiente, a presidência do CRDR-Avaré afirmou considerar um grande avanço institucional a criação dos comitês de bacias hidrográficas no estado⁴. Todavia, para a presidência do CRDR-Jaú, a existência dos comitês de bacia não representa necessariamente o aprimoramento da estrutura de gestão de águas. Ao contrário disso, o suposto ambiente *parlamentar* dos comitês revelaria menos a democratização dos campos de tomadas de decisão do que a expressão da impossibilidade de setores distintos tomarem decisões comuns.

Olha, o comitê é só falação. Se fala, fala, mas a verdade é que ninguém convence ninguém. Quando a coisa não emperra de vez, é sempre a vontade de um que prevalece. Cada um quer uma coisa, ninguém pensa em conjunto. Então fica assim: uma hora um ganha, consegue aprovar lá o que beneficia ele, outra ora o que perdeu consegue alguma coisa, e o conjunto não existe. Acho que uma visão de conjunto seria boa, mas no comitê não é isso que acontece. (Presidência do CRDR-Jaú)

Esta avaliação da presidência do CRDR-Jaú sobre o funcionamento dos comitês de bacias hidrográficas

³ Como recurso discursivo, o presidente do CRDR-Jaú repetiu insistentemente ao longo da entrevista uma frase que atribuiu ao ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt e que tomava como diagnóstico cabal da relevância dos agricultores para as sociedades contemporâneas: "*se as cidades acabarem, por algum motivo qualquer, mas se ficarem os campos, as cidades ressurgirão; mas se mantiverem as cidades e acabarem os campos, então também as cidades se acabarão. Tudo vem da terra!*".

⁴ Os Comitês de Bacias Hidrográficas integram o Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SIGRH) do estado de São Paulo, instituído por lei em 1991. São definidos como instâncias de governança descentralizada das águas. Tratam-se de colegiados compostos por diversos segmentos sociais envolvidos na gestão dos recursos hídricos. Atuam na definição das prioridades, programas e projetos componentes dos Planos de Recursos Hídricos. Atualmente, SIGRH possui 21 Comitês de Bacias Hidrográficas.

pode ser interpretada de várias formas. Uma análise mais imediata poderia justificar tal avaliação pela falta de tradição, sobretudo nas áreas rurais, de participação da sociedade civil em instâncias decisórias de perfil descentralizado. Contudo, nos parece que tal interpretação pouco avançaria em termos de explicação das relações contraditórias que por vezes se estabelecem nas formas de participação política das modernas instituições democráticas. A rigor, nos parece que a avaliação da presidência do CRDR-Jaú expõe, de modo sintomático, o hiato que as sociedades contemporâneas vem enfrentando em termos das tensões entre *fato e valor*. Neste caso em particular, estas tensões revelam-se na medida em que a prática democrática dos comitês é contraposta ao ideal democrático. A aceção de que a democracia dos comitês produziria medidas de gestão que atingissem um suposto *bem comum* é insustentável na medida em que se refugia em uma concepção valorativa de democracia. Sem embargo, não há um *bem comum* inequivocamente determinado que grupos com interesses distintos possam aceitar por força de simples argumentação. Isto se deve ao *fato* de que, para diferentes grupos e indivíduos, o *bem comum* provavelmente significará coisas bastante diversas.

Assim, o *valor* democrático, que muitas vezes é atribuído a espaços decisórios como os conselhos de desenvolvimento rural e mesmo os comitês de bacias hidrográficas, obscurece, na realidade, o conteúdo empírico das relações democráticas. Esta ideologia democrática dificulta a assimilação social da democracia como *fato* – ou, como nos diria Schumpeter (1984), da democracia como *método de produção de vontades manufaturadas*. Enquanto esta versão ideológica do funcionamento do método democrático persistir como parâmetro de avaliação da produção de decisões nos comitês, tanto maior será a dificuldade de compreensão de como estruturas locais de poder podem conduzir os rumos da gestão regional do desenvolvimento rural.

No que tange a um aspecto específico da gestão estadual dos recursos hídricos – qual seja, a política de valoração como instrumento de gestão – os conselheiros regionais manifestaram apoio a iniciativa da cobrança sobre os usuários que comprovadamente contribuem para a

poluição dos corpos d'água⁵. Contudo, os conselheiros ressaltaram, uma vez mais, as especificidades do uso agrícola dos recursos hídricos, sugerindo que a imposição da cobrança para o setor será, além de inadequada, também penalizadora para a sociedade como um todo.

Não adianta eu falar pra você: “eu pago o quanto eu quero” e gasto pra danar! O problema vai ser maior se você me proibir de usar mais que um tanto X de água. Eu acho muito mais eficiente isso. Porque tem gente que vai pagar, vai gastar sobremaneira e dinheiro não vai fazer a água voltar. Então vamos criar regulamentos, normas, e punir quem faz mal uso. Olha, pode até cobrar de quem polui, mas de quem polui mesmo. (CRDR-Avaré)

Como visto, o viés agrícola da visão dos conselheiros sobre a temática hídrica produz uma argumentação fortemente defensiva do setor. Mesmo considerando a pertinência da temática, a defesa dos interesses da agricultura prevalece na reflexão sobre o alcance dos instrumentos de gestão de águas. Ou seja, a despeito dos pressupostos neoclássicos da valoração ambiental que sustentam a expectativa sobre a racionalização do uso do recurso através de sua precificação, é importante destacar que o setor agrícola responderá política e tecnicamente aos requerimentos deste instrumento de gestão não simplesmente como segmento usuário abstraído de suas relações *territoriais*, internalizando custos passivamente. Ao contrário disso, a agricultura responderá como setor hegemônico nas estruturas locais de produção de valor de grande parte das áreas rurais do estado. Responderá, também, através de sua hegemonia política não somente no aparato institucional de gestão de estratégias de desenvolvimento rural, mas também circunstancialmente (conforme já demonstrou-se em outro estudo) através dos próprios comitês de bacias hidrográficas (Martins, 2004). Ou seja, é portanto mister supor que as relações de poder socialmente constituídas na localidade poderão atuar de modo a relativizar e/ou instrumentalizar as próprias estruturas regionais de governança.

Vale, portanto destacar que, embora atrelada (do ponto de vista da totalidade concreta) ao movimento local de produção de valor, a estrutura de poder político estabelecida no território e atuante nas instâncias em questão tam-

⁵ O projeto de lei que dispõe sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no estado de São Paulo está em fase final de tramitação. Em razão da pressão do setor agrícola, a cobrança pelo consumo de água para irrigação no estado deverá iniciar-se somente após quatro anos do início da cobrança para os demais segmentos usuários. A propósito da atuação do setor agrícola ante a tramitação do projeto na Assembléia Legislativa estadual, vem Martins & Valencio (2003).

bém possui formas particulares de reprodução. Mantidas pelo próprio processo de particularização dentro da totalidade, estas formas de reprodução das relações de domínio abrangem interações bastante específicas dos *espaços* em questão. Nelas, os procedimentos de poder, os componentes *infinitesimais* das relações de poder atuam em nível cotidiano e possibilitam que as relações de domínio estabelecidas no território *cheguem* até as instituições (Foucault, 1989). Sob esta perspectiva, o poder existe em rede, em *formação*, e é precisamente por ser dotado desta característica de *movimento* que as relações de domínio produzidas fora de ambientes institucionais – tais como comitês de bacia e, neste caso em particular, conselhos regionais de desenvolvimento rural – relacionam-se com estes ambientes de modo a torna-los úteis às próprias relações locais de hegemonia sócio-política.

Sob tais circunstâncias, se considerarmos o pressuposto de Esteves (1998), para quem a civilidade do indivíduo moderno reside em seu exercício de escolhas e decisão política no contexto de uma sociedade plural, a possibilidade de combinação entre formas modernas de gestão democrática do território e formas excludentes de exercício de hegemonia política e econômica pode, portanto, revelar novas situações de vulnerabilidade sócio-ambiental nas áreas rurais. Por esta razão, ao supor que as relações de poder *territorialmente* constituídas poderão atuar de modo a relativizar e/ou instrumentalizar a estrutura de gestão do desenvolvimento rural, estamos considerando que as análises sobre a nova institucionalidade da gestão territorial no estado de São Paulo não podem desprezar as genealogias das relações locais de poder. Isto porque, este modelo de gestão, na medida em que se propõe descentralizado, passa necessariamente a relacionar-se com as estruturas locais de dominação. Nas regiões de Jaú e Avaré, por

exemplo, estas estruturas alcançam mesmo a formação dos conselhos regionais de desenvolvimento rural. Ainda que não se possa estabelecer relações lineares de interesses nas regiões, é notório que a representação política do setor *territorialmente* hegemônico não se manterá apática ante o surgimento de novas formas de regulação territorial que possam impactar suas práticas econômicas.

Nos casos aqui abordados, estas estruturas, atreladas à dinâmica dos complexos agroindustriais do estado, vão deste a atuação de sindicatos e organizações de agricultores até a afirmação da hegemonia dos valores simbólicos da agricultura empresarial no Conselho Regional de Desenvolvimento Rural. Como apropriadamente destaca Shneider (2004), é importante considerar

(...) que a relação local-global ou território-contexto externo traz consigo o que Bourdieu chamou de *violência simbólica*, pois o poder da imposição de uma determinada ação ou visão de mundo não deixa de ser (mesmo involuntariamente) uma arbitrariedade histórica que acaba reforçando a posição e o próprio poder dominante (...) sobre os indivíduos e seus territórios.

Desta feita, é possível afirmar que, a despeito das especificidades territoriais, a estrutura política dos CRDR's das regiões de estudo é similar. Do mesmo modo, os posicionamentos dos membros entrevistados dos conselhos sobre temas de *desenvolvimento rural*, *agricultura* e *gestão de águas* também são muito próximos, não havendo grandes assimetrias entre as respostas obtidas em regiões distintas. O quadro 1, abaixo, destaca uma síntese destas convergências, em termos de estruturas administrativas e argumentos obtidos nos estudos de caso.

À luz dos enfoques recentes sobre as transformações nas economias dos espaços rurais, é possível caracterizar as

Quadro 1. Síntese dos elementos de convergência de características organizacionais e de argumentação política dos CRDR's de Jaú e Avaré

CARACTERÍSTICAS ORGANIZACIONAIS	ARGUMENTAÇÃO POLÍTICA
– Forte personalismo	– Desenvolvimento rural = desenvolvimento agrícola
– Predomínio dos interesses agrícolas	– Atividades não-agrícolas = atividades marginais nas áreas rurais
– Dependência física e política com instituições vinculadas à agricultura	– Governança ambiental (comitês de bacias hidrográficas): legítima, porém pouco ágil
– Fragilidade institucional (relação com poderes instituídos)	– Cobrança pelo uso da água: necessária, mas não deve aplicar-se a toda atividade agrícola

Fonte: Elaboração do autor com base em dados primários

regiões de estudo com base na categoria típica-ideal criada por Marsden (1993, 1998) de região rural clientelista. Segundo este autor, estas áreas rurais seriam regiões onde a agricultura e suas instituições políticas possuiriam ainda forte poder de atuação. Nestes casos, os processos de desenvolvimento rural seriam, contraditoriamente, conduzidos pelo tradicionalismo dos setores dominantes da localidade. A hegemonia territorial destes setores também dependeria, dentre outros, de seus laços corporativos com estruturas públicas de gestão e suporte da agricultura.

DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE E POLÍTICA PÚBLICAS

Um aspecto que ainda requer algumas considerações em nossa análise diz respeito à disjunção entre as ações institucionais centralizadas (ou seja, que partem da autoridade central para as regiões) voltadas à agricultura e ao meio ambiente no estado de São Paulo. Neste caso, mantendo a articulação entre o desenvolvimento rural e a temática hídrica, é importante destacar que os instrumentos de intervenção para problemas ambientais criados pela Secretaria Estadual de Recursos Hídricos confrontam-se em grande medida com os instrumentos nacionais e estaduais de política agrícola. São, em certo sentido, contraditórios entre si. Como já frisamos anteriormente, o aparato de extensão rural do estado de São Paulo possui um perfil estreitamente vinculado à lógica do apropriação industrial da agricultura. Esta lógica, tal como destacam Goodman et al. (1990), compromete-se menos com os temas sócio-ambientais da produção agrícola do que com a criação de novas possibilidades de integração dos capitais agrícola e industrial. Isto faz com que, dentro do setor agrícola, as mudanças atitudinais perseguidas, por exemplo, pelos instrumentos de política ambiental e pelas estratégias de geração de emprego nas áreas rurais, sejam secundárias diante do objetivo mais de produção de valores excedentes na agricultura.

Em nível federal, cumpre lembrarmos que o modelo de financiamento da agricultura, apoiado nos recursos do Tesouro Nacional com taxas de juros subsidiadas, vem se esgotando desde meados da década de 80. O acesso a crédito para investimento na produção – e aqui também se incluem os investimentos em tecnologias – encontra-se cada vez mais atrelado aos capitais financeiro e industrial. Em muitos dos casos, inclusive, são as próprias empresas fabricantes de máquinas e implementos agrícolas que, através de seus bancos, fornecem crédito aos produtores

agrícolas (Belik & Paulilo, 2001). Sob tais circunstâncias, estabelece-se uma relação de dependência entre agricultor e agente financiador, de tal modo que o emprego dos recursos captados é feito com base na oferta tecnológica das mesmas empresas financiadoras.

No que tange ao pequeno produtor familiar, mesmo o PRONAF (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar) – que ganhou grande visibilidade nacional desde meados da década de 90, quando foi criado –, teve seu alcance restringido pelos próprios interesses sistema financeiro. Nas regiões aqui abordadas, tal restrição ainda é latente:

É difícil conseguir dinheiro no banco. O governo diz que tem dinheiro pro menor agricultor, aí você nós vai lá no banco e o gerente diz que não chegou ainda. Eu não posso falar pra chuva esperar o dinheiro chegar pra plantar, então nós pegamos o dinheiro do banco mesmo. Tem que pagar mais juros, mas é o jeito. O dinheiro não chega. (Agricultor, produtor de cana-de-açúcar na área de abrangência do CRDR-Jaú)

A verdade é que o Banco do Brasil não tem interesse em emprestar dinheiro a juros de 8,75%. O Banco do Brasil é público, mas antes disso é banco! Aqui na Casa da Agricultura eu recebo todo pré-plantio agricultor dizendo que foi no banco e o gerente diz que ele precisa de avalista, disso, daquilo, daquilo outro, do RG da sogra... É claro, esse agricultor não tem garantia nenhuma pra dar pro banco. Banco não quer trator velho. Aqui em Paranapanema ninguém pode depender do PRONAF. O grande consegue crédito do governo via BNDES; o pequeno, vai mesmo de crédito pessoal. (membro de Casa Municipal de Agricultura da área de abrangência do CRDR-Avaré)

Não há, em nível federal, programas governamentais com grandes investimentos públicos na orientação técnico-ambiental de produtores agrícolas. Do mesmo modo, não há condução compassada das ações institucionais dos órgãos federais responsáveis por políticas agrícolas e por políticas ambientais. Neste sentido, também não há ações compassadas que articulem estas dimensões de modo consistente. A inovação mais significativa, em termos de gestão ambiental das áreas rurais por parte da Secretaria Estadual de Agricultura, tem sido o desenvolvimento do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH). Financiada com recursos do Banco Mundial, este programa tem como objetivo principal estimular a implantação de sistemas agropecuários que garantam a melhoria dos níveis de renda das populações rurais do estado, o aumento da produtividade das

pequenas unidades de produção sem o emprego de agroquímicos, a recuperação de áreas degradadas e a preservação da qualidade dos recursos hídricos (SAA-SP, 2004). É executado por meio de um convênio que o município estabelece com o governo estadual, representado pela CATI. Para tornar-se conveniado, o município deve ter um CMDR legalmente formalizado. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Panapanema (município circunscrito à área de abrangência do CRDR-Avaré), por exemplo, surgiu justamente pelo interesse do município no programa:

O prefeito me procurou dizendo que precisaríamos criar um conselho de desenvolvimento rural para pleitear uma verba do governo. Eu estava na casa da agricultura, não podia largar isso aqui. Aí resolvemos então criar o conselho com o pessoal daqui, aproveitando a estrutura e tocando tudo de forma conjunta. (Presidente de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da área de abrangência do CRDR-Avaré)

Cabe ao município, para pleitear as verbas do programa, elaborar um plano de ação, que deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e pelo CRDR. Na maior parte dos casos, os principais itens de ação dos últimos planos aprovados dos municípios dos CRDR's de Jaú e de Avaré foram a recuperação de estradas rurais e das matas ciliares dos corpos d'água municipais.

Contudo, uma das dificuldades enfrentadas pelos CRDR's para a administração do programa diz respeito à impossibilidades de coordenar suas ações com as dos comitês de bacias hidrográficas. Isso porque a base territorial do conselho regional é distinta da base geográfica dos comitês de bacia. Em alguns casos, o CRDR abarca municípios que, juntos, pertencem a quatro bacias hidrográficas distintas.

Neste programa, tem até dinheiro para desenvolver bastante coisa. Mas tem um problema político aí que complica. O problema, a meu ver, é que os conselhos regionais têm muito pouca gente envolvida. Aí, nós aqui, por exemplo, temos município em quatro comitês da bacia. É o tal da área rural estar em um, a área urbana em outro, e um está no Alto Paranapanema, outro está no Médio... . Acaba que não dá pra participar de tudo. Nós aqui participamos do comitê do Médio Paranapanema. Decidimos isso. Só que isso dificulta muito, pois ficamos sempre no meio de decisões políticas diferentes. (Presidência CRDR-Avaré)

Este é um efeito sintomático das ações institucionais descompassadas em nível estadual. Se, por um lado, a

Secretaria Estadual de Agricultura avança ao criar um programa de intervenção em microbacias, a gestão do programa não têm a bacia hidrográfica como unidade de alocação de recursos, mas, sim, a divisão político-territorial dos conselhos regionais de desenvolvimento rural. Deste modo, desenvolvimento rural e gestão de águas mantêm-se, ao menos em termos de intervenção pública, como temas dissociados.

Por fim, outra questão de relevo para a compreensão dos conflitos decorrentes da gestão descentralizada de políticas públicas diz respeito à apropriação do capital político resultante das práticas de intervenção. Isto porque, em grande medida, tanto os Conselhos Regionais quanto os Conselhos Municipais das regiões de estudo seguem se defrontando com limites de atuação forjados, sobretudo pelas instâncias executivas dos poderes municipais e estadual. No caso deste último, o fato dos Conselhos Regionais também terem se tornado um canal de produção de demandas das instituições promotoras da extensão rural no estado – sobretudo da CATI –, vem desencadeando estratégias do executivo estadual para o enfraquecimento destas instâncias de governança. A rigor, a permanência da estrutura descentralizada de gestão do desenvolvimento rural deve-se fundamentalmente ao fato de que o convênio do governo do estado com o Banco Mundial para o desenvolvimento do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas exige a existência do nível gestor regional para a hierarquização dos planos municipais de investimentos. Parece não ser por outra razão que, do ponto de vista jurídico, estes conselhos têm sido mantidos “artificialmente”, posto que sua constituição inicial, em 1999, não houve nova eleição ou mesmo renovação das representações até o ano de 2005. Como nos esclarece a Direção de Planejamento do Programa Estadual de Microbacias Hidrográfica:

O mandato desses conselheiros tinha dois anos. Então, desde 2001 não foram nomeados novos conselheiros, e não foram nomeados logicamente novos presidentes. A partir daí, digamos, no caso do Programa, ficamos impossibilitados de planejar as coisas. Está definido no Programa que quem definia quais são os municípios a serem atendidos na região tal era o conselho regional. Só que a partir de 2001 nós não poderíamos mais encaminhar, porque não existia mais de direito o conselho. (...) Essa função hoje, a das decisões sobre os município beneficiados, está nas mãos unicamente da gerência regional, do Escritório de Desenvolvimento Regional, da CATI. Está com o diretor da regional. (Diretoria de Planejamento do Programa Estadual de Microbacias da SAA)

No nível municipal, por sua vez, a limitação da atuação dos conselhos tem como fundo não apenas as demandas promovidas pela instância de governança, mas também a uma prática tradicional do poder local que remonta, dentre outros, à questão do provedor-benfeitor anteriormente discutida. Como destaca o ex-presidente do CMDR-Paranapanema,

O Conselho Municipal foi criado para o Programa de Microbacias, porque seria uma fonte de recursos, etc.. Só que a prefeitura não aplica esse recurso. Nada passa pela mão dela. O dinheiro sai do BID, vai pro estado e de lá direto pro agricultor. Prefeito nenhum gosta de trabalhar com recurso que não passa pela mão dele! Fica a imagem de que é o conselho que está fazendo tudo. (Ex-presidente do CMDR-Paranapanema e do ex-secretário municipal da agricultura)

Têm-se aqui elementos precisos para reflexões sobre como o caráter abstrato e geral da ação pública – preceito jurídico fundamental da estrutura burocrática do poder público – segue, em certas circunstâncias locais, sendo constantemente submetido às situações de interesses privados dos agentes de governo. O mérito da ação pública, ao ser simbolicamente interpretado como simples resultado da ação individual, torna-se alvo das iniciativas de personalização para fins de constituição de capital político. Assume, sob tais circunstâncias, a condição de mercadoria política, reproduzindo as contradições envolvidas em sua produção social.

Esta patrimônio do uso da gestão pública promove, no bojo de suas contradições, ações descompassadas em relação à ampliação das esferas de governança local⁶. Nestas circunstâncias, ao mesmo tempo em que cumpre a uma esfera específica de poder a criação das condições para o surgimento de governanças locais, tal esfera também é dotada de força normativa para a limitação da atuação destas instâncias descentralizadas de gestão. Ou seja, cumpre a uma instância consolidada de gestão pública (prefeitura) promover o surgimento de uma nova instância que, embora consultiva, contribui para um arranjo local de forças políticas. Todavia, tal iniciativa pode por vezes

resultar no questionamento das ações da própria instância consolidada. Neste cenário, como nos mostra o caso supracitado, a visibilidade destes novos arranjos locais termina por depender sobremaneira da disposição por vezes momentânea da gestão pública municipal em consolidar o espaço descentralizado da governança local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contextos abordados no curso deste artigo indicam que a atual estrutura paulista de gestão do desenvolvimento rural possui contradições expressivas que envolvem, em contextos distintos, tanto seu caráter setorial quanto sua atuação eminentemente reativa às necessidades circunstanciais de promoção de políticas públicas. O *modus operandi* dos Conselhos de Regionais de Desenvolvimento Rural no estado expressa de maneira inequívoca tal situação.

A discussão arrolada a partir dos estudos de caso sugere, dentre outros, que *territorializar* a temática do desenvolvimento rural significa considerar os processos fundamentais envolvidos na gestão econômica, política e ambiental da localidade. Como também se ressaltou no curso do texto, o movimento de produção de valor em um dado território compõe uma *totalidade* que, em nível analítico, é concreta justamente por relacionar, de modo indissociável, as relações de poder entre grupos e as formas sociais de uso e acesso aos recursos naturais. Assim, se a temática do desenvolvimento é trazida à tona, a territorialização das políticas públicas deve ser construída considerando, além do âmbito sócio-ambiental, também as relações de poder que tencionam sobre as possibilidades de transformação da própria localidade.

Um diálogo institucional, por sua vez, pode articular-se às metas sociais estabelecidas territorialmente, provenientes do planejamento integrado da gestão dos recursos naturais com os anseios de desenvolvimento das forças sociais estabelecidas num dado *espaço*. Dentre outros, a consistência deste diálogo dependerá sobremaneira da capacidade de incorporação dos atores locais his-

⁶ Esta situação de instrumentalização das práticas administrativas não é, aliás, fenômeno recente na história da política local no país. Como bem nos mostra Franco (1997) sobre o próprio contexto paulista, tal situação constituiu-se em um dos traços característicos da afirmação do poder público local após a Independência nacional. Através do estudo das práticas sociais da velha civilização do café na região do Vale do Paraíba, a autora destrinchou as maneiras pelas quais o caráter abstrato e geral da ação pública – preceito jurídico fundamental da estrutura burocrática do poder público – foi constantemente submetido à situação de interesse privado dos próprios agentes de governo. Ainda que sob circunstâncias diversas, esta face patrimonial do uso da força normativa permanece requerendo, a nosso ver, especial atenção por parte dos estudiosos da temática da *localidade* no país.

toricamente excluídos das decisões sobre os rumos do lugar. Esta incorporação, por sua vez, não deixará de relacionar-se com as possibilidades de regulação social dos movimentos de produção de valores excedentes fixados no território, posto que, no mais das vezes, as desigualdades no acesso aos recursos e aos instrumentos de decisão do lugar estão associadas às disparidades reproduzidas neste âmbito.

Por fim, no que concerne às análises sobre o desenvolvimento territorial, a interpretação aqui desenvolvida reitera que os temas clássicos presentes nas análises das ciências sociais sobre a ruralidade no Brasil mantêm seu *status* conceitual *vis-a-vis* a emergência de alterações em algumas modalidades de emprego agrícola ou às iniciativas de promoção de novas esferas de governança territorial. Ou seja, a despeito dos termos que o debate recente sobre territorialidade lança sobre os estudos rurais, os temas relativos à estrutura fundiária, modernização conservadora das áreas rurais, apropriação industrial da agricultura, patrimonialismo e fraca institucionalidade das relações de trabalho no campo permanecem centrais para a problematização da sustentabilidade sócio-ambiental dos contextos de ruralidade no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BELIK, W.; PAULILO, L. F. O financiamento da produção agrícola na década de 90: Ajustamento e seletividade. In LEITE, S. P. (org) Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2001. P.95-120.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José G. (eds.) O Novo Rural Brasileiro: Políticas públicas. v.4, Jaguariúna-SP: EMBRAPA, 2000, p.61-92.

ESTEVEES, P. L. Cordialidade e familismo amoral: Os dilemas da modernização. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.13, n.36, 36p, 1998.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 8.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. 174p.

FRANCO, M. S. C. Homens livres na ordem escravocrata. 4.ed. São Paulo: UNESP, 1997. 253p.

GOODMAN, D., SORJ, B.; WILKINSON, J. Da lavoura às biotecnologias: Agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 192p.

GOODWIN, M. The governance of rural areas: some emerging research issues and agends. Journal of Rural Studies, v.14, n.1, p.5-12, 1998.

HABERMAS, J. Pensamiento postmetafísico. Madrid: Taurus Humanidades, 1990. p.187-198.

HERVIEU, B. *Les champs du futur*. Paris, Bourdin Francois (Ed.), 1993.

JOLLIVET, M. Pour une science sociale à travers champs: Paysannerie, ruralité capitalisme (France XXe siècle). Paris: Ed. Arguments, 2001. 400p.

KAYSER, B. La renaissance rurale: Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: A. Colin, 1990. 316p.

LEFF, E. A geopolítica da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável: economização do mundo, racionalidade ambiental e reapropriação social da natureza. In MARTINS, Rodrigo C.; VALENCIO, Norma F. (orgs) Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil – v.2: desafios teóricos e político-institucionais. São Carlos-SP: RiMa, 2003, p.3-19.

MARSDEN, T. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. Journal Rural Studies. V.14, n.1, p.107-117, 1998.

MARSDEN, T.; MURDOCH, J.; LOWE P; MUNTUN, R.; FLYNN, A. Constructing the countryside. London: University College London Press, 1993. 220p.

MARTINS, J. S. O poder do atraso: Ensaios de sociologia da história lenta. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, J. S. A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, R. C.; VALENCIO, N. F. L. S. Valoração dos

recursos hídricos e impasse sócio-ambiental na agricultura paulista: alguns desafios para a gestão de políticas públicas. *Informações Econômicas*. Instituto de Economia Agrícola, v.33, n.10, p.28-40, 2003.

MARTINS, R. C. A construção social do valor econômico da água: Estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo. São Paulo: PPG-SEA, Universidade de São Paulo, 2004. Tese Doutorado

MARTINS, R. C. Ruralidade e regulação ambiental: Notas para um debate político-institucional. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília-DF, v.43, n.2, p.249-266, 2005.

PATTON, M. Q. *Qualitative research and evaluation methods*. 3.ed. London: Sage Publications, 2002. 598p.

PINTO, A. G.; BERGAMASCO, S. M. A construção de uma nova extensão rural: O potencial dos técnicos da rede pública de São Paulo. Congresso Mundial de Sociologia Rural, 10, 2000, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: IRSA, 2000.

SAA/SP – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTACIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Progra-

ma estadual de microbacias hidrográficas: Avaliação de meio termo. Belo Horizonte-MG: Del Giudice Assessoria Técnica Ltda/The World Bank/SAA-SP, 2004.

SACHS, I. Inclusive development and decent work for all. *International Labour Review*. V.143, n.1-2, p.161-184, 2004.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Perfil municipal. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/>. Acesso em 10 Jan. 2006.

SHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Revista Sociologias*, n.11, p.88-125, 2004.

VEIGA, J. E. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Série Textos para Discussão n.1. Brasília-DF: NEAD, 2001.

YLISKYLÄ-PEURALAHTI, J. Biodiversity – a new spatial challenge for finnish agri-environmental policies? *Journal of Rural Studies*, n.19, p.215-231, 2003.

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Doutoranda em Geografia na UFSE.
E-mail: ssmenezes@ig.com.br

Maria Geralda de Almeida
Doutora em Geografia, professora da UFSE/UFG.
E-mail: galmeida@iesa.ufg

AS REDES DE SOCIABILIDADE E A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DAS FABRIQUETAS DE QUEIJO NO SERTÃO SERGIPANO

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo discutir conceitos como “rural”, “território” e “redes”, relacionando-os à criação, por um grupo de agricultores do sertão sergipano, de uma atividade agroalimentar que promove a revalorização deste grupo social e fortalece sua identidade cultural. As redes de sociabilidade articulam os elementos constituintes da cadeia produtiva do leite com o intuito de manter-se na sua área de origem possibilitando o surgimento de uma dinâmica nos aspectos cultural, político e econômico dos municípios sertanejos.

Palavras-chave: rural, redes, território

SOCIABILITY NETWORKS AND THE BUILDING OF THE TERRITORY OF SMALL FACTORIES OF CHEESE IN NORTHEASTERN SEMI-ARID

ABSTRACT

The present research has objective discuss the concepts rural, territory and nets relating at an activity agro nourish has created by farmers in the Sergipe, in northeastern semi-arid, outback favoring the revalorization of these and strengthening the cultural identity. The nets of sociability articulate the elements constituent of the productive milk's chain aiming at to keep up in its origin's area making possible the emerge ion of a dynamic in the cultural, politic and economic aspects of rustics' municipalities.

Key words: rural, networks, territory

INTRODUÇÃO

O debate em torno das definições de “rural”, “território” e “redes” tem motivado a constituição de enfoques interdisciplinares para reflexão do mundo social, gerando um campo fértil para a realização de pesquisas empíricas. Considerando a polissemia que perpassa estes conceitos, a discussão teórica e metodológica em torno deles tem sido permeada por inúmeras abordagens, com muitos consensos e divergências.

Tentamos articular as noções de território e redes como têm sido formuladas na geografia com o debate sociológico sobre a temática da ruralidade contemporânea. A discussão conceitual neste artigo está articulada ao desenvolvimento de uma atividade agroalimentar criada pelos agricultores familiares do sertão sergipano, no semi-árido nordestino, que promove a revalorização deste grupo social e fortalece sua identidade cultural. Através da articulação das redes de sociabilidade ou sociais no sertão sergipano, esta atividade absorverá elementos constituintes da cadeia produtiva do leite resultando na construção do território. Este artigo objetiva analisar o modo como os diferentes atores criam suas estratégias e articulam-se visando manter-se em determinadas áreas.

A DISCUSSÃO SOBRE RURALIDADE

A organização do espaço rural apresenta, no mundo contemporâneo, mutações que têm confrontado as visões tradicionais desenvolvidas no âmbito das mais diversas ciências. Schneider (1997) afirma que, inicialmente na sociologia clássica americana, as definições do rural estão baseadas na perspectiva dicotômica (urbano X rural). Posteriormente, o rural é definido como agrícola no contexto da modernização (valorização da produtividade e uso de tecnologias) e, num terceiro momento, o rural é substituído pela agricultura e sistema agroalimentar (estudada com base na divisão social do trabalho).

A interpretação do rural, durante muito tempo, foi focalizada em atributos como atrasado, comparando-o ao urbano, e servindo este último como modelo a ser seguido. Após a 2ª Guerra Mundial, com a inserção tecnológica e a mercantilização das relações sociais do campo há uma transformação no meio rural. Nesse sentido, Blume (2004) destaca: “a industrialização avançou no sentido das localidades rurais e a homogeneidade, que era uma forte característica das bases operacionais rurais, já não se apre-

sentava tão bem demarcada como antigamente”. No Brasil, surgiram áreas consideradas modernas com a inserção dos chamados complexos agro-industriais, contrastando com áreas que utilizavam tecnologias tradicionais.

A partir da década de 1990, segundo Blume (2004), diferentes abordagens teóricas vão atribuir importância considerável à temática da ruralidade. Sob esta perspectiva, o autor assinala que o rural surge como um espaço diferenciado do agrícola uma vez que, para grande parte da população, o rural se mantém carregado de simbolismos associado ao meio ambiente, não podendo ser simplesmente ignorado.

No Brasil pós 1990, as discussões sobre as definições do rural evoluem e se diversificam, sendo as mudanças conceituais reflexos das transformações induzidas pela globalização, pelas novas tecnologias, pelo fim da dicotomia rural-urbano e pela questão ambiental.

Para Silva (1999), o rural pode ser entendido como um continuum do urbano. Este posicionamento decorre da influência das atividades urbanas que se adentram no rural sendo preconizado o fim do rural diante do avanço de novas atividades. Entretanto, observa-se que estas transformações não ocorrem em todas as regiões do país. Apesar da crise por que passa, o meio rural sergipano apresenta dinamismo, enfrentando intempéries como a crise da cotonicultura e as sucessivas secas.

Sob esta perspectiva, Wanderley (2001) afirma que “a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a atividade principal, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas atividades econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização”.

Juntamente a esse debate, surgem outros posicionamentos diferentes da postura de Silva (1999), como o de Carneiro (2001) que, ao interpretar as transformações no meio rural, a exemplo das ocupações não-agrícolas pelas populações rurais, assim como novas alternativas de lazer. Estas atividades não conduzem ao fim do rural, ao contrário são formas construídas na busca da preservação da identidade social e, conseqüentemente, fortalece a ruralidade. Carneiro (2001) enfatiza que mais importante que precisar fronteiras entre rural e urbano ou relevar as diferenças culturais nas representações sociais é verificar a qualidade das relações que as práticas sociais estabelecem sobre o espaço.

Carneiro (2001) pensa o rural como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, a partir da incorporação de novos valores,

hábitos e técnicas. De acordo com essa visão, entendemos que, apesar das transformações que ocorrem no meio rural, a identidade cultural e a ruralidade são mantidas. O olhar do pesquisador deve ser direcionado aos atores sociais e não exclusivamente às atividades econômicas.

Em sua abordagem, Carneiro (2001) enfatiza a discussão do rural conectada ao território que serve como referência para identidades construídas a partir do cruzamento de aspectos geofísicos, econômicos e culturais (muitas vezes expresso na identidade de um produto). A noção de território que a autora utiliza visa resgatar, preservar e estimular expressões da cultura local na elaboração de produtos de qualidade e de identidades próprias.

Conforme destaca Offner & Pumain (1996): “o território é, pois, espaço definido de um modo muito geral como sistema de proximidade, de distâncias e de escalas, ao mesmo tempo como identidade coletiva. Por conter atributos espaciais e simbólicos é que se pode articular a rede ao território”.

Blume (2004) destaca (e também Veiga, 2005) que a adoção da abordagem territorial nos estudos sobre o mundo rural poderá proporcionar uma valorização de importantes dimensões analíticas como fundamentos ecológicos e econômicos cingidos no espaço. Nessa perspectiva, deve-se incorporar e valorizar as potencialidades existentes no meio rural. A partir dessa visão ocorrerá uma integração dos atores sociais, dos mercados e das políticas públicas proporcionando, conseqüentemente, uma reestruturação do espaço tendo em vista o desenvolvimento.

Diante dessas discussões, optamos por estabelecer o estudo a respeito do rural sob a ótica de Carneiro (2001) privilegiando a questão cultural. No caso analisado a seguir, observa-se que ao criar uma atividade agroalimentar, com base na cultura local, os atores sociais buscam continuar convivendo em seu território. Tendo em vista a articulação existente constata-se que não há indício de descaracterização do rural. Sob esta perspectiva, acreditamos que a criação das fabriquetas de queijo – atividade agroalimentar no meio rural sergipano, confirma uma estratégia voltada para viabilizar o fortalecimento da ruralidade uma vez que absorve a produção de leite dos vizinhos, parentes e amigos. Além disso, esta atividade resgata o saber-fazer dominante na área produzindo, em escala maior, o alimento que faz parte da identidade cultural do sertanejo, o *queijo*. Assim, ao contrário do que foi preconizado por alguns autores a exemplo de Silva (1999), o rural continua vivo e revalorizado. Nos últimos anos, ele transformou-se modificando o uso da terra para resistir à

saída do campo. A partir da transformação dos cultivos agrícolas inserindo as pastagens, o agricultor familiar busca, na agricultura, a sustentabilidade para continuar no seu território

A AGRICULTURA NO SERTÃO SERGIPANO

Segundo Andrade (1986) e Diniz (1996), a ocupação das áreas sertanejas, em Sergipe, iniciou-se no século XVI com a doação de grandes e pequenas glebas de terras pela coroa Portuguesa, visando firmar a posse, então ameaçada pelas invasões holandesas. A dimensão dessas glebas de terras, isto é, das sesmarias, variava de acordo com as possibilidades de sua utilização econômica, como também por sua localização e facilidade de acesso. A pecuária praticada em grandes áreas permitiu a formação de explorações extensas porque necessitava de grandes áreas para a produção, pois o gado era criado solto sem grandes cuidados e apresentava-se economicamente como uma atividade importante na complementação para a produção de açúcar, para suprir a demanda de animais nos engenhos e para a alimentação da população.

Embora tenham participado outras categorias na ocupação, o sertão tem, no vaqueiro, um dos agentes precursores do povoamento, como salienta Diniz (1996):

Na expansão do povoamento para o sertão, não se pode ignorar a figura do vaqueiro que se utilizando da quarteação, acabou por se transformar em criador, dando origem a uma estrutura de pequenos pecuaristas que persiste até os dias atuais.

Neste período, além da criação de gado, os agricultores familiares no sertão dedicavam-se aos cultivos de milho, feijão, mandioca e algodão, abastecendo as grandes propriedades e a população urbana que crescia. Para tanto, aqueles que não possuíam área suficiente estabeleciam, com o grande proprietário, uma relação indireta no uso da terra pagando em renda-trabalho e/ou produto. Quando os grandes proprietários não cediam a terra, os trabalhadores transformavam-se em posseiros, ocupando novas áreas.

Porém, a produção de alimentos não se constituiu como a atividade mais importante do sertão. Em relação a isso, destaca Andrade (1986).

... a agricultura não foi a atividade principal; desenvolveu-se medianamente à sombra dos “currais”, devido à grande distância que sepa-

rava aquela zona do litoral e ao elevado preço que os gêneros atingiam após o transporte por dezenas de léguas.

No final do século XVIII e no século XIX, houve uma grande expansão da lavoura do algodão, sobretudo, no período da Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Esta cultura presente nos estabelecimentos do agricultor familiar desperta o interesse também do grande proprietário uma vez que este, percebendo que a rama do algodão juntamente com a palha do milho poderia constituir uma ração suplementar para o gado nos meses mais secos, passou a ceder terra aos trabalhadores desprovidos desse bem em troca do restolho dessas culturas. Conseqüentemente, houve uma revitalização da pecuária, surgindo novas perspectivas para o sertão. E esta atividade, juntamente com a pecuária, proporcionou o surgimento de vários centros urbanos no sertão sergipano.

Após o período de crise do algodão, o agricultor familiar continuou a plantar o mesmo cultivo consorciado, enquanto os grandes proprietários se dedicaram à pecuária de forma praticamente exclusiva.

A pecuária, apesar de ser uma atividade importante, até a metade do século XX, apresentava-se ainda pouco intensiva, sendo os bovinos criados soltos, pouco modificando a vegetação nativa do sertão. A partir da década de 1970, a pecuária em Sergipe, localizada principalmente no agreste e sertão, tem seu crescimento acelerado. Este crescimento reflete alguns fatores favoráveis como: melhorias das estradas, clima propício às pastagens, menor incidência de doenças no rebanho bovino e uma política de crédito agrícola voltada para a região semi-árida.

Neste período, com as sucessivas secas ocorridas na região e o incentivo de políticas públicas subsidiadas como os Projetos Sertanejo e PROTERRA, os quais funcionavam como linhas de créditos destinadas a investimentos fixos, semi-fixos e de custeio, contribuíram para a transformação das áreas de cultivo agrícolas introduzindo as pastagens melhoradas. Estes projetos foram direcionados, sobretudo, às médias e grandes propriedades refletindo na redução de postos de trabalho no campo. A atividade pecuarista contribuiu para o crescimento da migração de trabalhadores em virtude da relação capital-trabalho, que os empurra para os centros urbanos, surgindo o chamado exército de reser-

va. O capital industrial investe e atrai trabalhadores da zona rural e a sua expansão se dá associada à formação do latifúndio. Nesse ínterim, os agricultores com até 50 ha, em decorrência das intempéries climáticas, da crise do cultivo de algodão devido à praga do bicudo e para resistirem às ofertas norteadoras de compra e venda de suas terras, transformam também seus estabelecimentos em pastagens como uma estratégia de reprodução contribuindo também para a expansão da atividade. A permuta do cultivo agrícola pela pastagem decorre do rendimento mais estável e seguro da pecuária, viabilizando a persistência do agricultor familiar. Segundo Woortmann & Woortmann (1997), o significado do gado para esses produtores consiste em uma reserva de valor, poupança e, muitas vezes, uma forma de adquirir terra com a comercialização de animais.

Nesse contexto, a pecuária leiteira se apresenta como uma estratégia para a sustentabilidade do agricultor familiar criando uma nova forma de renda semanal, através da comercialização do leite. Tal fato pode ser comprovado através das informações censitárias de 1985 e 1995/1996 que, em virtude da transformação dos estabelecimentos familiares direcionando-os à pecuária, refletirão no crescimento da produção de leite na microrregião do Sertão Sergipano do São Francisco perfazendo um total de 11,2% entre estes períodos, absorvendo esta microrregião mais de 40% do total produzido no Estado (tabela 1).

A reorganização das forças produtivas criando novas possibilidades de sobrevivência local através da transfor-

Tabela 1. Sergipe: produção de leite (mil litros), 1985-1995/1996

Microrregiões geográficas	1985	1985	1995/1996	1995/1996
	Volume	%	Volume	%
Sertão Sergipano do São Francisco	30948	33,2	54746	43,4
Carira	10047	10,8	15067	12,0
Nossa Senhora das Dores	4341	4,7	7027	5,6
Agreste de Itabaiana	5853	6,3	6865	5,4
Tobias Barreto	6430	6,9	7973	6,3
Agreste de Lagarto	6441	6,9	6539	5,2
Própria	5480	5,9	8620	6,8
Cotinguiba	3088	3,3	3507	2,8
Japarutuba	1218	1,3	2372	1,9
Baixo Cotinguiba	6672	7,2	2926	2,3
Aracaju	1618	1,7	1737	1,4
Estância	3041	3,2	2933	2,3
Boquim	8007	8,6	5802	4,6
Total	93148	100,0	126114	100,0

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE. 1985,1995/1996

mação do uso da terra permite a continuidade dos agricultores no seu território.

Abordando a temática da multifuncionalidade, Carneiro (2003) assinala:

manter a identidade do agricultor significa, nesses termos, (produção de alimentos, sobretudo) para estabelecer trocas com vizinhos e parentes, alimentando laços sociais de solidariedade e de reciprocidade fundamentais para viabilizar a vida e dar-lhe sentido.

No caso específico aqui estudado, ao abordar a agricultura e a identidade cultural, observa-se que a mudança no uso da terra deverá ser entendida também como uma estratégia econômica e cultural, uma vez que há necessidade do agricultor em conviver na sua localidade. Esta reflexão vai ao encontro do posicionamento de Maluf (2003) que acrescenta:

A relação que a agricultura e a identidade social, num quadro de redução da importância econômica na produção mercantil de alimentos, exige a valorização de aspectos não comumente considerados pelos analistas tais como os modos de vida, as relações com a natureza, as relações com os parentes e vizinhos (sociabilidade e a produção de alimentos para a própria família).

Com o crescimento da pecuária leiteira surgem novas atividades construídas a partir do aumento da oferta do leite, existente nessa região, transformando-o em derivados nas pequenas unidades de produção. Nos estabelecimentos agrícolas, o núcleo familiar constitui uma pequena empresa, de caráter informal. Estas são férteis mananciais de habilidades empreendedoras a exemplo das inovações na produção de novos tipos de derivados de leite, a utilização de caldeiras. São também estimuladoras de geração de renda e postos de trabalho. Essas pequenas empresas comerciais, artesanais ou protoindustriais, diversificam as economias locais surgindo um número considerável de lojas de produtos agropecuários e pequenas oficinas que criam suportes para o transporte do leite em motocicletas em todos os municípios sertanejos. Observa-se que há uma necessidade incitando essas famílias a exercerem ou criarem atividades externas à agropecuária ou se aproveitando desse potencial para adaptar-se ao saber-fazer típico existente na área.

Esta atividade não-agrícola permite a consolidação dos agricultores uma vez que absorve a produção de leite, sobretudo, do agricultor familiar constituindo-se como alternativa única em vários municípios do sertão sergipano.

Ainda são gerados postos de trabalho no transporte da matéria-prima, na produção e comercialização dos derivados incorporando, em parte, os filhos dos agricultores em uma área carente de trabalho e renda. Sob esta ótica, essa estratégia expressa a garantia da permanência no meio rural, preservando a identidade cultural.

Analisando a noção de identidade, Haesbaert (2003) esclarece que a identidade social é também territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do ou transpassa o território. Território que pode ser percebido em suas múltiplas perspectivas, desde aquela de uma paisagem como espaço cotidiano, “vivido”, que simboliza uma comunidade, até o recorte geográfico mais amplo e em tese mais abstrato, com o do Estado-Nação.

No caso, essas atividades agro-alimentares são, por excelência, intimamente ligadas ao território, em razão do processo histórico dominante na área em que se localizam como também da oferta de matéria-prima; além disso, identificam a cultura incorporada dos agricultores e dos consumidores. Assim, o espaço, através do trabalho, transforma-se em território. Continuando essa discussão, observamos, em Dias (2005), que a lógica territorial deve ser desvendada como resultado de mecanismos endógenos; relações que acontecem nos lugares entre agentes conectados por laços de proximidade espacial e mecanismos exógenos. O enfoque territorial implica no desenvolvimento endógeno valorizando os aspectos culturais locais, a inserção de política pública e as inovações tecnológicas apropriadas. É fundamental valorizar os fatores considerados não transferíveis, ou não mercantis, como os fenômenos culturais e de identidade local, que facilitam a comunicação interna entre os atores através de redes.

Conforme lembra Haesbaert (2003):

o simples fato de vivermos no espaço, já nos identifica socialmente e é na valorização simbólica do território que o processo de organização local das camadas excluídas é favorecido, embora muitas vezes esta tarefa seja árdua, pois envolvem fatores muito subjetivos como sentimentos de confiança e identidade coletiva, nos quais estará baseada e será fortalecida.

Este caráter é observado por Guattari ao abordar a ideia de apropriação, incorporando também uma dimensão simbólica, identitária e afetiva ao território quando afirma:

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em casa. O território é

sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é um conjunto de projetos e das representações nos quais vão desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, investimentos, nos tempos e nos espaços sociais culturais... (Guattari, 1996, p. 323).

Em uma nova perspectiva, o território é considerado atualmente não como um quadro de localização de agentes ou apenas um suporte de atividades econômicas. Para Mucknik & Sautier (1996), o território:

é um espaço construído historicamente e socialmente, onde a eficiência das atividades econômicas é fortemente condicionada pelos laços de proximidade e de pertencer a este espaço. O território é então um resultado e não um dado.

Esta concepção de território é corroborada por Abramovay (1992) enfatizando a não vinculação exclusiva aos atributos naturais, sendo este uma construção de acordo com a capacidade dos atores de estabelecerem relações organizadas mercantis e não mercantis favorecendo a troca de informações e a conquista de certos mercados, bem como a pressão coletiva pela existência de bens públicos e administrativos que dinamizam a vida regional.

Offner & Pumain (1996) propõem uma problemática nova no campo da geografia que consiste na articulação da rede social e território, considerando a rede social como um conjunto de indivíduos ou de grupos que entretêm relações binárias permitindo a circulação de oportunidades. Quanto ao território:

o território é apropriação. Através dele uma população define o que, no espaço, releva a um uso legítimo, prático e simbólico... O território é regulação; não há identidade sem regras, implícitas ou explícitas ou consentidas, modelando as trocas entre si e com os outros. O território é pois espaço-definido de modo muito geral como um sistema de proximidade, de distâncias e de escalas, ao mesmo tempo como identidade coletiva (Offner & Pumain, 1996)

No caso das atividades agroalimentares do sertão sergipano, observa-se a importância das redes na articulação dos elementos que compõem a cadeia produtiva do leite proporcionando a construção do território.

AS REDES E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO QUEIJEIRO

Focalizando a discussão sobre redes, Haesbaert (2002) afirma que este conceito nasce com o capitalismo, sendo

utilizado pelos pesquisadores no século XIX, ao tentar explicar determinadas formas espaciais disseminadas pelo sistema capitalista. A rede é constituída por um conjunto de atores sociais, que atuam como emissores ou receptores, e os vínculos ou elementos relacionais atuam como canais de comunicação.

A importância adquirida pelas redes, na sociedade atual, está relacionada ao papel conquistado por elas na circulação de bens, pessoas e informações. Haesbaert (2002) destaca que identificar as redes de dimensão planetária é tão importante quanto identificar as redes de caráter local e regional que, muitas vezes, possuem potencial para propor organizações territoriais alternativas. Neste artigo, abordaremos as redes de caráter local denominadas de redes sociais ou de sociabilidade, relacionando-a com a atividade agroalimentar no sertão sergipano.

Dias (2005) discutindo sobre essas redes enfatiza que mais importante é a constatação empírica de diferentes formas ou intensidade das relações sociais num determinado campo social de parentesco, amizade, vizinhança. Continuando esta abordagem, a autora destaca que estas redes transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidaristicamente, sujeitos indivisíveis e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico.

Corroborando com essa discussão sobre redes, Randolph (1993) afirma:

Usa-se o termo em relação a relações familiares (rede familiares), de amizade, de ajuda mútua (redes de vizinhança), de contatos e organização de movimentos sociais (redes sociais).

A noção de rede refere-se, neste artigo, a relações familiares e de vizinhança articuladas por agricultores em busca da reprodução no sertão sergipano. Castells (2000) destaca que as pessoas socializam-se e interagem em seu ambiente local, seja no povoado ou na cidade e constroem redes entre vizinhos. Essas redes são fruto de histórias em comum e confiança que cresce no cotidiano de pessoas com objetivos semelhantes.

Na viabilização da atividade queijeira surgem como principal incentivador a rede familiar que cede o capital inicial e repassa o “saber-fazer”, conhecimento adquirido com a família na produção do queijo caseiro. A rede de vizinhos fornece a matéria-prima (leite) contribuindo para a viabilização da atividade. A mão-de-obra é familiar e, em alguns casos, são utilizados trabalhadores temporários e/

ou permanentes, de acordo com o volume da matéria-prima e a demanda do mercado.

Essas pequenas unidades informais do setor leiteiro absorvem a produção dos agricultores familiares, além de médios e grandes proprietários. Cerdan & Sautier (2002) ressaltam a importância econômica e a resistência dessas unidades de transformação modestas e até rudimentares, relacionando-as à proximidade geográfica e social entre os fabricantes e produtores. Apresentam como vantagens comparativas, o controle exercido direto pelo proprietário, um fluxo de informações eficientes e relações entre as mesmas de cooperação no período de inverno e de concorrência no verão, devido à escassez de matéria-prima.

Para Abramovay (2000), mais importante que as vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores para valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base de empreendimentos inovadores. Esta reflexão vai ao encontro da abordagem de Santos (1993), pois ele enfatiza que para o geógrafo, as relações de proximidade não se limitam a uma mera definição de distâncias; mas, ela está relacionada às inter-relações vividas entre as pessoas em uma mesma extensão, não devendo ser apreendidas, em uma análise da situação de vizinhança, somente as relações econômicas, mas, a sua totalidade. A importância da vizinhança para o fortalecimento das camadas socialmente excluídas frente às dificuldades torna-se um atributo valioso existente no mundo rural.

Segundo Abramovay (1992), a valorização dos atributos de uma região pelos atores locais permite a existência de uma dinâmica de concorrência-emulação-cooperação entre as empresas de uma certa região.

No caso estudado, observa-se uma aglomeração de micro-empresas informais concentradas geograficamente no sertão sergipano estabelecendo a cooperação e competição entre si e interagindo com os demais atores (produtores de leite, comerciantes, atravessadores) constituindo vínculos com toda cadeia produtiva do leite, enraizando-as em vários municípios, sendo consideradas como um Sistema Produtivo Local (SPL).

Veiga (2005) define os SPL como uma rede de empresas de uma mesma atividade/especialidade que cooperam um determinado território. A principal vantagem dos SPL para o desenvolvimento são as relações de proximidade e de interdependência entre as empresas favorecendo à competitividade do território. Nessa perspectiva, Veiga (2005)

acrescenta que a melhor ferramenta de desenvolvimento local passa a ser o patrimônio natural, que também costuma ser ligado a alguma forma de patrimônio cultural. Estas relações de proximidade constituem em um suporte frente as dificuldades vivenciadas por esta atividade informal no mundo globalizado.

Nas últimas décadas, vivendo a era da globalização, as fronteiras da relação mercado interno/mercado externo tornam-se mais tênues, prevalecendo o chamado sistema global. Nesse contexto, alocação de capitais no interior do globo passa a ser comandada por transnacionais, que se constitui em novos sujeitos. O parâmetro mais importante para essas empresas é o nível de valorização ampliado dos seus capitais. Ao mesmo tempo em que ocorre a expansão e concentração de capitais com a instalação de transnacionais no interior, constata-se a criação de estratégias de reprodução, explorando nichos e contribuindo para a inserção no mercado informal dos agricultores familiares.

Como pode sobreviver uma atividade “rudimentar” calcada no “saber-fazer” em um mercado globalizado e competitivo? Neste caso, a expansão dessa atividade no sertão nordestino não está relacionada, de modo exclusivo, a questão meramente econômica. O crescimento é proporcionado pela existência de redes permeadas com relações de proximidade. Diante desse contexto, podemos aferir que existe nesse território um potencial que deve ser incorporado e valorizado pela sociedade e pelas instituições, objetivando o desenvolvimento dessas comunidades. Ao discutir a potencialidade existente em determinadas comunidades, Scherren-Warren (2005) destaca o conceito de capital social, definido como:

... um potencial produzido na vida das pessoas de uma comunidade, compreendendo características como a existência de redes sociais, normas, e confiabilidade, que permite aos indivíduos agirem mais eficazmente juntos a desenvolverem objetivos comuns.

Portanto, na área de estudo, os fatores desagregadores são parcialmente compensados por forte identidade cultural e solidariedade através das redes sociais ou de sociabilidade que são relações horizontais com forte poder de coesão social, cultural e territorial viabilizadoras da persistência do agricultor familiar.

Constata-se que algumas atividades produtivas desenvolvem-se através de articulação de relações de proximidade e das redes econômicas, sociais e técnicas. Segundo Haesbaert (2002), as redes sócio-técnicas são entendidas como estruturas desenhadas pelas relações interpessoais múltiplas,

que reúnem atores individuais e institucionais em âmbito regional ou local, em torno de objetivos comuns. Na realidade, essas redes muitas vezes não são perceptíveis. Assim, raramente as instituições públicas avaliam o potencial dessas articulações, possibilitando o crescimento das atividades e o desenvolvimento local a partir da sustentabilidade desta atividade e, por consequência, do agricultor familiar.

Com o processo de mundialização do capital, observa-se que há um crescimento de produtos alimentícios de outros mercados distantes, bem como a presença de empresas globais no interior dos territórios, até então, de domínio nacional, inclusive, na região sertaneja. Entretanto, essas empresas, como é o caso da *Parmalat*, estão preocupadas com a reprodução ampliada do capital mantendo relações meramente econômicas no meio onde estão instaladas. Ao mesmo tempo em que existem empresas de tal porte, lado a lado são detectadas as fabriquetas, pequenas unidades de produção informais que se mantêm no mercado, sobrevivendo às intempéries das crises econômicas, prevalecendo relações diversificadas nas formas de articulação com o mercado fornecedor de matéria-prima, sobretudo com o agricultor familiar.

As atividades construídas pelos seus atores demonstram sua viabilidade na medida em que, essas unidades de produção sobrevivem contribuindo para o desenvolvimento da agricultura local, para a circulação de capital e para geração de postos de trabalho e renda. Nesse sentido Reis (1995) destaca:

Nem os processos de transnacionalização que fazem a economia-mundo nem a expansão da normalização no quadro atual parecem fáceis de negar. Mas o que é importante é dizer-se que os fenômenos parciais de implosão da norma também existem e, sobretudo, que a influência do global sobre o que ilustra a diversidade nunca é total, quer porque haja resistência, quer porque haja iniciativa 'vinda de baixo...

Essas alternativas de trabalho e renda incluídas na economia informal, objetivam a sustentabilidade do agricultor familiar no meio rural diante do crescente desemprego e da insuficiência das políticas públicas de geração de emprego.

Dessa forma, a prática da agricultura, ainda que deficitária em relação à questão econômica e às políticas públicas, confunde-se com o próprio pertencimento à localidade e se destaca como condição para manter uma dada qualidade de vida que seria impraticável em outros espaços. Wanderley (1999) enfatiza que, nos últimos anos, o meio rural está sendo olhado não como um foco de problemas, mas como portador de alternativas na geração de

emprego, de lá surgem estratégias que reproduzem e valorizam a identidade territorial. Porém, as políticas públicas não são direcionadas para este setor no sentido de valorizar o potencial cultural existente no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das abordagens dos conceitos de ruralidade, redes e território, a identidade cultural desempenha papel fundamental, articulando, através das redes de sociabilidade, estratégias que buscam resistência do agricultor familiar, resultando na construção do território das fabriquetas de queijo.

Observa-se que as experiências bem sucedidas de determinadas áreas são resultantes de um processo de dinâmica territorial constituídas por uma rede de relações sociais amplas, envolvendo os planos cultural, econômico e político.

A análise desta alternativa de trabalho no contexto histórico evidencia as implicações dessa estratégia na sociedade local, gerando postos de trabalho de forma direta e indireta, fixando o agricultor familiar na zona rural e possibilitando maior circulação de capital nos municípios. Nesse caso, concluiu-se que o espaço formado pela ação das redes pode ser considerado um território – o território construído pelos produtores de leite e derivados ou o território das fabriquetas de queijo de Sergipe. Esse território constitui um espaço onde foram adaptados o saber cultural e historicamente arraigado na área sertaneja através dos laços familiares, sendo a família uma grande incentivadora, ao lado do apoio dos vizinhos e demais parentes. Há uma relação de ajuda mútua entre produtores e fornecedores de matéria-prima denotando um caráter, muitas vezes, afetivo entre todos.

O Sertão do São Francisco apresenta-se como um território construído histórica e socialmente, sendo que as atividades tornam-se eficientes na medida em que são fortemente condicionadas pelos laços de proximidade entre aqueles que participam da cadeia produtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992. 275p.

_____. Do setor ao território: Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Texto para

Discussão do IPEA n.702. São Paulo 2000.

ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1986.

BLUME, R. Ruralidade e território: A evolução de uma problemática de pesquisa. In: Território e ruralidade: A desmistificação do fim do rural. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS, 2004. 182p. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Rural

_____. Do rural ao urbano: Uma terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade (versão preliminar). Seminário Sobre O Rural Brasileiro: A Dinâmica das Atividades Agrícolas e não Agrícolas no Novo Rural Brasileiro, 2, 2001. Campinas: NEA/UNICAMP, 2001, p.1-16.

_____. Agricultura, meio ambiente e turismo: Desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo, RJ). In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S. (org.) Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 88-103.

CASTELLS, M. A. Sociedade em Rede. 3.ed.. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

CERDAN, C.; SAUTIER, D. Construção e desenvolvimento dos territórios rurais. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: EMBRAPA, 2002, p.131-142.

_____. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (org.). Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p.11-28.

DINIZ, J. A. F. A condição camponesa em Sergipe: Desigualdade e persistência da agricultura familiar. Aracaju: NPGE, 1996. 222p.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: Do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004. 395p.

_____. Da desterritorialização à múltipla territorialidade. Boletim Gaúcho de Geografia. v.29, n.1, p.11-24, 2003.

_____. Territórios alternativos. Niterói. EDUFF; São

Paulo: CONTEXTO, 2002. 2p.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J e MALUF, R. S. (org.) Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p.135-152.

OFFNER, J.; PUMAIN, D. Réseaux sociaux et territoires. In: Réseaux et territoires-significations croisés. Paris: De L'Aube, 1996, p.137-171.

RANDOLPH, R. Redes estratégicas e de solidariedade e organização territorial, à procura de novas formas territoriais. In: Encontro Nacional da ANPUR: Encruzilhadas das Modernidades e Planejamento, 5, 1993, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ANPUR. 1993, p.783-794.

REIS, J. O desenvolvimento local é possível? In: SPER – Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1994. Cap.1, p.1-40.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de. SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. O novo mapa do fim do mundo: Fim do século e globalização. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993. 342p.

SCHERREN-WARREN, I. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (org.). Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p.29-50.

SILVA, J. G. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: FAUFRGS, 1999. 238p.

VEIGA, J. E. Do global ao local. Campinas: Armazém do Ipê, 2005. 120p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. Agricultura familiar: Realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 1999, p.23-56.

_____. A ruralidade no Brasil moderno: Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In; GIARRACCA, N. (cop.). Uma nueva ruralidade em América Latina? Buenos Aires: CLACSO, 2001, p.31-44.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. O Trabalho da Terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UnB. 1997. 192p.

Anelise Graciele Rambo
Mestre em Geografia, UFRGS, Porto Alegre.
E-mail: anelise@infsr.unijui.tche.br

Mário José Puhl
Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania, UNIJUI, Ijuí.
E-mail: mariopuhl@brturbo.com.br

DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A DENSIDADE INSTITUCIONAL E A INOVAÇÃO TERRITORIAL COOPERATIVA

RESUMO

O presente artigo propõe estabelecer uma discussão em torno da densidade institucional, inovação territorial coletiva e da sua contribuição no desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial, principalmente no âmbito dos territórios periféricos. À medida que os atores desencadeiam ações de forma cooperativa, buscando uma interação com as demais escalas de poder e gestão, entende-se que seja possível promover processos de desenvolvimento territorial, de modo a atender suas demandas e necessidades, através da inovação territorial coletiva, ou seja, a busca coletiva por inovações, com base nas potencialidades e no capital do território. Estes pressupostos são utilizados na análise da experiência da COOPERCANA de Porto Xavier/RS. Esta consiste numa cooperativa autogestionária, a única usina de álcool combustível do Rio Grande do Sul, com relativa densidade institucional, ou melhor, com uma significativa interação entre atores e destes com as demais escalas de poder e gestão pensando, de forma coletiva, ações que visem o desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: cooperação, densidade institucional, territórios periféricos

TERRITORIAL DEVELOPMENT DYNAMICS: INSTITUTIONAL DENSITY AND THE COOPERATIVE TERRITORIAL INNOVATION

ABSTRACT

This article proposes to set a discussion on the institutional density, the collective territorial innovation, the cooperation and its contribution to the beginning of territorial development processes, specially in the area of the peripheral territories. While the subjects start cooperative actions aiming at an interaction with other levels of power and management, it's possible to promote territorial development processes, in order to fulfill their demands and needs. These subjects look for a collective territorial innovation, that's to say, a collective search for innovations, based on the potentialities and the capital of the territory. These presuppositions will be demonstrated from the experience of COOPERCANA, based in Porto Xavier /RS. This consists of a self-governed cooperative, the only alcohol – fuel mill in Rio Grande do Sul State, with institutional density, interaction with subjects, and with other levels of power and management, as well, thinking about actions for the territorial development.

Key-words: cooperation, institutional density, peripheral territories

INTRODUÇÃO

As disparidades territoriais têm se tornado cada vez mais evidentes no atual estágio do meio técnico-científico-informacional. A literatura expressa essas desigualdades através de abordagens como a de Castells (1999), tratando do crescimento dos espaços de fluxos em detrimento dos espaços de lugares; Benko & Lipietz (1994), discorrendo sobre o surgimento das regiões ganhadoras e perdedoras; e, ainda, Santos & Silveira (2001) abordando os espaços opacos e luminosos e as regiões do mandar e do fazer. Ou seja, o surgimento de territórios centrais e periféricos, estando estes últimos, de modo geral, subordinados aos primeiros e atendendo, de forma passiva, às suas exigências. Diante da acentuação dessas discrepâncias, a preocupação com o “futuro” dos territórios periféricos também aumenta e, pergunta-se: existem alternativas de desenvolvimento para estes territórios, ou para àqueles sustentados economicamente pela agricultura familiar e por pequenas e médias empresas no espaço urbano? Como territórios distantes dos grandes centros industriais e de tomada de decisão podem assumir maior protagonismo em seu processo de desenvolvimento? Frente a tais inquietações, apresenta-se, a seguir, a experiência da COOPERCANA, na tentativa de demonstrar como um grupo de agricultores familiares do interior do Estado do Rio Grande do Sul tem se organizado para atender suas demandas e necessidades e, ao mesmo tempo, desencadear um processo de desenvolvimento territorial numa região que pode ser considerada periférica, de forma cooperativa.

A trajetória da COOPERCANA – Cooperativa dos Produtores de Cana de Porto Xavier tem início em 1984, quando é constituída a ALPOX S/A (Usina de Álcool de Porto Xavier), incentivada pelo programa federal do Pró-álcool. Esta sociedade anônima é composta por 156 acionistas: 143 pequenos agricultores, com 49% das ações, e 13 empresários e profissionais liberais detendo 51%. Desde sua fundação há divergências entre sócios majoritários e minoritários, desencadeando-se uma crise financeira na usina, o que leva a constituição da COOPERCANA. A cooperativa, que surge na tentativa de contornar essa crise financeira, é composta pelos agricultores produtores de cana e funcionários da usina. Em 1999, por pressão da sociedade civil organizada e por instituições e organizações locais/regionais, o poder judiciário decreta a falência da ALPOX S/A e a COOPERCANA assume os serviços da usina arrendando o parque industrial, sendo que a compra do parque pela cooperativa efetuou-se em setem-

bro de 2004. Atualmente, os associados da Cooperativa localizam-se nos municípios de Roque Gonzáles (58%); Porto Xavier (35%) no COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento) Missões e Porto Lucena (7%) no COREDE Fronteira Noroeste. São ao todo 273 associados, os quais cultivam cana em propriedades de 5 a 20 ha, totalizando 2.050 ha produzindo cana para a COOPERCANA.

INOVAÇÃO TERRITORIAL E DENSIDADE INSTITUCIONAL:
UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO

Promover um processo de desenvolvimento que não se restrinja a um mero crescimento econômico é uma tarefa árdua até mesmo para os países desenvolvidos. Imagine-se então, o grau de dificuldade encontrado em regiões periféricas localizadas em países “em desenvolvimento”. Regiões que estão distantes dos grandes centros de seu estado, de seu país e principalmente das cidades globais, como as do COREDE Fronteira Noroeste e Missões, sustentadas pela agricultura familiar. Entretanto, nessa região há uma experiência que, até o momento, pode ser considerada um exemplo de que regiões periféricas são capazes de desencadear processos de desenvolvimento territorial, atendendo as demandas e as necessidades dos atores, desde que possuam características de inovação territorial coletiva e de densidade institucional.

Sen (2000) distingue duas alternativas gerais e contrastadas a respeito do desenvolvimento e que, de acordo com o mesmo autor, podem ser encontradas tanto nos debates públicos como nos estudos de economistas. A primeira possibilidade sustenta que o desenvolvimento é um processo “feroz”, duro, disciplinado, um processo “com muito sangue, suor e lágrimas – um mundo no qual sabedoria requer dureza”, diz Sen (2000: 51). Nessa perspectiva, a construção do desenvolvimento requer o afastamento, no máximo possível, das preocupações consideradas “frouxas”, como os direitos políticos e civis, a democracia e temas ambientais. De outro lado, que ela seja feita sobre as bases sólidas do trabalho incansável, pois “o necessário aqui e agora é dureza e disciplina”. Essa idéia aponta para um entendimento de desenvolvimento como progresso e crescimento econômico.

A segunda perspectiva sustenta, contrariamente à anterior, que o desenvolvimento seja um processo “amigável”. Sen (2000: 52), afirma que, nesta perspectiva, “considera-se que a apazibilidade do é exemplificado por coisas como trocas mutuamente benéficas, pela atuação de

redes de segurança social, de liberdades políticas ou de desenvolvimento social – ou por alguma combinação dessas atividades sustentadoras”. A tese do autor é de que “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (*op. cit.*, p. 17), sem deixar de considerar a necessidade do crescimento econômico, do aumento das rendas familiares e a melhorias das condições produtivas. Alia-se, nesta linha de pensamento, a busca pela expansão das “liberdades instrumentais: 1) liberdades políticas, 2) facilidades econômicas, 3) oportunidades sociais, 4) garantias de transparências, e, 5) segurança protetora” (Idem, p. 55). Desse modo, o desenvolvimento não se assemelha ao puro crescimento econômico, como na idéia anterior, mas como uma estratégia ou processo que implica, ao longo do tempo, em mudanças culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais, interconexas, de modo a expandir as liberdades e melhorar as condições da qualidade de vida das pessoas.

O processo de desenvolvimento territorial, ancorado na segunda perspectiva de desenvolvimento, corresponde a ações, mecanismos, estratégias e políticas, desencadeadas, por atores, nele presentes, em interação com as demais escalas de poder e gestão, reforçando ou reconstruindo relações de poder sobre o espaço, tornando-o território. Tal processo, por sua vez, dá-se através de novos usos políticos e econômicos do território, com base em potencialidades locais/regionais, de modo a atender a suas demandas e necessidades. Assim o desenvolvimento territorial se produz a partir do momento em que os atores, formando uma comunidade/sociedade, reconhecem-se como tal e têm, como referência primeira, seu território, tornando-se mais ativos na intervenção e ação sobre seu território, com o intuito de promover seu desenvolvimento.

Para Boisier (1997), o desenvolvimento territorial consiste numa expressão ampla que inclui o desenvolvimento de micro-localidades. Refere-se a processos de mudança sócio-econômica, de caráter estrutural, delimitados geograficamente e inseridos num marco configurado por sistemas econômicos de mercado, ampla abertura externa e descentralização dos sistemas de decisão. Tal desenvolvimento industrial se baseia ainda em três objetivos: (1) o aperfeiçoamento do território entendido não como um container e suporte físico de elementos naturais, mas como um sistema físico e social estruturalmente complexo, dinâmico e articulado; (2) o aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita esse território e (3) o aperfeiçoamento de cada pessoa, que pertence a essa comunidade

de e que habita esse território. Assim, percebe-se que o desenvolvimento territorial não se restringe ao crescimento econômico, e consiste na articulação dos atores na busca de atender também suas demandas sociais, potencializando tanto capitais tangíveis (aspectos econômicos do desenvolvimento) quanto intangíveis (capacidade de cooperar para realizar ações em comum) (Dallabrida et al., 2004). Considera-se que tal processo é possível na região, em questão, em função da densidade institucional e da inovação territorial coletiva presentes na experiência da COOPERCANA.

A densidade institucional, segundo Fernández (2004), corresponde a uma sólida presença institucional (fórmula), representada através da presença de firmas, associações empresariais, instituições financeiras, ONGs, agências de desenvolvimento, escolas, centros de serviço, institutos tecnológicos e universidades, etc; bem como o desenvolvimento de formas de cooperação entre os atores a partir da consolidação entre esse complexo de atores, de uma consciência de pertença mútua a uma dinâmica territorial e ao padrão de coalizão representativo dos interesses locais. Enfim, refere-se a interação de atores públicos e privados, individuais ou coletivos, da sociedade civil, do Estado e do mercado, organizações e instituições, com vistas à realização de ações com objetivos comuns. Essa densidade tem permitido o desenvolvimento da inovação territorial coletiva.

De acordo com o LEADER (Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural-2005), a característica “inovadora” de uma ação é definida tendo em conta o contexto local no qual esta ação se inscreve. Toda ação que responde a necessidades particulares de desenvolvimento de um território introduzindo novas soluções, é inovadora. Dentro dessa linha de pensamento, a inovação territorial coletiva é entendida como um sistema dinâmico de reprodução territorial fundado em inovações permanentes, resultado de relações de cooperação entre os atores – públicos e privados, individuais e coletivos – de determinada região/território (Fernández, 2004). Consiste na capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente, e favorecer o desenvolvimento dos territórios, não só em termos de crescimento econômico, mas numa perspectiva integrada (Méndez, 2002).

A inovação territorial coletiva não é restrita às inovações tecnológicas, numa perspectiva econômico-empresarial, mas, para ter uma dimensão territorial, a esta perspectiva são acrescidas características como (1) a criação de

um clima social ou uma mobilização em favor do desenvolvimento e da incorporação de novidades capazes de romper com inércias herdadas, ineficazes ou injustas; (2) a constituição de redes locais de cooperação, que torna possível a realização de projetos comuns; (3) a presença de instituições locais/regionais, que adotam uma atitude protagonista em apoio à inovação e ao desenvolvimento territorial, mediante iniciativas e negociações de acordos com outras instâncias públicas/privadas; e (4) um esforço quanto a melhorias na formação de recursos humanos (ensino em diversos níveis de qualificação, reciclagem de empresários e trabalhadores, até uma adaptação às demandas do saber fazer local) (Idem, 2002).

Em síntese, a inovação territorial coletiva pode ser considerada uma busca coletiva por novos conhecimentos que levam tanto a inovações quanto à organização e à gestão territorial e, conseqüentemente, a um processo de desenvolvimento territorial. A seguir, tentar-se-á demonstrar como a COOPERCANA tem desencadeado um processo de desenvolvimento territorial com base nestas duas variáveis.

A EXPERIÊNCIA DA COOPERCANA

A inovação territorial coletiva e a densidade institucional assumem fundamental importância para os processos de desenvolvimento territorial, principalmente em territórios periféricos, muitas vezes, sustentados pela agricultura familiar e com o espaço urbano predominantemente estruturado em pequenas e médias empresas. A seguir, serão apresentadas as inovações presentes na experiência da COOPERCANA bem como a densidade institucional em torno dela, para num segundo momento, demonstrar os novos usos políticos e econômicos que levam ao processo de desenvolvimento territorial local/regional.

A INOVAÇÃO TERRITORIAL COLETIVA

A primeira inovação que se destaca é a própria densidade institucional em torno da experiência. Percebe-se por parte dos atores envolvidos na COOPERCANA, uma busca quanto à interação com demais instituições e organizações, sejam locais/regionais ou de outras escalas, seja como instituição protagonista ou simplesmente colaboradora. Isso permite que sejam atendidas demandas tanto da Cooperativa, quanto do seu entorno territorial maior. Constitui-se assim, uma mobilização social, bem como redes de cooperação que permitem a busca de inovações

como as que serão mencionadas a seguir, permitindo novos usos políticos e econômicos do território e conseqüentemente um desenvolvimento territorial local/regional.

Outra inovação a ser considerada é o fato de se cultivar cana-de-açúcar numa região onde tipicamente predomina a cultura da soja. O noroeste gaúcho caracteriza umas das maiores regiões produtoras de soja do Estado. O município de Santa Rosa possui uma grande estrutura de armazenamento de grãos e, juntamente com Horizontina, forma um dos pólos industriais de produção de máquinas e implementos agrícolas mais consideráveis do RS, integrado aos Complexos Agroindustriais do agronegócio. Enquanto nos dois COREDEs, em 2002, foram cultivados 657.860 ha de soja, de cana foram apenas 7.212 ha (IPD, 2005). Esta comparação demonstra que a cultura da cana, comparada a da soja, pode ser considerada uma inovação ao nível regional, o que adquire maior importância ao levar-se em consideração os problemas de viabilidade econômica do cultivo da soja em pequenas e médias propriedades (Brum, 2002).

Os atores, aproveitando um micro-clima favorável ao cultivo da cana – idêntico ao tropical – passam a produzir álcool combustível, fato que pode ser considerado uma potencialidade territorial, pois este cultivo já faz parte da cultura regional. Pode-se afirmar isso, pois a cana é cultivada desde a época das reduções jesuítas (1600), dos Sete Povos das Missões, porém, em geral, seu cultivo se destina ao auto-consumo. Sendo assim, a partir de uma potencialidade local, forma-se uma nova racionalidade em torno de uma velha forma (Santos, 1997), destinando ao mercado, um produto que em geral era destinado à subsistência.

O que foi mencionado acima vai de encontro ao que afirma Méndez (2002) quando menciona que todas as comunidades territoriais dispõem de um conjunto de recursos (econômicos, humanos, ambientais, institucionais, culturais...) que constitui seu potencial de desenvolvimento, devendo-se encontrar atores e estratégias capazes de atribuir valor a tais recursos, de forma eficaz e inovadora.

Outra inovação é a industrialização da cana e não sua venda *in natura*, como ocorre no caso da soja. O processo de industrialização permite uma maior geração de empregos e impostos na escala local/regional, uma remuneração maior dos agricultores, sendo que os produtos primários, em geral, agregam menos valor que os industrializados, bem como mais uma fonte de renda.

É importante mencionar ainda o fato da COOPERCANA ser uma Cooperativa e não uma empresa privada do

tipo sociedade anônima. Em geral, as indústrias da região são criadas a partir de uma iniciativa individual ou de alguns poucos acionistas. Dados do Anuário Estatístico da FEE (1993) e (IPD, 2005) demonstram que nas duas regiões dos COREDES, o setor industrial emprega em média de 9 a 11 empregados por indústria. Já, o caráter cooperativo da COOPERCANA permite que esta empregue na usina, 43 empregados efetivos, chegando a empregar, na época da safra, 73. Isso sem contar que, em decorrência do funcionamento da usina, são gerados 919 empregos e postos de trabalho.

Destaca-se que a COOPERCANA é a única usina de álcool combustível do Rio Grande do Sul, atendendo a 2% da demanda do Estado. Sua capacidade chega a 9 milhões de litros/safra, sendo que, atualmente, produz 6 milhões. No entanto, já há projetos visando aumentar essa capacidade para atender a demanda, como será explicitado posteriormente.

O processo de discussão, dentro da Cooperativa, também é de caráter inovador. Esta possui os 273 associados distribuídos em 12 núcleos de base. Estes núcleos realizam reuniões nas localidades do meio rural dos três municípios. Neles, iniciam-se as discussões e as tomadas de decisão. A partir dessa organização, todos os seus associados, participam das decisões que envolvem as ações da Cooperativa, garantindo uma gestão democrática, num processo permanente de formação e educação e empoderamento social dos atores participantes da cooperativa.

A geração de energia a partir da queima do bagaço de cana pode ser destacada como outra inovação. O bagaço, que caracteriza um resíduo, quando não tratado adequadamente, provoca impactos ambientais. Este problema é solucionado através da produção de energia, sendo que, durante o funcionamento da usina, esta se isenta do pagamento da taxa de energia elétrica.

O Estatuto da Cooperativa também pode ser considerado inovador, pois, dentre os objetivos está “contribuir para o desenvolvimento regional”. Objetivo que está em sintonia com os valores do cooperativismo (solidariedade, democracia participativa, equidade) e com um dos princípios das cooperativas: “a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa” (Santos, 2002, p. 4). Tal objetivo, proveniente de uma cooperativa, que resulta da organização da sociedade civil e não de alguma instituição do Estado, pode ser considerada outra característica inovadora, uma resposta às demandas e debilidades locais/regionais. Este objetivo, resultado de discussões dos associados, demonstra o cará-

ter coletivo desta inovação e um comprometimento desses associados para com seu território, não se restringindo a metas corporativas (enquanto empresa). Pode-se considerar que tal objetivo vem sendo progressivamente alcançado ao levar-se em consideração os projetos dos quais a COOPERCANA participa e as instituições/organizações constituídas pela mobilização de instituições/organizações locais.

Entende-se que as inovações, citadas acima, são possíveis em função da densidade institucional presente na experiência. A interação entre os atores da Cooperativa e entre estes e as demais escalas de poder e gestão aumenta a capacidade de se realizar ações sobre o espaço, tornando o território que “representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel” (Abramovay, 2000). Assim, essa densidade institucional tem possibilitado, ainda, a realização de diversas ações e projetos que visam atender a demandas não só setoriais ou corporativas (da Cooperativa), mas também territoriais.

A DENSIDADE INSTITUCIONAL

Até o momento foram mapeadas 51 instituições e organizações da sociedade civil, do Estado e do mercado, das diferentes escalas de poder e gestão, ou seja, da escala local, correspondente à COOPERCANA; da local/regional, correspondente ao COREDE Fronteira Noroeste e Missões; estadual; federal e internacional, as quais de alguma forma interagem com a COOPERCANA através de diferentes projetos e ações.

Abaixo apresentamos a figura 1 que busca demonstrar a densidade institucional destacando as escalas e seus respectivos atores.

Nesta figura, pode-se observar que o número de atores locais/regionais envolvidos é relativamente maior que o das demais escalas. Isso demonstra um comprometimento e protagonismo destes atores quanto à busca de respostas a suas demandas, sendo uma demonstração do poder de organização e gestão destes atores para com seu território. Também é significativa a organização da sociedade civil, somando 20 instituições/organizações presentes na escala local/regional. Considera-se, essa organização, um elemento fundamental para o desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial local/regional. A partir do momento em que os atores e, principalmente, a sociedade civil encontra-se organizada, buscando atender suas demandas e interagindo com atores das demais escalas de poder e gestão – formando uma densidade –, o

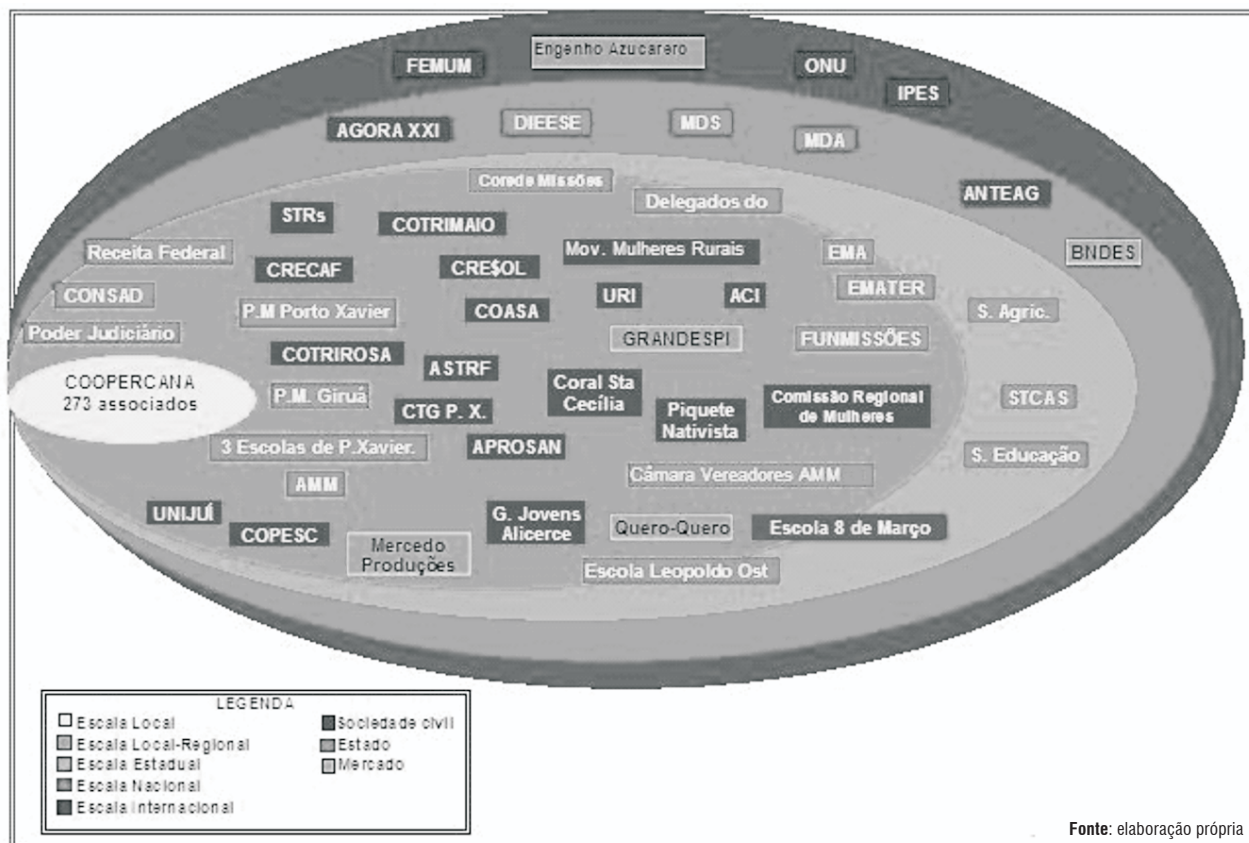


Figura 1. Densidade institucional: os atores e suas escalas de poder e gestão

desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial é possível. Quando este processo parte do local, interagindo com as demais escalas, características como legitimidade e democracia se fazem mais presentes, havendo maior participação, comprometimento e identidade destes atores locais para com as ações a serem desenvolvidas. A seguir, são apresentados os novos usos políticos e econômicos do território que tem levado ao processo de desenvolvimento territorial.

OS NOVOS USOS POLÍTICOS DO TERRITÓRIO

Na figura 2 que segue, observa-se que a constituição da COOPERCANA já é resultado da interação e cooperação entre diferentes instituições e organizações. Para sua criação foi necessário um grande apoio da ASTRF (Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Fronteiriços), o STR – Porto Xavier (Sindicato de Trabalhadores Rurais), das igrejas católica e evangélica e da COOPAX

(Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Porto Xavier). Isso, porque os plantadores de cana e os funcionários da ALPOX estavam desestimulados em dar continuidade as atividades da usina, sendo estas instituições/organizações fundamentais no processo de mobilização dos funcionários e agricultores para a constituição da Cooperativa.

Na mesma figura é possível observar ainda que, a partir da COOPERCANA, foram criadas outras instituições/organizações, as quais interagem freqüentemente em diversos projetos e ações. Assim sendo, a Cooperil (Cooperativa dos Recicladores) criada em 2004, é resultado do Programa Coletivos do Trabalho do Governo do Estado (1999-2002). Atores da escala local acabaram articulando-se com o Governo do Estado para que fosse constituída uma cooperativa de reciclagem no município de Porto Xavier, a Coperbioverde. Com o fim do programa, esta cooperativa acabou desestruturando-se, porém a ASTRF, junto a algumas pessoas deste grupo, organizaram a Co-

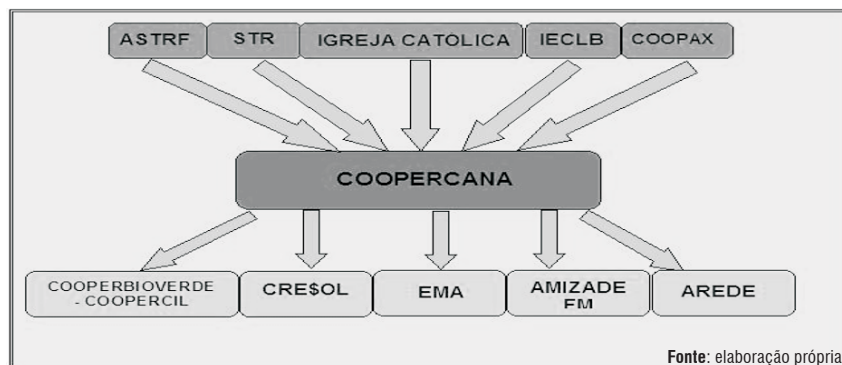


Figura 2. Os novos usos políticos do território: densidade institucional que permitiu a formação de instituições/organizações

operil. O processo de constituição da Coperbioverde até a Coopercil integrou instituições/organizações como a COOPERCANA, ASTRF, STR, COOPAX, ACI-Porto Xavier, (Associação Comercial e Industrial), EMATER, Prefeitura de Porto Xavier, STCAS (Secretaria de Trabalho e Assistência Social) e a Escola de Trabalhadores 8 de Março de Novo Hamburgo.

Outro uso político do território é a constituição de uma unidade do Sistema CRE\$OL – Sistema Integrado de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária. Tal processo iniciou-se no ano de 2000, quando foram realizados encontros do Fórum de Desenvolvimento Local, realizados no município de Porto Xavier, os quais contaram com a participação de instituições e organizações como COOPERCANA; EMATER; ASTRF; STR – Porto Xavier; COOPAX; EMA; COOPESC (Cooperativa dos Pescadores – Porto Xavier); Secretaria da Agricultura e Conselho Municipal da Agricultura de Porto Xavier. Estes seminários se propuseram a discutir os estrangulamentos quanto ao desenvolvimento local.

Dessa forma, como demanda primeira, surgiu a dificuldade de acesso ao crédito, por parte dos pequenos agricultores. Percebeu-se a necessidade de uma organização que fomentasse a agricultura familiar, facilitando o acesso a recursos financeiros. Assim, os atores optaram pelo Sistema CRE\$OL que, segundo os mesmos, melhor se adequou a suas necessidades e a seus interesses, sendo implantado em janeiro de 2003. A densidade institucional em torno da constituição da CRE\$OL teve reflexos territoriais, atingindo não apenas os associados da COOPERCANA, mas sim demais agricultores da região, proporcionando-lhes um acesso mais fácil ao crédito (na forma de micro-crédito e os recursos do PRONAF) e a outros

programas governamentais como a habitação rural (PSH Rural). A área de abrangência da CRE\$OL-Porto Xavier, expande-se para além deste município, possuindo associados em Porto Lucena, Porto Xavier, Roque Gonzáles e São Paulo das Missões, somando 600 cooperados.

Ainda nessa linha, pode-se citar a constituição do EMA (Ensino Médio Alternativo). Os atores locais, incentivados pelo programa do Governo Estadual para a constituição de escolas mais adequadas à realidade local, realizaram reuniões com a Secretaria

da Educação do Estado e, posteriormente, entre entidades como COOPERCANA, COMADEM; STR; COOPAX; EMATER; Escolas de Rincão Comprido, Rincão Vermelho e Linha São Carlos de Porto Xavier, para traçar o planejamento inicial do EMA. Após sucessivos encontros através de seminários e reuniões, com o objetivo principal de planejar a melhor forma de implantação, organização e seqüência do EMA, foi criado, na Linha São Carlos, em julho de 2001, o ensino médio adequado à realidade agrícola local.

A rádio comunitária Amizade FM também resultou das discussões do Fórum de Desenvolvimento Local. A necessidade da constituição de uma rádio partiu do fato de só haver uma deficiência na comunicação no município de Porto Xavier. Para a criação da rádio, interagiram a COOPERCANA, ASTRF, EMA, STR, CRE\$OL e Igreja católica e IECLB, as quais levantaram os recursos e os meios necessários a sua implementação. Hoje, toda a população do município é beneficiada com a Amizade FM, havendo uma programação local. Além disso, a constituição da AREDE (Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa), uma ONG voltada a ministrar cursos de formação e capacitação alternativos para classes sociais menos favorecidas, também é resultado da interação de diferentes instituições/organizações, entre elas a COOPERCANA.

Outros projetos, que merecem ser destacados, são aqueles relacionados à Lei de Incentivo à Cultura. A Cooperativa, junto a demais organizações e instituições da região vem patrocinando projetos culturais (principalmente festivais estudantis), contribuindo, assim para o desenvolvimento da cultura regional. Desde 2003, participou de 7 projetos nos municípios de Porto Xavier, Santo Cristo e

Giruá,. Estes projetos demonstram que os reflexos da COOPERCANA não se dão apenas no espaço rural, beneficiando os associados produtores de cana. Expandem-se de forma territorial, tendo reflexos mais significativos à medida que esta interage com demais organizações e instituições de diferentes escalas.

Por fim, outro uso político do território a ser considerado é o processo de decretação da falência da ALPOX e, posterior, arrendamento da massa falida em 1999. Este contou com ampla participação da sociedade civil regional organizada, pressionando o poder judiciário, o que permitiu as demais transformações territoriais elencadas. Da mesma forma, a compra da massa falida, em 2004, exigiu novamente alto nível de densidade, ou seja, de cooperação entre diferentes atores das diferentes escalas de poder e gestão, para que a compra fosse concretizada.

OS USOS ECONÔMICOS DO TERRITÓRIO

A figura 3 apresenta os novos usos econômicos do território, descritos mais detalhadamente a seguir.

O uso econômico que mais se destaca é o próprio cultivo da cana-de-açúcar. Em 1999, ano em que é decretada a falência da ALPOX e a COOPERCANA arrenda a usina havia cerca de 1.250 ha de cana produzindo para a ALPOX. Já, em 2003, esse número atingia 1.868 ha, passando para 2.050 ha em 2005, o que representa um crescimento de 64%, ou um aumento de 800 ha num período de 6 anos. Esse crescimento é significativo levando em

consideração que, em média, 70% dos estabelecimentos agropecuários dos dois COREDES, em 1995, possuíam até 20 ha (IPD, 2005). Além disso, a própria industrialização da cana e sua transformação em álcool combustível caracteriza um novo uso econômico, pelo fato de se tratar da única usina de álcool do Rio Grande do Sul.

Além do mais, nos 6 anos de atividades da COOPERCANA, esta recolheu quase R\$ 7 milhões em impostos, os quais poderiam deixar de ser arrecadados caso a usina encerrasse as atividades após a decretação de sua falência. Estes valores podem ser observados na figura abaixo.

Tabela 1. Impostos recolhidos pela COOPERCANA – Porto Xavier/RS. Valores: R\$ 1,00

ORIGEM	ICMS	PIS e COFINS	INSS	FUNRURAL	Total
1999	303.953,48	44.452,53	11.178,33	17.774,25	377.358,59
2000	595.606,60	79.155,97	34.535,44	26.497,70	735.795,71
2001	870.624,45	124.032,40	47.725,65	39.692,97	1.082.075,45
2002	1.081.565,34	157.091,38	67.436,55	58.719,24	1.364.812,51
2003	1.174.934,51	164.343,77	101.367,84	56.461,47	1.497.107,59
2004	1.448.564,00	195.203,69	70.669,62	10.472,30	1.754.909,58
Total	5.475.248,38	764.279,74	332.913,43	209.617,93	6.812.059,43

Fonte: COOPERCANA, 2005.

É importante observar que a arrecadação do ICMS pelo município de Porto Xavier, em 2004, foi de R\$ 2.905.374,00 (FEE, 2005). Assim sendo, o ICMS gerado pela COOPERCANA representou, em 2004, 50% do imposto recolhido no município de Porto Xavier. Pode-se ressaltar, assim, que os impostos recolhidos pela Cooperativa podem levar a diferentes transformações territoriais, beneficiando pessoas que não possuem ligação direta com a usina. Assim, os reflexos da COOPERCANA se dão ao nível territorial e não apenas setorial, destacando que há ainda uma preocupação explícita da Cooperativa em contribuir com o desenvolvimento da região.

Outro novo uso econômico do território observável é a geração de 919 empregos e postos de trabalho, decorrente das atividades diretas da usina, como aponta a Tabela 2.

Os empregos gerados pela Cooperativa, dentro da CLT, chegam a 73 no período de safra e 43 na entre-safra, estando acima da média dos dois COREDES, como já mencionado anteriormente. Assim, os empregos,



* Projetos que têm gerado transformações territoriais e levado a novos usos econômicos do território.

Figura 3. Os novos usos econômicos do território

Tabela 2. Empregos e postos de trabalho gerados pelas atividades na Usina da COOPERCANA

COLHEITA (06 meses)	
Nº de pessoas empregadas no corte	400
Quadro técnico de apoio	15
Operadores de carregadeiras	10
Motoristas de caminhões	52
Agricultores	273
PLANTIO	
Média histórica	50
INDÚSTRIA (CLT)	
Quadro efetivo	43
Quadro safrista	76
Total de postos de trabalhos gerados pelas atividades da Usina	919

Fonte: COOPERCANA, 2005

além dos demais postos de trabalho, provenientes de uma usina de álcool, pode ser considerado um novo uso econômico. Além das transformações territoriais citadas, que caracterizam novos usos econômicos, pode-se elencar alguns projetos que vêm sendo desenvolvidos, os quais, da mesma forma, levam a novos usos econômicos na medida em que têm disseminado a cadeia da cana-de-açúcar:

O projeto “*Estudo de adaptação de Variedades de Cana-de-açúcar na Região Noroeste do Rio Grande do Sul*”, concluído no final de 2004, que mobilizou a COOPERCANNA, ASTRE, Governo do Estado (RS Rural), além de agroindústrias familiares de cana dos municípios de Santo Cristo, Porto Xavier, Pirapó, Porto Lucena e Dezesseis de Novembro, pode ser o primeiro exemplo. Esta iniciativa buscou testar variedades de cana de modo a identificar as que melhor se adaptam ao clima e ao solo da região, ao produto final da cana, além de variedades que dispensam a queima quando do corte do canavial. Isso, com o intuito de tornar a cadeia da cana mais viável à agricultura familiar e visando à diminuição dos danos ambientais, decorrentes da queima dos canaviais.

O projeto *Rede de Cidades* foi desenvolvido de 2002 a 2004. Contou com atores como o Governo Federal, Estadual e Local; a AMM (Associação dos Municípios das Missões); PGU (Programa de Gestão Urbana) da ONU para a América Latina e Caribe, além de 165 instituições e organizações locais/regionais, dentre elas a COOPERCANA. Desenvolvido na região da AMM, seu objetivo foi constituir um plano de ações para o desenvolvimento e combate à pobreza, a partir de propostas de projetos já existentes na região. Foram realizados seminários de apoio para reforçar as capacidades dos atores locais, quanto ao

desenvolvimento dos projetos. Seleccionados 14, estes foram encaminhados a vários Ministérios e Secretarias do Governo Federal com interesse em seu financiamento.

Como uma consequência do Rede de Cidades, pode-se citar o projeto “*Construindo Segurança Alimentar nas Missões do RS – gerando renda e saboreando alimentos com a cultura da cana-de-açúcar na agricultura familiar*”, o qual está em fase de implementação. Os atores envolvidos são a ASTRE, CONSAD (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – Missões), STRs, COOPERCANA e 600 agricultores familiares da região. O projeto se propõe a diagnosticar a exclusão social, a partir de uma pesquisa com 600 famílias de baixa renda, e as iniciativas de industrialização da cana que possam servir como uma referência; a realizar intercâmbios regionais; a promover a participação em eventos que impulsionem a comercialização dos derivados de cana; a fazer análises laboratoriais que avaliem as características nutricionais dos derivados de cana; sensibilizar e capacitar 200 famílias de agricultores para resgatar a produção de alimentos ecológicos; potencializar feiras locais e constituir o Fórum Regional da Cana (com reuniões e viagens de campo). Através das atividades mencionadas, o projeto tem, por meta, debater e desencadear um debate sobre o potencial da cultura da cana como instrumento de viabilização das propriedades rurais e, ainda, como uma alternativa à dinâmica excludente da monocultura da soja. A densidade institucional desse projeto pode alavancar atividades que se colocam como uma alternativa de desenvolvimento às pequenas propriedades rurais de região, podendo ainda ter reflexos positivos quanto à segurança alimentar, na medida em que serão produzidos alimentos com uma gradativa diminuição no uso de agroquímicos, tanto para o autoconsumo nas propriedades, como àqueles destinados ao consumo urbano.

Pode-se citar o *Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel*. O Governo Federal propõe, por meio deste, um plano de ações no âmbito da agricultura familiar de todo território nacional. O programa visa a produção de um combustível menos poluente, que tem, como matéria-prima, plantas como a mamona, o girassol e a soja. Além do benefício ambiental, busca possibilitar a execução de projetos auto-sustentáveis, considerando preços, qualidade, garantia de suprimento e uma política de inclusão social. As ações ao nível local/regional estão em fase de discussão, objetivando-se a instalação de duas ou três plantas industriais de pequeno e médio porte. A expectativa é de que três cooperativas – COOPERCANA, Coasa (Coope-

rativa Agrícola de Água Santa/RS) e Cotrimaio (Cooperativa Triticola de Três de Maio/RS) – produzam biodiesel de forma coletiva. A COOPERCANA adaptar-se-ia a produzir álcool anidro, usado na geração do combustível. Já a Coasa e a Cotrimaio forneceriam a matéria-prima e produziriam o biodiesel.

Cabe aqui mencionar outro projeto proposto pela COOPERCANA, “Modernização da Planta Industrial na Produção de Álcool para Produção de Biodiesel pela Agricultura Familiar”. Nele está envolvida ainda a CRECAF – Central Regional de Cooperativas da Agricultura Familiar. Este projeto busca a ampliação da produção de álcool hidratado (combustível), a produção de álcool anidro (misturado à gasolina) e, num segundo momento, a produção de biodiesel pela COOPERCANA. O biodiesel terá, como matéria-prima, a soja havendo a possibilidade de, posteriormente, utilizar também a canola, o nabo forrageiro e o girassol, já cultivados na região. A partir daí, a COOPERCANA buscará viabilizar uma integração com os agricultores ligados a CRECAF (cujas cooperativas integrantes localizam-se nos municípios de Santo Cristo, Campina das Missões; Cândido Godói, Salvador das Missões São Pedro do Butiá; Alecrim), os quais forneceriam a matéria-prima. A intenção dos atores em propor este projeto é buscar alternativas de agregação de valor à agricultura familiar bem como permitir uma maior inserção dos agricultores familiares no mercado.

A construção do desenvolvimento local é fruto da participação efetiva da comunidade, cuja centralidade está no humano, no ser humano como sujeito, com as mais diversas possibilidades de realização quanto à forma, à organização, mas tem, na cooperação um princípio fundante. Na relação entre cooperação e desenvolvimento local, Frantz diz que:

Organizações cooperativas são fenômenos que nascem da articulação e da associação de indivíduos que se identificam por interesses ou necessidades, buscando o seu fortalecimento pela instrumentalização, com vistas a objetivos e resultados, normalmente, de ordem econômica. A cooperação é, em seu princípio constituinte, um acordo racional de sujeitos sobre algo, isto é, a economia. O acordo da cooperação diz respeito aos interesses e necessidades frente à produção e distribuição de bens e riquezas. No entanto, contém elementos sociais, culturais e políticos, incorporados ao seu sentido econômico. Destes elementos decorre uma natureza local que permite reconhecer uma relação entre a organização e o funcionamento de uma cooperativa e o processo de desenvolvimento local. (...) As organizações cooperativas podem ser reconhecidas como expressão das ações locais de desenvolvimento.

Porém, mais que o local, a organização cooperativa carrega dentro dela a força política que permite recolocar o homem e não o capital, no centro da dinâmica da economia” (2003, 17-18).

Pelo que foi mencionado por Frantz, pode-se perceber que os projetos e as ações, acima descritos apresentam características inovadoras frente à realidade local/regional, além de uma considerável densidade institucional. Isso permite que, a partir da iniciativa dos atores locais/regionais, e da busca da interação com demais atores das diferentes escalas de poder e gestão, seja possível atender algumas das demandas e necessidades destes espaços. Tais projetos/ações, acabam tendo um reflexo territorial e não setorial, justamente em razão das diferentes instituições e organizações que participam dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada traz elementos dos reflexos da inovação territorial coletiva e da densidade institucional nos processos de desenvolvimento territorial local/regional, através da organização cooperativa. Estas duas variáveis, presentes na experiência da COOPERCANA, permitem que esta organização se coloque, ao nível local/regional, como uma instituição que, em interação com outras organizações e instituições, são capazes de realizar ações coletivas e inovadoras, gerando transformações territoriais.

A densidade institucional e as inovações citadas permitem desencadear projetos e ações que atendem a diversas demandas dos atores locais/regionais. Pode-se citar, como exemplos (1) um novo uso econômico do solo agrícola, mais adequado à realidade dos agricultores familiares estruturados em pequenas propriedades (COOPERCANA, agroindústrias familiares); (2) o acesso dos mesmos ao crédito e financiamentos (CRE\$OL); (3) uma opção de ensino mais adequada à realizada rural local (EMA); (4) a realização de eventos culturais e recreativos (patrocínios através da Lei de Incentivo a Cultura); (5) a geração de empregos, (6) impostos e (7) novos conhecimentos (troca de informações/conhecimentos entre organizações e instituições).

Entende-se que estas ações acabam tendo resultados mais imediatos, significativos e de caráter mais contínuo sobre o território, pois o protagonismo dos atores locais/regionais, quanto à busca pelo atendimento de suas demandas, gera um comprometimento maior dos mesmos para com tais ações. Isso pois, os atores locais criam nos

lugares um novo dinamismo já que, da convivência com a necessidade e com o outro, a cada dia, todo novo dia está a exigir a descoberta e criação de formas inéditas de trabalho e de luta (Kahil, 2005).

Diante disso, é possível considerar que o processo de desenvolvimento dos territórios periféricos exige uma organização e mobilização local muito forte. Ou seja, tal processo exige características de endogeneidade, ou seja, deve partir do local. Isso não quer dizer auto-suficiência, muito pelo contrário. Faz-se necessário um poder local organizado (densidade institucional local), buscando uma interação com as demais escalas. Essa densidade institucional gera a possibilidade de desenvolvimento e atendimento das especificidades de cada lugar, constituindo-se um território nacional mais integrado e homogêneo, levando em consideração as potencialidades locais e, desse modo, atendendo as necessidades e demandas dos atores locais/regionais. Assim, estes atores tornam-se capazes de desencadear ações coletivas inovadoras, atendendo a uma das exigências do meio técnico-científico-informacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: *Economia Aplicada*, São Paulo: USP/FIPE, v. 4, n. 2, 2000. p. 379-397.
- BENKO, G. L.; LIPIETZ, A. As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994. P.33-49.
- BOISIER, S. El vuelva de una cometa: una metamorfose para una teoría de desarrollo territorial. Santiago de Chile: Ilpes/Cepal, 1997.
- BRUM, A. L. A economia mundial da soja: impactos na cadeia produtiva da oleaginosa no Rio Grande do Sul – 1970-2000. Ijuí: Unijuí, 2002.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DALLABRIDA, V. R.; SIEDENBERG, D. R.; FERNÁNDEZ, V. R. A dinâmica territorial do desenvolvimento: sua compreensão a partir da análise da trajetória de um âmbito espacial periférico. In: Segundo Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004.
- FERNÁNDEZ, V. R. Densidad institucional, innovación colectiva y desarrollo de las cadenas de valor local: un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los '90s. In: *Revista Redes*. Santa Cruz do Sul: v.9, n. 1, jan/abr, 2004.
- FEE – Fundação de Economia e Estatística. 1993. Disponível em: <http://www.fee.tche.br>. Acesso em set/05.
- FRANTZ, W. Caminhos para o desenvolvimento pelo cooperativismo., Ijuí: Ed. UNIJUÍ, Série Cooperativismo n. 05, 2003.
- IPD – Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Disponível em: <http://seguro.unijui.tche.br/nbd/>. Acesso em maio/2005.
- KAHIL, S. P. Usos do território: uma questão política. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. USP, São Paulo: 20 a 26 de março de 2005.
- LEADER – Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural. Disponível em: <http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/coll/art08.htm>. Acesso em: maio/2005.
- MÉNDEZ, R. Innovación y desarrollo territorial: alguns debates teóricos recientes. *Eure*. Santiago: v. 28, n. 84, 2002, Disponível em www.scielo.cl/scielo.php. Acesso em junho/2004.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, B. S. (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, n. 2, 2002.
- SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Raíces

Vol. 24, N°s 1 e 2, jan.-dez./2005

DOCUMENTOS HISTÓRICOS

MARX E OS CAMPONESES RUSSOS*

I. APRESENTAÇÃO

Raízes traz nesta edição o texto completo dos rascunhos de Karl Marx de sua carta-resposta enviada à militante russa Vera Sassulitch, em março de 1881, dois anos antes de sua morte. Várias razões determinam a decisão de trazer ao público leitor brasileiro esse texto tão importante de Marx. A maior delas: esse texto ainda permanece desconhecido, e até inacessível, da maioria das pessoas que trabalham a questão agrária, ou estudam e discutem os diversos temas ligados ao campesinato, à agricultura familiar e aos movimentos sociais no campo. Outra razão: pelo seu próprio desconhecimento, este texto ainda se mantém incrivelmente atual. Até pelo método que utiliza e questões que formula, tem o efeito de dinamizar os debates em cenários políticos e sociais como o Brasil ou a América Latina. Uma terceira razão: a possibilidade de cruzarmos esta discussão com questões emergentes como as do desenvolvimento local e territorial, o tema dos recursos comuns e as questões ambientais, por exemplo, além obviamente do tema da segurança alimentar e das políticas públicas no Brasil, na América Latina e em todo o mundo (Sevilla Guzmán & Gonzáles de Molina, 2005).

No entanto, a publicação deste texto na atual conjuntura exige explicações. Em primeiro lugar, ao próprio militante socialista ou acadêmico marxista. Enfim, a todo aquele que, de uma forma ou de outra, se vê hoje, ou se viu em algum momento de sua vida, como marxista ou como socialista. Não me refiro a esta ou àquela corrente, a um posicionamento específico, ou a posicionamentos isolados dentro da vastidão que passou a compor o campo da esquerda. É preciso reconhecer que, desde a morte de Marx, se praticou um marxismo, não apenas ortodo-

xo, mas doutrinário e inflexível, insensível às enormes mudanças, às conjunturas e aos enormes desafios teóricos e práticos que foram surgindo no mundo. O caso da emergência dos camponeses desde o final do século XIX até hoje é um bom exemplo, pois perpassa várias épocas e lugares. Mas tem havido tantas outras questões relevantes e emergentes, não abarcadas pela doutrina marxista, que seria demorado citar todas elas. Em grande parte, a chamada crise do marxismo provém desta inapetência para abrir-se aos novos temas e problemas, para compreender a especificidade e, às vezes, o questionamento que parece provir diretamente da realidade para a teoria, como se o mundo concreto quisesse questionar a capacidade explicativa dos paradigmas dominantes. Em que medida não será esta inapetência o resultado natural do acomodamento de uma corrente teórica que supôs possuir uma chave explicativa capaz de abrir a todas as portas das práticas humanas?

Para o militante dos movimentos sociais a explicação dos motivos desta publicação é mais prática. Este texto traz uma luz nova e possante para entender as contradições dos atuais sistemas sociais e a forma como os cientistas têm tentado entendê-los até hoje. Sabemos todos que as teorias do século XIX tinham também uma forte relação com a prática política, isto é, resultavam não apenas de um esforço de conhecimento da realidade social, mas se destinavam, de alguma forma, a oferecer alternativas para solucionar os problemas sociais oriundos do modo de produção dominante, o capitalismo industrial em expansão. E de lá para cá se firmaram visões e compreensões que não apenas viabilizaram a práxis política e revolucionária, mas muitas vezes produziram verdadeiras camisas de força à própria ação política independente das massas. Uma vez

* Agradeço a Lemuel Guerra as sugestões e correções ao manuscrito.

estabelecida a relação de determinação entre ciência e prática, entre o futuro, cientificamente determinado, e o futuro possível, as práticas e ações políticas dos indivíduos e movimentos ficaram dependendo da sanção desta determinação. Os militantes ficaram à mercê de uma autorização superior dos comitês centrais e dos intelectuais e cientistas autorizados, ou seja, ficamos todos dependentes de uma hermenêutica externa, autorizada a nos impor os parâmetros à nossa prática, qualquer que fosse ela, dizer o que era válido fazer, por que e por quem lutar, e até o que pensar, se quiséssemos minimamente mudar o nosso prosaico e conturbado mundo. E esta hermenêutica permaneceu presa aos seus próprios esquemas doutrinários, a um fechado corpo de idéias, ao mesmo tempo em que, as vestais e pitonisas que guardavam o tesouro doutrinário se mantinham, elas próprias, presas às suas estratégias pessoais de sobrevivência (intelectual e física) face aos poderes, partidos e instituições constituídas, que os legitimavam e os sustentavam. Quer dizer, por um meio de um *tournant*, de um *desvio*, estávamos todos presos ao poder, e não à luta para derrubá-lo! Isto explica porque um texto questionador, “subversivo”, pode permanecer desconhecido, por mais expressivo e forte que sejam seu argumento. Aliás, exatamente por isso, ele teria provocado um terremoto, por exemplo, nos próprios fundamentos da Revolução de Outubro, na Rússia. Isso porque ele deflagraria um processo crítico nas verdades estabelecidas pelo poder, que já haviam se cristalizado e institucionalizado nas direções partidárias (no PSDR, Partido Social-democrata Russo, na fração menchevique ainda mais que na fração bolchevique). Essas “verdades estabelecidas” se tornaram ainda mais absolutas, depois da Revolução Russa, quando a ortodoxia passou a orientar não apenas os partidos e seus comitês dirigentes, mas virou verdade de Estado. Exatamente por estes fatos e razões, há textos (do passado) que incomodam os intelectuais e cientistas (oficiais) do presente. Este texto de Marx é certamente um deles, e permanece como tal ainda hoje!

O leitor comum, diferentemente dos demais, não exigirá explicações, mas poderá estranhar o fato de se tratar de um texto antigo, de 1881, e que tenha permanecido tanto tempo guardado ou desconhecido, sem ter tido uma divulgação ampla. Exatamente por isso, representa uma novidade: o texto traz um jeito diferente de pensar a questão agrária e os problemas atuais do capitalismo. Por isso, este leitor poderá degustar o texto como quem experimenta uma coisa desconhecida, como uma variedade de pitanga ou de sapoti, tão antiga como as demais, mas desconheci-

da até então, encontrada nas entranhas da mata fechada. E agora se torna acessível, mostrando algo que realmente não se conhecia, ou a que não se deu a devida importância. E se mantém atual porque os problemas gerais, de que trata, são atuais: o significado do encontro das tradições muito antigas com o impacto da chegada das relações capitalistas no campo, de relações que desalojam o homem, mas não criam um ambiente estável para o mesmo. Relações que modernizam, e que para isso destroem os ambientes rurais tradicionais, mas não oferecem uma alternativa estável ou amiga aos futuros habitantes, a não ser ganhos passageiros apropriados por alguns poucos; um modelo que desagrega, de um lado, mas não constrói relações duráveis e socialmente ricas, do outro lado. Por isso, sobra um projeto irrealizado, incompleto, no campo, querendo fechar-se em si mesmo, ou passar adiante, sem prestar contas pelos estragos que vai deixando à sua volta. E se deixa a pobreza, atrás de si, é a pobreza que acaba sendo culpada de si mesma. E se deixa uma cratera ou uma enorme voçoroca em seu lugar, onde antes foi notícia para capa de revista, a culpa não é do que causou, mas da própria voçoroca que ficou! Assim, o que se apresentou como um processo tecnológico de modernização, como a nova face do progresso da humanidade, é também um processo de transição incompleta, e exatamente por isso, é um processo que quer se fechar sobre si mesmo, negando às múltiplas sociedades, hoje incrivelmente aproximadas pelo próprio efeito da globalização, um balanço de seu presente em relação ao seu passado agrário, recente ou remoto. E é também um processo incompleto em relação ao futuro, pois se nega a discutir as questões ambientais e sociais do futuro da humanidade.

II. A HISTÓRIA DOS *MANUSCRITOS DE 1881* E OS CAMPONESES RUSSOS

Em 1911, quando David Ryazanov, um importante cientista social e historiador russo, se encontrava na casa da filha de Marx, Laura Lafargue, organizando o material ali deixado por Marx, deparou-se com um caderno de manuscritos, nos quais identificou logo tratar-se de rascunhos preparatórios para a resposta à uma carta que lhe fora enviada em 16 de fevereiro de 1881 pela militante populista russa Vera Sassulitch, que na ocasião se encontrava em Genebra, na Suíça. Ryazanov comunicou-se imediatamente com Georg Plechanov, líder do grupo, na época axilado na Suíça, indagando sobre a existência de uma car-

ta de Marx ao grupo, a respeito da comuna rural russa. Plechanov negou prontamente a existência de tal carta. Tentou em seguida comunicar-se com Vera Sassulitch e outras pessoas, mas obteve sempre a mesma resposta: tal carta não teria nunca existido! Ficou assim aguardando mais elementos que permitissem contextualizar e dar legitimidade histórica aos manuscritos que encontrara.

Apenas 12 anos mais tarde, em 1923, soube que no arquivo de P. Axelrod, militante revolucionário, também ligado ao grupo, fora encontrada uma carta de Marx endereçada a Vera Sassulitch, e que trazia a data de 08 de março de 1881!

Constatamos que tanto Plechanov como até a própria destinatária, V. Sassulitch, haviam se esquecido completamente dessa carta. Deve-se reconhecer que este esquecimento, exatamente em relação ao interesse especial, que tal carta teria despertado, tem um caráter muito estranho, e provavelmente para o especialista em Psicologia constitui um dos mais interessantes exemplos da extraordinária insuficiência do mecanismo da nossa memória. (Rjazanov, 1926, 310)

Talvez a informação histórica sobre a evolução política do pequeno grupo de militantes russos dispense a ajuda da Psicologia: no ano seguinte ao recebimento da carta, aqueles jovens revolucionários que tiveram a iniciativa de escrever a Marx pedindo uma análise da comuna rural russa, com G. Plechanov à frente, fundariam o grupo *Emancipação do Trabalho*, que tomaria como elemento básico da sua concepção política o modelo ocidental (quer dizer, da Europa ocidental) de desenvolvimento, o que significava que passavam a defender a idéia de que a Rússia faria o mesmo caminho dos países ocidentais, caminhando para o desenvolvimento do capitalismo industrial pelo gradativo esfacelamento das formas pré-capitalistas de produção. Neste caso, a decomposição e o desaparecimento da comuna rural russa passavam a ser vistos como um fato progressista, a ser festejado pela nova organização fundada pelo grupo, ao mesmo tempo em que a base da agitação política naquele país passava a ser tão somente o proletariado industrial como ator histórico fundamental. Assim, Rjazanov observa na introdução que escreveu, para acompanhar a publicação dos manuscritos:

Não tinham transcorrido ainda dois anos do envio da carta a Marx, e V. Sassulitch já havia chegado à conclusão de que o processo de decomposição da comuna camponesa se desenvolvia ininterruptamente. (Id., p. 312)

Nos primeiros anos da década de oitenta, estes que chamariam a si o papel histórico de fundar o marxismo na Rússia – Plechanov é considerado o “pai do marxismo russo” (Baron, 1976) – manteriam ainda a idéia de que “resquícios” da comuna camponesa russa poderiam eventualmente desempenhar um papel positivo na construção da nova sociedade socialista, caso a revolução proletária ocorresse nos países da Europa ocidental, e abrisse caminho para a revolução socialista na Rússia. Mas, mesmo neste caso, o proletariado seria a classe fundamental, capaz de dar base política e sentido histórico ao processo revolucionário. Alguns anos mais tarde a posição anti-camponesa se radicalizaria e se firmaria absolutamente.

Esta concepção encontrou eco no primeiro programa do grupo “Emancipação do Trabalho” e no livro de Plechanov, “Nossas diferenças”. Apenas significativamente mais tarde – principalmente nos trabalhos de Plechanov surgidos após 1890 – a posição em relação aos camponeses foi radicalmente modificada, e a atitude cética frente às possibilidades da comuna russa se transformou em uma negação radical. (Id. p. 313)

Eis claramente aí os motivos do esquecimento de uma carta de Marx que certamente provocou calafrios em que se preparava para dar a grande contribuição para a formulação do que mais tarde viria a ser chamado de *marxismo ortodoxo*.

A carta que Vera Sassulitch endereçara a Marx, em fevereiro de 1881, colocava com certa ingenuidade, segundo Rjazanov, os termos centrais do problema de como entender historicamente o campesinato na Rússia, que implicava uma compreensão do papel histórico da comuna rural, e do seu papel em um futuro próximo, particularmente em relação às lutas políticas travadas no interior daquele país. No centro da questão estava *o destino da comuna rural*.

De uma ou de outra maneira, do senhor depende, sobre esta questão, inclusive o destino pessoal de nossos socialistas revolucionários. De duas uma: ou bem esta comuna rural, liberada das exigências desmesuradas do fisco, dos pagamentos aos senhores e da administração arbitrária, será capaz de se desenvolver pela via socialista, isto é, de organizar pouco a pouco sua produção e sua distribuição dos produtos em bases coletivistas. Neste caso, o socialista revolucionário deve sacrificar todas suas forças pela liberação da comuna e por seu desenvolvimento. Se, porém, ao contrário...¹

A comuna rural russa, que havia resistido durante sécu-

¹ Ver a ‘Carta de V. Sassulitch a Marx’, inserida neste volume.

los ou milênios, se encontrava agora ameaçada pelo avanço iminente do capitalismo e pela política do regime czarista, interessado em acelerar o processo e importar do ocidente as relações de produção capitalista. Há dois aspectos presentes na formulação da carta de V. Sassulitch, com significados teóricos e implicações práticas diferentes: a) de um lado, o desenvolvimento econômico da própria comuna camponesa russa e a sua resistência à desagregação apesar das pressões da economia capitalista e do Estado contra ela; b) de outro lado, a perspectiva do movimento político, que era antimonárquico, mas também era socialista, ou seja, pregava a superação social e política da dominação capitalista. Estas duas questões estão coladas, pelo próprio ponto de partida da missivista, refletindo as preocupações do grupo, que já havia sofrido a influência do pensamento de Marx. A obra de Marx, particularmente com a publicação da tradução russa do *Capital* em 1973, penetrara ampla e profundamente na *intelligentsia* russa e já naquela época influenciava todo o movimento de oposição na Rússia. Esta influência já havia estabelecido dois elementos demarcadores fundamentais: de um lado, o processo econômico em curso, tendente ao desenvolvimento progressivo do capitalismo, independentemente das mazelas feudais ou pré-capitalistas em que aquele país poderia se encontrar; de outro, a necessidade de uma luta pelo futuro da sociedade russa, e que independentemente do estágio atual do processo histórico, só teria sentido para os revolucionários enquanto uma luta socialista, ou seja, destinada a superar o próprio capitalismo.

Parecia, portanto, que a própria influência da recepção da obra de Marx – que, neste momento é veiculada particularmente por sua obra maior, *O Capital* – estava alimentando um tipo de análise e interpretação do significado da comuna rural russa. Por influência desta recepção do *Capital*, a tendência de uma parte do movimento socialista russo seria aceitar a inexorabilidade do desenvolvimento capitalista no campo, no estilo da Europa ocidental, e assumir as conseqüências deste fato, ou seja, a inevitabilidade do desaparecimento da comuna rural, bem como de sua inutilidade para a estratégia da luta revolucionária e para a construção de um processo socialista no futuro.

A preocupação teórica com relação à comuna e aos camponeses não era, portanto, simplesmente saber “o que está acontecendo no campo” ou “o que poderia acontecer com a comuna rural”. A questão toda envolvia a perspectiva para o movimento socialista revolucionário, e a própria tática e estratégia deste movimento. Em outras palavras: havia uma juventude e uma militância que se havia

convertido ao socialismo, cuja referência teórica maior era Marx, e que já estavam lutando contra o absolutismo czarista e contra as formas políticas de dominação na Rússia. O campesinato surgia então como uma questão teórica e prática, porque havia um processo político, previamente estabelecido, a ser conduzido pelos revolucionários russos. A questão então era: que papel poderia desempenhar o campesinato *neste processo*. E na Rússia esta questão era ainda mais angustiante porque o estágio futuro pelo qual lutavam os revolucionários era o socialista e a comuna rural já vivia e praticava um tipo de igualitarismo bastante eficiente e fincado nas tradições populares da Rússia rural. Para que então destruir estas relações igualitárias, firme e profundamente ancoradas no campesinato e, por decorrência, em todo o povo russo, se o passo atual era lutar contra a desigualdade capitalista, se o socialismo já estava na ordem do dia?

Que sentido teria admitir – ou esperar – a decomposição da comuna rural, para aguardar pelo pleno desenvolvimento capitalista, para que este regime entrasse também em decomposição e aí, então, partir para uma luta política pelo socialismo? Nesse caso, escreve V. Sassulitch em sua carta:

Se, porém, ao contrário, a comuna está destinada a perecer não resta ao socialista, como tal, senão começar a fazer cálculos, mais ou menos mal fundados, para saber em quantos decênios a terra do camponês passará de suas mãos para as da burguesia, em quantos séculos, talvez, o capitalismo chegará na Rússia a um desenvolvimento semelhante àquele da Europa ocidental. (id. ib.)

Assim, o campesinato, no caso da Rússia, a comuna rural, passa a ocupar o lugar central no debate, mas em um contexto de questões que, na verdade, o deslocam para a situação de um elemento subordinado: a importância da comuna rural neste processo está secundarizada pela própria compreensão do processo histórico em si, a ser percorrido pela Rússia. Qual a conseqüência política e prática, desta ou daquela avaliação da comuna rural? Em qualquer caso, as conseqüências serão apenas propagandísticas, e estarão relacionadas fundamentalmente à estratégia e tática na mobilização, em um caso, do campesinato, no outro, do proletariado.

Neste caso [no caso citado acima, em que a comuna tenha que se decompor], eles deverão fazer a propaganda somente entre os trabalhadores urbanos, que se verão continuamente mergulhados na massa de camponeses, os quais, seguindo à dissolução da comuna serão atirados ao pavimento das grandes cidades em busca de um salário. (id. ib.)

A resposta a esta questão implicava em uma decisão prática imediata, e esta era uma questão crucial para aquele momento: saber se havia uma estratégia de transformação social a partir do próprio campesinato, ou se a aposta de transformação social deveria toda ela estar concentrada na perspectiva do desenvolvimento do capitalismo, da industrialização, seguida pela futura mobilização do proletariado.

Retomando a análise deste debate, cabe destacar que, se a questão fundamental é a tática e estratégia do movimento socialista enquanto movimento revolucionário, se este é também o elemento teórico determinante, a questão camponesa já aparece subordinada a uma dinâmica que lhe é estranha, e que escapa à sua realidade e especificidade. Ou seja, o campesinato passa a ser discutido apenas como uma realidade em plano de fundo, quando na cena principal a questão é um processo político previamente configurado. Nesta medida, qualquer análise sociológica do campesinato passa a contar pouco, e mesmo que ocorram movimentos camponeses combativos e politicamente avançados, a dinâmica política que se tomará como referência será sempre outra: as *bases teóricas* de um processo *histórico* revolucionário para *toda* a sociedade. A referência principal é, portanto, um processo político, previamente definido por uma elaboração supostamente científica do processo histórico do desenvolvimento da humanidade, que estabelece tanto os parâmetros para o processo histórico a ocorrer no futuro, como canoniza o papel que as classes sociais *poderiam* desempenhar no mesmo. Neste contexto, o elemento empírico, sociológico, desaparece, ficando como objeto de discussão um *modelo* político, um processo de chegada ao poder e de construção do socialismo, que não expressa tanto a vontade das pessoas reais, mas a *vontade imanente* à própria história da humanidade. Esta referência principal a que se quer chegar a todo custo é justamente o resultado de uma concepção etapista do processo histórico, um processo em que as classes sociais teriam papéis previamente demarcados, para os quais, as lutas locais ou até levantes regionais pouco ou nada teriam a contribuir².

Este pensamento já estava fortemente arraigado na mente política daqueles jovens revolucionários, que já estavam vivendo, no inverno europeu de 1880-81 (ocasião em que V. Sassulitch escreveu sua carta a Marx, certamente

em nome do grupo, constituído por personagens destacados da história do marxismo e do socialismo na Rússia, G. Plechanov, L. Deutsch e P. Axelrod), o epílogo de sua militância populista, ligada ao campesinato, e o momento inicial de sua plena adesão a um marxismo determinista e economicista, que pouco espaço deixaria para a compreensão do caráter específico da formação social e política da Rússia.

III. EFEITOS E ATUALIDADE DO DEBATE RUSSO

Cabe agora considerar a importância deste debate – na aparência, especificamente russo – para nós hoje. A universalidade do debate tem a ver justamente com a universalidade do problema criado pela ortodoxia marxista e socialista. O campesinato pode ser diferente em todas as partes do mundo, mas a formatação das concepções sobre o campesinato seguiu, desde então, um padrão único, que se pretendeu universal. E as dificuldades porque passou a publicação desses textos de Marx – da carta-resposta e dos rascunhos que ele elaborou – são um testemunho permanente das dificuldades do debate livre dos problemas face às tendências que pressionavam no sentido do tratamento da obra de Marx como integrada a uma teoria ortodoxa, a uma doutrina universalista e definitiva da história humana, que tinha já para si a chave de avaliação e de compreensão do papel de qualquer classe social e de qualquer luta ou movimento emergente, em qualquer sociedade e em qualquer parte do mundo.

Essa problemática que acompanhou os estudos e as elaborações teóricas sobre o campesinato no século XIX e início do século XX tende a modificar-se à medida que se afasta do contexto europeu e chegamos a outros continentes. No entanto, não se pode negar que, ainda hoje, as noções produzidas no contexto deste debate continuam a influenciar as teorias e idéias políticas. Ainda hoje as políticas públicas refletem as noções elaboradas naquele período de grande efervescência política, quando muitas vezes o afã revolucionário tomou o lugar do conhecimento empírico e fundamentado das questões sociais. Assim, se naquela época, no contexto russo de fins do século XIX, a questão era o papel dos camponeses no processo revolucionário, uma questão importante na

² Do mesmo modo, os movimentos de Canudos e do Contestado no Brasil, viriam a ser tomados muito mais como 'anomalias' da história, do que a expressão da vontade de um povo de ter uma história diferente daquela que as classes tradicionais (oligarquias) e as emergentes (a nova burocracia estatal, militar) reservavam para eles.

América Latina e no Brasil de hoje é aquela referente à própria inserção e participação dos camponeses na sociedade como um elemento propulsor da economia sustentável, da política democrática e na vida social e cultural das sociedades nacionais.

Na Sociologia Rural brasileira, nos textos sobre reforma agrária e sobre pobreza rural, está presente a noção de que o camponês é um ente do passado, que não teria um papel criativo nas sociedades contemporâneas, como se isso fosse apenas – como observa sabiamente Tchernichevskii em relação à comuna rural russa – algo que depusesse contra o campesinato (Shanin, 1983, p.183). Se este tipo social sobreviveu os séculos, apesar das mazelas dos vários sistemas de exploração do trabalho humano, da escravidão, da servidão e do sistema salarial, é porque ele possui uma força própria e uma capacidade social, que outras formações, ou outras relações de trabalho não possuem. Não se pode ver só seus aspectos negativos, a menos que se queira reproduzir os preconceitos gerados pelo próprio sistema dominante. Neste aspecto, a análise histórica e sociológica é de fundamental importância.

Uma palavra final. Os textos que veremos a seguir discutem uma tradição vigorosa e importante na história de um povo, bem com sua relação com o futuro que se descortina no horizonte. A relação entre o construído no passado e o que se quer construir no futuro é neles examinada. Os países andinos e centro-americanos apresentam uma situação eventualmente semelhante. Nestes países da América Latina, a cultura, as relações sociais e a economia camponesa podem ainda ser pensadas em termos de elementos para a reconstrução de sociabilidades destruídas pelas relações mercantis e capitalistas. Trata-se de estruturas sociais ancoradas em uma longa tradição, que remonta às civilizações pré-colombianas. Uma dificuldade a ser enfrentada refere-se às especificidades da questão camponesa nos países em que o processo civilizatório diferente não permitiu ter, em seu território, povos com fortes tradições culturais? Os chamados “povos novos”, como o povo brasileiro, na taxionomia de Darcy Ribeiro, por exemplo, não dispõem destas tradições em âmbito nacional, ainda que possam tê-las em partes de seu território, ou como fragmentos de suas partes constitutivas. Nos termos da elaboração de Tchernichevskii – dos anos cinquenta e sessenta do século XIX – e de Marx em 1881, como se colocaria a questão camponesa hoje? A que valores, saberes e práticas de trabalho estaria referenciada uma *questão camponesa* no Brasil? Em outros termos, simplificando a idéia, se a proposta camponesa, na maioria

dos países em que foi colocada, se valeu de tradições ancestrais, como se constituiria num país como o Brasil, que não pode dispor de tal tradição? Gostaria apenas de adiantar não propriamente uma resposta, que terá que ser prática, histórica, e certamente coletiva, mas uma idéia, uma hipótese: se na Rússia – e nos demais países de grande tradição camponesa – tais textos podem ser lidos na perspectiva da história do passado, no Brasil esses manuscritos não poderiam eventualmente ser lidos na perspectiva da história do futuro? Não são as tradições inventadas e, uma vez inventadas, potências inspiradoras da ação humana sobre seu tempo?

BIBLIOGRAFÍA CITADA

BARON, Samuel H. Plejánov, el padre del marxismo ruso. Madrid: Siglo XXI Editores, 1976.

SEVILHA GUZMÁN, Eduardo e GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. Sobre a evolução do conceito de campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SHANIN, Teodor. Late Marx and the Russian Road. Marx and the ‘peripheries of capitalism’. London: Routledge & Kegan Paul, 1983. (Especialmente aqui os textos de Tchernichevskii)

Sobre a tradução dos “Rascunhos de Marx da carta à V. Sassulitch”

A tradução foi feita a partir do texto em francês da edição: *Marx-Engels Archiv. Zeitschr des Marx-Engels Institutes. Por D. Rjazanov (ed). Frankfurt/M, 1925. Pág. 309-342.* Vera Sassulitch redigiu sua carta a Marx em francês e Marx usou esse idioma não apenas para responder a ela como também para redigir os rascunhos preparatórios.

As partes do manuscrito corrigidas (riscadas) por Marx foram incorporadas ao texto, no mesmo estilo da edição preparada por Rjazanov, e aparecem indicadas com os parêntesis agudos <> e estão destacadas em caracteres diferentes. (Exemplo: de formação secundária <de origem mais recente.> A parte ‘de origem mais recente’ se encontra riscada no manuscrito.)

As partes sublinhadas do texto são do próprio autor, Marx. No caderno de rascunho não aparecem notas de rodapé, e as que aparecem nesta edição foram inseridas pelo editor do manuscrito (Rjazanov), ou por mim (E. Malagodi), e tem uma finalidade meramente informativa e elucidativa. Sempre que possível indica-se as fontes das informações adicionais, que serviram para a redação das notas. Entre colchetes [] estão os adendos colocados no trabalho de tradução, e eventualmente pela editor russo do manuscrito. Os parêntesis comuns são de autoria do próprio Marx.

A tradução teve por vezes que ser literal para permitir a percepção das diferentes formulações riscadas por Marx. Formas de tratamento foram atualizadas e simplificadas.

KARL MARX

RASCUNHOS DA CARTA À VERA SASSULITCH DE 1881

[TÍTULO EDITORIAL]

(Tradução de Edgard Malagodi e Rogério Silva Bezerra)

I

[PRIMEIRO RASCUNHO]

1) Em se tratando da gênese da produção capitalista, eu tinha dito <que seu segredo é> que existe no fundo “a separação radical do produtor dos meios de produção” (p.315, coluna I, ed. francesa do Capital) e que “a base de toda esta evolução é a expropriação dos lavradores. Ela não se realizou ainda de modo radical senão na Inglaterra... Mas todos os países da Europa ocidental percorrem o mesmo movimento”. (l.c. C. II)

Eu restringi, portanto, expressamente a “fatalidade histórica” deste movimento aos países da Europa Ocidental. E por quê? Compare, por favor, o capítulo XXXII, onde se lê:

O “movimento de eliminação que transforma os meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados, fazendo de um número grande de propriedades anãs, a propriedade colossal de alguns, esta dolorosa e espantosa expropriação do povo trabalhador – eis aí a origem, a gênese do capital... A propriedade pri-

vada, fundada sobre o trabalho pessoal... será suplantada pela propriedade privada capitalista, fundada sobre a exploração do trabalho de outrem, sobre o sistema salarial.” (p. 340, C. II)

Desta forma, em última análise, o que ocorre é a transformação de uma forma de propriedade privada em uma outra forma de propriedade privada; (o movimento ocidental). Como então esse tipo de desenvolvimento poderia se aplicar aos camponeses russos, sem que a terra, que está em suas mãos, jamais tivesse sido sua propriedade privada?

2) Do ponto de vista histórico, o único argumento sério apresentado a favor da dissolução fatal da comuna dos camponeses russos, é este:

Voltando muito atrás, encontramos por toda parte na Europa ocidental a propriedade comum de um tipo mais ou menos arcaico; ela desapareceu em todo lugar com o progresso social. Por que unicamente na Rússia poderia ela escapar do mesmo destino?

Eu respondo: porque na Rússia, graças a uma combinação única de circunstâncias, a comuna rural, ainda es-

tabelecida em uma escala nacional, pôde gradualmente ir se livrando de suas características primitivas e se desenvolvendo diretamente como um elemento da produção coletiva em escala nacional. E é justamente graças ao fato de ser contemporânea da produção capitalista que ela pode se apropriar de todas as aquisições positivas desse sistema de produção sem passar por suas peripécias horrorosas <terríveis>. A Rússia não vive isolada do mundo moderno, ela não é tampouco a presa de um conquistador estrangeiro como, por exemplo, as Índias Orientais.

Se os admiradores russos do sistema capitalista negam a possibilidade teórica de tal evolução, eu lhes colocarei a seguinte questão: para poder utilizar as máquinas, os navios a vapor, as estradas de ferro, etc., viu-se a Rússia eventualmente forçada, como foi o caso do Ocidente, a passar por um longo período de incubação da indústria mecânica? Que eles me expliquem ainda: o que eles fizeram para introduzir em seu país num piscar de olhos todo o mecanismo de trocas (bancos, sociedades de crédito, etc.) cuja criação custou séculos ao Ocidente?

Se, no momento da emancipação, as comunas rurais tivessem tido desde o início as condições normais de prosperidade, e se, em seguida, a imensa dívida pública, paga em sua maior parte à custa dos camponeses, juntamente com as quantias enormes que foram transferidas aos “novos pilares da sociedade”, transformados em capitalistas, pela intermediação do Estado (mas retiradas sempre dos camponeses) – se todas essas somas tivessem servido ao desenvolvimento posterior da comuna rural, então ninguém sonharia hoje com a “fatalidade histórica” da destruição da comuna: todo mundo reconheceria nela o elemento da regeneração da sociedade russa e um elemento de superioridade em relação aos demais países, ainda subjugados pelo regime capitalista.

<Não é somente a contemporaneidade da produção capitalista que poderá emprestar à comuna russa os elementos de desenvolvimento.>

Uma outra circunstância favorável à conservação da comuna russa (pela via de desenvolvimento) não é apenas o fato dela ser contemporânea à produção capitalista <existente nos países ocidentais>, de ter sobrevivido até a época em que este sistema ainda se encontrava intacto, mas agora, ao contrário, ela o encontra tanto na Europa ocidental como nos Estados Unidos, em conflito com a ciência, com as massas populares, e mesmo com as próprias forças produtivas que ele engendrou <em uma palavra, que se transformou em arena de antagonismos gritantes, conflitos e desastres periódicos, que revela ao mais cego que é um sistema de produção transitório, destinado a ser eliminado pelo retorno da sociedade à [...]> Ela o encontra, em uma palavra, em uma crise que não acabará senão com sua eliminação, por um retorno das sociedades modernas ao tipo “arcaico” da propriedade comum, forma em que – como diz um autor americano¹ – absolutamente insuspeito de tendências revolucionárias, subvencionado em seus trabalhos pelo governo de Washington, – <“o plano superior”> [para quem o] “o novo sistema” para o qual tende a sociedade moderna, “será um renascimento (*a revival*) em uma forma superior (*in a superior form*), de um tipo social arcaico”. Portanto, não é preciso se assustar com o uso da palavra “arcaico”.

Mas, então, seria preciso ao menos conhecer quais são essas vicissitudes. Delas não sabemos nada². De um modo ou de outro, esta comuna pereceu em meio a guerras incessantes, externas e internas. Ela morreu provavelmente de morte violenta quando as tribos germânicas vieram conquistar a Itália, a Espanha, a Gália, etc. A comuna do tipo arcaico já não existia mais. Entretanto sua vitalidade natural está estabelecida a partir de dois fatos. Há exem-

¹ Marx se refere à obra de Lewis Morgan, *Ancient Society* (Sociedade Antiga)... Londres, 1877, p. 552.

² *A este ponto pode-se agregar o seguinte desenvolvimento, que se encontra na pág. 13 do caderno dos rascunhos: A história da decadência das comunidades primitivas (seria um erro colocá-las todas na mesma linha; como nas formações geológicas, no que diz respeito às formações históricas há toda uma série de tipos primários, secundários e terciários etc.) está ainda por fazer. Até agora só se fez esquematizações singelas. Em todo caso, a prospecção já está suficientemente avançada para poder afirmar: 1) que a vitalidade das comunidades primitivas era incomparavelmente maior que a das sociedades semitas, gregas, romanas, etc. e, a fortiori, que a vitalidade das sociedades modernas capitalistas; 2) que as causas de sua decadência derivam de dados econômicos que as impediam de ultrapassar certo grau de desenvolvimento, de ambientes históricos em nada análogos ao ambiente histórico da comuna russa de hoje. <Alguns escritores burgueses, principalmente de extração inglesa, como, por exemplo, Sir Henry Maine, tem antes de tudo o objetivo de fazer mostrar a superioridade e elogiar a sociedade e o sistema capitalista. São pessoas apaixonadas por este sistema, incapazes de compreender a [...]> Lendo as histórias das comunidades primitivas, escritas pelos burgueses, é preciso se colocar em guarda. Eles não recuam <diante de nada> mesmo diante de falsificações. Sir Henry Maine, por exemplo, que foi um ardoroso colaborador do governo inglês em sua obra de destruição violenta das comunidades hindus, conta-nos hipocritamente que todos os nobres esforços da parte do governo para apoiar estas comunas fracassaram contra a força espontânea das leis econômicas.*

plares esparsos dela, que sobreviveram a todas as peripécias da Idade Média e se conservaram até nossos dias, como, por exemplo, na minha terra natal, no distrito de Tréveris³. Mas, o que é mais importante é que ela tem bem marcadas suas próprias características sobre a comuna que a suplantou – comuna em que a terra arável tornou-se propriedade privada, ao passo que as matas, pastagens, terras ociosas, etc. mantiveram-se ainda como propriedade comunal – o que permitiu a Maurer, ao decifrar esta comuna de formação secundária <de origem mais recente>, pode reconstruir o protótipo arcaico. Graças aos traços característicos deste tipo, tomados de empréstimo, a nova comuna, introduzida pelos germânicos em todos os países conquistados, tornou-se durante toda a Idade Média o único lar de liberdade e de vida popular.

Se após a época de Tácito, não sabemos nada da vida da comuna <germânica> <rural> <arcaica>, nem sobre a forma ou a época de seu desaparecimento, nós conhecemos pelo menos seu ponto de partida, graças à narrativa de Júlio César. Ao seu tempo, a terra <arável> já era dividida anualmente, mas era dividida entre as linhagens <Geschlechter> e tribos das <diferentes> confederações germânicas, e não ainda entre os membros individuais de uma comuna. Na Germânia, a comuna rural <agrícola> é, portanto, o resultado de um tipo mais arcaico, ela foi o produto de um desenvolvimento espontâneo que se deu aí, em vez de ser importada toda pronta da Ásia. Neste lugar – nas Índias Orientais – nós a reencontramos também e sempre como o último termo ou o último período da formação arcaica.

Para julgar <agora> os destinos possíveis <da “comuna rural”> de um ponto de vista puramente teórico, isto é, supondo sempre condições normais de vida, é preciso agora apontar certos traços característicos que permitam fazer a distinção entre a “comuna agrícola” e seus tipos mais arcaicos.

Em primeiro lugar, as comunidades primitivas anteriores repousam todas sobre o parentesco natural de seus membros; rompendo com este vínculo forte, mas estreito, a comuna agrícola é mais capaz de se adaptar, de se ex-

pandir e de experimentar o contato com estrangeiros.

Ademais, nela, a casa e seus complementos, o pátio, constituem já propriedade privada do lavrador, ao passo que muito tempo antes da introdução da própria agricultura a casa comunal foi uma das bases materiais das comunidades precedentes.

Por fim, ainda que a terra arável permanecesse sendo propriedade comunal, ela passou a ser dividida periodicamente entre membros da comuna agrícola, de sorte que cada lavrador passou a explorar por conta própria os campos que lhe eram atribuídos; assim podia se apropriar individualmente dos frutos, ao passo que na comuna mais arcaica a produção era ainda feita em comum e apenas o produto era repartido. É claro que este tipo primitivo de produção coletiva ou cooperativa foi uma conseqüência da debilidade do indivíduo isolado e não [um efeito] da socialização dos meios de produção.

Compreende-se facilmente como o dualismo inerente à “comuna agrícola” pode dotá-la de uma vida vigorosa pois, de um lado, a propriedade comum e todas as relações sociais, que decorrem dela, tornam sólida a sua base, ao mesmo tempo em que a casa privada, a exploração parcelizada⁴ da terra cultivável e a apropriação privada dos frutos permitem um desenvolvimento da individualidade, incompatíveis com as condições das comunidades mais primitivas. Mas também não é menos evidente que o mesmo dualismo possa, com o tempo, tornar-se uma fonte de decomposição desta comuna agrícola. Aparte de todas as influências dos contextos hostis, por si só a acumulação gradual da riqueza mobiliária que começa pela posse dos animais (e admitindo-se mesmo a riqueza em servos), o papel cada vez mais destacado que os elementos mobiliários desempenham na própria agricultura e uma série de outras circunstâncias, inseparáveis desta acumulação – cujo detalhamento me levaria demasiado longe – atuarão como um elemento dissolvente da igualdade econômica e social, e farão nascer, no interior da própria comuna, um conflito de interesses que provoca inicialmente a conversão da terra arável em propriedade privada e que finda com a apropriação privada das florestas, pastagens, terras deso-

³ Marx nasceu e cresceu na cidade de Treveris, hoje Trier, em alemão, situada na Renânia ocidental, próxima à França, possui ruínas imponentes da época romana, como a *Porta Nigra*.

⁴ A exploração *parcelizada* não quer dizer apenas “exploração em pequenas parcelas”, mas exploração seqüenciada, o famoso cultivo trienal da terra. Usada aqui por Marx para explicar a comuna rural primitiva, pressupõe a exploração individual da terra viabilizada por um sistema coletivo de uso da terra. Assim, o camponês europeu medieval possuía parcelas em diversos campos ou áreas, cuja exploração estava submetida a um regulamento geral. Havia a rotação de culturas e a seqüência no cultivo das áreas, o que era respeitado por todos os camponeses da aldeia. Por isso, o camponês individual possuía várias parcelas, distribuídas em diversos setores ou campos agrícolas diferentes.

cupadas, etc., que, desde então, já vinham se tornando anexos comunais da propriedade privada.⁵ É por isso que a “comuna agrícola” se apresenta por toda a parte, portanto, como o tipo o mais recente da formação arcaica das sociedades, e que, no movimento histórico da Europa ocidental, antigo e moderno, o período da comuna agrícola aparece como período de transição da propriedade comum para a propriedade privada, como o período de transição da formação primária para a formação secundária. Mas quer isto dizer que em todas as circunstâncias <e em todos os contextos históricos> o desenvolvimento da “comuna agrícola” deverá seguir esta via? De modo nenhum. Sua forma constitutiva admite esta alternativa: ou o elemento da propriedade privada, que ela implica, triunfará sobre o elemento coletivo, ou este triunfará sobre aquele. Tudo depende de seu contexto histórico, no qual ela se encontra localizada... Estas duas soluções são *a priori* possíveis, mas para que ocorra uma ou outra se requerem evidentemente meios históricos completamente diferentes.

3) <Chegando agora ao ponto da “comuna agrícola” na Rússia, eu descarto em um primeiro momento todas as misérias que a afligem. Considero apenas as possibilidades de seu desenvolvimento ulterior que a viabilizam, bem como sua forma constitutiva e seu contexto histórico.>

A Rússia é o único país europeu onde a “comuna agrícola” se manteve em escala nacional até hoje. Ela não se encontra na situação de uma presa em mãos de um conquistador estrangeiro, como estão às Índias Orientais. Tão

pouco a Rússia é um país isolado do mundo moderno. Por um lado, a propriedade comum da terra lhe permite uma transformação direta e gradualmente da agricultura parcelizada e individualista em agricultura coletiva <ao mesmo tempo em que a contemporaneidade da produção capitalista no Ocidente, com a qual ela possui relações materiais e intelectuais...> e os camponeses russos a praticam desde então em pradarias indivisíveis; a configuração física do seu solo representa um convite à exploração mecânica em grande escala; a familiaridade do camponês com o contrato de artel⁶ representa uma facilidade para a transição do trabalho parcelário para o trabalho cooperativo e, por fim, a sociedade russa que tem vivido desde muito tempo às suas custas, lhe deve os adiantamentos necessários por tal transição. <Certamente, deve-se começar por colocar a comuna em estado normal sobre sua base atual, pois o camponês é, em todo canto, o inimigo de todo tipo de mudança brusca.> Por outro lado, a contemporaneidade da produção <capitalista> ocidental, que domina o mercado mundial, permite a Rússia incorporar à comuna todas as conquistas positivas elaboradas pelo sistema capitalista sem passar pelo jugo caudino⁷.

Se os porta-vozes dos “novos pilares sociais” negam a possibilidade teórica de tal evolução indicada da comuna rural moderna, pode-se revidar-lhes indagando se a Rússia se viu forçada, como o Ocidente, a passar por um longo período de incubação da indústria mecânica para chegar às máquinas, aos navios a vapor e às estradas de ferro etc.? Serão questionados ainda, como eles fizeram para

⁵ Na página 12 deste rascunho estas idéias reaparecem, de uma forma um pouco modificada. <A parte de todas as ações do contexto hostil, o desenvolvimento gradual, o aumento dos bens mobiliários não pertencentes à comuna, mas aos seus membros particulares, como, por exemplo, os animais, e não se pode esquecer os bens móveis nas mãos dos particulares, por ex., a riqueza em animais e por vezes mesmo em servos ou escravos... O papel mais e mais acentuado que desempenha o elemento móvel na economia rural, esta acumulação pode por si só servir de elemento dissolvente...>. À parte da reação de qualquer outro elemento deletério, do contexto hostil, o crescimento gradual dos bens móveis nas mãos de famílias particulares, por exemplo, sua riqueza em animais e por vezes mesmo em escravos ou servos, esta acumulação privada é, por si só, suficiente para atuar a longo termo como elemento dissolvente da igualdade econômica e social primitiva, e fazer nascer no seio mesmo da comuna um conflito de interesses que ataca primeiramente a propriedade comum das terras aráveis e termina por levar consigo as florestas, pastos, terras livres etc. após já tê-las antecipadamente convertido em anexo comunal da propriedade privada.

⁶ *Contrato de Artel* era uma prática associativa de trabalhadores, especificamente russa, que tem a sua origem em uma remota antiguidade. Consistia de uma “uma equipe que trabalhava em conjunto, normalmente dirigida por um chefe escolhido pelo próprio grupo, e que dividia entre si o lucro final. Tratava-se de uma associação do período pré-industrial, de um sistema cooperativo tradicional, freqüentemente utilizado pelos artesãos e pelas turmas de camponeses-operários que trabalhavam fora de suas próprias aldeias de origem. Um exemplo poderia ser um grupo de trabalhadores da construção civil, vindos todos do mesmo local de origem, para construir uma casa na capital provincial. O termo relação de *artel* é utilizado geralmente para expressar todos os tipos de cooperação tradicional na produção, propriedade e arrendamento, inclusive na comuna rural camponesa (*obshchina*)”. Shanin, 1983, p. 125.

⁷ *Jugo caudino* ou jugo samnita, quer dizer, condição humilhante. A expressão vem da humilhação sofrida pelas legiões romanas em 321 A.C., após caírem prisioneiras dos samnitas (povo que habitava a península itálica, comandados por Caio Pôncio Herênio) que obrigaram a todos os soldados romanos a passarem pelo *jugo*, uma armação de três lanças inimigas. (MEW, tomo 19, p. 582).

introduzir em seu país em um piscar de olhos, todos os mecanismos de troca (bancos, sociedades por ações, etc.) cuja criação <alhores> custou séculos ao Ocidente?

Há uma característica da “comuna agrícola” na Rússia que a torna débil e lhe é hostil em todos os aspectos. É o seu isolamento, a falta de ligação entre a vida de uma comuna com a das outras, esse microcosmo localizado, que não encontramos em qualquer lugar, como característica imanente deste tipo, mas que em qualquer lugar onde ele existe tem feito surgir por cima das comunas um despotismo mais ou menos central. A federação das repúblicas russas do norte prova que este isolamento, que parece ter sido primitivamente imposto pela própria vastidão de seu território, foi em grande parte consolidada pelos eventos políticos que a Rússia haveria de sofrer após a invasão mongol. Hoje isto representa um obstáculo de fácil eliminação. Bastaria somente substituir a ВОЛОСТЬ (Volost), o instituto governamental, por uma assembléia de camponeses escolhidos pelas próprias comunas, servindo de organização econômica e administrativa de seus interesses.

Uma circunstância muito favorável do ponto de vista histórico para conservação da “comuna agrícola” pela via de seu desenvolvimento ulterior, é o fato dela ser não apenas contemporânea da produção capitalista ocidental <de sorte que ela> podendo assim se apropriar dos frutos sem se submeter a seu modus operandi, já que ela pôde sobreviver à época em que o sistema capitalista se apresentava ainda intacto, e além disso, agora o encontra, tanto na Europa ocidental como nos Estados Unidos, em luta com as massas trabalhadoras, com a ciência e com as próprias forças produtivas que ela engendrou – em uma palavra, em uma crise que acabará por sua eliminação, por um retorno das sociedades modernas a uma forma superior de um tipo “arcaico” da propriedade e da produção coletiva.

Entende-se que a evolução se fará gradualmente e que o primeiro passo será o de colocá-la nas condições normais sobre sua base atual.

<E a situação histórica da “comuna rural” russa é uma situação ímpar! É a única na Europa que se manteve, não como restos esparsos, à semelhança de raras e curiosas miniaturas em estado de tipo arcaico que se encontravam até bem pouco tempo em alguma parte no ocidente, mas como forma quase predominante da vida popular e espalhada por um imenso império. Se ela possui na forma da propriedade comum do solo, a base <natural> da apropriação coletiva, seu contexto histórico, a contemporaneidade da produção capitalista, lhe propicia, já totalmente prontas, as condições materi-

ais de trabalho coletivo em uma vasta escala. Ela está então em condições de incorporar os ganhos positivos produzidos pelo sistema capitalista sem ter que passar pelo jugo caudino. Ela pode gradualmente suplantar a agricultura parcelizada pela grande agricultura com a ajuda de máquinas, para o que a configuração física da terra na Rússia representa um convite. Ela pode, portanto, tornar-se o ponto de partida direto do sistema econômico, ao qual tende hoje a sociedade moderna e lhe dar nova roupagem, sem ter que cometer suicídio. Seria preciso, ao contrário, começar por colocá-la em seu estado normal.>

<Mas não existe apenas um dualismo a ser descartado no interior da comuna rural, que ela poderia descartar por...>

Mas frente a ela se levanta a propriedade fundiária tendo em suas mãos quase a metade, e a melhor parte, do solo, sem mencionar os domínios do Estado. É por esse lado que a conservação da “comuna rural”, pela via de sua evolução ulterior, se confunde com o movimento geral da sociedade russa, cuja regeneração pressupõe justamente esse preço.

<Mesmo do ponto> Mesmo do ponto de vista puramente econômico, a Rússia pode sair de seu [...?...] ⁸ agrícola através da evolução de sua comuna rural; ela experimentaria em vão uma saída através <pela introdução do> do arrendamento capitalista à moda inglesa, ao qual se opõem (em conjunto) todas as condições rurais do país.

<Também não será, senão no contexto de um levante geral, que possa quebrar o isolamento da “comuna rural”, a falta de ligação da vida de uma comuna com a das demais, em uma palavra, com o seu microcosmo localizado, que a impede <toda> de uma iniciativa histórica.>

<Teoricamente falando, a “comuna rural” russa pode, portanto, conservar seu solo – e desenvolver a sua base, a propriedade comum da terra, e eliminar o princípio da propriedade privada, o que ela também já pressupõe; ela pode tornar-se um ponto de partida imediato do sistema econômico ao qual tende a sociedade moderna; ela pode dar uma roupagem nova, sem ter que cometer suicídio; ela pode se apropriar dos frutos, dos quais a produção capitalista abasteceu fartamente a humanidade, sem ter que passar pelo regime capitalista, regime que, considerado do ponto de vista unicamente de sua duração possível, conta apenas em termos da vida da sociedade. Mas é preciso descer da teoria pura para a realidade russa.>

Abstração feita de todas as misérias que atormentam no presente a “comuna rural” russa, e não considerando senão a sua forma constitutiva e o seu contexto histórico, é primeiramente evidente que uma de suas características fundamentais, a propriedade comum do solo, constitui a sua base natural de produção e de apropriação coletiva. Ademais, a familiaridade do camponês russo com o con-

⁸ No terceiro rascunho encontra-se no lugar correspondente a palavra: *impasse*.

trato de arte lhe facilitaria a transição do trabalho parcelário ao trabalho coletivo, que ele já pratica em certo grau nos pradarias indivisas, nas atividades de drenagem e outras tarefas de interesse geral. Mas para que o trabalho coletivo possa suplantar o trabalho parcelário – forma de apropriação privada – na agricultura propriamente dita é preciso duas coisas: a necessidade econômica de tal transformação e as condições materiais para realizá-la.

Quanto à necessidade econômica ela se fará sentir pela “comuna rural” já nos primeiros momentos em que ela seja colocada em condições normais, ou seja, no momento que o peso que pesa sobre ela tiver sido suprimido e os lotes a serem cultivados passem a ter uma extensão normal. Já passou o tempo em que a agricultura russa reclamava apenas de terra, e seu lavrador parcelário equipados de instrumentos mais ou menos primitivos <e a fertilidade da terra>... Esse tempo passou tão mais rapidamente quanto a opressão do lavrador que infecta e esteriliza a sua lavoura. Falta-lhe agora o trabalho cooperativo, organizado em grande escala. Ademais, ao camponês desprovido das coisas necessárias para o cultivo das suas três *deseatinas*, estaria ele em melhores condições se tivesse dez vezes mais *deseatinas*?⁹

Mas as ferramentas, os insumos, os métodos agrônômicos, etc., todos os meios indispensáveis ao trabalho coletivo, onde poderão ser encontrados? Eis aí, precisamente, a grande superioridade da “comuna rural” russa sobre as comunas arcaicas do mesmo tipo. Apenas ela, na Europa, se manteve em uma escala vasta, nacional. Ela se encontra deste modo, colocada em um contexto histórico, onde a contemporaneidade da produção capitalista lhe coloca todas as condições do trabalho coletivo. Ela está, inclusive, em condições de incorporar as conquistas positivas obtidas pelo sistema capitalista sem passar pelo jugo caudino. A configuração física da terra russa representa um convite à exploração agrícola com a ajuda de máquinas, organizada em uma vasta escala, <nas mãos> manejada pelo trabalho cooperativo. Quanto aos primeiros custos de estabelecimento – custos intelectuais e materiais – a sociedade russa os deve à “comuna rural”, à custa da qual tem vivido há longo tempo, e na qual deverá procurar seu “elemento regenerador”.

A melhor prova que este desenvolvimento da “comuna rural” corresponde à corrente histórica de nossa época é a crise fatal sofrida pela produção capitalista nos países euro-

peus e americanos, onde tomou um grande impulso, crise que acabará por provocar a sua eliminação, através do retorno da sociedade moderna a uma forma superior de tipo mais arcaico – produção e a apropriação coletiva.

4) <Descendo da teoria para a realidade, ninguém poderá dissimular que a comuna russa se encontra hoje frente a frente com uma conspiração de forças e interesses poderosos. À parte de sua exploração incessante pelo Estado, este facilitou, à custa dos camponeses, a instalação de certa parte do sistema capitalista – a bolsa, os bancos, as estradas de ferro, o comércio...>

Para poder se desenvolver, é preciso antes de tudo viver, e ninguém poderia dissimular o fato de que, neste momento, a vida da “comuna rural” esteja sob perigo.

<Vocês sabem perfeitamente que hoje a própria existência da comuna russa está colocada sob perigo por uma conspiração de interesses poderosos. Esmagada pela extorsão direta do Estado, explorada fraudulentamente pelos intrusos capitalistas, comerciantes, etc., e pelos proprietários fundiários, ela está sendo minada por cima do mercado pelos usureiros das aldeias, pelos conflitos de interesses surgidos provocados em seu próprio interior devido à situação em que a colocaram.>

Para expropriar os lavradores não é necessário expulsá-los de sua terra como se fez na Inglaterra e em outras partes; não é tampouco necessário abolir a propriedade comum por um *úkase*.¹⁰ Basta arrancar dos camponeses o produto do seu trabalho agrícola além de uma determinada medida e, apesar da sua polícia e de vosso exército vocês não terão êxito em prendê-los nos campos. Nos últimos tempos do império romano, os decuriões provinciais, não os camponeses mas os proprietários fundiários, fugiram de suas casas, abandonaram suas terras, se venderam mesmo como escravos, e tudo isso para se desfazerem de uma propriedade que não era mais que um pretexto oficial para os espoliarem sem dó nem piedade.

Desde a assim chamada emancipação dos camponeses, a comuna russa foi colocada pelo Estado em condições econômicas anormais, e depois deste tempo não parou de oprimi-la com as forças sociais concentradas em suas mãos. Extenuada pela taxaçoão fiscal, ela se tornou uma matéria inerte, de fácil exploração pelo tráfico, pela propriedade fundiária e pela usura. Essa opressão vindo de fora desencadeou, no seio mesmo da comuna, o conflito de interesses já presente, e desenvolveu rapidamente seus germes de decomposição. Mas isso não é tudo. <Às cus-

⁹ Deseatina, aliás, *desjatin*, antiga medida de superfície na Rússia, que corresponde a 1,095 hectare. (Shanin, 1983, p.125).

¹⁰ Édito ou decreto imperial.

tas dos camponeses, ele impulsionou como em uma estufa as excrescências mais fáceis de se aclimatar do sistema capitalista, a bolsa, a especulação, os bancos, as sociedades de ações, as estradas de ferro, empresas para as quais o estado cobre o déficit e cujos lucros são antecipados aos empresários, etc., etc. > Às custas dos camponeses, o Estado <deu a sua ajuda para fazer> fez se desenvolver <como> em uma estufa os setores do sistema capitalista ocidental que, sem desenvolver de forma alguma as premissas produtivas da agricultura, são as mais apropriadas para facilitar e precipitar o roubo de seus frutos pelos intermediários improdutivos. Ele cooperou deste modo para o enriquecimento de um novo verme capitalista, sugando o sangue da já tão empobrecida “comuna rural”.

...em uma palavra, o Estado <tem se prestado como intermediário> emprestou suas competências ao desenvolvimento precoce dos meios técnicos e econômicos os mais próprios a facilitar e a precipitar a exploração do lavrador, ou seja, da maior força produtiva da Rússia, e a enriquecer os “novos pilares da sociedade”.

5) <Compreende-se à primeira vista que a atuação conjunta dessas influências hostis que favorecem e precipitam a exploração dos lavradores, a maior força produtiva da Rússia.>

<Compreende-se à primeira vista que a atuação conjunta dessas influências hostis, salvo se houver uma reação poderosa, conduziria fatalmente somente pela força das coisas à ruína da comuna.>

Esse concurso de influências destrutivas, a menos que seja quebrado por uma poderosa reação, deve naturalmente desembocar na morte da comuna rural.

Mas a gente se pergunta: por que todos esses grupos de interesse (eu incluo as grandes indústrias, colocadas sob a tutela governamental), que tiram tanto proveito da situação atual da comuna rural, por que sabidamente eles estão conspirando para provocar a morte da galinha dos ovos de ouro? Precisamente porque sentem que este seu “estado atual” não é mais sustentável, e que por consequência o modelo atual de exploração <já não é mais> já não estará mais na moda. A miséria do lavrador já infectou a terra, e esta se esterilizou. As boas colheitas <que as estações mais favoráveis lhe propiciam em alguns anos> se compensam pelos períodos de fome. Em lugar de exportar, a Rússia tem que importar cereais. A média dos últimos dez anos revelou uma produção agrícola não somente estagnada, mas em redução. Finalmente, pela primeira vez a Rússia deve importar cereais em vez de exportar. Portanto, não há mais tempo a perder. Portanto, é preciso acabar com ela. Deve-se constituir em classe média rural a minoria mais ou menos favorecida dos camponeses, e con-

verter a maioria em proletários comuns e correntes <em assalariados>. Para este fim, os porta-vozes dos “novos pilares sociedade” denunciam as feridas que eles mesmos causaram à comuna, como sintomas da decadência dela.

Uma vez que interesses diversos e, sobretudo, aqueles dos “novos pilares sociais”, que se formaram sob o império bondoso de Alexandre II, retiraram sua parte do estado atual da “comuna rural”, por que viriam eles agora, conscientemente, conspirar para provocar a sua morte? Porque seus porta-vozes denunciam feridas infringidas a ela, como as tantas provas irrefutáveis de sua caduquice natural? Por que querem eles matar a sua galinha dos ovos de ouro? Simplesmente porque os fatos econômicos, cuja análise me levaria demasiado longe, desvendam o mistério que o estado atual da comuna não é mais sustentável, e que pela própria necessidade das coisas o modelo atual de exploração das massas populares não estará mais nas exigências do tempo. Então é preciso algo novo, e a novidade, insinuada sob as formas mais diversas, retorna todo dia a isto: abolir a propriedade comum, deixar que a minoria mais ou menos favorecida dos camponeses se constitua em classe média rural, e em converter a grande maioria dos camponeses em proletários totalmente expropriados.

<Não se pode dissimular que> De um lado, a “comuna rural” está reduzida quase à beira da decadência, e do outro, uma conspiração poderosa lhe espera, a fim de lhe dar o golpe de misericórdia. Para salvar a comuna russa, é preciso uma revolução russa. De resto, os detentores da força política e social estão dando o melhor de si para preparar as massas para semelhante catástrofe. Ao mesmo tempo em que sangram e torturam a comuna, que esterilizam e pauperizam suas terras, os lacaios literários dos “novos pilares da sociedade” apontam ironicamente para as feridas que lhe foram infringidas como os tais sintomas de sua decrepitude espontânea e incontestável, e declaram que ela está morrendo de uma morte natural, e que fariam um bem em abreviar sua agonia. Aqui não se trata mais de um problema a resolver, mais um inimigo a derrotar. Não é mais um problema teórico; <é uma questão a resolver, é simplesmente um inimigo a vencer.> Para salvar a comuna russa, é preciso uma revolução russa. De resto, o governo russo e os “novos pilares sociais” tem feito o melhor que podem para preparar as massas para tal catástrofe. Se a revolução se fizer no tempo oportuno, se ela concentrar todas as suas forças <se a parte inteligente da sociedade Russa> <se a inteligência russa concentrar todas as forças vivas do país>, para assegurar o livre desenvolvimento da comuna rural, esta

se desenvolverá logo em um elemento de regeneração da sociedade russa e como um elemento de superioridade em relação aos países subjugados pelo regime capitalista.

II

[SEGUNDO RASCUNHO]

I. Eu mostrei no “*Capital*” que a <transformação> metamorfose da produção feudal em produção capitalista teve como ponto de partida a expropriação do produtor, e mais particularmente que “a base de toda essa evolução é a expropriação dos lavradores” (p.315 da edição francesa). Eu continuo: “Ela (a expropriação dos lavradores) não se completou de uma maneira radical senão na Inglaterra... Todos os outros países da Europa Ocidental seguem o mesmo movimento”. (l.c.)

Por isso <ao escrever estas linhas> eu restringi expressamente <o desenvolvimento ocorrido> esta “fatalidade histórica” aos “países da Europa ocidental”. Para não deixar a menor dúvida acerca de meu pensamento, eu digo na pág. 341:

“A propriedade privada como antítese da propriedade coletiva, só existe ali onde as... condições exteriores do trabalho pertencem a particulares. Mas na medida em que estes sejam os trabalhadores ou os não trabalhadores, a propriedade privada muda de forma.”

Assim o processo, que eu <descrevi> analisei, substituíu uma forma da propriedade privada e fragmentada dos trabalhadores pela propriedade capitalista¹¹ de uma ínfima minoria (l.c., p. 342), fez assim substituir uma espécie de propriedade por outra. Como <se aplicaria> poderia se aplicar à Rússia, onde a terra não é e nem jamais foi a “propriedade privada” do lavrador? <Em todo caso, os que crêem na necessidade histórica da dissolução da propriedade comunal na Rússia não podem de modo nenhum provar esta necessidade recorrendo à minha exposição da marcha fatal das coisas na Europa ocidental. Ao contrário, eles teriam que apresentar argumentos novos, e completamente diferentes dos argumentos que apresentei. A única coisa que eles podem captar em minha obra é o seguinte:> Portanto, a única conclusão fundamentada que eles poderiam retirar da marcha das coisas no ocidente, é a seguinte: para estabelecer a produção capitalista na Rússia, ela deve come-

çar por abolir a propriedade comunal e expropriar os camponeses, isto é, a grande massa do povo. De resto, é isto o que desejam os liberais russos, <que desejam naturalizar a produção capitalista em sua terra, e conseqüentemente os interesses deles mesmos, transformar em simples trabalhadores assalariados a grande massa dos camponeses>, mas teria eventualmente este seu desejo gratuito um poder maior do que o desejo de Catarina II <de enxertar> de implantar em solo russo o regime ocidental dos ofícios da Idade Média?

<Como a terra nas mãos dos lavradores russos é sua propriedade comum e jamais foi sua propriedade privada [...]>

<Na Rússia, onde a terra não é, e nem nunca foi, “propriedade privada” do lavrador, a <<transformação>> metamorfose <<dessa>> de tal propriedade privada em propriedade capitalista <<não tem qualquer sentido>> <<é impossível>> está, portanto, fora de questão. <<A única conclusão que se poderá tirar será esta [...]>> <<A partir dos acontecimentos ocidentais poder-se-ia apenas concluir que [...]>> <<Se se quer tirar uma <<informação>> lição dos eventos [ocidentais...]>>

<Os mais ingênuos não poderão nunca negar que são dois casos totalmente diferentes. Em todo caso, o processo ocidental.>

Assim <o processo que eu analisei> a expropriação dos lavradores no Ocidente serviu para “transformar a propriedade privada e fracionada dos trabalhadores” em propriedade privada e concentrada dos capitalistas. Mas no caso citado se tratava sempre da substituição de uma forma de propriedade privada por uma outra forma de propriedade privada. <Como então esse mesmo processo poderia ser aplicado <<à terra russa>> aos lavradores russos <<cuja terra não é, e nem jamais foi...>> cuja propriedade territorial permaneceu sempre “comunal” e jamais foi “privada”?> <O mesmo processo histórico que <<eu analisei>> tal como ele se realizou no ocidente...> Na Rússia a questão seria, ao contrário, a substituição da propriedade capitalista pela propriedade comunista <os lavradores da terra, o que será evidentemente um processo totalmente [...]>.

Certamente! Se a produção capitalista deve estabelecer seu reinado na Rússia, a grande maioria dos camponeses, isto é, a grande maioria do povo russo, deve ser convertida em trabalhadores assalariados e, por via de conseqüência, expropriada pela abolição preliminar de sua propriedade comunista. Mas, em todo caso, o precedente ocidental não provaria nada sobre isso <em relação à “fatalidade histórica” deste processo>.

¹¹ Esta frase está bastante corrigida no caderno. Sua formulação original era: “Assim, o processo do qual falo veio transformar a propriedade privada e fragmentada – em propriedade capitalista, transformar uma espécie de propriedade em uma outra”.

II) Quanto aos “marxistas” russos que você mencionou em sua carta, eles me são totalmente desconhecidos. Os russos, com os quais eu tenho tido relações pessoais, mantêm, pelo que eu saiba, pontos de vista totalmente diferentes destes que você cita.

III) Do ponto de vista histórico o único argumento sério <que se poderia apresentar> em favor da dissolução fatal da propriedade comunal na Rússia é o seguinte: a propriedade comunal existiu por toda Europa ocidental; ela desapareceu com o progresso social; <porque seu destino haveria de ser diferente na Rússia?> como então poderá ela escapar a mesma sorte na Rússia?¹²

Em primeiro lugar, na Europa Ocidental a morte da propriedade comunal <e o aparecimento> e o nascimento da produção capitalista são separados uma da outra por um intervalo <que se conta em séculos> imenso, envolvendo toda uma série de revoluções e de evoluções econômicas sucessivas, <a morte da propriedade comunal não dava origem à produção capitalista>, cuja produção capitalista é apenas <a última> a mais recente. De um lado, ela desenvolve maravilhosamente as forças produtivas sociais, mas, de outro lado ela revelou <suas características transitórias> sua própria incompatibilidade com as mesmas forças que engendra. Sua história não é doravante, mais que uma história de antagonismos, de crises, de conflitos, de desastres. Em último lugar, ela revelou para todo mundo, salvo os cegos por interesse, seu caráter puramente transitório. Os povos, nos quais ela tomou um grande desenvolvimento na Europa e <nos Estados Unidos da> na América não aspiram mais que livrar-se de suas correntes, substituindo a produção capitalista pela produção cooperativa e a propriedade capitalista por uma forma superior do tipo arcaica da propriedade, isto é, a propriedade <coletiva> comunista.

Se a Rússia se encontrasse isolada do mundo, ela deveria então elaborar por sua própria conta as conquistas econômicas que a Europa ocidental alcançou tendo percorrido uma longa série de evoluções depois da existência de suas comunidades primitivas até seu estado presente. Não haveria, pelo menos do meu ponto de vista, nenhuma dúvida de que suas comunidades estariam fatalmente condenadas a perecer com o desenvolvimento da sociedade russa. Mas a situação da comuna russa é absolutamente diferente das comunidades primitivas do ocidente <da Europa ocidental>. A Rússia é o único país da Europa onde a propriedade co-

munal se manteve em uma escala vasta, nacional, mas, ao mesmo tempo, este país se insere em um contexto histórico moderno, pois a Rússia é contemporânea de uma cultura superior e se encontra ligada a um mercado mundial, onde predomina a produção capitalista.

<É, portanto, a produção capitalista que lhe empresta seus resultados sem que ela tenha necessidade de passar por seus... [...]>

Ao se apropriar dos resultados positivos deste modo de produção, ela está então em condição de desenvolver e transformar a forma ainda arcaica de sua comuna rural em vez de destruí-la. (Eu destaco *en passant* que a forma da propriedade comunista na Rússia é a forma mais moderna do tipo arcaico, que passou ele mesmo por toda uma série de evoluções).

Se os admiradores do sistema capitalista na Rússia negam a possibilidade de tal combinação, que eles forneçam a prova de que, para utilizar-se das máquinas, esse país foi forçado de passar por um período de incubação da produção mecânica! Que eles me expliquem como tiveram êxito para introduzir em seu país em alguns dias, por assim dizer, o mecanismo de troca (bancos, sociedades de crédito, etc.,) cuja elaboração custou séculos para o Ocidente?

<Já que o sistema capitalista no Ocidente esteja já envelhecendo, e está se aproximando o tempo em que ele não será mais que uma <<regime social>> <<forma regressiva>> formação “arcaica”, seus admiradores russos são...>.

IV) A formação arcaica ou primária de nosso mundo contém em si, uma série de camadas de diversas idades, na qual uma está sobreposta à outra; da mesma maneira, a formação arcaica da sociedade nos revela uma série de tipos diferentes <que formam entre elas uma série ascendente>, marcando épocas progressivas. A comuna rural russa pertence ao tipo mais recente dessa cadeia. O lavrador possui agora a propriedade privada da casa que habita e do quintal que forma o complemento. Eis aí o primeiro elemento dissolvente da forma arcaica, desconhecida aos tipos mais antigos <e que pode servir de transição da forma arcaica á...>. Por outro lado, estes tipos repousam sobre relações de parentesco natural entre os membros da comuna, ao passo que o tipo ao qual pertence a comuna russa está emancipado desse vínculo estreito. Ela é, por isso mesmo, capaz de um desenvolvimento mais amplo. O isolamento das comunas rurais, a falta de ligação entre a vida

¹² Este parágrafo retorna mais abaixo na seguinte formulação: Do ponto de vista histórico não há senão um único argumento sério em favor da dissolução fatal da propriedade comunista russa. É o seguinte: a propriedade comunista existiu em toda a Europa ocidental; ela desapareceu por toda parte, com o progresso social. Por que unicamente na Rússia ela escaparia da mesma sorte?

de cada uma delas com a das outras, este microcosmo localizado <que teria constituído a base natural de um despotismo centralizado> não se encontra em todas as partes como característica imanente do tipo primitivo, mas onde quer que exista ele faz surgir, sobre as comunas, um despotismo central. Parece-me que na Rússia <a vida isolada das comunas rurais desaparecerá> este isolamento primitivamente imposto pela vasta extensão do território é um fato de fácil eliminação, apenas que os entraves governamentais sejam retirados.

Chego agora ao fundo da questão. Não se poderá dissimular que o tipo arcaico, ao qual pertence a comuna <rural> russa esconde um dualismo íntimo que, dadas certas condições históricas, pode causar sua ruína <sua dissolução>. A propriedade da terra é comum, mas <de outro lado, na prática, o cultivo, a produção é do camponês parcelário> cada camponês cultiva e explora <sua parcela e se apropria dos frutos do seu campo> seu campo por sua conta, tal como o pequeno camponês ocidental. Propriedade comum, exploração parcelizada da terra, esta combinação <que era um elemento (fertilizante) de progresso, desenvolvimento da cultura>, útil nas épocas mais remotas, tornam-se perigosos na nossa época. De um lado, o patrimônio mobiliário, elemento que desempenha um papel a cada dia mais importante na própria agricultura, diferencia progressivamente a fortuna dos membros da comuna e dá lugar a um conflito de interesses, sobretudo sob a pressão fiscal do Estado. De outro lado, a superioridade econômica da propriedade comum – como base do trabalho cooperativo e combinado – se perde. Mas não se deve esquecer que na exploração das pradarias indivisas, os camponeses russos já praticam o modo coletivo, que sua familiaridade com o contrato de artel lhes facilitará muito a transição da cultura parcelizada à cultura coletiva, que a configuração física do solo russo convida ao cultivo mecânico, combinado em uma larga escala <com a ajuda das máquinas>, e que enfim a sociedade russa que por tanto tempo viveu à custa e em detrimento da comuna rural, deve a ela os primeiros avanços necessários para esta mudança. Claro está que, não se trata senão de uma mudança gradual que começará por colocar a comuna em estado normal sobre sua base atual.

V. Deixando de lado toda questão mais ou menos teórica, não é preciso que eu lhe diga que hoje a própria existência da comuna russa está ameaçada por uma conspiração de grupos de interesse poderosos. Certo tipo de capitalismo, nutrido à custa dos camponeses pela interme-

dição do Estado, se defronta face a face com a comuna; esse capitalismo tem o interesse de esmagá-la. Está também entre os interesses dos proprietários fundiários a transformação dos camponeses mais ou menos abastados em classe intermediária¹³ rural, e a transformação dos lavradores pobres – quer dizer, a [grande] massa – em simples trabalhadores assalariados. O que representa trabalho barato. Como então a comuna poderia resistir, se se encontra esmagada pela extorsão do Estado, pilhada pelo comércio, explorada pelos proprietários fundiários e minada internamente pela usura!

O que ameaça a vida da comuna russa não é nem qualquer fatalidade histórica, nem uma teoria: é a opressão promovida pelo Estado e a exploração através dos intrusos capitalistas, que se tornaram poderosos por obra e graça do Estado, à custa e em detrimento dos camponeses.

III

[TERCEIRO RASCUNHO]

Estimada Cidadã

Para tratar o fundo as questões propostas em vossa carta de 16 de fevereiro, seria preciso entrar nos detalhes das coisas e interromper trabalhos urgentes, mas a exposição sucinta que tenho a honra de lhe enviar será suficiente, creio eu, para dissipar todo o mal-entendido sobre a suposta ‘minha teoria’.

I) Analisando a gênese da produção capitalista, eu digo: “No fundo do sistema capitalista há então a separação radical do produtor dos meios de produção...”. A base de toda sua evolução é a expropriação dos lavradores. Mas ela ainda não se realizou de modo radical senão na Inglaterra... mas todos os outros países da Europa ocidental percorrem o mesmo movimento”. (O Capital, Ed. Francesa, p.315).

A “fatalidade histórica” deste movimento está, portanto, expressamente restrita aos países da Europa ocidental <depois a causa.> O porquê dessa restrição está indicado na passagem do cap. XXXII: “a propriedade privada, fundada sobre o trabalho pessoal... será suplantada pela propriedade privada capitalista, baseada na exploração do trabalho de outrem, no sistema do assalariamento.” (l.c., p.340).

Neste movimento ocidental trata-se, portanto, da trans-

¹³ Classe *mitoyene*, classe próxima aos proprietários fundiários.

formação de uma forma de propriedade privada em uma outra forma de propriedade privada. Entre os camponeses russos, pelo contrário, sua propriedade comum teria que ser transformada em propriedade privada. Que se afirme ou que se negue a fatalidade desta transformação, as razões a favor e as razões em contra não têm nada a ver com minha análise da gênese do regime capitalista. O máximo que se poderia inferir é que, dado o estado atual da grande maioria dos camponeses russos, o ato de sua conversão em pequenos proprietários não seria mais que prólogo de sua expropriação rápida.

II) O argumento mais sério que foi apresentado contra a comuna russa se reduz ao seguinte:

Remontando às origens das sociedades ocidentais, encontramos por toda parte a propriedade comum do solo; com o progresso social ela desaparece por completo, transformando-se em propriedade privada; então ela não poderia escapar da mesma sorte somente na Rússia.

Eu não tomarei em conta este raciocínio, senão que <pense no caso da Europa> ele diga respeito às experiências européias. Quanto às Índias Orientais, por exemplo, todo mundo, salvo Sir H. Maine e outras pessoas que são farinha do mesmo saco, sabem que nesta parte do mundo a supressão da propriedade comum do solo não passou de um ato do vandalismo inglês, empurrando o povo nativo não para frente, mas para trás.

As comunidades primitivas não são todas talhadas segundo o mesmo padrão. Seu conjunto forma, ao contrário, uma série de agrupamentos sociais que diferem de tipo e idade e que marcam fases de evolução sucessivas. Um desses tipos, que convencionamos chamar de comuna agrícola compreende também o tipo da comuna russa. Seu equivalente no ocidente é a comuna germânica, que data de época muito recente. Ela não existia ainda no tempo de Júlio César e não existia mais quando as tribos germânicas vieram conquistar a Itália, a Gália, a Espanha, etc. Na época de Júlio César já havia uma repartição anual da terra cultivável entre grupos, entre as gentes e as tribos, mas não ainda entre as famílias individuais de uma comuna; provavelmente o cultivo se fazia também pelos grupos em comum. Sobre o solo germânico, mesmo esta comunidade do tipo mais arcaica se transformou através de um desenvolvimento natural em comuna agrícola, tal como a descreve Tácito. Depois do tempo de Tácito nós a perdemos de vista. Ela pereceu de forma obscura em meio a guerras e migrações incessantes; ela morreu talvez de morte violenta. Mas a sua vitalidade natural está provada por dois fatos incontes-

táveis. Alguns exemplares esparsos desse modelo sobreviveram a todas as peripécias da Idade Média e se conservaram até nossos dias, por exemplo, na minha terra natal, no distrito de Tréveris. Mas, o que há de mais importante, é que nós encontramos pistas desta “comuna agrícola” tão bem marcadas sobre a nova comuna, que se desenvolveu a partir daquela, que Maurer tentando decifrar esta nova, pode reconstruir a primeira. A nova comuna, onde a terra cultivável pertence aos lavradores como propriedade privada, ao mesmo tempo em que os bosques, pastagens, terras desocupadas, etc., permanecem ainda como propriedade comum, foi introduzida pelos germanos em todos os países conquistados. Graças às características tomadas de empréstimo de seu protótipo, ela foi durante toda a Idade média o único lar de liberdade e de vida popular.

Encontramos a “comuna rural” também na Ásia entre os afegãos, etc., mas ela se manifesta em toda parte como o tipo mais recente e, por assim dizer, como a última palavra da formação arcaica das sociedades. É para dar destaque a este fato, que apresento aqui alguns detalhes acerca da comuna germânica.

Precisamos considerar agora os traços mais característicos que distinguem a “comuna agrícola” das comunidades mais arcaicas.

1) Todas as outras comunidades estão baseadas sobre os laços de consangüinidade entre seus membros. Não se pode participar delas, a menos que seja parente natural ou adotado. Sua estrutura é de uma árvore genealógica. A “comuna agrícola” foi o primeiro agrupamento social de homens livres, não ligados pelo vínculo do sangue.

2) Na comuna agrícola, a casa e seu complemento, o pátio, pertencem exclusivamente ao lavrador. A casa comum e a habitação coletiva eram, ao contrário, uma base econômica das comunidades mais primitivas, isso já muito tempo antes da introdução da vida pastoral ou agrícola. É verdade que encontramos comunas agrícolas onde as casas, mesmo que tenham deixado de ser lugares de habitação coletiva, mudavam periodicamente de possuidor. O usufruto individual era assim combinado com a propriedade comum. Mas tais comunas, todavia, traziam ainda as marcas de nascença: elas se encontravam em estado de transição de uma comunidade mais arcaica a uma comuna agrícola propriamente dita.

3) A terra cultivável, propriedade inalienável e comum, é dividida periodicamente entre os membros da comuna agrícola, de sorte que cada um explora por sua própria conta os campos atribuídos a ele, que se apropria para si

dos frutos. Nas comunidades mais primitivas o trabalho se faz em comum e o produto comum, salvo a cota parte reservada à reprodução, é repartido à medida das necessidades de consumo.

Compreende-se que o dualismo inerente à constituição da comuna agrícola pudesse dotá-la de uma vida vigorosa. Emancipada dos vínculos fortes, porém estreitos, do parentesco natural, a propriedade comum do solo e as relações sociais que dela emanam, lhe garantem uma posição sólida, ao mesmo tempo em que a casa e o pátio, domínio exclusivo da família individual, assim como a cultura parcelizada e a apropriação privada dos frutos dão impulso ao desenvolvimento da individualidade, incompatível com <a estrutura> o organismo das comunidades mais primitivas.

Mas não é menos evidente que, com o tempo, este mesmo dualismo pode se tornar um germe de decomposição. À parte de todas as influências malignas vindas de fora, a comuna traz em si mesma seus próprios elementos deletérios. A propriedade fundiária privada já foi infiltrada na forma de uma casa com seu pátio rural que pode se transformar em uma praça forte, de onde se preparará o ataque contra a terra comum. Isso já se tem visto. Mas o essencial é o trabalho parcelário como fonte de apropriação privada. Ele dá lugar à acumulação de bens móveis, por exemplo, de animais, de dinheiro, e por vezes mesmo de escravos ou servos. Esta propriedade móvel, incontrolável pela comuna, sujeita a trocas individuais, onde a artimanha e a casualidade podem agir livremente, pesará cada vez mais sobre toda economia rural. Eis aí o elemento dissolvente da igualdade econômica e social primitivas. Ele introduz, no seio da comuna, uma heterogeneidade de interesses e paixões gerando os conflitos próprios para atacar primeiro a propriedade comum das terras cultiváveis, em seguida a propriedade comum dos bosques, as pastagens, as terras desocupadas, etc., as quais, uma vez convertidas em anexos comunais da propriedade privada, acabarão com o tempo por cair nas mãos desta última.

Como <a mais recente e a> última fase da formação <arcaica> primitiva da sociedade, a comuna agrícola <facilita naturalmente a transição> é, ao mesmo tempo, fase de transição à formação secundária, portanto, representa a transição da sociedade baseada na propriedade comum para a sociedade baseada na propriedade privada. Está claro que, a formação secundária, compreende toda a série das sociedades baseadas na escravidão e na servidão.

Mas quer isso dizer que a trajetória histórica da comu-

na agrícola deve fatalmente conduzir a este resultado? De jeito nenhum. Seu dualismo inato admite uma alternativa: ou seu elemento de propriedade [privada] prevalecerá sobre seu elemento coletivo, ou este prevalecerá sobre o primeiro. Tudo vai depender do contexto histórico onde esteja estabelecida.

Façamos por hora abstração das misérias que pressionam a comuna russa, para olhar apenas para as suas possibilidades de evolução. Ela ocupa uma situação única, sem precedentes na história. Apenas ela, na Europa, constitui ainda a forma orgânica predominante na vida rural de um imenso império. A propriedade comum do solo lhe oferece a base natural da apropriação coletiva, e seu contexto histórico, o fato de ser contemporânea da produção capitalista lhe presenteia de forma pronta e acabada todas as condições materiais do trabalho cooperativo, organizado em grande escala. Ela pode então incorporar a si todas as conquistas positivas produzidas pelo sistema capitalista sem ter que passar pelo jugo caudino. Ela pode gradualmente suplantiar a agricultura parcelizada pela agricultura combinada com a ajuda das máquinas, à qual a configuração física do solo russo parece ser adequada. Após ter sido previamente colocada no estado normal em sua forma presente, ela pode se tornar o ponto de partida direto para o sistema econômico ao qual tende a sociedade moderna e dar nova roupagem sem que seja necessário começar pelo seu suicídio.

<Mas frente a ela se levanta a propriedade fundiária, tendo entre suas garras quase a metade do solo <<sua melhor parte, sem mencionar as terras sob o domínio do Estado>>, e a sua melhor parte. É por este lado que a conservação da comuna rural mediante sua evolução ulterior se confunde com o movimento geral da sociedade russa, cuja regeneração não se obterá senão sob esse preço. <<Mesmo apenas do ponto de vista econômico... >> A Rússia tentaria em vão sair de seu impasse pela via do arrendamento capitalista à moda inglesa, que provoca repulsa de todas as condições sociais do país. Os próprios ingleses fizeram um esforço parecido nas Índias Orientais; mas eles conseguiram apenas deteriorar a agricultura nativa e redobrar o número e a intensidade dos períodos de fome.>

Os próprios ingleses fizeram tais tentativas nas Índias Orientais; e o que conseguiram foi deteriorar a agricultura nativa e redobrar o número e a intensidade dos períodos de fome.

Mas então, que efeito teria a maldição que acompanha a comuna – seu isolamento, a falta de ligação entre a vida de uma com a vida das demais, este microcosmo localizado que até hoje lhe impossibilitou de toda iniciativa his-

tórica? Isso desaparecia em meio a uma comoção geral da sociedade russa.¹⁴

A familiaridade do camponês russo com o contrato de artel lhe facilitaria especialmente a transição do trabalho parcelário ao trabalho cooperativo que ele já pratica em certo grau <nas pradarias indivisas e alguns empreendimentos de interesse geral> na colheita do feno e nos empreendimentos comunais como nos trabalhos de drenagem etc. Uma peculiaridade bem arcaica, verdadeiro pesadelo para os agrônomos modernos, influencia também nesse sentido. Chegando a um país qualquer onde a terra agricultável denuncia os traços de uma divisão estranha, que lhe imprime a forma de um tabuleiro de xadrez composto por pequenos lotes; não existe dúvida, têm-se diante de si as terras de uma comuna agrícola, morta! Seus membros, todavia, sem ter passado pelo estudo da teoria da renda fundiária¹⁵, se advertiram que uma mesma quantidade de trabalho, dispensada em lotes com fertilidade natural e localização diferentes, produzem resultados diferentes. Para <se assegurarem das mesmas vantagens econômicas> igualarem as oportunidades de trabalho, eles dividem a terra em certo número de áreas segundo as diferenças naturais e econômicas do solo e depois, põem-se a dividir novamente essas áreas maiores no tanto de parcelas conforme a quantidade de trabalhadores. Assim, cada qual recebe uma parcela em cada uma das áreas maiores, definidas por sua produtividade. Este arranjo, perpetuado pela comuna russa até nos

seus dias, dispensa dizer, é refratário às exigências agrônômicas <tanto sob o sistema de cultivo coletivo como sob o privado.> À parte de outros inconvenientes, ele necessita uma dissipação de esforço e de tempo. <Mas como ponto de partida para o cultivo coletivo, existem grandes vantagens. Reorganize-se o campo de trabalho do camponês e ele aí reinará como um senhor.> De todo modo, isso favorece <como ponto de partida> a transição ao cultivo coletivo, ao qual ele se parece tão refratário à primeira vista. A parcela [...]

IV

[QUARTO RASCUNHO]

8 de março de 1881.

Estimada Cidadã

Uma doença dos nervos que me ataca periodicamente há dez anos me impediu de responder à sua carta, datada de 16 de fevereiro <que você me fez a honra de enviar.>

Eu lamento de não poder lhe dar uma exposição sucinta, destinada à publicação, <dos problemas> da questão que você <teve por bem> me fez a honra de propor. Há dois meses que prometi um trabalho sobre o mesmo tema ao Comitê de São Petersburgo. Entretanto, eu espero que algumas linhas serão suficientes para retirar-lhe toda dúvida <sobre as conclusões que se tem> sobre o mal entendido a respeito de minha suposta teoria.

¹⁴ O parágrafo que segue e que serve de conclusão para o terceiro rascunho, encontra-se em um papel de carta, com a anotação "Fim". O parágrafo seguinte, que no manuscrito original está cheio de correções e modificações, está antecedido por uma passagem, riscado obliquamente de fora a fora, que corresponde a uma tentativa de resumir o desenvolvimento todo realizado até aqui. Reproduzimos fielmente esta passagem com os trechos riscados, desde que legíveis, para evidenciar o estilo de trabalho do velho Marx:

<Eu não entrei nos detalhes das coisas <<uma vez que eles s>> tive somente que <<determinar>> fazer sobressair, 1) posto que ele não teve mais que>...

<eu não tive senão que fazer sobressair >

<Sem entrar em nenhum detalhe das coisas>

<Limitei-me a destacar alguns traços gerais e a precisar bem>

<1) a colocação> <o lugar histórico que ocupava a comuna agrícola na série de comunidades primitivas; em seguida a situação excepcional da comuna russa que permitiria à>

<2) As grandes facilidades particulares de evolução que possa oferecer à comuna russa do mundo moderno> <particulares> <excepcionais que> <de evolução> <aptidão da comuna russa que a permitiria> <excepcional> <onde se encontra>

¹⁵ Poderíamos imaginar que alguém, olhando Marx escrevendo, por trás de seus ombros, lhe completasse a frase: "... E sem ter lido o *Capital* até o final, ou seja, até a parte VI, do terceiro tomo (*Sobre a transformação da mais-valia em renda fundiária*, que nas traduções brasileiras, estão na penúltima parte do V. Volume, na edição da Abril Cultural, e do VI. Volume, na edição da Civilização Brasileira). Ao que Marx, em 1881, poderia replicar: "Mas eu só publiquei o primeiro tomo do *Capital*, e não disse a ninguém que minha teoria da renda fundiária já estivesse pronta. Aliás, cheguei a comentar que quando a escrevesse usaria a Rússia como exemplo, assim como usei a Inglaterra para o primeiro tomo. Os manuscritos que escrevi sobre isso estão superados, pois correspondem a uma conjuntura específica da minha formação intelectual e são de uma época muito anterior aos meus estudos sobre o campesinato russo!" Ver Malagodi, 1998, p. 282.

1) A análise exposta no “*Capital*” não oferece, portanto, <nada> nenhuma razão que se pudesse fazer valer nem a favor, nem contra a vitalidade da comuna russa.

<Quanto à minha opinião pessoal sobre a comuna russa, a qual tenho estudado durante longos anos em fontes originais – é esta.>

<Após um estudo (realizado ao longo de muitos anos) da comuna russa em fontes originais seguidas durante...>

<Para se ter uma opinião definitiva sobre os destinos possíveis da comuna russa, é preciso ter mais do que vagas analogias históricas. É preciso estudar.> <Eu a estudei durante longos.> <Fiz sobre ela um estudo.>

<Quanto à minha opinião sobre os destinos possíveis da comuna.>

Os estudos especiais que fiz sobre ela, e cujos materiais busquei em fontes originais, me <conduziram a este resultado> convenceram que esta comuna é o ponto <de partida> de apoio natural da regeneração social da Rússia, <para a regeneração da sociedade russa.> Mas <bem entendido, é preciso começar por colocá-la nas condições...> para que ela possa funcionar como tal, seria preciso eliminar primeiramente as influências deletérias que a assaltam por todos os lados, e em seguida assegurar-lhe as condições para um desenvolvimento espontâneo.

(Tradução de Edgard Malagodi e Rogério Silva Bezerra)



Raízes

Vol. 24, Nºs 1 e 2, jan.-dez./2005

NOTÍCIAS BIBLIOGRÁFICAS

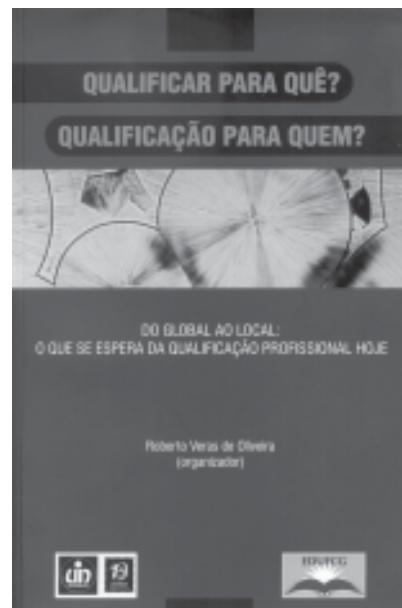
QUALIFICAR PARA QUÊ? QUALIFICAÇÃO PARA QUEM?
DO GLOBAL AO LOCAL: O QUE SE ESPERA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL HOJE

Organizador: Roberto Veras de Oliveira

O livro apresenta trabalhos produzidos no âmbito do processo de Avaliação Institucional Externa dos Planos Territoriais de Qualificação e dos Projetos Especiais de Qualificação realizado pela Fundação UNITRABALHO, através de convênio firmado com o Ministério do Trabalho e Emprego.

A obra aborda desde a discussão sobre qualificação e certificação profissional na Europa, passando pela análise das políticas públicas de qualificação profissional no Brasil contemporâneo, até os desafios e perspectivas da política de qualificação na Paraíba.

Para o professor Roberto Veras de Oliveira, organizador da coletânea, o tema da qualificação profissional (associado às problemáticas mais amplas do trabalho e da educação) deve ser inserido de maneira consistente na discussão pública sobre as possibilidades de desenvolvimento e de construção da cidadania nas regiões periféricas do mundo globalizado. O livro é uma edição conjunta da UNITRABALHO e da Editora da UFCG.



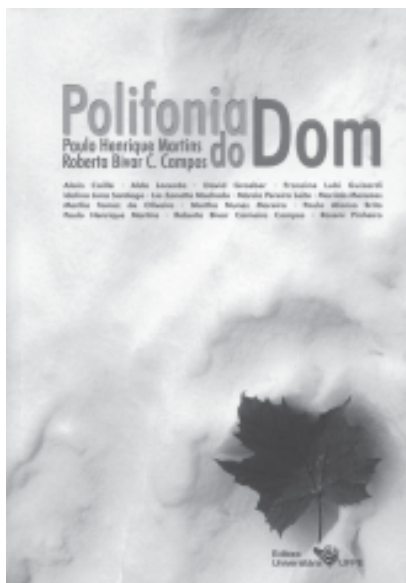
O MUNDO RURAL NO HORIZONTE DOS JOVENS

Autor: Valmir Luiz Stropasolas

A migração dos jovens rurais em busca de inserção na sociedade e para ter acesso aos direitos de cidadania é um fenômeno social que não se explica apenas por motivações econômicas, pois o que está em jogo, também, é o questionamento de padrões culturais e problemas estruturais ainda não resolvidos no mundo rural e que afetam principalmente os jovens acarretando o envelhecimento e a masculinização da população que permanece no campo. O livro mostra que a invisibilidade, a falta de autonomia e de remuneração dos esforços realizados nas atividades produtivas e a ausência de oportunidades de ascensão social marcam indelevelmente a trajetória dos jovens. As mulheres são ainda mais prejudicadas porque também enfrentam a dupla jornada de trabalho e a exclusão da herança da terra, condição que muitas filhas não querem reproduzir, migrando para as cidades em busca de estudo e de uma profissão alternativa à agricultura, fato que explica a recusa de parcela importante das jovens em casar com filhos de agricultores.

Valmir Luiz Stropasolas é formado em Agronomia/UFSC, com mestrado em Sociologia Rural/UFPB e doutorado em Ciências Humanas/UFSC, com passagem pela Université Paris X-Nanterre/França. Tem artigos publicados sobre diferentes temáticas que envolvem os jovens rurais.





POLIFONIA DO DOM

Organizadores: Paulo Henrique Martins e Roberta Bivar C. Campos

Quais são os usos do dom? Neste livro o leitor descobrirá que o dom ou a dádiva não é apenas o sistema de trocas primárias de doações, recebimentos e devoluções de bens simbólicos e materiais entre os seres humanos, tais como: serviços, hospitalidades, gentilezas, presentes e festas. A dádiva é também um recurso teórico fundamental para se compreender temas diversos de interesse para as ciências sociais como aqueles da associação e da política, da sociabilidade e da moral, da solidariedade e da inclusão.

Entre os 11 artigos reunidos pelos organizadores, podem ser encontrados trabalhos de pesquisadores reconhecidos por seus estudos sobre a dádiva, como Alain Caillé (“O dom entre interesse e desinteressamento”), David Graeber (“O comunismo de Marcel Mauss”) e Marilda Menezes (“A reciprocidade e a economia moral: repensando a teoria do camponato”).

A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Organizador: Sergio Schneider



A legitimação e projeção social e política da agricultura familiar é um fenômeno incontestável no Brasil e representa a expressão da capacidade de mobilização, protesto e ações dos próprios agricultores, o que é reconhecido pelas políticas governamentais e transformado em tema para reflexão pelos cientistas sociais. Do ponto de vista analítico e teórico, o estudo da agricultura familiar requer uma análise multidimensional da diversidade das formas sociais familiares, a começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e sua relação com a natureza, passando pelo entendimento dos mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente social e econômico e aprofundando-se na compreensão dos aspectos culturais e simbólicos que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco e gênero) assim como os múltiplos meios de exercício da ação política.

Os trabalhos que compõem esse livro possuem em comum a idéia de que as significativas diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar não devem ser encaradas como um obstáculo ao desenvolvimento. Ao contrário, o que os estudos buscam demonstrar é que o desenvolvimento rural é tributário destas diferenças e dos diversificados mecanismos através dos quais os agricultores conseguem viabilizar suas condições de vida e criar espaço para garantir sua reprodução material, social, política e cultural.



COLABORADORES

COLABORARAM NESTE NÚMERO:

PARECERISTAS:

Anita Brumer
Ariosvaldo da Silva Diniz
Durval Muniz de Albuquerque Junior
Edgard Afonso Malagodi
Eric Sabourin
Ghislaine Duque
Jean Phillipe Tonneau
Lemuel Dourado Guerra
Magnólia Gibson
Marc Piraux
Maria Nazareth B. Wanderley
Marilda Aparecida Menezes
Paulo Freire Vieira
Paulo Ortiz Rocha Aragão
Russel Parry Scott

COLABORAÇÃO TÉCNICA:

Edgar Malagodi (Tradução de Francês e Alemão)
Ghislaine Duque (Tradução de Francês)
Lemuel Dourado Guerra (Revisão de Inglês)
Maria Sonia P. de Azevedo (Secretaria/Normalização)
Marilda Aparecida de Menezes (Revisão de Inglês)
Rogério Silva Bezerra (Tradução de Francês)
Rosa Maria da Silva Medeiros (Revisão Lingüística)

NORMAS PARA O ENVIO DE TRABALHOS

1. A revista *Raízes* aceita trabalhos originais, ou inéditos em língua portuguesa ou espanhola, sob a forma de artigos técnico-científicos, ensaios teóricos, resenhas ou avaliações de resultados de pesquisa cuja abordagem assista ao seu interesse temático editorial.

2. O envio de trabalhos para publicação pressupõe o interesse em publicá-lo em *Raízes*, comprometendo-se seu(s) autor(es) a manter a com *Raízes* a exclusividade do oferecimento para publicação pelo prazo mínimo de 6 meses, período em que o(s) mesmo(s) se compromete(m) a não oferecê-lo a outro periódico ou coletânea.

3. A Secretaria acusará o recebimento do trabalho, bem como informará o número de *Raízes* em que foi programada sua possível inclusão e a data prevista para o lançamento do número.

4. Os trabalhos serão submetidos anonimamente a membros do Conselho Científico ou a pareceristas *ad hoc*.

5. Eventuais sugestões de modificação da parte dos pareceristas ou da editoria, bem como os comentários dos pareceristas serão remetidos, também de forma anônima e confidencial, aos autores.

6. A publicação dos trabalhos está condicionada a obtenção de pelos menos dois pareceres favoráveis.

7. Os autores poderão informar-se do estágio de avaliação e processamento de seus trabalhos a qualquer momento da preparação da edição.

8. A secretaria comunicará aos autores a decisão final sobre a aprovação ou não dos trabalhos.

9. Os trabalhos deverão ser enviados em 3 (três) cópias impressas e em meio digital (disquete ou arquivo vinculado a e-mail), utilizando-se o editor de texto Word para Windows, e poderão ser enviados a qualquer momento. Pede-se o uso de uma única fonte e um único tamanho de fonte, em todo o texto, salvo alterações automáticas do próprio editor de texto.

10. Pede-se que os textos sejam enviados em páginas numeradas, marginadas (justificadas) em ambos os lados, em espaço duplo, e digitados em fonte e tamanho uniformes em todo o texto (sugestão: Times New Roman 12), salvo títulos, tabelas ou outros casos justificados.

11. Os seguintes itens devem ser observados na realização dos textos:

- aspas simples para palavras com emprego não convencional;
- as citações de outros textos deverão vir visivelmente destacadas através de recuo à direita (sugestão: 12 espaços);
- citações inferiores a uma linha poderão vir incorporadas ao texto, entre aspas duplas;
- itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações;
- bold para termos a destacar – deve ser usado com parcimônia;
- as referências bibliográficas, quando incluídas no texto, deverão vir em caixa baixa, isto é, apenas a primeira letra mai-

úscula;

- as notas devem ser sempre de pé de página, numeradas sequencialmente, e nelas poderão ser incluídas informações adicionais não incluídas na bibliografia.

12. As Referências bibliográficas ou Bibliografia deverão vir em conjunto ao final, obedecendo ao seguinte critério:

- LIVRO: Nome do autor. Título do livro. Local de publicação: Editora, ano de publicação, número(s) de página(s); nas citações deve constar o número da página citada;
- ARTIGO: Nome do autor. *Título do artigo* (itálico). In Nome do periódico, Volume, Número do periódico. Local, Data de publicação, número de páginas;
- ARTIGO EM OBRA COLETIVA: Nome do autor. *Título do artigo* (itálico). In Nome(s) do(s) organizador(es) (Orgs). Nome da obra coletiva. Local: Data de publicação, número de páginas.

13. Preferencialmente os trabalhos não deverão ultrapassar 20 laudas, incluindo resumo, abstract e bibliografia.

14. Cada artigo técnico-científico ou ensaio teórico deverá se fazer acompanhar, necessariamente:

- a) do respectivo resumo (em português) contendo entre 80 e 100 palavras, e 3 (três) palavras-chave indicativas do conteúdo do trabalho;
- b) do título traduzido para o inglês, do *abstract* (resumo em inglês) e 3 *key words* (palavras-chave em inglês), As palavras-chave e as key words deverão ser, se possível, substantivos simples, evitando-se palavras compostas ou expressões com vários termos. Evitar os termos já explicitados no próprio título;
- c) dos dados sobre o autor (última titulação, vínculo institucional com função/cargo, e e-mail, para divulgação), acompanhado de endereço para correspondência, telefone/fax, e demais informações para uso administrativo de *Raízes*.

15. A publicação dos trabalhos está condicionada a pareceres de membros do Conselho Científico e de consultores *ad hoc*. Eventuais sugestões de modificação dos trabalhos, por parte dos pareceristas ou da Editoria serão encaminhadas e efetuadas em comum acordo com o autor, salvo correções lingüísticas menores.

16. A Secretaria e Editoria de *Raízes* estão à disposição para qualquer informação adicional, inclusive consultas de autores sobre o interesse da revista em trabalhos específicos, bastando para isso que seja enviada uma cópia, ou mesmo um esboço desenvolvido do trabalho em questão.

17. Aos autores serão enviados 3 (três) exemplares do número da revista que publicar seus trabalhos.

18. O envio de trabalhos para publicação por *Raízes* implica na cessão dos direitos autorais a *Raízes*, que se reserva o direito de re-edição dos números inteiros ou de trabalhos isolados, em qualquer forma, porém com a sua marca editorial.

O Comitê de Redação.

Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

CDD-330 – CDU-338-43(05) – ISSN 0102-552X – Raízes, 2005



Ministério do
Desenvolvimento Agrário



